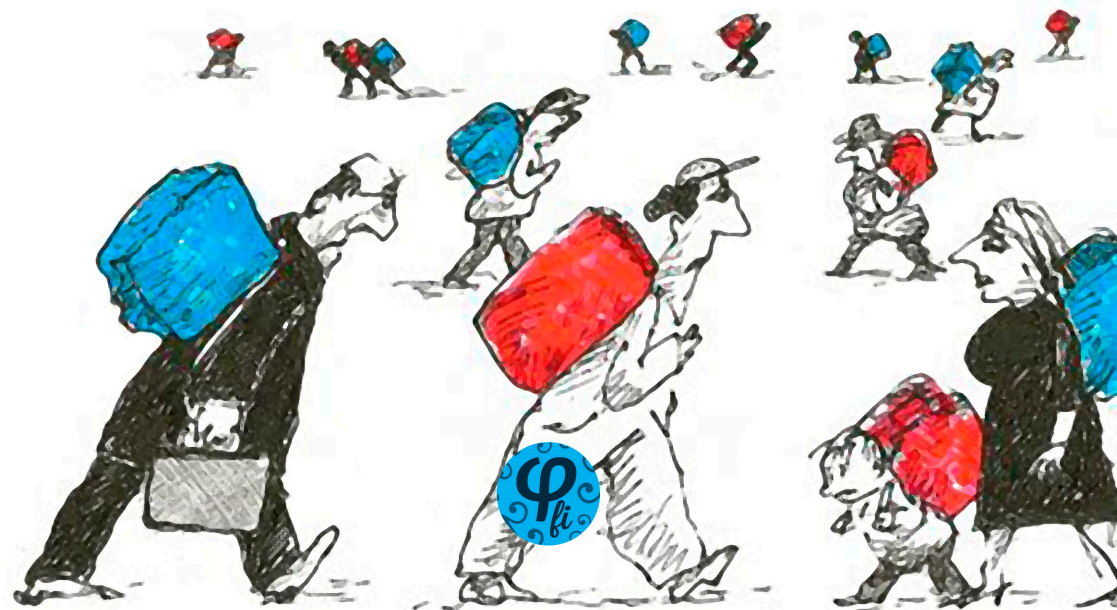


NEOLIBERALISMO, TRABALHO E PRECARIEDADE SUBJETIVA

Fernando Gastal de Castro
João Batista Ferreira
(Orgs.)



Esta obra é uma leitura dura e necessária, me fez sentir um profundo constrangimento por ser testemunha da histórica e incontornável tragédia que estamos vivendo. Uma era onde a radicalidade dos paradoxos do capital avançam de modo incommensurável, uma lógica na qual as performances do império capitalista tentam exterminar os trabalhadores de carne e osso. Ao mesmo tempo, é uma obra que me fez sentir viva ao me deparar com o desejo dos autores e suas escritas subversivas. A cada capítulo nasceu para mim um novo modo de existir, resistir e agir na tentativa de erradicar todo tipo de opressão, dominação, servidão, colonização. Mostram, num movimento delicado e ético, as falácias do discurso sobre as capacidades humanas de auto-superação, sobre o engajamento por meio da subordinação e obediência, e sobre os encantos da cultura da excelência, do produtivismo e do narcisismo. É uma obra que fala da precariedade subjetiva, mas não de um sujeito precário, sendo a sua leitura uma saída possível da gaiola de ouro do neoliberalismo. Uma saída passa pela reflexão sobre a centralidade ontológica do trabalho e sobre as rupturas com uma normatividade social brutal. O livro trata da desconstrução do discurso do neoliberalismo que vende a “ideologia da felicidade”, e com isso produz artifícios que levam a um processo de colonização do sujeito. O texto também lança luz sobre a colonização das ciências, em especial da psicologia, o que nos leva a pensar saídas que permitam relançar o sujeito no circuito do trabalhar contrapondo-se à centralidade do trabalho no modo de produção capitalista assalariado, auto-empresariado, uberizado, startupizado. É uma leitura potente e viva, um lugar privilegiado do saber criativo, uma recusa ao saber absoluto e ao pensamento único. Passar por cada um dos capítulos é entrar em contato com os desertos humanos, mas também, um encontro com os oásis que nos faz acreditar na potência do desejo de buscar outros e novos caminhos. Os autores apostam em trilhas que podem nos ajudar a escapar das armadilhas do servilismo, mudez e indiferença. É uma obra que nos guia pela contra-mão!! Convida a transgredir, pensar o impensável e agir contra um silenciamento coletivo inerente as esmagadoras forças do neoliberalismo. É uma obra escrita por e para trabalhadores de “carne e osso”!

Prof.^a Dr.^a Ana Magnólia Mendes

Universidade de Brasília (UnB)



NEOLIBERALISMO, TRABALHO E PRECARIIDADE SUBJETIVA



Série
Transgressões:
estudos sobre trabalho

Diretor da Série

Prof. Dr. Emílio Peres Facas
Universidade de Brasília (Brasil)

Comitê Editorial Científico

Profa. Dra. Ana Magnólia Mendes
Universidade de Brasília (Brasil)

Profa. Dra. Andrea Pujol
Universidad Nacional de Córdoba (Argentina)

Profa. Dra. Ana Teresa Martins Ferreira Oliveira
Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Portugal)

Prof. Dr. Caio Sgarbi Antunes
Universidade Federal de Goiás (Brasil)

Prof. Dr. Jean-Michel Vives
Université Côte d'Azur (França)

Prof. Dr. João Batista Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Profa. Dra. Joana Alice Ribeiro de Freitas
Universidade Federal de Goiás (Brasil)

Prof. Dr. João Areosa
Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Prof. Dr. Éric Hamraoui
Conservatoire National des Arts et Métiers (França)

NEOLIBERALISMO, TRABALHO E PRECARIEDADE SUBJETIVA

Organizadores
Fernando Gastal de Castro
João Batista Ferreira



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

Ilustração de capa: Claudius Cecon

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CASTRO, Fernando Gastal de; FERREIRA, João Batista (Orgs.)

Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva [recurso eletrônico] / Fernando Gastal de Castro; João Batista Ferreira (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

317 p.

ISBN - 978-65-5917-433-1

DOI - 10.22350/9786559174331

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Neoliberalismo; 2. Trabalho; 3. Precariedade; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 331

Índices para catálogo sistemático:

1. Trabalho 331

Sumário

Prefácio **9**

Leny Sato

Parte I

Ensaio sobre neoliberalismo, trabalho e subjetividade

1 **19**

Da precarização subjetiva à ditadura da forma: notas para uma psicologia crítica do trabalho

Fernando Gastal de Castro

2 **40**

A máquina do mundo neoliberal: capturas e resistências à precarização da subjetividade e da vida no trabalho

João Batista Ferreira

3 **71**

Economia psíquica da precarização: subjetividade, capitalismo e crise

Leomir C. Hilário

Parte II

Formas da precariedade subjetiva sob os imperativos do capitalismo neoliberal

4 **107**

Neoliberalismo e mito da empregabilidade: a construção e a manutenção de sujeitos culpabilizados, infantilizados e segregados

Jorge Antonio Tavares Peixoto

5 **130**

Gerencialismo e precariedade subjetiva: o trabalho do professor no setor privado

Marcia Souza Gerheim

6 **163**

Entre prescritos e reais: o trabalho docente na educação de jovens e adultos

Fabiana Valerio

7 **201**

Reconhecimento no trabalho como resistência às capturas organizacionais: um estudo com agentes de segurança socioeducativa

Leandro de Oliveira Abreo

8 **221**

Os sentidos do trabalho em operárias de uma indústria farmacêutica: entre o individualismo e a subjetividade como recurso

Fernanda Rodrigues Mota

Fernando Gastal de Castro

9 **245**

O sono das vassouras: provocações ético-políticas acerca da articulação entre terceirização, saúde e possíveis resistências

Sergio Dias Guimarães Junior

10 **280**

Entre a escuta de si e do outro: implicações da precarização no trabalho de psicoterapeutas de clínicas de plano de saúde

Vanessa Ribeiro de Oliveira

11 **298**

Tecnologia e Produção de Visibilidade: Novos Contornos para o Mundo do Trabalho

Ana Paula da Cunha Rodrigues

Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Prefácio

Leny Sato ¹

Neoliberalismo, Trabalho e Precariedade Subjetiva apresenta ensaios e relatos de pesquisa e intervenção. As reflexões, as descrições e as análises que esta coletânea apresenta se inserem num campo de pesquisa-intervenção (ou de intervenção-pesquisante) que, no Brasil, tem tido um crescimento significativo nas últimas décadas, graças à iniciativa de inúmeros grupos de pesquisa nas diferentes regiões do país, como se pode constatar por meio de uma rápida busca bibliográfica sobre a literatura sobre “psicologia” e “trabalho” produzida em nosso país. Tais iniciativas têm colocado o trabalho como centro, no sentido de ele ser examinado em sua substância, bem como refletir sobre os fazeres, o imaginário e a sociabilidade em diversos níveis e por meio de diferentes objetos e aportes teóricos. Desta forma, a psicologia tem contribuído para olhar as pessoas em sua relação com o trabalho a partir de visadas singulares. Neste sentido, amplia-se e complexifica-se o campo científico – protagonizado pela “psicologia” e “trabalho” - no sentido atribuído por Pierre Bourdieu (1983), para quem as diferenças e os antagonismos epistemológicos são, a um só tempo, diferenças e antagonismos políticos.

A psicologia apresentada neste livro é construída a partir do diálogo fértil com outras disciplinas das ciências humanas e sociais. E não poderia

¹ Graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, doutora em Psicologia Social, livre-docente e professora titular pela Universidade de São Paulo. Experiência na área de Psicologia atuando nos temas: saúde do trabalhador, psicologia social do trabalho, psicologia social, psicologia social e saúde. Professora Senior do Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo.

ser diferente, pois que os temas componentes do título da coletânea exigem olhar inter/trans/pluridisciplinar. Arakcy Martins Rodrigues nos disse algo assim: muito já se estudou sobre o indivíduo, muito já se estudou a sociedade, mas o “hífen” que liga o indivíduo à sociedade ainda nos exige esforço de entendimento (Sato, 2005). E é isso que esta coletânea nos traz: leituras para o entendimento da clássica relação indivíduo-sociedade, para o qual toma o neoliberalismo como o contexto comum para examinar o trabalho e a subjetividade. Tal escolha faz-nos pensar em como orientar uma leitura que singularize a contribuição da psicologia sobre o neoliberalismo, bem como sobre quais aspectos do neoliberalismo merecem ser focalizados.

Achille Mbembe (2017) identifica dois momentos importantes da História que escravizaram as pessoas: o colonialismo e o neoliberalismo. E ele vislumbra o que denomina de “devir negro do mundo”, que consiste em dirigir ao “excedente populacional indesejável” (p. 71) o mesmo tratamento que o racismo dispensou aos negros. Como afirma Mbembe, a democracia é um sistema político voltado exclusivamente para orientar o convívio de comunidades de semelhantes. A democracia, entretanto, não é para todos, dado que sempre se constroem “círculos de separação” (p. 71) que operam a segregação dos não semelhantes, os quais são objeto de ódio e de separação. Esta é uma prática colonial cuja lógica persiste nesse contexto neoliberal. E assim escreve Mbembe (2017): “Em larga medida, colonizar consistia num permanente trabalho de separação – de um lado, o meu corpo vivo, do outro, todos os corpos-coisas que o envolvem; de um lado, a minha carne de homem, pela qual todas as outras carnes-coisas e carnes-viandas existem para mim; de um lado, eu, por excelência, tecido e ponto zero de orientação do mundo; do outro, os outros, com quem nunca poderei fundir-me totalmente, que posso trazer a mim, mas com quem

não poderei verdadeiramente manter relações de reciprocidade ou de mútuo envolvimento” (pp.77-78). Desta forma, o neoliberalismo promove um *apartheid* e, parece-nos, que o estudo dos processos e das implicações dos processos de separação, bem como o da relação corpo-vivo e corpos-coisas podem ser importantes eixos de leitura para compreender e explicar o vínculo entre o trabalho e a precariedade subjetiva.

Ainda sobre o neoliberalismo, os ensaios apresentados neste livro definem e aprofundam a sua discussão; portanto, não é o caso de aqui fazê-lo, mas gostaria, apenas, de recorrer a Noam Chomsky, para destacar um aspecto. Em 2018, ele assim foi indagado por Jan Martínez Ahrens, entrevistador do periódico *El país*: “Vivemos uma época de desencantamento?”. E Chomsky lhe responde: “Já faz 40 anos que o neoliberalismo, liderado por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, assaltou o mundo. E isso teve um efeito. A concentração de riqueza em mãos privadas veio acompanhada de uma perda do poder da população geral. As pessoas se sentem menos representadas e levam uma vida precária, com trabalhos cada vez piores. O resultado é uma mistura de aborrecimento, medo e escapismo. Já não se confia nem nos próprios fatos. Há quem chama isso de populismo, mas na verdade é descrédito das instituições” (Ahrens, 2018).

Desencantamento, talvez, seja uma forma de ver o mundo e um tipo de sensação que perpassa a muitos de nós neste contexto e que, por isso, imanta toda a miríade de vivências singulares. Desencantamento é “o estado daquele que se decepcionou, que perdeu as ilusões; decepção, desgosto, desilusão” (Houaiss, 2001). Se tomarmos a pista deixada por Chomsky, o desencantamento pode ser um dos aspectos relacionados ao neoliberalismo em relação ao qual a psicologia possa construir olhares privilegiados, no sentido de delinear-lo e de, pela ótica do trabalho, dar-lhe corpo.

Diante do desencantamento, o quê pensarmos sobre nossa condição presente? E o quê pensarmos sobre nosso futuro?

No contexto do neoliberalismo vemos, mais e mais, o trabalho ser reduzido a uma experiência penosa (Sato, 1993), ao *tripalium*, ao labor (Arendt, 1991); enfim, ao trabalho de Sísifo – a repetição dura, difícil e sofrida da eterna tarefa sem sentido de rolar a pesada pedra até o cimo da montanha, de onde ela, por inércia, rola montanha abaixo. Além de a qualidade do trabalho estar sendo degradada, como descrito, em especial em capítulos da parte II desta coletânea, as vivências das/os trabalhadoras/es remetem às mais diferentes formas de sofrimento, de dificuldades e de adoecimento por terem que viver e fazer trabalhos incômodos e, talvez, impossíveis de serem feitos.

Tanto os ensaios como os relatos sobre as formas da precariedade subjetiva sob os imperativos do capitalismo neoliberal aqui apresentados remetem ao sempre atual ensaio quinhentista de Étienne de La Boétie (1997). Isto porque as modalidades de gerenciamento no contexto neoliberal mostram-se hábeis para forjar modos de ser em que se criam ou se reforçam nas/os trabalhadoras/es a vontade de servir. Como insistentemente aponta La Boétie, a força do tirano é única e exclusivamente aquela que as/os tiranizadas/os lhes dão, frisando, assim, que a servidão é voluntária. E La Boétie afirma que a vontade de liberdade é a mesma que motiva a vontade para a servidão. E como escaparmos desta armadilha na qual estamos amarramos? A esperança e as possibilidades de que o amor à liberdade prevaleça vêm de “gentes completamente novas que não estivessem acostumadas à sujeição...” (p. 30) e que escolheriam a razão – que leva à liberdade – e não pela servidão. E Pierre Clastres, antropólogo político, estudioso das sociedades indígenas da América do Sul, incluindo as do Brasil, ajuda-nos a entender que estas “gentes completamente novas”, referidas por La Boétie, são os povos indígenas, que se pautam por uma

filosofia sobre a chefia (indígena) cuja lógica não implica em obediência ou servidão (Clastres, 1974 e 1997).

Chegando nos dias atuais, vale continuar lançando mão da sabedoria e da força dos povos originários. A resistência política mostra-se como sendo um dos caminhos. Como nos diz Ailton Krenak: “Em 2018, quando estávamos na iminência de ser assaltados por uma situação nova no Brasil, me perguntaram: ‘Como os índios vão fazer diante disso tudo?’ Eu falei: ‘Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa’. A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais. Ainda existem aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil, que falam mais de 150 línguas e dialetos” (Krenak, 2019: 31).

E, como sabemos, a resistência política se assenta no compartilhamento, no sentimento de comunhão e na solidariedade que permitem a invenção e a mobilização de diversos arranjos e combinações para se “estar juntos”. Na esfera do trabalho, uma delas é a construção de relações de trabalho não subordinadas, de ajuda mútua e de articulação de atividades de produção e de reprodução social, como relatamos, com base em algumas iniciativas (Sato, Esteves, Andrada & Nóbrega, 2021). De todo modo, a riqueza e a potencialidade das práticas de resistência coletiva e política parecem residir no que Ailton Krenak denomina de expansão de nossa subjetividade (e não do individualismo).

Como importante expressão de resistência e de luta contra o neoliberalismo e a precariedade da vida, alguns exemplos vêm do Chile, que tem sofrido com a política de orientação neoliberal implantada em sua forma mais radical, as quais atingem fortemente as políticas públicas de habitação, saúde, educação, previdência etc... A luta contra a previdência social baseada na capitalização individual – muito lucrativa aos bancos, mas que

oferece aposentadorias e pensões miseráveis às/aos trabalhadoras/es – tem motivado anos de luta da população trabalhadora chilena. Entretanto, constatando que tal luta só seria bem sucedida com o esforço de um amplo leque de apoio, em 2019 a *Coordinadora No+AFP* (Administradora de Fundos e Pensões) convocou e liderou a mobilização articulada de diversos movimentos sociais de diversas esferas e segmentos – feminista, docente, estudantil, moradia, direitos humanos – para abraçar esta luta (Mesina, 2021).

E é sobre estes temas, preocupações e problemas que *Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva* oferece sua rica contribuição. Certamente, leitoras e leitores desta coletânea se sentirão convocados a refletir sobre o trabalho e a subjetividade sob o neoliberalismo, bem como a participar da invenção de formas de vida que superem os constrangimentos e a violência impostos por este contexto.

São Paulo, fevereiro de 2022

Referências

- Ahrens, J.M. (2018). As pessoas já não acreditam nos fatos. Entrevistado: Noam Chomsky. *El País*, Madrid 6 mayo 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.html. Acesso em 17/05/2019.
- Arendt, H. (1991). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bourdieu, P. (1983). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática. (organizador: Renato Ortiz). Cap. O campo científico.
- Clastres, P. (1974). *A sociedade contra o Estado – pesquisas de Antropologia Política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. Cap. “Troca e poder: filosofia da chefia indígena” (pp. 21-35).
- Clastres, P. (1997). Liberdade, Infortúnio, Inominável. In: La Boétie, E. (1997). *Discurso sobre a servidão voluntária*. Lisboa: Antígona. [escrito entre 1546 e 1548].

- Houaiss, A. & Villar, M. S. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- La Boétie, E. (1997). *Discurso sobre a servidão voluntária*. Lisboa: Antígona. [escrito entre 1546 e 1548].
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona Editores Refractários.
- Mesina, L. (2021). “Estamos diante de um momento inédito, tudo está em disputa”. In: Tinta Limón. *Chile em chamas – a revolta antineoliberal*. São Paulo: Elefante. (pp. 127-153).
- Sato, L. (1993). A representação social do trabalho penoso. In: M. J. P. Spink (org.) *O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense. (pp.188-211).
- Sato, L. (2005). Apresentação. In: Rodrigues, A.M. *Indivíduo, Grupo e Sociedade – estudos de Psicologia Social*. [org. Leny Sato]. São Paulo: Edusp. (pp. 11-15).
- Sato, L.; Esteves, E.G.; Andrada, C.F. & Nóbrega, J.S. (2021). Resistências ao trabalho precário por meio de relações solidárias: quatro casos do Brasil. *Quaderns de Psicologia*. 23 (2), e1597.

Parte I

Ensaio sobre neoliberalismo, trabalho e subjetividade

Da precarização subjetiva à ditadura da forma: notas para uma psicologia crítica do trabalho

Fernando Gastal de Castro¹

Introdução

Propõe-se como objetivo deste texto analisar o fenômeno da precarização subjetiva que, segundo nosso ponto de vista, emerge de forma socialmente significativa e ampla com a ascensão do capitalismo globalizado nos últimos quarenta anos. O neoliberalismo e o sistema financeiro fazem-se, nesse sentido, um sistema único e global, capaz de alcançar e empobrecer as múltiplas formas de temporalidade e de sociabilidade da existência em todas as suas esferas e dimensões.

Dentro deste quadro, o trabalho como mediação fundamental do ser social no âmbito da sociedade mercantil, apresenta metamorfoses profundas nos últimos anos. Presenciamos no século XXI o crescimento de múltiplas formas de mal-estar relacionadas ao trabalho (Castro, 2015) que expressam, ao nosso ver, o desenvolvimento amplo e mundial do fenômeno da precarização subjetiva que trataremos de, ao longo deste texto, dar contornos precisos. Ao mesmo tempo, buscaremos teorizar sobre este fenômeno a partir daquilo que chamamos de *antítese entre forma e conteúdo*, como processo essencial próprio ao desenvolvimento social e histórico do ethos do capital (Castro, 2020). Sustentamos que tal antítese

¹ Professor Associado do Instituto de Psicologia da UFRJ, doutor em Psicologia do Trabalho e das organizações (UFSC-Paris 7), Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho (Universitat Autònoma de Barcelona), Mestre em Psicologia pela UFSC e Mestre em Sociologia pela Université Paris 7. Especialista em fenomenologia e existencialismo e Psicólogo graduado pela UFSC e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na linha Processos Psicossociais, Históricos e Coletivos do Instituto de Psicologia da UFRJ.

caracteriza-se pela ditadura de uma forma abstrata e única de temporalidade e sociabilidade que se automatiza e passa a empobrecer e precarizar a vida subjetiva em graus cada vez mais elevados e amplos.

Finalizamos este curto ensaio interrogando os rumos da psicologia do trabalho que, para nós, necessita fazer-se crítica tanto do *pragmatismo* sustentado na eficácia produtiva – próprio da Psicologia Organizacional – como também, crítica *do trabalho* como mediação capaz de proporcionar um sentido viável à existência concreta.

O fenômeno da precarização do trabalho nos dias atuais

Ao observar o trabalho na atualidade é possível identificar um crescimento do mal-estar como fenômeno social mundial (Castro, 2015). Nos últimos trinta anos, grosso modo, temos visto o crescimento do estresse crônico (Aubert & Pagès, 1989), de burnout (Castro, 2012), do assédio moral (Ferreira, 2009), dos fenômenos de LER e DORT (Clot, 2010) e dos quadros de depressão (Ehrenberg, 2010) e suicídio (Castro, 2014) relacionados ao trabalho. Segundo Ehrenberg, as novas configurações da lógica gerencial apontam que o trabalho vem se tornando a antessala da depressão, dada as condições cada vez mais difíceis de viabilizar um futuro possível e desejável por seu intermédio. Castro (2012), ao estudar o fenômeno de burnout chama a atenção para seu caráter paradigmático no mundo do trabalho atual, sustentando a ideia de uma perda de sentido existencial como estando na base da produção do esgotamento emocional em razão do estresse crônico. É de se destacar também as novas perspectivas em relação ao assédio moral que observam o fenômeno para além do ponto de vista dual composto pelo par assediador-assediado, orientando-se por um ponto de vista sistêmico caracterizado pela noção de assédio organizacional (Dahlberg & Krug, 2014), expressão de dispositivos gerenciais cada vez mais violentos e abusivos, e produtores de situações

assediadas (Castro, 2016) que se multiplicam. Por fim, mas não menos problemático, é preciso sublinhar o crescimento do trabalho em condições análogas à escravidão (as *sweatshops*) que se espalham pelo mundo, principalmente nos países e territórios do capitalismo periférico e dependente (Castro, 2020).

Este conjunto de fenômenos expressam, ao nosso ver, sintomas do ser social em decomposição, dado o estágio global contemporâneo da crise estrutural do capital (Castro, 2020; Mészáros, 2011). Não se reduzem, por isso, ao setor privado industrial, senão que alcançam também as empresas públicas; nem ao trabalho operário, visto atingir as profissões liberais, [e] bem como os setores de serviços, atravessados todos pelas novas formas de gestão, pelas exigências de alta performance, pela lógica do empreendedorismo individual e pelas determinações práticas inertes das novas formas tecnológicas que padronizam as [novas] tendências de reprodução sistêmica da sociedade do trabalho em seu atual estágio. Encontramo-nos, assim, diante do crescimento da precarização não somente *objetiva* do trabalho, mas também *subjativa*, que abrange a totalidade da vida em sociedade.

O fenômeno da precarização subjativa está ligado a determinações da sociedade do trabalho que emergem ao longo dos últimos quarenta anos em função da ascensão do neoliberalismo e do capitalismo financeirizado (Dawbor, 2018). Uma primeira dessas determinações diz respeito à *sobrecarga* relacionada às novas formas de gestão por metas, intencionalmente postas como inalcançáveis a fim de que as pessoas não parem um momento sequer de tentar alcançá-las, em um esforço contínuo e extenuante. Uma segunda determinação refere-se às novas imposições tecnológicas próprias da microeletrônica, capazes de organizar o trabalho a partir de plataformas *on line* que ditam e apressam o tempo e os movimentos de forma a escaparem totalmente ao controle humano. Tal determinação

apresenta uma forma particular de escassez, típica das sociedades hiper-modernas (Aubert, 2004), a saber, a *escassez do tempo* (Castro, 2020), na qual cada vez há menos tempo para fazer aquilo que nos é exigido pelas demandas e tarefas laborais.

A *exigência de flexibilidade* é outra determinação própria à sociedade do trabalho atual relacionada, por sua vez, à simultaneidade de iniciativas e atividades. Ser flexível, nesse contexto, é ser capaz de responder simultaneamente a múltiplas demandas, como um equilibrista de circo que precisa manter-se na corda bamba ao mesmo tempo em que pedala um monociclo e executa seu malabarismo: “Os verdadeiros vencedores não sofrem com a fragmentação. Ao contrário, são estimulados por trabalhar em muitas frentes diferentes ao mesmo tempo; é parte da energia da mudança irreversível”, professa Bill Gates em uma palestra em Davos (Sennett, 2012, p.70). Impõe-se ao trabalhador, nesse sentido, a cada vez mais dar conta de várias tarefas simultâneas, a exemplo dos operadores de telemarketing e call center, (Castro, Alvarez & Luz, 2017) que trabalham com três terminais de vídeo e várias interfaces abertas a sua frente ou, ainda, dos entregadores por aplicativo que, ao mesmo tempo que pedalam ou dirigem, gerenciam as mensagens e visualizam as entregas pelo GPS. Outra das determinações do mundo do trabalho na atualidade está ligada aos novos *métodos de avaliação de desempenho individuais*. As formas de medição e avaliação das performances próprias do gerencialismo contemporâneo (Gaulejac, 2003) estão focadas na exigência de excelência individual e de assalariamento variável, conduzindo todos e todas à compulsão hipercompetitiva. Observa-se, neste aspecto, aquilo que Gaulejac nomeia de *quantofrenia*, a doença da medida, que impregna cada dia mais os dispositivos de gestão do trabalho, produzindo laços sociais precários e relações sociais violentas, expressas pelos sentimentos de indiferença, pelas formas de assédio generalizadas e pelo apego irracional às cifras como

verdade suprema em detrimento das qualidades e valores humanos. A experiência da solidão emerge nesse contexto de frieza inumana como impotência do comportamento serializado (Castro, 2017b), relacionada à perda dos laços de reciprocidade e à luta por lugares (Gaulejac & Leonetti, 1994) nos quais cada um torna-se adversário para todos os outros, fazendo das relações sociais uma disputa diária e acirrada pelos poucos lugares existentes.

Uma última determinação da precarização subjetiva presente no mundo do trabalho no contexto de um capitalismo neoliberal e financeirizado está ligada à *insignificância*. Presenciamos hoje, e os fenômenos de estresse crônico e burnout são expressão disso, a atividades cada vez mais pobres de conteúdo, mais mecanizadas e altamente simplificadas, fatores estes em íntima relação com a revolução tecnológica, particularmente a inteligência artificial e a robótica, capazes de assimilar cada vez mais as complexidades do trabalho humano, fazendo de cada um, mero apêndice da técnica. De sorte que, o trabalho vivo torna-se mais simplificado, automatizado e dependente dos ordenamentos das máquinas inteligentes, das plataformas *on line* e seus algoritmos. Tal absorção do trabalho vivo (humano) pelo trabalho morto (máquina), conforme os termos marxianos (1987), implica ainda o empobrecimento dos recursos e do conjunto de utensílios que o ser humano dispõe para realizar suas atividades. Observe-se, em todo esse processo, uma *descentração* da origem do movimento (Castro, 2020) na qual o gesto não mais parte do homem em direção ao objeto de sua atividade, mas ao contrário, parte da máquina inteligente em direção ao homem. A *lean production*, orientada à permanente redução de custos e utilização de alta tecnologia está, por essa razão, na base de uma atividade cada vez mais pobre de sentido existencial (Castro, 2012) - aquela capaz de significar a historicidade singular -, reduzindo o ato de

trabalhar à luta diária pela sobrevivência e, a vida à pobreza de uma existência insignificante.

O conjunto dessas determinações da precariedade subjetiva de nossos dias possui como pano de fundo a produção de situações paradoxais. Por um lado, temos que as atividades de trabalho estão cada vez mais objetivadas por um conjunto de aparatos tecnológicos capazes de regular de maneira incontornável, para os sujeitos, o desempenho do tempo, as formas das tarefas, o quantitativo das metas, a escassez de recursos, enquanto por outro, assistimos os apelos dos novos dispositivos gerenciais à flexibilidade, à maleabilidade, ao espírito de equipe, à colaboração e à autonomia. Multiplicam-se assim, situações de trabalho contraditórias e, ao mesmo tempo complementares, na medida em que, quanto mais os sujeitos buscam corresponder às exigências ligadas à autonomia, flexibilidade e colaboração, menos conseguem dar conta daquelas ligadas ao alto desempenho, às avaliações individualizantes e ao alcance das metas; e, quanto mais buscam responder a estas últimas, menos realizam as primeiras. O que coloca os sujeitos justamente em situações paradoxais, ou seja, em situações de tensão contraditória entre demandas antagônicas e irrealizáveis, empobrecendo por isso, cada vez mais as possibilidades subjetivas no trabalho e, dessa forma, precarizando a experiência humana de maneira inédita. Compreendemos, portanto, que os sintomas que revelam o crescimento do mal estar no trabalho contemporâneo sob a égide do neoliberalismo, configuram um fenômeno de *precarização subjetiva* constituído pela proliferação de situações cada vez mais irrealizáveis de um sentido humanamente desejável e viável, com um campo de experiência empobrecido, restrito a sentidos maquinais, urgentes, insignificantes e adoecidos.

Teorizando a precarização subjetiva

A partir deste quadro de determinações sociais capazes de demarcar o fenômeno da precarização subjetiva como próprio à sociedade do trabalho em seu estado atual, passaremos, na sequência, a teorizar o problema, nos valendo da *antítese entre forma e conteúdo*, constitutiva do *ethos do capital* (Castro, 2020). Sustentamos, nesse sentido, que o trabalho, ao adquirir na sociedade capitalista o caráter de mediação fundamental entre os sujeitos e destes com a sociedade, cria uma contradição desumanizante entre o conteúdo concreto da existência e suas múltiplas possibilidades de fazer e ser e a forma abstrata que restringe a atividade humana ao *tempo médio socialmente necessário* na produção de valor-mercadoria (Marx, 1987).

Walter Benjamin (2013) compara o capitalismo à religião: “A transcendência de Deus ruiu. Mas ele não está morto; ele foi incluído no destino humano. Essa passagem ao planeta do ‘ser humano’ pela casa do desespero na solidão absoluta de sua órbita constitui o *ethos* definido por Nietzsche” (p.25). Uma dessas metamorfoses histórico-sociais que representa a passagem do Deus transcendente para o Deus terreno, própria dos tempos modernos, é o trabalho. Que tipo de sacrifício esse Deus moderno quer de nós? O sacrifício do tempo de vida em prol do tempo produtivo. Qual é o paraíso prometido? O paraíso do progresso, baseado na crença de que todo sacrifício será recompensado com dinheiro que, por sua vez, permitirá a apropriação do mundo através do consumo de mercadorias. Um importante psicólogo americano do início do século XX chamado Arland Weeks (2011), muito próximo dos ideais fordistas, afirmava que a tarefa do século XX e da psicologia em particular, seria transformar as pessoas em sujeitos *produtivos, responsáveis e felizes*. Este foi o ideário americano que, por sua vez, alcançou o conjunto da sociedade industrial em expansão. Um sujeito produtivo, ao dedicar-se ao sacrifício de seu tempo de vida

ao tempo produtivo, responsável na medida em que se converte moralmente ao ethos da produção e consumo de massa a partir das técnicas de Ford e Taylor, e por fim, feliz em razão da sua marcha em direção ao progresso.

De sorte que, a existência humana concreta e sensível ao tomar consciência de si pela mediação fundamental do trabalho, orienta-se pelos parâmetros da eficácia produtiva como maneira de afrontar a coação muda da competitividade do sistema social e levar a cabo formas específicas de historicidade baseadas na dinâmica M-D-M². Tal consciência de si implica, por sua vez, um tipo específico de apropriação da experiência subjetiva marcada pela abstração, ou seja, pela apreensão de si quantitativa como ser rentável e produtivo que precisa ser útil na transformação do seu esforço físico e psíquico em troca de uma soma de dinheiro. A experiência subjetiva, nesse sentido, no esforço de projetar-se em direção a seus possíveis, valoriza a si mesma pela sua capacidade de utilizar objetivamente seu tempo com estratégias empreendedoras capazes de decisões que viabilizem, em maior ou menor medida, a própria utilidade mercantil.

A modernidade capitalista inaugura, assim, uma dialética específica, na qual impera um processo de abstração do conteúdo concreto da existência sensível com seus fazeres e possíveis múltiplos, em detrimento de uma forma unidimensional orientada por uma apropriação contínua de si mesmo em termos de recursos e meios, créditos e débitos, receitas e despesas, ganhos e perdas, na ânsia de encontrar um lugar no mundo hipercompetitivo das relações mercantis. Tal processo de abstração constituído pelo ciclo mercantil M-D-M mais do que uma simples fórmula

² Conforme Marx em *O Capital*, v. I, o ciclo M-D-M representa a circulação simples, com a transformação da mercadoria em dinheiro (venda) e do dinheiro em mercadoria (compra). O trabalho, nesse sentido, ao fazer-se força de trabalho abstrata no tempo histórico capitalista, passa a ser constituído, portanto, pela fórmula da circulação simples de capital, ou seja, torna-se uma mercadoria vendida no mercado (M) em troca de uma quantidade de dinheiro (D) a fim de que este possa se reverter em compra de mercadorias (produtos) para a subsistência. É o trabalho humano enquadrado dentro dos limites da circulação mercantil.

econômica, específica, na verdade, uma forma de sociabilidade e de temporalidade. Ser mercadoria, que precisa vender-se no mercado, com a finalidade de obter uma quantidade de dinheiro e trocá-lo por outras mercadorias faz das relações humanas relações quantitativas, nas quais o tecido social que amarra um ser humano a outro e ao mundo é constituído pelo valor de troca de si mesmo e pelo valor de troca daquilo que se pode comprar com a venda de si como força de trabalho, ambos mediados pela força impessoal e condicionante do dinheiro. A pessoa concreta com seus desejos e qualidades é negada nesse processo de relações sociais mercantis, na medida em que as relações humanas têm como fim em si a conversão do esforço físico e psíquico genérico em uma soma de dinheiro que, por sua vez, permite acesso ao mundo de mercadorias. Em razão dessa determinação mercantil da existência, o conteúdo e a qualidade das relações sociais não estão em primeiro plano: o valor não é dado pela atividade específica de um padeiro, pela artesanaria de um pedreiro, pelo projeto pessoal de um artista, pelas invenções técnicas de um engenheiro computacional, pela qualidade da prática de cuidado realizada pelo psicólogo, etc., mas, ao contrário, pela impessoalidade do sistema que contabiliza os custos de produção da mercadoria trabalho e padroniza as formas de relação conforme a eficiência matematizada das normas produtivas em função da maximização quantitativa dos resultados abstratos representados pela soma de dinheiro acumulada. Tampouco a qualidade da sociabilidade é aqui relevante. As relações entre as pessoas são relações funcionais, submetidas à prescrição da engenharia produtiva de maior eficiência que, por sua vez, é traduzida pela quantificação dos movimentos, dos tempos e dos modos de cooperação e funcionamento de maneira a resultar na maior eficiência produtiva do conjunto.

A esta sociabilidade abstrata das relações humanas acrescenta-se uma ordem temporal também abstrata. A temporalidade, conforme nos

mostra a fenomenologia (Sartre, 1966; Heidegger, 2006), é uma dimensão ontológica da existência visto que, ser para a realidade humana é temporalizar-se sem cessar do passado a partir do presente em direção ao futuro. De sorte que, é possível antever as consequências problemáticas de um processo social que faz do tempo vivido um tempo produtivo, quantitativo e cronológico. Deparamo-nos aqui com a produção de uma ordem específica do tempo em nossa época que reduz o passado a uma dimensão útil ou inútil conforme as exigências mercantis, que faz do presente uma presença competitiva por empregabilidade como única forma de reprodução da vida e, do futuro um porvir quantitativo, preenchido por metas a cumprir e representadas pela soma de dinheiro que se conseguirá em troca do sacrifício do tempo vivido.

Logo, a dimensão temporal da existência concreta reduz-se ao tempo produtivo, que designa uma *forma* subjetiva circunscrita aos imperativos *prático inertes*³ do tempo do dinheiro e de sua valorização abstrata (Kurz, 2014). Encontramos nesse sentido, como próprio do *ethos do capital* (Castro, 2020) uma ordem do tempo fundada nos imperativos inertes do trabalho abstrato (Marx, 1987) e do dinheiro. O tempo das atividades múltiplas torna-se, neste quadro, tempo médio, calculado conforme os parâmetros da engenharia produtiva em resposta às exigências do sistema de mercado, que governa a execução de qualquer atividade particular dentro de um sistema produtivo. Os tempos de fazer uma tese, ou de fazer um pão, ou de plantar tomates, que implicam, por sua vez, temporalidades qualitativas em função dos seus objetos distintos, dos saberes diferenciados e das técnicas e meios particulares transformam-se em tempo médio,

³ Segundo Thomas Flynn o “termo designa a sedimentação das ações passadas, sua reconversão e contra finalidades, bem como, as noções de materialidade e passividade. Tal termo abstrato torna-se concreto pelas diversas formas de matéria trabalhada, como a linguagem natural, os rituais de troca, os contratos sociais e os artefatos culturais como os jornais ou as linhas de ônibus que estabelecem relações seriais entre os indivíduos”, in *Dictionnaire Sartre* (p.391), op. cit.

estabelecido pela abstração dos tempos particulares por uma razão da série universal, que padroniza uma tese em três ou quatro anos, a fornada de pão em 40 min e o plantio de um hectare de tomates em dois meses, ditados pela padrão técnico e produtivo médio do sistema mercantil, via de regra, mundial. O tempo médio é dessa maneira, resultado de um processo de abstração dos tempos concretos e de fazeres particulares com seus objetos, saberes e técnicas distintos, em direção à universalização de procedimentos e *modus operandi*, que, por sua vez, retorna sobre cada fazer singular para determiná-lo de forma unidimensional, conforme a ordem quantitativa que se aplica de maneira idêntica a toda multiplicidade.

O dinheiro é o outro imperativo inerte a determinar esta ordem do tempo quantitativa. Existir no mundo implica ter dinheiro para se apropriar dos objetos-mercadorias e, portanto, quanto mais dinheiro se tem, mais possibilidades de apropriação do mundo existem; do contrário, mais estreitas vão se tornando as possibilidades de ter. A dimensão do *ter* ou possuir dentro de uma sociedade mercantil, encontra-se, assim, essencialmente constituída pela sua representação em dinheiro, como valor de troca que habita o ser das coisas, submetendo suas qualidades ao quantum de dinheiro que representam no universo mercantil que, por sua vez, condiciona desde o exterior as necessidades humanas. Logo, a estrutura inerte, fundada no dinheiro, condiciona o ser das coisas como valor de troca que, por sua vez, condiciona as múltiplas formas de ter a uma única, constituída pela apropriação mercantil [D-M], capaz, por fim, de comandar a temporalidade da existência conforme a ordem automatizada do tempo do dinheiro:

A objectualidade do dinheiro, portanto, ao deixar o domínio do sacrifício e seu caráter simbólico e tornar-se forma monetária universal de valor como padrão fixo para todas as trocas, como mercadoria que pode transformar-se em qualquer outra mercadoria, muda radicalmente os móveis e os motivos das

paixões humanas. O dinheiro transforma-se em um fim em si terreno (Castro, 2020, p.61).

O tempo do dinheiro torna, desse modo, a existência uma *existência econômica*, orientada em suas paixões a ocupar seu tempo qualitativo e múltiplo em tempo quantitativo e produtivo, calculado em segundos, minutos, horas, dias, meses e anos, a serem preenchidos de maneira eficaz, permitindo sua metamorfose em uma quantidade maior de dinheiro possível. Nos encontramos assim, novamente, perante um processo de abstração da temporalidade ontológica, múltipla em seus fazeres e possíveis, a identidade do tempo único, que requer a práxis submetida ao trabalho abstrato no seu agir calculista, orientado a utilizar o tempo como meio a um fim em si monetário. Parar e descansar, tomar um café durante o meio da jornada, conversar durante o expediente, ir ao banheiro quando a norma não permite, solicitar uma licença por motivo de saúde, experimentar outras formas de apropriação do mundo que não seja o tempo monetário, desligar, enfim, do tempo produtivo etc. tornam-se atitudes cada vez mais difíceis, sujeitas a toda ordem de repressão (social e psíquica) e exclusão, próprias a uma sociedade que se organiza pela ditadura do tempo único.

Ao fundo do fenômeno da precarização subjetiva encontramos, deste modo, a dialética entre a forma abstrata da existência (domínio do idêntico e do quantitativo) e seu conteúdo concreto (domínio do múltiplo e do qualitativo), com a dimensão do conteúdo concreto estando bem entendido, em relação de subsunção crescente face à forma abstrata. O trabalho vivo⁴, portanto, realiza-se por uma dialética sujeito-objeto muito particular ao nosso tempo histórico, orientada por processos quantitativos e serializantes que se impõem como necessidade vital, na qual o conteúdo concreto da

⁴ No sentido marxiano, de trabalho humano.

existência adquire seus contornos dentro dos limites imperativos das estruturas práticas próprias das formas abstratas do tempo médio e do dinheiro. Logo, a experiência de si com seus sentidos sociais e existenciais (Castro, 2012) forja-se dentro de uma dialética sujeito-objeto na qual os sujeitos fazem-se objetos de formas abstratas e, por sua vez, os objetos fazem-se supra sujeitos, a impor suas vontades e determinações aos sujeitos concretos de maneira impessoal e não-recíproca. Estamos aqui diante daquilo que Marx designou como fetichismo social, ou seja: “o fim em si de uma ‘riqueza’ meramente abstrata, sob a forma de dinheiro, e de ‘sujeito automático’ da sociedade. Ao falarmos de dinheiro falamos, portanto, de capitalismo, visto que apenas nesta formação histórica o dinheiro assumiu o caráter de fetiche social independente e de contexto abrangente dotado de uma força de lei própria e quase automática” (Kurz, 2014, p.32).

O fenômeno da precarização subjetiva nos dias atuais possui, portanto, como dimensão essencial o aprofundamento desta dialética desumanizante sujeito-objeto, na qual a liberdade radical - aquela capaz de negar o que *é* para aquilo que *não é* possa vir a ser - mostra-se soterrada por uma objetividade fetichizada que suga como um vampiro as energias vitais e a capacidade de projetar futuros alternativos ao sistema dado. A subjetividade como dimensão *para si* sensível e contingente do vir a ser humano *realiza-se*, conforme avança o processo social e histórico da modernização capitalista, como forma abstrata e serializada da existência em negação dialética ao *conteúdo* potencial, concreto e múltiplo das sensibilidades, dos desejos e do tempo do fazer (Castro, 2020).

Chegamos assim a antítese entre *forma* e *conteúdo* referida ao início de nosso texto como estando ao fundo do fenômeno da precarização subjetiva. Uma *antítese*, pois o que encontramos com o desenrolar histórico das relações sociais mediadas pelo trabalho não é uma simples contradição que poderia alcançar em um futuro - breve ou distante - alguma síntese

numa consciência emancipatória que mobilizaria, seja a classe operária ou outro coletivo qualquer. Tratamos aqui de antítese pois o que presenciamos nas metamorfoses da sociedade industrial no século XXI é um tensionamento constante e crescente de formas cada vez mais abstratas de prescrever os fins e os meios da existência concreta de maneira a precarizar e empobrecer a criação do vir a ser humano, que se manifesta no fenômeno de *precarização subjetiva* como proliferação de situações cada vez mais irrealizáveis de um sentido humanamente desejável e viável, num campo de experiência empobrecido com sentidos maquinais, urgentes, insignificantes e adoecidos.

O empobrecimento do conteúdo concreto da existência

Encontramo-nos no cerne daquilo que Lukács (2003) define como reificação. Segundo o filósofo:

Pois é somente como categoria universal de todo ser social que a mercadoria pode ser compreendida em sua essência autêntica. Apenas neste contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime, para as tentativas de compreender esse processo ou se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar da servidão dessa 'segunda natureza' que surge desse modo (p.198).

O fenômeno da precarização subjetiva, portanto, representa um momento avançado do desenvolvimento objetivo das estruturas reificantes da sociedade da mercadoria. Dadas as atuais transformações tecnológicas próprias da quarta revolução industrial e da globalização do sistema do capital como único sistema social possível – sob a forma do neoliberalismo e do sistema financeiro –, chegamos no século XXI a um patamar extremamente elevado e complexo da servidão dos sujeitos à 'segunda natureza' e

a submissão das formas de consciência à estrutura da mercadoria como categoria tornada universal. Passamos a presenciar, nesse sentido, formas de intensificação do tempo abstrato e da sociabilidade mercantil [M-D-M] a níveis jamais vistos, conforme atentam Lipovetky (2004), Bauman (2000), Aubert (2003), Castoriadis (2004). A existência concreta em suas possibilidades de sociabilidade e temporalidade múltiplas mostra-se subsumida aos ditames da forma abstrata da mercadoria e do dinheiro, dando surgimento a era do vazio (Lipovetky, 2004), ao excesso de inexistência (Aubert, 2003), à ascensão da insignificância (Castoriadis, 2004) ou ainda, à insólita experiência de liquidez da qual fala Bauman (2000).

Os processos subjetivos mediados pelo *deus trabalho* mostram-se, assim, cada vez mais empobrecidos pelo sistema automático do capital (Castro, 2020), com os sentidos e as experiências de si totalizando modos de ser desconectados da existência sensível e contingente e permeados pela urgência de valorização monetária. A subjetividade reifica-se, com o Eu perdendo pessoalidade e interiorizando a indiferença e a insensibilidade da mercadoria, na medida em que se realiza de forma eficaz conforme as coações hipercompetitivas do sistema de mercado.

O empobrecimento do conteúdo concreto da existência, portanto, que fenomenicamente aparece através da precarização subjetiva, constitui-se, pela restrição das múltiplas formas de temporalidade e sociabilidade a única e idêntica forma abstrata da mercadoria-dinheiro. Subjetivamente, a tendência irracional, no limite puramente ideal e fictícia, porém não menos operante, orienta-se para o *tempo zero* e para a *sociabilidade zero*. Ou seja, para uma temporalidade instantânea, na qual o fazer, o ter e o ser coincidiriam. Uma tendência aniquilante à dialética entre três dimensões capitais da existência (Sartre, 1966), na qual o *fazer* é exigido a *ter* (possuir mercadorias e dinheiro) de forma cada vez mais urgente e instantânea,

resultando em formas de ser sem historicidade e, portanto, vazias. Correlativamente, o hiperindividualismo neoliberal tende à *sociabilidade zero*, na medida em que, orienta-se pela individualização voltada ao competir, empreender, produzir e consumir numa espiral ascendente cada vez mais acelerada e solitária.

O fenômeno da precarização subjetiva cada vez mais visível socialmente em sua intensidade (pelas diferentes formas de adoecimento e adição) e amplitude (alcançando os diversos espaços sociais) revela que estamos nos tornando seres sem tempo e sem laços de reciprocidade sociais-afetivos, ou seja, seres absolutamente solitários e tomados pela urgência. Estamos nesse sentido, diante de uma crise profunda dos fundamentos – temporais e sociais – dos processos de *individuação*. As epidemias de ansiedade e depressão (Ehrenberg, 2010) próprias aos dias atuais, nos fornecem, mais uma vez, o elevado grau de crise em que nos encontramos. Na depressão, a temporalidade paralisa-se em função das possibilidades do *fazer* mostrarem-se fechadas; o mundo difícil demais para *ser apropriado*, com a tristeza tornando-se a tonalidade afetiva própria da existência que desiste, sem vislumbrar nenhuma reciprocidade social e afetiva possível. Já na ansiedade, a temporalidade inviabiliza-se pelo excesso do fazer, esvaziando o *eu* de experiências significativas e na qual a única consciência possível é aquela da própria insuficiência. A saída para ambos os casos está no uso abusivo de psicofármacos para aumentar a performance no trabalho, para melhorar o desempenho, para suportar a dor física e psíquica ou o sofrimento de uma vida vazia que representam, ao fim, diferentes formas de adoecimento e mal-estar.

Direções para uma psicologia do trabalho

A psicologia das organizações e do trabalho, desde suas origens como psicologia industrial até suas formas mais atuais, esforça-se em promover

e desenvolver a eficácia subjetiva, seguindo, nesse sentido, as orientações do pragmatismo americano de Arland Weeks, de tornar os sujeitos produtivos (no trabalho), responsáveis (moralmente) e, por consequência, felizes pelo progresso produtivo e moral alcançado. Tal direção paradigmática, nascida no seio da utopia fordista e keynesiana, entrou em colapso no século XXI. Por outro lado, a psicologia do trabalho, por natureza, crítica ao pragmatismo da psicologia organizacional, tem se mostrado historicamente (Castro, 2003), aderida aos princípios da ontologia do trabalho⁵, como supostamente capaz de produzir uma subjetividade autônoma e mais livre. De tal perspectiva a psicologia do trabalho necessita, da mesma forma, desprender-se, dada a crise profunda da sociedade do trabalho.

Sustentamos que continuar a promover, prática e teoricamente, tais direções, mostra-se um caminho problemático, na medida em que nos fazemos responsáveis pela expansão do fenômeno da precarização subjetiva, próprio do aprofundamento das contradições da sociedade do trabalho de nossos dias (Kurz, 2014). Em relação ao pragmatismo da psicologia organizacional, a Teoria do Capital Humano (Gaulejac, 2005), a Gestão de Pessoas por Competência, a Psicologia Positiva (Castro, 2015) e as múltiplas técnicas de coaching (Castro, 2019) são exemplos da psicologia a serviço da precarização subjetiva. Já em relação ao amplo espectro da(s) Psicologia(s) do Trabalho, vemos como fundamental a inclusão da crítica ao trabalho e a sociedade mercantil em sua totalidade, como dimensão essencial para a compreensão atual dos sentidos e modos de sofrimento vividos pelas diversas profissões e atividades no século XXI. Como afirmam os integrantes do grupo Krisis (2003): “O trabalho forma a personalidade. É verdade. Isto é, a personalidade de zumbis da produção

⁵ Sugerimos, neste aspecto, como leitura à crítica da ontologia do trabalho, os livros “Marx e o Século XXI: notas para uma teoria crítica da sociedade, op, cit. e “Manifesto contra o trabalho”, Grupo Krisis, op. cit

de mercadorias, que não conseguem mais imaginar a vida fora de sua roda-viva fervorosamente amada, para qual eles próprios, os trabalhadores, se preparam diariamente” (p.38).

Sustentamos, nesse sentido, a redefinição do *objeto da psicologia* no mundo do trabalho e das organizações, não somente no que se refere à produção de conhecimento, como também, quanto a sua prática e intervenção. A eficácia produtiva do ser humano não produzirá, dentro da realidade histórica em que nos encontramos, bem-estar e felicidade, mas mais alienação e adoecimento. De forma similar, a perspectiva ontológica sobre o trabalho não permite a compreensão do trabalho como uma categoria essencialmente moderna, ou seja, conectada desde sua raiz com os processos de valorização do capital e hoje, mais do que em outros momentos, a desumanização em larga escala.

Uma redefinição, portanto, de seu objeto implica, como já demonstramos em outro texto (Castro, 2015), que se postule o *sentido* como preocupação central do fazer e do pensar do psicólogo em relação ao mundo do trabalho e das organizações e não mais a eficácia comportamental, cognitiva, afetiva etc. Ao mesmo tempo, demarcar o sentido como objeto essencial do pensar e do fazer do psicólogo no campo do trabalho implica que a psicologia se faça *crítica do trabalho* e de sua dialética desumanizante da modernidade em crise (Castro, 2020), própria da subsunção da existência concreta e múltipla à ditadura da *forma* - única, abstrata e serial - do trabalho e do tempo em nossa ordem social.

Referências

Aubert, N. (diréction) (2004). *L'individu hypermoderne*. Paris: Erès

Aubert, N. (2003). *Le culte de l'urgence: la société malade du temps*. Paris, Flammarion.

Aubert, N. & Pagès, M. (1989). *Le stress professionnel*, Paris: Klincksieck

- Benjamin, W. (2013). *O capitalismo como religião*. São Paulo, Boitempo.
- Bauman, Z. (2000). *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Castoriadis, C. (2004). *Figuras do Pensável: as encruzilhadas do labirinto VI*. São Paulo, Civilização Brasileira.
- Castro, F. G. (2003). A problemática da definição de psíquico nos estudos de Wanderlei Codo e colaboradores sobre o sofrimento psíquico no trabalho, *Revista Psicologia: organizações e trabalho*, v.3, n. 1 (p.111-134).
- Castro, F. G. (2012). *Fracasso do projeto de ser: burnout, existência e paradoxos do trabalho*. Garamond, Rio de Janeiro.
- Castro, F. G. (2014). Suicídio e trabalho nos dias atuais: considerações preliminares sobre os paradoxos do mundo do trabalho. *Em: Subjetividades e temporalidades: diálogos impertinentes e transdisciplinares*, A. Ewald, J Coelho, A, Matos, M. F Severiano, C. B. Aquino (orgs.).
- Castro, F. G. (2015). Por uma mudança paradigmática da psicologia organizacional e do trabalho, in Alvim, M. B. e Castro, F. G. (orgs.), *Clínica de situações contemporâneas: fenomenologia e interdisciplinaridade*. Curitiba, Juruá.
- Castro, F. G. (2016). Situação assediante e lógica organizacional do judiciário, in B. Farah (org.) *Assédio moral organizacional*, São Paulo, LTr.
- Castro, F. G. (2017) O sofrimento no trabalho na tensão entre má-fé e alienação, in F. G. de Castro, D. Schneider & G. Boris (orgs.). *J-P. Sartre e os desafios à Psicologia contemporânea*, Rio de Janeiro, Via Verita.
- Castro, F. G.; Alvarez, M.; Luz, R. (2017). Modo de produção flexível, terceirização e precariedade subjetiva, *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol.20 no.1 São Paulo jan./jun..
- Castro, F. G. (2019) *Marx e o século XXI: notas para uma teoria crítica da sociedade*. Marília (SP), Lutas Anticapital.
- Castro, F. G. (2020). *A subjetividade sem valor: trabalho e formas subjetivas no tempo histórico capitalista*. Curitiba (PR), Appris.

- Clot Y. (2010). *Le travail à Coeur*: pour en finir avec les risques psychosociaux, Paris, La découverte.
- Dawbor, L. (2018). *A era do capital improdutivo*. São Paulo, Autonomia Literária.
- Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. São Paulo, Ideias & Letras.
- Ferreira, J. B. (2009). *Perdi um jeito de sorrir que eu tinha*: violência, assédio moral e servidão voluntária no trabalho. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Gaulejac, V. (2005) *La société malade de la gestión*. Paris, Seuil.
- Gaulejac, V.; Leonetti T. (1994). *La lutte des places*. Paris, Desclée de Brouwer.
- Grupo Krisis (2003). *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo, Conrad Livros.
- Heidegger, M. (2006) *Ser e Tempo*. Petrópolis, Vozes.
- Kurz, R. (2014). *O dinheiro sem valor*: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa, Antígona.
- Linda L. Dahlberg; Etienne G. Krug (2014). Violência: um problema global de saúde pública, in *Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência*, OMS (org.), FAPESP.
- Lipovetsky, G. (2014). *Los Tiempos Hipermodernos*. Barcelona, Anagrama.
- Lukács, G. (2003). *História e Consciência de Classe*: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo, Martins Fontes.
- Marx, K. (1987). *El Capital: crítica a economia política*, Tomo I. Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- Mészáros, I. (2011). *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo, Boitempo
- Noudelman, F; Philippe, G. (diréction) (2004). *Dictionnaire Sartre*. Paris, Honoré Champion.
- Sennett, R. (2012). *A corrosão do caráter*: o desaparecimento das virtudes como o novo capitalismo. Rio de Janeiro, Bestbolso.

Sartre, J-P. (1966). *L'être et le néant: Essai d'ontologie phénoménologique*. Paris, Gallimard.

Weeks, A. (2011). *Psicología de la ciudadanía*. Oviedo, KRK Ediciones.

Wotling, P. (2007). Introduction, in F. Nietzsche, *Le Gai Savoir*. Paris, Flammarion.

A máquina do mundo neoliberal: capturas e resistências à precarização da subjetividade e da vida no trabalho

João Batista Ferreira ¹

A máquina foi programada pelo homem para resolver os problemas que ele criou. Mas ela, a máquina, está criando também problemas que desorientam e engolem o homem. A ponto de que talvez o homem deixe de ser uma organização humana. Clarice Lispector (1992, p. 89).

A condição precária da vida nos impõe uma obrigação. Devemos nos perguntar em que condições se torna possível apreender uma vida, ou um conjunto de vidas, e em que condições se torna menos possível ou mesmo impossível.

Judith Butler (2016, p. 14-15).

O capitalismo tornou-se uma máquina maior do que o mundo. Chegamos ao ponto em que é “mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” (Jameson, 2003, p. 76). Nos últimos 40 anos, o capitalismo neoliberal corroeu ainda mais os limites à expropriação da vida e dos recursos do planeta. Domínio que alcançou dimensão soberana e sistêmica e o transformou na arma de destruição mais perigosa do mundo – o que impõe reconfigurar o modo de nomeá-lo: *neoliberalismo* (Mbembe, 2020a, sp)².

¹ Professor associado e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e da Graduação em Psicologia da UFRJ. Psicólogo (UFRGS). Doutor em Psicologia Social (UnB). Pós-doutorado em Filosofia (Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne). Coordenador do Núcleo Trabalho Vivo - Pesquisas e Intervenções em Arte, Trabalho, Ações Coletivas e Clínicas (IP-PPGP-UFRJ). @ufrj.academia.edu/jf. E-mail: ferreira.jb@gmail.com.

² “O sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer”; ao priorizar a salvação da economia evidencia-se ainda mais a “lógica do sacrifício que sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles

A gravidade e a urgência desse estado acentuado de precarização da vida impõem também a obrigação ético-política enfatizada por Judith Butler (2016): em que condições se torna possível ou impossível constituir a vida digna, plural, coletiva? Nesta linha, discutir os sintomas sociais dos dispositivos neoliberais – como a precarização subjetiva e da vida no trabalho – é uma obrigação ética prioritária para as resistências ao tempo brutalista que nos foi dado viver. No mundo do trabalho no contexto neoliberal, tal precarização se expressa de modo cada vez mais acentuado e globalizado nas situações de sofrimento, violência, adoecimento e morte que atingem grandes contingentes de trabalhadoras/es – com e sem trabalho. A precarização subjetiva e da vida é uma das mais graves consequências da máquina do mundo neoliberal. Torna as vidas desprotegidas do amparo muito frágil das leis, da justiça - e até mesmo do luto (Butler, 2016; Agamben, 2004). Vidas que não são reconhecidas como vidas.

Neste ensaio realizamos uma crítica ao neoliberalismo, do ponto de vista das capturas e resistências à precarização subjetiva e da vida no trabalho. Analisamos algumas linhas deste vasto campo problemático com base na *psicologia das formas de vida*, abordagem que se vale de operadores conceituais e empíricos para discutir as capturas, ameaças e à vida em tensionamento constante com as potências, resistências, movimentos e criações mobilizadas contra tais adversidades, aqui abordadas no âmbito dos modos de existência relacionados ao trabalho.

Zero direitos

Situação 1. No filme *Você não estava aqui* de Ken Loach (2019) – versão do título original “*Sorry, we missed you*” – Ricky é um motorista

que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros” (Mbembe, 2020a).

entregador de uma empresa de plataforma. Ele “trabalha feito um condenado”, com jornadas de 14 horas diárias, em Newcastle, na Inglaterra. Rick não tem tempo para ir ao banheiro (precisa urinar em um frasco). Nem para se alimentar. Nem para a família (dividem o mesmo espaço de moradia, mas pouco se encontram e, quando isso acontece, vivem relações cada vez mais deterioradas). Nem ficar doente pode. Não pode parar, mesmo adoecido. Precisa arcar também com a dívida da “Van” que comprou para o trabalho.

Situação 2. Era uma das noites de sábado mais frias do inverno paulistano de 2019. Thiago de Jesus Dias, 33 anos, passou mal quando fazia mais uma entrega do Rappi. Sem conseguir se mover, aguardou socorro na calçada durante uma hora e meia. Foi ignorado, não só pelo Rappi, Uber (cujo motorista se recusou a prestar socorro ao ver o estado de Thiago), como pela Polícia Militar e Samu. A ajuda só aconteceu com a chegada de seu melhor amigo, que atravessou a cidade para levá-lo ao hospital. Thiago sofreu um acidente vascular cerebral (AVC). Morreu horas depois. Avisado sobre o estado do entregador, o Rappi mostrou-se mais preocupado com as entregas pendentes, como testemunhou a advogada Ana Ferreira, cliente do aplicativo, que não abandonou Thiago: “Entramos em contato com o Rappi que, sem qualquer sensibilidade, nos pediu que déssemos baixa no pedido para que eles conseguissem avisar os próximos clientes que não receberiam seus produtos no horário previsto”; para a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), a morte de Thiago é um “resumo do desmonte de políticas públicas, somada à ampla fragilização das relações de trabalho no Brasil”³.

Ainda que não tenhamos notícias que mostrem a vinculação direta entre a morte de Thiago e o modo de organização do trabalho do Rappi, é

³ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/oab-classifica-morte-de-entregador-do-rappi-de-desmonte-das-relacoes-de-trabalho.shtml>.

impossível não destacar o descaso e a indiferença com a situação (começando pelo Rappi) que podem ter contribuído ou provocado essa morte. São alguns aspectos sintomáticos da grave precarização do trabalho contemporâneo. Precariedade sintetizada na ilustração de Edu (2020)⁴:



O que resta a essas/es trabalhadoras/es com *zero direitos*? Como não se submeter às jornadas intermitentes e exaustivas de trabalho? Como não se sujeitar à espera de ser acionada/o pelo enigmático gerenciamento algorítmico? Gerenciamento que altera valores e parâmetros das entregas “na velocidade da luz”; omite os destinos dos percursos (até que os entregadores os aceitem, mesmo para locais arriscados); “desabilita” o acionamento dos entregadores sem justificativas e especialmente daqueles que se submetem menos às jornadas extensivas e intensivas de trabalho.

Situações de precarização como estas demandam questionamentos sobre a gravidade das relações de trabalho contemporâneas como: “por que tantas pessoas têm de lutar por trabalhos precários, fazendo malabarismos com diversos empregos com menos direitos, proteções e benefícios, enquanto se endividam?” (Fraser, 2020, p. 15).

⁴ <https://twitter.com/geeknfeminist/status/1278316096207101953/photo/2>

Experimentos da precarização

Tais situações não se restringem à plataformização hiperflexível e desregulamentada do trabalho. Empresas como Amazon, Uber, Uber Eats, 99, Cabify, Rappi, Ifood e outras gerenciam plataformas digitais reguladas pelos mandamentos do neoliberalismo. São experimentos do alongamento da precarização que alcança as/os trabalhadoras/es das indústrias de softwares, call centers, telemarketing – “que constituem o núcleo do infoproletariado ou cibertariado – até chegar aos setores industriais, agro-negócio, bancos, comércio, *fast-foods*, turismo e hotelaria etc.” (Antunes, 2020, p. 15). E também as organizações públicas de modo inexorável, forçadas a incorporar princípios e procedimentos dos modos de gestão submetidos à lógica do direito privado e às leis do mercado – a se constituírem como “empresas” (Dardot e Laval, 2016a, 2016b)⁵.

Experimentos da precarização acentuaram-se no Brasil nos últimos cinco anos. Em 2019, o país entrou pela primeira vez na lista dos dez piores do mundo para as pessoas que vivem do próprio trabalho, de acordo com o Índice Global de Direitos, divulgado na 108ª Conferência Internacional do Trabalho, ligada à ONU. Fato derivado da reforma trabalhista de 2017 (Lei 13.467) que “impôs um arcabouço jurídico regressivo aos trabalhadores, baseado na retirada de direitos. A reforma consolidou um quadro de desproteção ao trabalho, repressão violenta a greves e protestos, além da intimidação de lideranças”⁶; o rebaixamento do país deve-se, também, aos

⁵ “Quando a situação não é “espontaneamente” de mercado, convém criar uma situação concorrencial no interior e no exterior da atividade em questão, ou seja, uma situação de mercado sem mercadorias, algo que se pode chamar de um quase-mercado. Isto é particularmente verdadeiro em setores de atividades em que a mercantilização pura e simples, ou seja, a transformação do produto em mercadoria e, portanto, em algo diretamente trocável por dinheiro, não é viável. A avaliação *quantitativa* é o elemento decisivo desta construção de quase-mercados, é aquilo que opera a imposição da norma competitiva” (Dardot e Laval, 2016b, p. 08).

⁶ “O alerta foi apresentado durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) nesta segunda-feira (24) pelo representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait), Rogerio Silva”. Fonte: Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/24/brasil-esta-entre-os-piores-paises-do-mundo-para-trabalhador-aponta-debate>.

“esforços governamentais para asfixiar economicamente os sindicatos, com medidas como o fim das contribuições obrigatórias, levando muitos a fecharem as portas, diminuindo o poder de negociação dos trabalhadores” (idem).

A alteração da lei legitimou modalidades ainda mais precárias de contratualização do trabalho, produziu subcategorias de empregados formais, mais vulneráveis em termos de direitos, com a criação do emprego intermitente e a terceirização sem limites das atividades-fim; subcategorias que foram estabelecidas “por dentro da lei” (Druck et al., 2019). Tais “subcategorias” configuram “a nova classe social” do precariado⁷.

Com estes fatos, apontamos as primeiras linhas mais gerais das condições produtoras da precarização no trabalho. Entre as possibilidades de análises críticas dessas situações, nos valemos do referencial inter e transdisciplinar da *psicologia das formas de vida no trabalho*, sintetizada a seguir.

Psicologia das formas de vida no trabalho

No referencial da *psicologia das formas de vida*, as situações de trabalho são entendidas como microcosmos onde operam as forças e formas mais amplas dos campos sociais, econômicos, políticos, históricos⁸. O jogo

⁷ “O que significa 'precariado'? A palavra, surgida ainda nos anos 1980, está sempre associada à uberização, por descrever justamente uma "nova classe social", como diz Guy Standing, economista da Universidade de Londres e autor do livro "The Precariat: The new dangerous class" (2011). O termo é a combinação do adjetivo "precário" e do substantivo "proletariado", que identifica uma classe emergente em todo o mundo, composta por pessoas que levam uma vida de insegurança, sem empregos permanentes, garantias trabalhistas, normalmente fazendo trabalhos que não garantem dignidade ou satisfação pessoal". Fonte: <https://tab.uol.com.br/faq/uberizacao-o-que-e-como-funciona-como-surgiu-e-outras-duvidas.htm?cmpid=copiaecola>.

⁸ Abordagem constituída com base nas atividades e práticas de ensino, pesquisa e extensão, realizadas desde 2012, por integrantes do Núcleo Trabalho Vivo - Pesquisas e Intervenções em Arte, Trabalho, Clínica e Ações Coletivas, vinculado à Graduação em Psicologia e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRJ. As práticas clínicas integram estágios curriculares na clínica-escola da Divisão de Psicologia Aplicada (DPA), com a participação de graduandos de psicologia (nos atendimentos), e de doutorandos e mestrandos nas supervisões clínicas coordenadas pelo professor orientador. A *psicologia das formas de vida* articula referências da psicologia (social, clínica e do trabalho), esquizoanálise, filosofia da diferença, psicanálise, análise institucional, saúde do trabalhador e clínicas do trabalho.

de forças entre dispositivos disciplinares e de controle *versus* trabalhadoras/es produz modos de existência e subjetivações diversas, caracterizadas por experiências de vida e degradação, criação e infelicidade, escravidão e expropriação, construção social e servidão, saúde e adoecimento (Antunes, 2004).

Dispositivo é “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (...); isoladamente ou em conjunto, os dispositivos são *máquinas de produzir subjetivações* que dependem destas para funcionar (Agamben, 2005, p. 40). As *subjetivações* (modos situados de sentir, ver, pensar, agir, falar) nascem no corpo a corpo entre dispositivos e seres viventes. Assim, um mesmo indivíduo “pode ser o lugar de múltiplos processos de subjetivação” (idem, p. 41), em função das diversas forças simultâneas e dispositivos com os quais o indivíduo interage.

Dispositivos têm o *poder de fazer ver e de fazer falar* – comandam *regimes de visibilidade e regimes de enunciação*. Definem o visível e o invisível, o pensável e o impensável, o dizível e o indizível (o que pode e deve ser dito; o que não deve ser dito; o que deve ser calado). Em última instância: o desejável e o indesejável (Deleuze, 2016, p. 361) e – como *operadores ontológicos* – o *que pode existir e não existir*; pois fazem valer ou não-valer (como expropriação) os direitos de existências dignas. São máquinas de produção das realidades do mundo.

As *subjetivações* se inscrevem nos *modos de existência* relacionados às situações de trabalho. Os *modos de existência*, por sua vez, são ocupações de espaços-tempos singulares, social e historicamente situados e determinados. Cada pessoa é um *agenciamento coletivo*, com modos diversos e simultâneos de existência, em função das situações de classe,

gênero, étnico-raciais, orientação sexual, grupos de pertencimento, situação de trabalho (ou não trabalho), história de vida, local de nascimento etc. As *formas de vida* são composições dos diversos modos de existência. Nas formas de vida o que está em jogo é, sobretudo, o modo de viver. A vida humana é aquela “na qual cada um dos modos, dos atos e dos processos do viver nunca são simplesmente fatos, mas sempre e sobretudo são possibilidades de vida, sempre e sobretudo potência” (Agamben, 2017, p. 115).

Para mapear as linhas de forças dessas composições, a *psicologia das formas de vida* – aqui aplicada às situações de trabalho – busca cartografar e problematizar a constituição dos modos de existência com base nas situações de saúde-adoecimento, aspectos paradigmáticos e condições de legitimação (ou não legitimação) das formas de vida. *Paradigmáticos* no sentido de casos singulares que tornam inteligíveis contextos mais amplos, inclusive históricos (Agamben, 2019).

O adoecimento é discutido a partir da noção de saúde. Saúde é uma “maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais” (Canguilhem, 2009, p. 66)⁹. Saúde é a capacidade de criar normas e agir em função das circunstâncias, de experimentar “errâncias normativas” (idem). É o conjunto de processos vitais que buscam reconfigurar continuamente as condições objetivas e subjetivas da existência para ultrapassar determinada situação. A condição de *criador de valor* é pensada neste ensaio como *produção de valor de vida*, como atenção e cuidado que se expressam nas mobilizações, resistências e lutas que buscam afirmar a vida digna como dimensão ético-política maior

⁹ “Compreende-se que, para o homem, a saúde seja um sentimento de segurança na vida, sentimento este que, por si mesmo, não se impõe nenhum limite. A palavra *valere*, que deu origem a valor, significa, em latim, passar bem” (Canguilhem, 2009, p. 66).

da existência. *Valor de uso* não no sentido utilitário, mas de reapropriações do uso da vida decorrentes de movimentos de transgressão e profanação dos instituídos que capturam a subjetividade e a vida (Agamben, 2007); como *mais-valia de vida* (Massumi, 2020).

A discussão do adoecimento a partir da saúde implica que não há fatos normais ou patológicos em si. “A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores às normas anteriores, serão chamadas patológicas” (Canguilhem, 2009, p. 56). Mas o que entender por *inferiores* nesta proposição? O adoecimento é produzido por um sistema normativo que “não tolera nenhum desvio das condições em que é válida, por ser incapaz de se transformar em outra norma” (idem, p. 72). O adoecimento é caracterizado como fixação a uma norma única. E dependendo das relações de força e dominação no campo social, esta norma única pode moldar sistemas normativos que alcançam dimensões mais amplas, a ponto de se tornarem adoecimentos ou patologias sociais, como veremos adiante. De modo esquemático, as situações de trabalho são analisadas em suas correlações sistêmicas, estruturais, relacionais e dinâmicas entre as esferas macro e microsociais. Para isso, a cartografia se vale de três planos analíticos indissociáveis.

O primeiro plano investiga inicialmente aspectos factuais e mais visíveis relacionados a questões como: o que é considerado trabalho? Como é organizado? O que tal organização exige das pessoas? O que faz com elas? (Fraser, 2020). O segundo plano busca aspectos ético-políticos dos fatos observados no plano anterior, partindo das questões: quais são os fatos? Como tais fatos se tornam possíveis? Em qual racionalidade se fundamentam? Com base em quais direitos? (Lapoujade, 2015). A noção de direito aqui ultrapassa o direito formal – que tende a ser capturado pelo

direito da propriedade privada (Agamben, 2017) – e se referencia principalmente nas ações concretas que buscam afirmar o direito fundamental à vida digna, de modo eticamente referenciado, como as ações dos movimentos de trabalhadoras/es. Ainda que tais direitos estejam formalizados na lei (como na Constituição Brasileira, por exemplo, no direito à vida e ao trabalho dignos), tal garantia não existe de fato.

Os fatos, no entanto, não têm importância em si mesmos. Não são neutros. No limite, como propõe Nietzsche, *não há fatos, só interpretações*. A compreensão dos sentidos dos fatos resulta dos campos de forças sociais e históricas, das disputas de narrativas e de sentidos. Fatos importam pelo que expressam sobre as forças que determinam significações e sentidos das formas de vida em cada situação de trabalho (Deleuze, 2018; Ferreira, 2020a)¹⁰.

O terceiro plano analítico sintetiza os anteriores, pois se constitui a partir de *fatos sintomáticos* (sinais, signos e sintomas mais visíveis que expressam forças, valores e dispositivos que os produzem); e *forças genealógicas* (forças invisíveis de produção dos aspectos sintomáticos) (Deleuze, 2018). O grande *fato sintomático* da *precarização da vida no trabalho* demanda o mapeamento das linhas de forças que os produzem. *Fatos sintomáticos* expressam – para quem e além deles mesmos – *forças genealógicas* (entendidas como *fatos dos fatos*).

São articulações complexas. Há situações que são, ao mesmo tempo, *sintomáticas* e *genéticas*. As *precarizações subjetivas e da vida*, por exemplo, são sintomas da racionalidade que conforma modos de organização do trabalho neoliberal e origem significativa de sofrimentos, adoecimentos e mortes. Em resumo: com as apropriações que fazemos do pensamento

¹⁰ “Jamais encontraremos o sentido de alguma coisa (fenômeno humano, biológico ou até mesmo físico) se não soubermos qual é a força que se apropria da coisa, que a explora, que dela se apodera ou nela se expressa. Um fenômeno não é uma aparência, nem mesmo uma aparição, mas um signo, um sintoma que encontra seu sentido numa força atual” (Deleuze, 2018, p. 11).

de Deleuze, as composições desses planos analíticos buscam a construção crítica de campos problemáticos em torno de *questões de fato, questões de direito e questões de vida (e morte)* (Lapoujade, 2015).

A Lei da Vida

Na sociedade neoliberal há forças que dão corpo às lógicas e aos dispositivos gestionários das práticas concorrenciais, dos modos “inventivos” de flexibilização e da precarização que inundam o mundo do trabalho, com amplos efeitos para trabalhadoras/es e o mundo social. Aspectos articulados por sistemas normativos da *racionalidade neoliberal* que “ampliou sua influência para o mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e esferas da vida”; nomeada por Dardot e Laval (2016a, p. 7) como *nova razão do mundo*. Razão que se tornou “uma racionalidade global – mais que uma doutrina econômica ou ideológica – que vem transformando profundamente as sociedades de forma subterrânea e difusa, estendendo seu sistema normativo a todas as relações sociais, sem deixar incólume nenhuma esfera da existência humana” (idem, p. 8). Racionalidade caracterizada por quatro aspectos:

1) O mercado se apresenta como algo natural (como enfatizavam os economistas clássicos). Mas é uma realidade construída com a participação do Estado e de um sistema de direito que assegura seu funcionamento; 2) os movimentos do mercado não são pautados por trocas comerciais, mas pela concorrência como “norma geral das práticas econômicas” que depende da ação de um Estado regulador; 3) o Estado não fica fora da lógica concorrencial e acaba submetido à “sociedade de direito privado” que se instaurou. O Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados. Assim, o Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado; 4) a lógica da concorrência se universaliza, ultrapassa o Estado e se torna uma lógica política e cultural que alcança os processos de subjetivação dos indivíduos, influenciando suas formas de sentir,

pensar e agir e, assim, suas formas de vida, tornando-se um princípio de funcionamento social. Em diversos países, a lógica concorrencial alcançou a dimensão de um “princípio constitucional” (idem, p. 45).

São múltiplas as consequências desses aspectos para a precarização da vida no trabalho. Numa linha de força mais geral, a *nova razão do mundo* demanda modos de subjetivação, existências, formas de vida e morte (humanas e não humanas), submetidas à competição sem limites. A ponto de se tornar a *Lei da Vida*, com efeitos brutalmente desiguais na delimitação dos espaços e tempos sociais, como indicam a distribuição da riqueza, a produção da desigualdade e da injustiça social que atravessam fortemente o mundo do trabalho.

A amplitude das relações de poder e dominação tem ressonâncias com a fórmula-síntese de Isabelle Stengers (2017, sp) sobre o capitalismo: “a flexibilidade nas formas e o dogmatismo nos princípios”. É, portanto, uma *racionalidade dogmática*, no sentido de imposição de verdades, modos de subjetivação e de existência, da qual decorrem práticas gestonárias que comprimem, capturam, expropriam o direito fundamental à vida. É um poder que se torna soberano, na medida em que detém o monopólio da violência. O *prescrito soberano* é o operador maior da flexibilização infinita; continuamente desabilita normas, regras, leis (como a “reforma trabalhista” no Brasil. Produz estruturas e modos de organização que operam a expropriação e a precarização da vida no trabalho, em situações como: cobranças abusivas, polivalência dos “colaboradores”, exigências sem fim, na lógica do “sempre mais”, entre tantas outras. As consequências são diversas: sofrimento, angústia, medo, hiperaceleração dos ritmos de trabalho, desconsideração das necessidades corporais e psicológicas, uso de álcool e drogas, ideias suicidas, adoecimentos diversos e mortes.

A razão dogmática do neoliberalismo

A compreensão dessa *nova razão do mundo* tem ressonâncias com o que procuramos caracterizar em outro texto como *razão dogmática do neoliberalismo* (Ferreira, 2020), com base na lógica da *imagem dogmática do pensamento*, proposta por Deleuze (Zourabichvili, 2016, p. 38). *Imagem dogmática* que possui dois operadores: a) a crença no pensamento naturalmente bem orientado por motivos morais, capaz de determinar a natureza do “bem pensar” pressuposto por esta forma de pensamento; b) o modelo geral de pensamento que sabe de antemão o que deve pensar, “assim que interpreta seu objeto como realidade, o pensamento lhe consigna *a priori* a forma da identidade: homogeneidade e permanência” (idem, p. 41).

A imagem dogmática do pensamento se manifesta de duas formas: no *saber prévio* (como critério de legitimação do que é realmente verdadeiro); e no *erro* (produzido pela negação de todo pensamento não dogmático). Tais manifestações favorecem os modos servis do pensamento: “dar a boa resposta, encontrar o resultado justo. Com isso, os problemas são, desde sempre, os mesmos” (idem, p. 41). O pensamento *a priori* impossibilita a percepção de outros sentidos para a realidade, exceto aqueles previamente determinados e transformados em valores morais absolutos.

Com estas referências, pensamos a *razão dogmática neoliberal* com base em princípios, dispositivos e sistemas normativos que configuram, em conjunto, um grande *prescrito soberano* (Ferreira, 2009, 2016). *Prescrito soberano*, no sentido das forças que buscam preservar o *dogmatismo dos princípios*, e não tem limites para a *flexibilidade das formas*, na esteira do que vimos com Stengers (2017, sp).

O *prescrito soberano* é o operador maior da flexibilização infinita; continuamente desabilita normas, regras, leis (como a “reforma trabalhista” no Brasil). Produz estruturas e modos de organização que

precarizam e expropriam a vida no trabalho, em situações como: cobranças abusivas, polivalência dos “colaboradores”, exigências sem fim, na lógica do “sempre mais”, entre tantas outras. As consequências são diversas: sofrimento, angústia, medo, hiperaceleração dos ritmos de trabalho, desconsideração das necessidades corporais e psicológicas, *burnout* (Castro, 2012), uso de álcool e drogas, ideias suicidas, adoecimentos diversos e mortes.

A partir do prescrito soberano, as demais normatividades do trabalho – especialmente como o avanço do gerenciamento algorítmico – tornam-se modulações e derivações infinitas (“na velocidade da luz”) desta prescrição maior. Derivações intensificadas nas últimas quatro décadas. Nos anos 80, frente à longa e infrutífera greve de trabalhadores contra a privatização das minas de carvão na Inglaterra, Margareth Thatcher cunhou a fórmula emblemática do pensamento dogmático neoliberal: “Não há alternativas!”.

Como esta frase se torna possível? Com base em quais direitos? A fórmula sintetiza uma perspectiva negacionista de mundo de quem sabe de antemão o que deve pensar e considera errado tudo o que esteja fora desse campo dogmático. Estabelece limites de existência/inexistência, “expressa uma alternativa exclusiva: capitalismo ou morte – seja morte rápida ou lenta, interminável, seja morte social, econômica, cívica, ou tudo isso ao mesmo tempo. É uma espécie de chantagem imunda em que não se tem outra escolha senão aceitar trabalhos precários, mal pagos, em condições de vida que se confundem com as da sobrevivência” (Lapoujade, 2017, p. 103).

Se desdobramos mais as condições desta “ausência de alternativas”, chegamos à produção das crenças que tornam possível a sustentação deste modelo de pensamento e seu correlato sistema de direito. E nos encontramos, por exemplo, com Noami Klein (2017, sp): “O grande triunfo do

neoliberalismo foi nos convencer de que sem eles não há alternativa”. Poder de produção e captura ressaltado também por David Harvey (2014, p. 15): “Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos”¹¹.

A continuidade do modelo depende das forças que produzem volumes massivos e contínuos de narrativas nas quais as/os trabalhadoras/es, por exemplo, ganham auras e imagens de microempresários-empresendedores-de-si-mesmos. A aderência e submissão às crenças possibilitam “inclusões” no mundo do trabalho e além dele. Crenças e atitudes que condensam forças de produção das realidades nas quais o capitalismo (mesmo com seus problemas) é o único sistema econômico e social viável, processo que Mark Fisher (2020) chamou de *realismo capitalista* (outra forma de nomear o neoliberalismo).

A expansão sem limites deste regime faz com que as tecnologias de captura do desejo e da subjetividade se estendam à colonização da alma. E outra vez o espectro de Thatcher¹²: “a economia é o método, o objetivo é mudar a alma”. O propósito é capturar a parte essencial da existência, se entendermos *alma* como a parte da existência que a torna mais real (Lapoujade, 2017). Como produto dessa máquina do mundo, tal empreendedorismo de si, gerado desde a alma, busca modos de subjetivação que se sobreponham a todos os outros, configurando o que Laval e Dardot (2016) denominam “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou “neosujeito”. São modos individualizados de naturalizar a precarização da

¹¹ Para Dardot e Laval (2016, p. 06) “Eis que a grande questão prática do neoliberalismo vem a ser: como dobrar os sujeitos à sua norma, *todos* os sujeitos, incluindo-se aqueles que não sentem diretamente a pressão do mercado em seu trabalho? Como fazer os indivíduos internalizarem a pressão externa da concorrência de modo a fazê-los adotá-la como norma de subjetividade?”.

¹² Margaret Thatcher em matéria do *Sunday Times*, 7 de maio de 1988.

subjetividade e da vida. E, uma vez mais, o espectro de Thatcher: “não há sociedade, só indivíduos”.

Subjetivação just-in-time

No mundo neoliberal, as/os trabalhadoras/es só existem quando assujeitadas/os aos dispositivos das organizações do trabalho, cujos parâmetros são mutantes, nebulosos, atualizados “em tempo real”. Vivemos a era da redução da/o trabalhador/a à condição de trabalhador/a *just-in-time* (Abílio, 2018, p. 114)¹³. Na leitura que fazemos desta proposição, a existência é habilitada com a submissão aos *parâmetros de legitimação just-in-time* (JIT). Parâmetros que determinam o *instante preciso mais favorável à otimização do capital*. Parâmetros do “tempo real” que criam realidades (como no paradigma do acionamento/desabilitação das/os trabalhadoras/es de plataformas).

Nestas situações, a *temporalidade justa da produção* habilita a existência da/o trabalhadora/o mais adequada/o ao momento. Tal acionamento, por sua vez, é conjugado à localização das/os mais adequadas/os. Incorpora-se, assim, à equação algorítmica, a variável *just-in-place* (JIP). Nesta lógica, não é difícil especular sobre a redução essencial dos

¹³ Para Ludmila Abílio (2019, p. 114): “1) Trata-se de uma tendência global de transformação do trabalhador em trabalhador autônomo, permanentemente disponível ao trabalho, reduzido a um auto gerente subordinado (Abílio, 2019), ao mesmo tempo que está desprovido de qualquer direito ou proteção associados ao trabalho, assim como de qualquer garantia sobre sua própria remuneração e limites sobre seu tempo de trabalho. Podemos defini-la como redução do trabalhador a um trabalhador *just-in-time* (Oliveira, 2000; Abílio, 2017, 2019; De Stefano, 2016); 2) As empresas designam sua atividade principal como mediadoras que detêm essencialmente meios tecnológicos para a promoção e organização do encontro entre oferta e procura de diferentes atividades econômicas, e, em realidade, operam aí novas formas de subordinação e controle do trabalho. Essas hoje desafiam e mobilizam os estudos do trabalho, as políticas públicas, as regulações do trabalho no que concerne a seu reconhecimento, categorização, legalização. Para sua compreensão utilizaremos a definição de gerenciamento algorítmico do trabalho; 3) De um contingente predefinido passamos a lidar com a figura da multidão de trabalhadores disponíveis: controle e subordinação operam de forma racionalizada com a indeterminação quanto ao número de trabalhadores, seu perfil profissional, seu tempo de trabalho, sua remuneração. Na mesma lógica, o papel de instituir e executar normas de certificação e fiscalização do trabalho é transferido do Estado para as empresas-aplicativo (Abílio, 2017), que o terceirizam para a multidão indeterminada de consumidores. É transferida para os consumidores parte do gerenciamento e controle sobre o trabalho, também ele um controle subordinado pelas empresas-aplicativo. A indeterminação controlada da multidão será aqui compreendida por meio da definição de *crowdsourcing* (Howe, 2008); 4) Todos esses elementos envolvem também o deslizamento da identidade profissional do trabalho para a de trabalho amador, componente poderoso desse novo tipo de informalização do trabalho”.

sujeitos trabalhadores às coordenadas espaço-temporais (JITJIP) mais favoráveis. Equação obviamente mais complexa, pois inclui também as pontuações dos clientes (grandes e significativas sínteses dessa redução, fornecidas “gratuitamente” pelos usuários), entre outros parâmetros não transparentes, guardados sob o véu do “segredo comercial”.

A maquinação instantânea do gerenciamento algorítmico aciona pontos-sujeitos com melhor condição de rentabilidade. A irrelevância dos fatores que não compõem esta métrica gerencial se expressa, por exemplo, no descaso com a situação de Thiago – reduzido unicamente às coordenadas do fluxo de circulação de mercadorias. Na máquina do mundo neoliberal, os modos de subjetivação e, de modo mais amplo, os modos de existência e as formas de vida só têm sentido quando movimentam os fluxos comerciais.

A diversidade das situações de trabalho, no entanto, produz alterações qualitativas e quantitativas na fórmula JITJIP. No trabalho remoto, por exemplo, o lugar pode ser indeterminado, abstraído da fórmula, desespacializado. Mas, ainda assim, não escapa à extração JIT, que tende a se tornar uma temporalidade 24/7 (Crary, 2016). A ponto de se tornar um presentismo (Hamaroui, 2020), isto é, a expansão e intensificação da jornada de trabalho que invade o tempo do sono – uma das últimas zonas de desconexão com a temporalidade da produção JIT.

As capturas pela equação JIT(JIP) implicam contínuas modulações da subjetividade. Assim, a *subjetivação just-in-time* é produzida-produtora por/de estados objetivo-subjetivos instrumentais, determinados pontualmente pela *temporalidade just-in-time*. O espaço, de fato, é relativamente indeterminado (como no trabalho remoto), pois não pode ser um espaço qualquer, mas propício aos ditames da produção. Instante(s)-lugar(es) no(s) qual(ais) a(s) existência(s), convertida(s) de *valor de uso*, em *valor*

de troca (valor econômico), performaticamente ganha(m) *valor existencial*. Nestes instantes(lugares) as existências se tornam “mais reais” (no sentido do *realismo capitalista*). A existência ganha em realidade quando o algoritmo a reconhece como operadora de valor. No instante em que assume a forma-mercadoria, torna-se reencarnação da “alma” neoliberal e, portanto, ganha legitimidade existencial.

Labirinto em expansão

A máquina do mundo neoliberal continuamente modula os *limites de validação e legitimidade* que definem os modos de pertencimento/exclusão ao seu *sistema de direito*. “O primeiro limite é a lei, inseparável dos perigos de morte com que ela ameaça aqueles que querem apagá-lo ou transpô-lo” (Lapoujade, 2015, p. 310). Mas quais usos da lei? Tanto o uso *por fora*, quanto *por dentro da lei*, como vimos. Usos que entendemos caracterizar *situações de exceção*, nos quais as forças de dominação desabilitam leis e normatividades para modular um *sistema de direito* mais favorável à *razão neoliberal*. *Situações de exceção que ressoam com a parábola de Kafka* (2003, pp. 22-23), *Diante da lei*. Um homem do campo chega ao local onde teria acesso à lei. O porteiro bloqueia a entrada. O homem pergunta se mais tarde poderá entrar. “É possível – diz o porteiro – mas agora não”. A porta está aberta. Mas só-que-não. “O homem do campo não esperava tais dificuldades: a lei deve ser acessível a todos e a qualquer hora”. Como a porta está aberta o homem se inclina para ver o que há depois. O porteiro ri: “Se o atrai tanto, tente entrar apesar da minha proibição. Mas veja bem: eu sou poderoso. E sou apenas o último dos porteiros. De sala para sala, porém existem porteiros cada um mais poderoso que o outro. Nem mesmo eu posso suportar a simples visão do terceiro” (idem, p. 199). E assim ele fica. Esperando. Sentado em um banquinho... Até envelhecer. Perto da morte, quer saber por que ninguém entrou por

aquela porta. “Aqui ninguém mais podia ser admitido, pois esta entrada estava destinada só a você. Agora eu vou embora e fecho-a”. Antes da lei, o limite intransponível. O acesso impossível ao lugar de direitos e da justiça.

A *situação de exceção* do texto de Kafka é paradigmática das segregações e expropriações históricas, sistêmicas, estruturais, dinâmicas, naturalizadas e contemporâneas condensadas no neoliberalismo. Expropriações que se manifestam fortemente na banalização da injustiça social (Dejours, 1999) e, de modo significativo, na precarização da vida no mundo do trabalho, entre outros danos irreparáveis. *Situações de exceção* atualizadas nas regressões da reforma trabalhista de 2017, que mostraram a situação do Brasil entre os piores países do mundo para a classe trabalhadora.

As forças de dominação que determinam a ordem social – como os casuísmos na formulação e aplicação da lei – proliferam e disfarçam formas, limites e normatividades de regulação, moduladas por dispositivos diversos de controle, pois “uma ordem social só pode se reproduzir se as populações batem cabeça o tempo todo contra os muros. Pode-se deslocar esse limite, deslocar o muro permanentemente, como faz o capitalismo, sem no entanto transpô-lo. Fractaliza-se o muro em tabiques desmontáveis. (...) [o que mostra] o capitalismo como labirinto em expansão” (idem, p. 310). Os *tabiques fractais* são imagens da flexibilização e da remontagem infinita das formas e limites *just-in-time* que preservam o núcleo duro do *dogmatismo dos princípios*. Quando aprofundamos a discussão sobre o que torna possível a precarização da vida no trabalho, é inevitável a compreensão de que essa precarização é o sério efeito de um modelo que alcança todas as esferas da vida e do planeta, com tal intensidade destrutiva que entendemos necessário caracterizar o neoliberalismo como grave forma de adoecimento social.

O neoliberalismo é uma patologia social?

Em que sentido a precarização da vida no trabalho é um sintoma do neoliberalismo como *patologia social* mais ampla? A noção de patologia (como adoecimento) pode alcançar tal escala? Em outro texto, discutimos o neoliberalismo nesta perspectiva (Ferreira, 2020a). Como vimos, o adoecimento é produzido por um sistema normativo que não tolera desvios das suas condições de validade e é incapaz de se transformar em outra norma.

Como tal fixação nos leva ao neoliberalismo como patologia social? A partir dessas referências e com base nas proposições de Axel Honneth, as patologias sociais são tomadas como “deficiências no interior de uma sociedade que geram prejuízos às condições sociais” (Safatle, 2019, p. 29). No contexto do capitalismo neoliberal, tais deficiências resultam da submissão ao ordenamento produzido pela axiomática de valorização do Capital (Deleuze e Guattari, 2010). A axiomática do Capital é um *sistema de direito* que “se torna tanto um princípio abstrato de distribuição das potências do capitalismo, quanto seu modo de legitimação. Os dois polos da soberania política – potência e direito – são assim submetidos a uma mutação profunda” (Lapoujade, 2015, p. 256).

A axiomática do Capital é a *razão dogmática do neoliberalismo* – que se expressa como *prescrito ou norma soberana* projetada nos demais sistemas normativos sociais. Tal *sistema de direito* produz mutações profundas no ordenamento social (a flexibilização infinita, a precarização da vida), mas conserva o coração do próprio capitalismo (o dogmatismo dos princípios, a axiomática do Capital). Busca se auto preservar – a qualquer custo e sem limites – mesmo que isso implique o fim da vida e do

mundo, como expressões da necropolítica (Krenak, 2020)¹⁴ e do necroliberalismo (Mbembe, 2020a, 2020b).

O neoliberalismo é, ele mesmo, uma mutação do capitalismo para preservar tais princípios. Mutações que buscam atender ao dogmatismo como imposição de verdades, produção de pensamento único, sistema de verificação, sentidos autocentrados que sustentem a axiomática do Capital e suas formas correlatas abordadas neste ensaio. O entendimento do neoliberalismo como patologia social oferece um potencial crítico relacionado às necessidades de “consolidação de demandas de transformação global das estruturas sociais que abrem caminho para um uso renovado do tema da análise das patologias sociais” (Safatle, 2019, p. 29).

“Nossas vidas valem mais que o lucro deles!”

Situações 3, 4, 5... No dia 01 de julho de 2020, milhares de entregadores de aplicativos realizaram paralisação com adesão em vários Estados brasileiros, afetando os pedidos em restaurantes e nas plataformas. O movimento grevista, denominado *Breque dos Apps*, reivindicava melhores condições de trabalho, remuneração para a categoria de entregadores de empresas como Ifood, Uber Eats, Rappi e Loggi. O movimento teve alguns avanços, ainda que pequenos. Nas faixas e cartazes dos entregadores em São Paulo, por exemplo, havia frases como: “motoboys unidos contra precarização!”; “nossas vidas valem mais que o lucro deles!”.

Além desse importante movimento, outras mobilizações têm se constituído para enfrentar as precarizações no trabalho de entregadores. O livro *Os laboratórios do trabalho digital* organizado por Rafael Grohmann

¹⁴ “O que vemos nesse homem [o presidente da República do Brasil] é o exercício da necropolítica, uma decisão de morte. É uma mentalidade doente que está dominando o mundo. E temos agora esse vírus, um organismo do planeta, respondendo a esse pensamento doentio dos humanos com um ataque à forma de vida insustentável que adotamos por livre escolha, essa fantástica liberdade que todos adoram reivindicar, mas ninguém se pergunta qual o seu preço” (Krenak, 2020, p. 43-44).

(2021) descreve algumas delas: *Señoritas Courier* (coletivo de entregadoras e pessoas LGBT de São Paulo comprometidas com a mobilidade e o desenvolvimento sustentável, e protagonistas do documentário *Entregue como uma Garota*, que utilizam formulário automatizado para que clientes e trabalhadoras saibam os valores destinados às entregadoras e ao coletivo); *TransEntrega* (coletivo de entregadores trans comprometido com a responsabilidade social e ambiental, inspirado no Señoritas Courier, no qual o valor de entrega vai para as pessoas trabalhadoras); *Pedal Express* (criada em 2010 em Porto Alegre, uma das primeiras cooperativas de entregadoras do Brasil, que busca defender as ciclo-mensageiras locais); *Puma Entregas* (coletivo defensor das mulheres entregadoras, do uso da bicicleta e de iniciativas locais, criado em 2020 em Porto Alegre); *Levô Courier*: outro coletivo de entregadoras/es com forte participação de mulheres que luta por entregas sustentáveis; *Contrate Quem Luta* (assistente virtual criado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST - para conectar participantes do movimento às pessoas que precisam de serviços de diaristas, porteiros, músicos, pedreiros, manicures, cozinheiras, eletricitistas; *Entregadores AntiFascistas de São Paulo* (o coletivo está se mobilizando para construir uma plataforma cooperativa de entrega e luta)¹⁵. Tais movimentos expressam iniciativas significativas de mobilização e lutas que evidenciam como a fragilização atinge desigualmente as

¹⁵ O livro também mapeou movimentos em fase de construção: “SafeDelivery: primeira iniciativa da SafeCoop, de Curitiba, que promete construir cooperativas de plataforma. A SafeDelivery será uma cooperativa de entregadores que construirá sua própria plataforma, em que o lucro gerado será destinado aos trabalhadores. A iniciativa está com cadastro aberto para entregadores interessados. Plataforma de Trabalho Decente: a iniciativa está sendo desenvolvida na cidade de Salvador pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) para encanadores e chaveiros. Detalhes sobre a experiência serão informados em breve. Na Pista: startup que nasceu de pesquisa de doutorado sobre condições de trabalho de entregadores por plataformas, de Igor Dalla Vecchia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O objetivo é criar soluções digitais, como dados para proteção de trabalhadores e que se conectem com planejamento urbano e pesquisas acadêmicas. O projeto foi contemplado com financiamento pelo edital Startup Rio 2020, da FAPERJ. ContratArte: projeto de plataforma digital para conectar artistas e seus públicos no Rio Grande do Sul, com objetivo de criar alternativa de trabalho para trabalhadores da arte na região. Iniciativa de pesquisadores do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)” (Grohmann et al, 2021, p. 07).

diferentes populações. Iniciativas como estas são experimentações de resistências micropolíticas às precarizações da subjetividade e da vida no trabalho que podem influenciar e se propagar para esferas macropolíticas.

Em cinco países as disputas judiciais com as empresas de plataformas ampliaram os direitos das/os trabalhadoras/es: Reino Unido (Uber deve pagar salário mínimo e férias aos motoristas), nos Estados Unidos (um salário mínimo com base no tempo trabalhado, seguro em caso de assédio, parte das despesas operacionais e subsídios para planos de saúde), na Holanda (trabalhadores classificados como empregados), no Japão (seguro acidente de US\$ 13 mil aos trabalhadores) e na Alemanha (motorista da Uber é considerado empregado). No Brasil, “a Uber vem oferecendo acordos a motoristas que estão prestes a ganhar ações na Justiça, de modo a impedir uma jurisprudência que reconheça o vínculo empregatício”¹⁶.

Ainda no plano micro político, tais movimentos têm ressonâncias com as mobilizações estudadas por Verônica Gago (2018), em Buenos Aires, ainda que em situações de trabalho bastante diversas: no comércio popular La Salada (“a maior feira ilegal da América Latina”, impulsionada pela crise argentina de 2001); na villa 1-11-14 (bairro mais perigoso da capital); e nas Oficinas (ateliês têxteis e mini fábricas de roupas com cinco trabalhadores média que são mais de 5000). A autora discute a heterogeneidade das produções destes locais, inseridos na sociedade neoliberal, mas na perspectiva de um “neoliberalismo de baixo para cima”. Analisando contextos de extrema precariedade, a autora identifica os precarizados como “agentes em resistência”, protagonistas de movimentos anti-hegemônicos que contestam, por vias não necessariamente políticas ou tradicionais, a ordem instituída, por meio da expressão de desejos, contestações e ironias e nas formas de lidar com a expropriação. Tais

¹⁶ Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/30/primeiro-motorista-a-processar-a-uber-no-brasil-o-algoritmo-e-o-novo-capataz>

agentes não são seres inanimados, alienados, passivos, vítimas ou orientados somente pela racionalidade neoliberal, mas portadores de desejos, ainda que afetados por políticas de exclusão (de direitos e de territórios). A autora propõe pensar o neoliberalismo a partir de duas perspectivas: a de cima para baixo e a de baixo para cima, em especial nas práticas de sociabilidade inerentes às classes populares (segmentos mais baixos das classes médias e seus grupos inferiores), que também de baixo se internalize ou se opere a partir de subjetividades que podem ser, adequadamente, chamadas de neoliberais.

A pesquisa de Gago tem ressonâncias com a investigação de Leny Sato (2012) realizada em feira livre da cidade de São Paulo. Ainda que a pesquisa não aborde diretamente a discussão do neoliberalismo, o estudo aponta, entre outros aspectos relevantes, os modos de resistência, arranjos táticos e astuciosos dos enfrentamentos às adversidades que a autora relaciona ao que Michel de Certeau denominou “a arte do fraco”: a construção de formas de resistência e estratégias para lidar com adversidades, que buscam assegurar modos de existência singulares e plurais, configurando uma *politização das práticas cotidianas*.

Com base na *Psicologia Social do Trabalho*, Sato (2017) também aborda as diferentes modalidades do trabalho nos centros urbanos – a partir do ponto de vista das/os trabalhadoras/es – enfatizando a importância de pesquisas e intervenções sobre o trabalho não protegido e informal (que alcança expressiva parcela da população no Brasil), que possibilitem subsidiar a construção de políticas de proteção social, “seguindo os marcos da busca, manutenção e ampliação dos direitos de cidadania” (p. 171), especialmente no contexto de desproteção, informalidade e precariedade do mercado de trabalho.

Movimentos contra as ruínas do mundo

A máquina do mundo neoliberal é o maior instrumento de determinação da realidade contemporânea. Não tolera desvios do axioma da valorização do Capital. Legitima danos ao direito fundamental à vida digna e à soberania popular (a partir dos quais o estado democrático de direito deveria se estruturar). A máquina do mundo neoliberal é um sistema de expropriação que tem como principal fato – e consequência mais geral – o bloqueio da “potência de agir e de cooperar, cuja perda não é indenizável” (Stengers, 2017, sp).

As situações graves, crônicas e sintomáticas que ameaçam e produzem precarização da subjetividade, da vida e danos diversos às pessoas trabalhadoras (com e sem trabalho) nos levam ao jogo de forças e formas que operam dispositivos (sistêmicos e locais) nocivos que demandam discussões e ações de caráter ético-político essenciais. Articulações que nos remetem à caracterização do neoliberalismo como *patologia necropolítica* (Ferreira, 2020a). Patologia resultante do fracasso da sociedade em assegurar condições para a vida digna, ordenada pelo brutalismo do *prescrito soberano*, elevado à condição de *Lei da Vida*, transformada – de fato e de “direito” – em *Lei da Morte*, fundada na *racionalidade dogmática*, soberana, imperativa. Eixo central do *sistema de direito* em permanente estado de exceção, que se mostra uma verdadeira *Lei do Fim do Mundo*. O *realismo capitalista neoliberal* – propagado como única realidade possível – consome todas as histórias prévias, coloca preços em todas as coisas, destrói o sentido ético da noção de valor, para reverenciar uma “ontologia empresarial”. É um *ontopoder* (Massumi, 2016). “Um projeto que esvazia o mundo de significado, que deprecia e desvaloriza a vida e explora abertamente o desejo” (Brown, 2019, p. 82).

Contra tais capturas mortíferas, os breves relatos das resistências apontadas são paradigmáticos das lutas micropolíticas que resistem à instauração de *não lugares de direitos*, de *zonas de indistinção entre violência (explícita ou não) e direito*, pautadas por dispositivos de *exclusão-inclusiva* (Agamben, 2004): a “inclusão” no mundo social tem como contrapartida submeter a um estado de *zero direitos*. Resistências contra as *situações de exceção* produtoras de violências simbólicas e/ou diretas (mais ou menos sutis), que resultam em violências psicológicas maiores, como o assédio moral estrutural e organizacional (Araújo, 2007).

Movimentos de resistência que buscam potencializar as relações recíprocas, multideterminadas, micropolíticas, atravessadas por *forças e linhas vitais* que procuram tornar mais reais (ética e politicamente referenciados) os modos de existência. Linhas que produzem movimentos que interrogam as *condições de legitimação (e deslegitimação) das situações de trabalho*, contestam fundamentos e práticas que ameaçam a vida digna e demandam direitos. Movimentos que se contrapõem às *linhas antivitais* que fragilizam as existências, para reduzi-las a corpos que usam a maior parte de suas energias para sobreviver. No jogo de relações de poder e dominação, no entanto, as ações de resistência mostram que tais linhas antivitais, ao contrário do que parecem, não são absolutas, dicotômicas, mas híbridas, com intensidades e incidências variadas.

Para resistir, são necessárias composições, laços, vínculos criados nos gestos pequenos e maiores que possibilitem a coletivização, a produção do comum, inevitavelmente transitório. É necessário abrir frestas nos muros dos dogmatismos, passagens, tornar visíveis outros horizontes, espaços mais amplos de vida. Nestas lutas tão difíceis, mesmo quando tudo parece em estado de adoecimento, há sempre afetos que escapam e podem ativar forças de vida. Afetos como o espanto, experienciado mesmo nas situações em que nada mais parece possível. Como nos lembra Canguilhem (2009,

p. 76): “O espanto verdadeiramente vital é a angústia suscitada pela doença”.

A força dessa relativa autonomia dos afetos coloca em movimento os processos de criação. Nos estados de acentuada fragilização da subjetividade, precarização e ruína da vida que atravessam o mundo do trabalho, nada mais necessário do que buscar potencializar essas forças: “contra as ruínas do mundo, só há uma defesa: o ato de criação”, como bem aponta Kenneth Rexroth. Resistências que ganham forma no ato de criação podem nos levar às “ideias para adiar o fim do mundo” (Krenak, 2019). Nesse jogo intensivo de desmontagem dos regimes de veridicção, contra a força patológica da necropolítica do neoliberalismo, precisamos com ainda mais urgência dos espantos vitais, da capacidade de indignação que possibilitem criar desvios, novos caminhos e horizontes nas histórias de trabalhadoras/es que pareciam para sempre vencidos.

Referências

- Abílio, L. C. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad*, Chile, v. 18, n. 3.
- Abílio, L. C. (2020). *Uberização: a era do trabalhador just-in-time?* Estudos Avançados, v. 34, n. 98. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>.
- Agamben, G. (2004). *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua*. UFMG.
- Agamben, G. (2005). *O que é um dispositivo?* Outra Travessia, nº 5.
- Agamben, G. (2007). Elogio da profanação. In: ___ *Profanações*. Boitempo.
- Agamben, G. (2017). *O uso dos corpos*. Boitempo.
- Antunes, R. (2009). *O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. Boitempo.
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. Boitempo.

- Araújo, A. R. (2007). *Os três níveis de assédio moral no trabalho*. Revista do Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul, v. 11, p. 14-34.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Editora Politeia.
- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico*. Forense Universitária.
- Castro, F. G. (2012). *Fracasso do projeto de ser: burnout, existência e paradoxos do trabalho*. Garamond.
- Crary, J. (2014). *24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono*. Cosac Naify.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016a). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016b). Neoliberalismo e subjetivação capitalista. *Revista Olho da História*, 22. Disponível em: <http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlneoliberalismo.pdf>.
- Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. Editora da FGV.
- Deleuze, G. (2016). O que é um dispositivo? In: Lapoujade, D. (Ed.). *Dois regimes de loucos. Textos e entrevistas (1975 – 1990)*. Editora 34.
- Deleuze, G. (2018). *Nietzsche e a filosofia*. n-1 edições.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Editora 34.
- Druck, G. et al. (2018). A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: Campos, A. G. (Org.). *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Ipea.
- Ferreira, J. B. (2009). *Perdi um jeito de sorrir que eu tinha: violência, assédio moral e servidão voluntária no trabalho*. Ed. 7Letras.
- Ferreira, J. B. (2016). Quantos anos de solidão? Violência, assédio moral e paralisia das formas de vida no trabalho. In: Farah, B. L. (Org.). *Assédio moral organizacional: novas modalidades do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas*. LTr.

- Ferreira, J. B. (2020a). Vida e morte no mundo do trabalho: neoliberalismo como patologia bio e necropolítica. In: Sousa-Duarte, F.; Mendes, A. M.; Facas, E. P. (Orgs.). *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Editora Fi.
- Ferreira, J. B. (2020b). Captures et puissances des formes de vie au travail/ Capturas y potencias de las formas de vida en el trabajo Subjectivité et travail: entre mal-être et bien-être / Subjetividad y trabajo: entre el mal-estar y el bien-estar / Subjetividade e trabalho: entre mal-estar e bem-estar): Hernández, J. J. R., Lhuillier, D. Araújo, J. N. G. & Andrea Pujol, A. (Orgs). Paris: Éditions L'Harmattan.
- Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* Autonomia Literária.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). *História da sexualidade: A vontade de saber*. Edições Graal.
- Fraser, N. (2020). *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica – Nancy, Rahel Jaeggi*. Boitempo.
- Gago, V. (2018). *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Editora Elefante.
- Grohmann, R. (2021). *Os Laboratórios do trabalho digital: entrevistas*. Boitempo.
- Hamraoui, E. (2020). Figuras históricas, vidas psíquicas e racionalidades políticas da indiferença. In: Sousa-Duarte, F.; Mendes, A. M.; Facas, E. P. (Orgs.). *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Editora Fi.
- Harvey, D. (2014). *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola.
- Jameson, F. (2003). Future city. *New left review*, 21, 65-79. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/i121/articles/fredric-jameson-future-city>.
- Kafka, F. (2003). Diante da lei. In: _____. *Um médico rural*. Cia. das Letras.
- Klein, N. (2017, novembro). Entrevista: Naomi Klein. Entrevista concedida a Marta Peirano. *El Diario*. (Cepat, Trad.). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78->

noticias/573494-nao-podemos-vencer-os-nacionalistas-sendo-melhores-nacionalistas-que-eles-entrevista-com-naomi-klein.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Cia. das Letras.

Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Cia. das Letras.

Lapoujade, D. (2015). *Deleuze, os movimentos aberrantes*. n-1 edições.

Lapoujade, D. (2017). Nos limites do mundo. In: Novaes, A. (org). *Mutações - Entre dois mundos*. Edições Sesc São Paulo.

Lispector, C. (1992). *A descoberta do mundo*. Francisco Alves.

Loach, K. (Diretor). (2019). *Sorry, we missed you*. [filme]. Reino Unido, Bélgica e

Massumi, B. (2016). *O capital (se) move*. Trad. Paulo Sérgio de Souza Jr. n-1 edições.

Massumi, B. (2017). *O que os animais nos ensinam sobre política*; Francisco Trento, Fernanda Mello. n-1 edições.

Massumi, B. (2020). *99 teses para uma reavaliação do valor: um manifesto pós-capitalista*. GLAC edições.

Mbembe, A. (2020a, abril). Entrevista: Achille Mbembe. Entrevista a Diogo Bercito. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>.

Mbembe, A. (2020b, janeiro). Entrevista: Achille Mbembe. Entrevista a Sylvain Bourmeau. Brutalismo do Antropoceno. France Culture. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/08/17/brutalismo-do-antropoceno-entrevista-com-achille-mbembe/>

Mendes, A. M. (2007). Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais. In A. M. Mendes (Ed.), *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas* (pp. 49-87). Casa do Psicólogo.

Mendes, A. M. (2018). *Desejar, falar, trabalhar*. Editora Fi.

- Mendes, A. M. (2020). Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização. In: In: Sousa-Duarte, F.; Mendes, A. M.; Facas, E. P. (Orgs.). *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Editora Fi.
- Safatle, V. (2019). Introdução – em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social. In: Safatle, V.; Silva Junior, N. & Dunker, C. (Orgs.). *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Autêntica Editora.
- Sato, L. (2012). *Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade*. Edusp.
- Sato, L. (2017). Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 151-174). Vozes.
- Stengers, I. (2017, abril). Entrevista: Isabelle Stengers. Entrevista concedida a Mathieu Rivat e Aurélien Berlan. *Revista DR*. Disponível em: <http://revistadr.com.br/posts/o-preco-do-progresso-conversa-com-isabelle-stengers/>
- Zourabichvili, F. (2016). *Deleuze: uma filosofia do acontecimento*. Editora 34.

3

Economia psíquica da precarização: subjetividade, capitalismo e crise

Leomir C. Hilário¹

A pulsão de morte torna-se pulsão de destruição na medida em que, com ajuda de órgãos especiais, é voltada para fora, contra os objetos. O ser vivo preserva, por assim dizer, sua própria vida destruindo a alheia (Freud, 2020, p. 436).

A substância da racionalidade autoconservadora dos indivíduos foi condenada à irracionalidade, pois a humanidade fracassou na formação de um sujeito total e racional (Adorno, 2015, p. 90).

I.

Em “Sorry We Missed You”, de 2018, o cineasta Ken Loach retrata o processo de deterioração da vida provocado pelo neoliberalismo. O protagonista Ricky e sua esposa batalham para garantir o sustento diário, adentrando o universo da precarização do trabalho, que no final das contas abala significativamente a convivência familiar por meio de discussões, agressões, ausências etc. Além dos aspectos objetivos da precarização, como a exposição da realidade dos entregadores de aplicativos e de uma juventude que se vê numa sociedade sem futuro, o filme é brilhante também por demonstrar esse aspecto mais subjetivo concernente aos efeitos psíquicos da dinâmica de trabalho neoliberal. Ou seja, o neoliberalismo atua não somente como dissolução dos direitos trabalhistas mas também, e talvez principalmente, como destruição do psiquismo e dos laços sociais.

¹ Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: leomirhilario@gmail.com.

Na cena final, Ricky está gravemente ferido e sem condições de trabalhar, mas mesmo assim dirige o carro alugado e ameaça atropelar sua esposa para não se atrasar.

Na crítica social e cultural, foi Christopher Lasch (1991, p. 23) quem melhor compreendeu essa dinâmica na qual a família já não é mais capaz de oferecer “refúgio num mundo sem coração”. Em seu diagnóstico, cada vez mais as mesmas forças que empobreceram o trabalho e a vida social invadem o reino privado: “os mesmos acontecimentos históricos que tornaram necessário estabelecer uma vida privada como refúgio do mundo cruel da política e do trabalho, como santuário emocional, invadiram este santuário e o submeteram ao controle externo”. O tema do presente texto é esse processo no qual a mercadoria desfaz as próprias dimensões outrora necessárias a sua reprodução, no caso específico da subjetividade.

O meu objetivo é problematizar a maneira pela qual o psiquismo está sendo destruído pela atual dinâmica do capitalismo em crise estrutural. O que significa compreender que o colapso do capitalismo é acompanhado também pelo desfazimento da subjetividade, de modo que naufragou o projeto do sujeito moderno, centrado na produção de uma experiência de si autônoma e livre. Estou sugerindo chamarmos de “economia psíquica da precarização” a tentativa de expor a conexão entre a economia política marxiana, a economia libidinal freudiana e a realidade histórica da crise atual do capitalismo, por meio da investigação sobre o que ocorre a nível do psiquismo no interior dos processos de precarização do trabalho.

Marildo Menegat (2012) utiliza a imagem da ruína para descrever o presente histórico. A ruína, para ele, denota um mundo que desmorona, mas se mantém ao mesmo tempo. Essa imagem demarca também a instauração de uma dissolução passiva do capitalismo, ou seja, na ausência do sujeito coletivo capaz de negar a sociedade existente, essa própria sociedade procura se manter brutalmente apesar do colapso de sua forma

estruturante básica, a mercadoria. Ao acrescentar o psiquismo a essa formulação de Marildo, meu intuito é levar a reflexão para esse terreno, analisando os modos pelos quais a crise se relaciona com a subjetividade, provocando seu desfazimento. Essa “economia psíquica da precarização” procura demonstrar como essa forma-sujeito moderna está em declínio, além de também demarcar como a *precarização é a condição psíquica da modernidade*, e não somente um efeito do mundo do trabalho sobre os direitos dos trabalhadores, de modo que a crise estrutural do capitalismo representa a agudização dessa precarização.

Não há aqui nenhum sentimento de nostalgia ou de apologia. Esse projeto de ser moderno sempre foi marcado desde o início pela introjeção da dinâmica irracional e fetichista da mercadoria, razão pela qual sua universalização não poder ser bem analisada em termos de democracia, reconhecimento ou conceitos congêneres. Ele sempre implicou não uma maneira livre de autorrealização, mas sim uma “relação psicossocial específica” (Scholz, 2007, p. 170) que não é nem sexualmente nem racialmente neutra. Dessa maneira, está fora de cogitação balançar algum lenço ou derramar alguma lágrima pela dissolução do sujeito moderno. Mesmo assim, cabe a análise que vai do “declínio à selvageria, pois as instituições do trabalho e da família se diluem cada vez mais na crise do sistema de produção de mercadorias sem que outras formas de reprodução sejam colocadas em seu lugar” (Scholz, 2007, p. 171). Analisar o colapso da subjetividade moderna é relevante pelo seu rastro de barbárie que afeta a todos nós.

A família retratada por Ken Loach é branca, reside na Inglaterra, no centro do capitalismo, e sofre as consequências tardias do fenômeno da precarização que marca a vida da periferia do capitalismo desde o seu início. Quando esse processo se instaura devastadoramente no centro, ocorre o que Adorno (2020) chamou de *Deklassierung*, ou seja, um processo de degradação das classes sociais, de sua *desclassificação*, de rebaixamento

das condições de vida. Como bem pontuou Wendy Brown, a extrema direita sangra diretamente da ferida do privilégio destronado que a branquitude e a masculinidade garantiam àqueles que não eram nada nem ninguém. De modo que determinados slogans como “França para os franceses”, “Make America great again” ou “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” constroem o ressentimento como elemento unificador de “grupos de franjas racistas outrora dispersos, católicos de direita, cristãos evangélicos e cidadãos suburbanos frustrados que despencavam da classe média e da classe trabalhadora” (Brown, 2019, p. 14). Esse rebaixamento social é a base material do “asselvajamento do patriarcado” (Scholz, 2007) que é a forma assumida nesse colapso do sujeito moderno, quando suas características fundamentais – branquitude, masculinidade etc. – se exasperam agudamente como o último respiro de um corpo em estado terminal.

O que procuro tematizar é essa reflexão da *Deklassierung* a nível do psiquismo, entendendo que não são somente as condições materiais de reprodução da vida que se rebaixam, mas sobretudo essa esfera da subjetividade. Em vez de ela aparecer como algo relativamente autônomo diante do processo social, como um oásis em meio à racionalização instrumental, ela se transforma em mais um terreno de valorização do valor, por um lado girando o parafuso na direção da dominação social e, por outro lado, dado o colapso do capitalismo, assumindo a forma autodestrutiva, como seu último capítulo, pois desfaz materialmente os corpos que lhe servem de substância concreta.

Para levar a cabo essa reflexão, primeiro estaborecerei a matriz psicossocial do sujeito moderno² a partir das reflexões de Karl Marx e Max

² Leni Wissen (2017) realizou um excelente empreendimento. Aqui, me apoio parcialmente na tentativa de aproximar psicanálise e crítica do valor, porém sem me encaminhar diretamente para a centralidade do narcisismo como forma subjetiva da crise, como também faz Anselm Jappe (2019). Entendo, de maneira diferente, que é a própria

Weber, os quais estabeleceram a sociedade moderna como uma totalidade fetichista diante da qual os indivíduos não possuem nenhum controle, de modo que essa sociedade exige que eles introjetem a dinâmica de produção de mercadorias formando um modo de vida específico. O encaminhamento dessas reflexões se dá no sentido de como a produção de mercadorias exige um projeto específico de ser, que desde o início precisa lidar com riscos, tensões, incertezas, exigências etc. A vida do sujeito moderno é precarizada desde sua emergência, pela imposição da sociedade da mercadoria e pela internalização do trabalho como modo de vida.

No segundo momento, deslocarei, a partir de Freud, a investigação da introjeção das *normas econômicas* do capitalismo para a análise da incorporação das *normas pulsionais* do modo de produção de mercadorias. Em termos frankfurtianos, ocorre a *introjeção da racionalidade instrumental*. Essa passagem é operada por Freud em dois sentidos: primeiro compreendendo como as normas econômicas atuam no sentido da repressão pulsional; segundo propondo que existem modos de regulação pulsional que não tendem ao equilíbrio, mas sim à destruição. A subjetividade seria marcada pela colagem à ordem existente, assumindo para si a repressão e a autodestruição.

Num terceiro e último momento, de maneira breve, procuro refletir acerca de como essa dinâmica de introjeção da razão instrumental se aprofundou ainda mais. Figuras conceituais como “a corrosão do caráter”, de Richard Sennett, e o “mínimo eu”, de Christopher Lasch, aparecem como descrições críticas desse processo de destruição de si mesmo no tempo do capitalismo em crise estrutural. Ambos trabalham numa chave analítica da dessubjetivação e não mais da produção de subjetividade, o que significa a compreensão do psiquismo como dimensão em ruína.

subjetividade que se desfaz na atualidade, muito mais do que o aparecimento de uma forma hegemônica subjetiva, temos um processo de *deformação ou dissolução do psiquismo*.

Metodologicamente, eu parto aqui daquela perspectiva segundo a qual noções como eu, sujeito, subjetividade etc., não são invariantes antropológicos ou trans-históricos, mas se inscrevem no interior de processos políticos, econômicos e sociais, não sendo independente desses. Portanto, tais noções não constituem uma base eterna, mas sim *artefatos históricos* (Kurz, 2010). Isso implica compreender que o psicológico é um campo inventado cuja emergência se deu no século XIX no entrecruzamento entre formas de vida como o liberalismo, o romantismo e o regime disciplinar (Figueiredo, 1999). Esse campo é de fundamental importância para consolidação do capitalismo enquanto forma social.

A tradição foucaultiana investiga bem as maneiras pelas quais a arte de governar passa necessariamente pelo governo de si, pelas tecnologias e práticas de si mesmo (Foucault, 2008; Rose, 2011). Eu gostaria de trazer um pouco mais de economia política a essa perspectiva, me perguntando de que maneira a subjetividade se relaciona também com o capitalismo e suas diferentes fases de desenvolvimento histórico, bem como também analisar a aniquilação da esfera subjetiva autônoma devido ao aprofundamento das dinâmicas contraditórias do capital em sua fase de crise estrutural. *Toda crítica ao capitalismo deve passar necessariamente pela crítica do sujeito e da subjetividade.*

II

Como o psiquismo se relaciona com o fetichismo da mercadoria? Ou, em formulação melhor, qual é a experiência de sofrimento sobre a qual se erige a forma social capitalista? Embora essa figura conceitual que alude a uma realidade psíquica individualmente experimentada não esteja explícita em Marx, podemos entender que ela está pressuposta na descrição crítica da experiência social alienada no capitalismo. Pois, nela, as práticas sociais não são diretas, mas intermediadas pelos produtos do trabalho, que

se autonomizam diante do produtor. Os laços sociais se estabelecem, então, por meio da mercadoria, dotada agora de um poder social invertido, já que priva o indivíduo de sua essência (a sociabilidade), sendo ela mesma aquilo que garante a conexão social. Ocorre, então, o estabelecimento de relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre coisas:

Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. [...] Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias (Marx, 1988, p. 71).

Os indivíduos realizam sua sociabilidade por meio de coisas, isto é, sua existência apenas se efetiva por meio da troca de mercadorias: a aquisição de objetos para satisfação de necessidades básicas vem pela troca por determinado tempo de trabalho. São os produtos de seu trabalho que lhes dão o estatuto de ser social. Dito de outra maneira: os indivíduos, na sociedade produtora de mercadorias, são privados de sua qualidade de ser social, e apenas podem recuperá-la por meio de coisas (mercadorias/produtos de seu trabalho). Trata-se de uma forma inconsciente de relação social. Nessa perspectiva, as pessoas são agentes de um processo social que lhes é alheio, pois as mercadorias não vão por si só ao mercado nem saem andando das prateleiras. Elas “não o sabem, mas o fazem” (Marx, 1983, p. 72). Mais ainda: elas, as pessoas, não precisam saber ou ainda que saibam não deixarão de fazer. Elas aparecem socialmente por meio de “máscaras de personagens econômicas, um comprador e um vendedor” (Marx, 1988, p. 269). O indivíduo se vê reduzido à mercadoria e seu nexos social é aquilo

que ele traz no bolso: “a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas” (Marx, 2011, p. 105).

A vida social é dinamizada pelo “laço frio do interesse” e está mergulhada nas “águas gélidas do cálculo egoísta”, porque o fetichismo da mercadoria reduz as relações sociais a “meras relações monetárias” (Marx; Engels, 2010, p. 42). Marx (2011, p. 165) postula a existência da “mania de enriquecimento” como “uma forma particular de pulsão” cuja orientação não está mais direcionada à aquisição de coisas, mas sim no próprio automovimento tautológico do valor expresso no acúmulo de dinheiro. Em suas palavras: “toda produção é uma objetivação do indivíduo” (Marx, 2011, p. 169). Um dos avanços mais significativos de Marx (2009, p. 107) no terreno da crítica da subjetividade é essa compreensão de que “o indivíduo é o ser social”, de modo que “sua manifestação de vida é uma externalização e confirmação da vida social”. Portanto, ainda que não se dedique de maneira mais detida ao psiquismo, Marx dá boas pistas para compreendermos como a subjetividade é afetada pela mercadoria, uma vez que o indivíduo se vê condicionado pela produção e dessa maneira é impelido a se adequar cotidianamente ao valor. A partir dele, é preciso compreender a subjetividade de maneira exterior, produzindo uma “teoria objetiva da subjetividade” (Jacoby, 1977, p. 95).

Quem girou o parafuso mais profundamente na análise da subjetividade em termos psíquicos no capitalismo foram Werner Sombart e Max Weber. Sombart (1953, p. 9), inclusive, inicia assim seu livro publicado em 1913: “A intervenção de fatores espirituais ou psíquicos na vida econômica é tão evidente que negá-la equivaleria a desconsiderar o substrato psíquico das aspirações humanas em geral”. Antes dele, por volta de 1905, Weber havia estabelecido uma análise bastante importante nesse empreendimento dos efeitos psíquicos da mercadoria. Seu objetivo foi o de apreender o “surgimento de uma disposição econômica”.

Recuperando algumas máximas de Benjamin Franklin, dentre as quais a mais famosa é “tempo é dinheiro”, Weber (2004, p. 45) analisa a imposição da ideia do dever enquanto interesse de aumentar suas posses como um fim em si mesmo. Esse seria o núcleo da conduta ética que sustenta o espírito do capitalismo:

Acima de tudo, este é o *summum bonum* dessa ética: ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho, algo tão completamente despido de todos os pontos de vista eudemonistas ou mesmo hedonistas e pensado tão exclusivamente como um fim em si mesmo (...). O ser humano em função do ganho como finalidade de vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais. Essa inversão de ordem, por assim dizer, natural das coisas, totalmente sem sentido para a sensibilidade ingênua, é tão manifestamente sem reservas um *Leitmotiv* do capitalismo, quanto é estranha a quem não foi tocado por seu bafo (Weber, 2005, p. 46-47).

As semelhanças com Marx não são poucas, uma vez que Weber também está chamando a atenção para a estruturação de uma sociedade fetichista: “Atualmente a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que, para ele, ao menos como indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas da ação econômica” (Weber, 2005, p. 48). Nesse momento, Weber antecipa a célebre tese da jaula de aço, além de, como Marx, recuperar a dinâmica alienada da religião enquanto metáfora, uma vez que “a ideia do dever profissional ronda nossa vida como um fantasma das crenças religiosas de outrora”.

Weber (2005, p. 48) entende que o capitalismo precisa produzir seu próprio sujeito que lhe sirva de suporte: “o capitalismo educa e cria para

si mesmo os sujeitos econômicos – empresários e operários – de que necessita”. Ou seja, é preciso produzir o próprio sujeito da produção como forma de vida que possa aderir ao “ganho desbragado, sem vínculo interno com norma nenhuma” e que introjete “a disposição de executar o trabalho como se fosse um fim absoluto em si mesmo”. O psiquismo entra em jogo na forma social capitalista quando se impõe a necessidade de produzir o sujeito adequado à mercadoria. A modernidade não é um palco de realização da autonomia pessoal, mas um longo processo de identificação do sujeito ao processo de produção de mercadorias.

A razão instrumental³ impõe para todos o mandamento de que “quem não sobe, desce”: “aquele que em sua conduta de vida não se adapta às condições de sucesso capitalista, ou afunda ou não sobe” (Weber, 2005, p. 64). Para ele, o calvinismo atuou enquanto força espiritual de constituição subjetiva do capitalismo. O calvinismo defendia que os humanos, por terem caído no estado de pecado, perderam a capacidade de levar a si mesmos para a salvação. Também defendia que por decreto de Deus, os seres humanos são separados entre predestinados à vida eterna e outros preordenados à morte eterna: “De uma coisa apenas sabemos: que uma parte dos seres humanos está salva, a outra ficará condenada”. O que isso gera em termos psíquicos? Uma terrível carga de ansiedade, porque nós a partir de então não sabemos mais se seremos salvos ou não. Mais do que isso, a partir de então também estamos condenados a uma solidão brutal⁴.

³ Há uma situação sobre usar esse termo numa leitura por dentro do texto de Weber que vale a pena mencionar. Numa conversa entre Habermas e Marcuse, em 1971, o primeiro afirma que “Em Eros e Civilização você contrapõe a lógica da dominação e a lógica da alienação, quer dizer, o que Horkheimer denomina razão instrumental” (HABERMAS, 1975, p. 254). Ao que, prontamente, o segundo interrompe dizendo simplesmente: “Max Weber”. O primeiro retruca perguntando se o termo já estaria em Max Weber, ao que o segundo diz que sim. Habermas não recua e diz acreditar que não. Nove fora a situação delicada, tudo indica que Marcuse estava ciente de como ler Weber na chave da razão instrumental significa situá-lo numa tradição crítica da modernidade e do capitalismo.

⁴ “Ora, em sua desumanidade patética, essa doutrina não podia ter outro efeito sobre o estado de espírito de uma geração que se rendeu à sua formidável coerência, antes de mais nada: um sentimento de inaudita solidão interior do indivíduo. No assunto mais decisivo da vida nos tempos da Reforma, o ser humano se via relegado a traçar sozinho sua estrada ao encontro do destino fixado desde toda a eternidade. Nenhum pregador: pois somente o eleito é capaz de compreender em espírito a palavra. Nenhuma Igreja. E, por fim, nenhum Deus: pois mesmo Cristo só morreu

Theodor Adorno (2015, p.77) notou que o “mais essencial motivo subjetivo da racionalidade objetiva é o medo (...) O medo de ser excluído, a sanção social do comportamento econômico”. Por isso, esse medo seria fundamental do psiquismo em tempos de emergência do capitalismo. Desse modo, a determinação prévia dos “sujeitos individuais como portadores de funções no processo global” tem como correlato psíquico o medo como afeto fundante da adequação subjetiva à mercadoria. De maneira que na origem do sujeito burguês não está exatamente o empreendedor criativo, mas sim o sujeito desesperado às voltas com as exigências da mercadoria e inserido num mundo no qual não possui nenhum tipo de controle. É o medo, e não exatamente a coragem, que o impulsiona.

Se eu não sei nem tenho como saber se sou escolhido por Deus, então o que me resta é conseguir alcançar um estágio de autoconfiança de que sim, eu sou, e isso só me é fornecido pelo trabalho: “o trabalho profissional sem descanso como meio mais saliente para se conseguir essa autoconfiança”, pois “ele, somente ele, dissiparia a dúvida religiosa e daria certeza ao estado de graça” (Weber, 2005, p. 102). Porque “Deus ajuda quem se ajuda” (Weber, 2005, p. 105), ou, como conhecemos no ditado popular: “Deus ajuda quem cedo madruga”. O calvinismo é a ascese intramundana, essa articulação espiritual através da qual o sujeito produz a si mesmo, num contexto em que “o desencantamento do mundo é a eliminação da magia como meio de salvação”. Sem a possibilidade de uma explicação mágica sobre salvação de cada um, o que resta é uma racionalização da conduta pela via ética do trabalho, que cada um se entregue ao mundo do trabalho sem olhar para os lados nem para trás⁵.

pelos eleitos, aos quais Deus havia decidido desde a eternidade dedicar sua morte sacrificial. Isto: a supressão absoluta da salvação eclesialístico-sacramental” (Weber, 2005, p. 95).

⁵ Como bem sublinha Sennett (2014, p. 125) comentando o papel do calvinismo: “Esmagados pelo peso do pecado, os seres humanos, assim, permanecem num estado de constante insegurança, sem saber se a vida irá levar a uma eternidade de tormentos pelo fogo. (...) Também aqui isso corria o risco de ser uma receita para o suicídio. Mas

O calvinismo pode ser compreendido como a *primeira terapêutica da modernidade*⁶, cujo objetivo é adequar o sujeito ao mundo da mercadoria, produzindo “uma sistemática conformação racional da vida ética em seu conjunto” (Weber, 2005, p. 115). O calvinismo atuou como o polo de produção de subjetividade no capitalismo da Primeira Revolução Industrial, como “estímulo psicológico para a sistematização da conduta da vida” (Weber, 2005, p. 116). As virtudes desse modo de vida são: silêncio, ordem, decisão, moderação, lealdade, autodomínio, higiene, equilíbrio moral, dentre outros (Sombart, 1953, p. 115).

Por meio da racionalização da conduta do sujeito, o calvinismo foi uma força importante nesse processo de adequação do psiquismo ao capitalismo em seu momento de imposição. Ele foi o primeiro capítulo moderno dessa grande virada ao interior, na qual os indivíduos deveriam olhar para dentro de si mesmos, a fim de saberem se estariam salvos, contribuindo para uma nova disciplina de si mesmos que serviu de base fundamental para a universalização do trabalho abstrato. Dizer que ele foi a primeira *terapêutica* da modernidade é afirmar que ela consiste em um dos grandes polos de produção do sujeito no alvorecer do capitalismo:

A ascese puritana – como toda ascese “racional” – trabalhava com o fim de tornar o ser humano capaz de enunciar afirmativamente e fazer valer, em face dos ã fetos”, seus “motivos constantes”, em particular aqueles que ela mesmo lhe “inculcava”: – com o fim, portanto, de educá-lo como uma “personalidade”, neste sentido da psicologia formal (Weber, 2005, p. 108).

oferecia ao protestante, em vez do bálsamo do ritual, um remédio mais amargo: trabalho árduo implacável, voltado para o futuro”.

⁶ Não deve surpreender o leitor o fato de que Benjamin Franklin tenha escrito textos do tipo “Como escolher amantes” ou “Regras e máximas para a preservação da felicidade conjugal”. Desde o início, portanto, a racionalização da conduta ética promovida pelo sujeito moderno é total, abarcando não somente o âmbito do trabalho mas também nessa dimensão íntima.

O processo de acumulação capitalista necessita também da forma psíquica adequada ao seu objetivo, que é esse sujeito vazio que assume para si o dever do trabalho abstrato como finalidade última da vida. A vida desse sujeito é, então, desde o início, precarizada, isto é, instável, insegura, frágil, incerta etc. A precarização é uma condição subjetiva própria do psiquismo em tempos de capitalismo. O calvinismo aparece como um modo de regulação psíquica orientado para lidar com essa existência precarizada.

O longo processo histórico de imposição da sociedade produtora de mercadorias andou lado a lado com o processo de internalização da mercadoria como norma de vida por meio da submissão à dimensão do trabalho. A aposta do calvinismo era de que tal introjeção poderia ser feita impunemente pelo sujeito. Somente a partir de Freud é que se tematizou adequadamente os impactos psíquicos do capitalismo, porque ele se questionou profundamente acerca dos “efeitos patogênicos da evolução socioeconômica” (Assoun, 1991, p. 90).

III

Esse homem econômico analisado por Marx e Weber é a figura da subjetividade da civilização liberal do capitalismo concorrencial, gestado e projetado pelo Iluminismo. No entanto, devido a transformações históricas do desenvolvimento do capitalismo, essa figura vai saindo de cena e dando lugar para uma outra, que podemos denominar de “homem psicológico” (Rieff, 1989). Foi especialmente em Viena que a compreensão dos males que afligem a humanidade tendeu a se desfocar do domínio público e sociológico para o privado e psicológico. Como muitas outras cidades europeias, Viena experimentou o caminho que foi da derrota política de 1848 até a ascensão dos governantes conservadores e antisemitas, a exemplo de Karl Lueger (Waissenberger, 1984). Em meio a essa decadência política,

a *intelligentsia* austríaca se concentrava no problema da natureza do indivíduo numa sociedade em desintegração:

A cultura liberal tradicional tinha se concentrado sobre o homem racional, cujo domínio científico sobre a natureza e controle moral sobre si deveriam criar a boa sociedade. No nosso século, o homem racional teve de dar lugar àquela criatura mais rica, mas mais perigosa e inconstante, que é o homem psicológico. Esse novo homem não é simplesmente um animal racional, mas uma criatura de sentimentos e instintos. (...) Meu tema consiste no aparecimento dele a partir da crise política da cultura liberal vienense (Schorske, 1988, p. 26).

Carl Schorske realizou dessa maneira uma genealogia acerca de como a desintegração social e política da Viena no *fin-de-siècle* constituiu a condição de possibilidade de emergência de uma nova subjetividade. Embora ele se concentre na relação entre crise cultural e psiquismo, vale notar como a história de Viena se inscreve no interior de uma grande transformação do capitalismo. Em termos gerais, ele saía de sua fase concorrencial e adentrava na fase monopolista de base fordista. Em termos subjetivos, o projeto de sujeito iluminista baseado na autonomia, autocontrole e racionalidade deu lugar ao modernismo que defendia o indivíduo singular de história específica movido por motivações que só poderiam ser compreendidas no contexto de um mundo interior, pessoal, intransferível e irreproduzível. A psicanálise veio a ser a grande narrativa dessa transformação subjetiva que acompanhou o desenvolvimento do capitalismo.

Se Marx e Weber se concentraram na condição fetichista da subjetividade no capitalismo, Freud procurou pensar a precariedade da condição subjetiva no mundo da mercadoria enquanto efeito de se viver numa sociedade que funciona às expensas da vontade e dos desejos do sujeito. Em “Moral sexual cultural e doença nervosa moderna”, Freud (2010) demarca

que a cultura se assenta sobre a repressão pulsional. Portanto, aquela pergunta inicial sobre qual experiência de sofrimento está na base do fetichismo da mercadoria é respondida dessa maneira por Freud: ele constrói uma “teoria da repressão generalizada” (Haber, 2012, p. 21) que consiste em afirmar que a vida social no capitalismo é atravessada de ponta a ponta pela renúncia pulsional. Isso provoca uma ruptura com a concepção iluminista de cultura como formação (*Bildung*), ou seja, como uma espécie de dimensão ética capaz de liberar o eu racional e coletivo que há escondido e dentro de cada um, por meio do abafamento repressivo do egoísmo latente via contrato social. Esse eu encontraria sua representação suprema no âmbito universal do Estado, cabendo à dimensão da cultura transformar indivíduos isolados em cidadãos responsáveis e de boa índole. O que Freud promove é uma ruptura nessa visão abstrata de cultura, afirmando que a formação cultural termina por ser, na verdade, uma imposição repressiva das normas sociais, cujo efeito é a patologização do indivíduo, isto é, na promoção de sintomas e sofrimentos.

O programa de Freud é fazer uma espécie de *Crítica da Razão Impura*, isto é, ele elege uma grande noção moderna, que é a cultura, e procura analisá-la do ponto de vista de seus efeitos práticos na vida cotidiana dos indivíduos. Em vez de formular uma crítica da cultura como conceito abstrato que independe da experiência, ele faz um diagnóstico do presente que relaciona cultura, poder e indivíduo. Trata-se de entender [que] o papel predominante não da cultura em si mesma, mas conceder a palavra ao seu habitante e à sua experiência cotidiana de vida. A função da psicanálise passa a ser uma constante recordação desse mal-estar constitutivo do sujeito inserido na cultura. Porque a cultura e a sociedade são avaliadas pelos seus sintomas produzidos na prática e não pelo seu projeto filosófico e por suas instituições políticas, mas sim por aquilo que repercute na vida pulsional dos sujeitos.

Nesse quadro, Freud (2010, p. 30) afirma que a felicidade seria possível somente como uma situação episódica e fugidia, portanto “nossas possibilidades de felicidade são restringidas por nossa constituição”. A infelicidade seria então o efeito psíquico de se viver numa sociedade como a capitalista e a neurose é uma de suas formas patológicas mais prevalentes pois “o homem se torna neurótico porque não pode suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe, em prol de seus ideais culturais” (Freud, 2010b, p. 45). A todo tempo, Freud analisa os modos pelos quais a destrutividade social é introjetada pelos indivíduos na forma de sintomas e sofrimento. A neurose, portanto, não teria fundamento na individualidade mas sim no conjunto de relações sociais que pesam sobre os indivíduos. Ou, como disse Assoun (1991, p. 91), a neurose está na cultura tal como o verme na fruta.

Quando Marcuse (1975, p. 210) afirmou que “a normalidade é uma condição precária”, ele estava sublinhando essa dinâmica constitutiva da experiência subjetiva na modernidade capitalista, que Freud denominou de “desamparo”. A inscrição do sujeito nessa forma social fetichista se dá por meio dessa posição infundável de regulação conflituosa que nunca chega a bom termo, do ponto de vista subjetivo, na medida em que há uma desarmonia insolúvel entre os registros da pulsão e da civilização. Dessa forma, a neurose é o tributo que cada indivíduo paga pela sua inscrição social.

O discurso freudiano se radicaliza na postulação do desamparo como central na experiência subjetiva moderna, principalmente após a colocação da hipótese da pulsão de morte, responsável por deslocar a psicanálise do vitalismo ao mortalismo, transformando a homeostase numa ideia impossível, do ponto de vista individual. A própria psicanálise já não seria mais capaz de oferecer uma resposta resolutiva ao mal-estar na civilização. Tudo se passa como se o sonho psicanalítico inicial de apaziguamento do

sofrimento promovido pela cultura se esfacelasse “pelo impacto da luminosidade das evidências, pois o mal-estar e o desamparo estavam sempre lá, espreitando as individualidades” (Birman, 1998, p. 142).

É nesse sentido que podemos compreender a tese de Zaretsky (2006; 2013) segundo a qual a psicanálise foi o calvinismo da segunda revolução industrial⁷. Diferentemente do primeiro, cuja dinâmica exigia uma submissão quase que total à mercadoria, através da disciplina, repressão, concentração etc., a psicanálise encarna as grandes promessas da modernidade: a emancipação sexual, a democracia e autonomia. Da mesma forma que o calvinismo, a psicanálise exortava as pessoas para olharem dentro de si mesmas, provocando uma virada para o autoexame. No entanto, num tempo histórico diferente, marcado pela produção em massa e pela indústria cultural, ela também participou ativamente da submissão ao consumo e o estabelecimento do capitalismo como horizonte utópico das experiências de si.

O que me interessa nessa leitura de Zaretsky é essa aproximação entre calvinismo e freudismo, no sentido de que ambos instauram um programa de racionalização ética da conduta individual a partir da experiência subjetiva da mercadoria. Ambos também encontram seus limites históricos. A psicanálise começa a naufragar a partir da década de 1970. Aquilo que Marcuse (1988) chamou de “obsolescência da psicanálise” é um sintoma de como a mercadoria se livra das amarras do fordismo, instaurando uma quadra histórica onde o próprio indivíduo também se vê completamente desprotegido dos imperativos do capital, obstaculizando e impossibilitando a consolidação de uma racionalização

⁷ “A psicanálise funcionou como o calvinismo da segunda revolução industrial. Seu papel foi análogo ao que desempenhou o calvinismo para o primeiro capitalismo e o metodismo, para a industrialização (Zaretsky, 2006, p. 17).

da conduta dos indivíduos que não seja totalmente condicionada pela mercadoria.

O psiquismo, em seu processo de adequação ao capitalismo, precisa introjetar as normas sociais da mercadoria, as quais, em tempos de crise estrutural, se encaminham em formas de autodestruição de si e do outro. Nesse sentido, além das figuras do fetichismo da mercadoria em Marx e do espírito do capitalismo em Weber, a pulsão de morte freudiana nos coloca de frente a esse problema da precarização como condição subjetiva inelutável da modernidade, no momento da dissolução do fordismo. É preciso sublinhar que as normas sociais em Freud adquirem um sentido além dos estabelecidos por Marx e Weber⁸, por não serem somente normas econômicas ou normas culturais, mas *normas pulsionais*, no sentido de modos de regulação desejante dos sujeitos. Num primeiro momento do discurso freudiano, tais normais pulsionais assumem a forma repressiva; após a introdução da pulsão de morte, elas adquirem um sentido que aqui me interessa, a saber, a forma destrutiva de si mesmo e dos outros⁹.

A importância da psicanálise nesse argumento da precarização da vida subjetiva como condição inelutável da forma social capitalista reside no fato de que ela sempre foi bastante negativa em relação ao seu contexto social. Por exemplo, desde o início se concebeu o processo de subjetivação como experiência a partir da presença estruturante do trauma. De modo que a socialização do indivíduo não se dá lenta e calmamente, mas por

⁸ No entanto, é bem verdade que as normas econômicas também aparecem em Freud. Por exemplo: “Já sabemos nisso que a cultura segue a coação da necessidade econômica, pois tem que subtrair à sexualidade um elevado montante de energia psíquica que despende” (Freud, 2010b, p. 68). As reflexões posteriores de Marcuse sobre a “mais-repressão” e “princípio de desempenho” parecem ter seu ponto germinal nessa dinâmica onde as pulsões são dinamizadas por questões culturais e econômicas.

⁹ A autodestruição de si mesmo é uma temática recorrente no discurso freudiano. Aparece de maneira mais acabada em “Luto e Melancolia”, de 1915, sob a forma de destruição voltada para o próprio sujeito como consequência da perda de alguém. A figura da neurose obsessiva também traz consigo elementos de autodestruição. Por uma questão de tempo e de espaço, não aprofundarei essa discussão sobre o lugar o estatuto da autodestruição em Freud, limitando-me a afirmar arbitrariamente que se trata de tema importante, bem como que é possível colocá-la como um avatar da pulsão de morte.

meio de rupturas, sofrimento e dor. A entrada da pulsão de morte provoca uma radicalização ainda mais profunda. Como observou Renato Mezan (2001), os últimos vinte anos da vida intelectual de Freud se destacam pelo fato de que a psicanálise não dependia exclusivamente dele, pois já era uma disciplina autônoma e dotada de um sistema institucional próprio, o chamado “movimento psicanalítico”. Dessa maneira, Freud pôde se dedicar a temas que o inquietavam desde o “Projeto para uma psicologia científica”, de 1895.

Esse “Freud esotérico”¹⁰ realiza uma revisão global de seu pensamento. O que me interessa em particular é como a pulsão de morte inaugura a reflexão sobre a economia psíquica da precarização no sentido da introjeção da destruição, conforme estou tentando tatear. O grande problema posto por Freud é o de como o desprazer pode constituir uma meta pulsional. Pela primeira vez, é questionada a hegemonia e dominância do princípio de prazer no psiquismo, abrindo espaço para que se compreenda a destrutividade de maneira destacada da função sexual¹¹. De alguma forma, o sujeito buscaria não a obtenção do prazer, mas desencadearia um movimento de destruição (Freud, 2010b). As três grandes figuras da pulsão de morte são a brincadeira infantil do *fort-da*, o fenômeno clínico da transferência e os sonhos típicos dos sujeitos afetados pelas neuroses traumáticas (Pereira, 2006). Elas constituem modos específicos de compulsão à repetição, que constitui a forma de responder à pulsão de morte, cuja definição que mais interessa aqui é a daquela pulsão

¹⁰ A sugestão da existência de um “duplo Freud”, “exotérico” e “esotérico”, está em Norman Brown (1972, p. 11): “Subjacente à crise no freudismo está a ambiguidade essencial ou social de que o próprio Freud não estava isento. *Esotericamente*, Freud sabia que o que tinha nas mãos ou era nada ou uma revolução no pensamento humano. *Exotericamente*, apresentou o movimento psicanalítico como método de cura controlado por seguidores profissionais e acessível apenas a uns poucos escolhidos e saudáveis”. Peter Gay (1994, p. 532) também sublinha o modo como a pulsão de morte marginalizou o próprio Freud dentro da psicanálise, na medida em que poucos de seus seguidores estavam de acordo. Podemos ler a “psicanálise do ego americana” como a herdeira vitoriosa desse movimento que escanteou a radicalidade de Freud.

¹¹ “De modo que, se parecer que o reconhecimento de um instinto de agressão especial, autônomo, significa uma mudança na teoria psicanalítica dos instintos, de bom grado me ponho a discutir isso” (FREUD, 2010, p. 83).

que “persegue a meta de conduzir o ser vivo até a morte” e se manifesta como tendências de destruição ou agressão (Freud, 2011, p. 307).

A entrada da possibilidade de uma meta pulsional predominantemente destrutiva – do “pendor à agressão” (Freud, 2010a, p. 77) – é importante porque avança no sentido da análise da precarização do psiquismo. Já não se trata mais de como o contexto social e histórico adentra ou fomenta o psiquismo, como em Marx e Weber, nem somente da maneira pela qual ele reprime as pulsões, como no primeiro Freud, mas, sobretudo, em como o psiquismo, ao introjetar as normas pulsionais, acaba por dar vazão à destrutividade da própria forma social. Aqui ocorre uma das grandes inversões freudianas: o sujeito moderno aparece agora não como aquele cidadão universal mediado por leis, mas sim como agente destrutivo de si mesmo e dos outros. A modernidade pode ser lida agora como esse grande cosmos patológico no interior do qual o sujeito precisa constantemente se defender psiquicamente para garantir a regulação minimamente satisfatória de suas pulsões.

Por isso, recuperar a pulsão de morte freudiana é importante para fundamentar ainda mais essa leitura na qual a precarização aparece como fenômeno também da ordem do psiquismo. O *mortalismo freudiano* – consolidado na psicanálise esotérica a partir da intromissão da pulsão de morte – nos oferece uma excelente figura conceitual para tematizar os modos pelos quais os sujeitos se veem compelidos a destruir a si mesmos e aos outros, em lugar de pavimentar aquele caminho, então idílico, do Iluminismo, orientado pela autorrealização autônoma da vontade. Mudando-se o que se deve mudar, Christopher Lasch e Richard Sennett perseguiram esse fio da meada, ao compreenderem como o mundo neoliberal se constituiu como forma social que não somente reprime ou coisifica o sujeito, mas que, sobretudo, lhe causa danos constantemente e o ameaça de aniquilação.

IV

Richard Sennett e Christopher Lasch estão preocupados com a maneira pela qual os indivíduos suportam as mudanças sociais e históricas que lhes aparecem como objetivas, externas e das quais eles não possuem controle algum e nada podem fazer, exceto grandes esforços psíquicos de adaptação. O pressuposto básico é o de que o mercado se transformou numa norma de vida interior que deve regular a conduta e o pensamento dos indivíduos, para além de uma dinâmica objetiva de troca de mercadorias. Ambos problematizaram a relação entre subjetividade e sociedade em tempos neoliberais, entendidos como tempos de regressão e dissolução social.

O que significa sobreviver psiquicamente num contexto destrutivo marcado pela crise estrutural? De que modo o psiquismo mantém sua estabilidade num quadro como esse? Como sobrevivemos num mundo em que o futuro já não é mais o lugar das realizações das promessas do presente, mas sim a vinda de desastres que todos nós aguardamos? Segundo Lasch (1986, p. 9), o equilíbrio emocional nesses tempos de crise neoliberal se dá por meio do “eu mínimo, não o eu soberano do passado”.

Em sua obra mais conhecida, é comum prestar mais atenção no título *A Cultura do Narcisismo* (Lasch, 1983), do que no subtítulo *Vida americana numa Era de Esperanças em Declínio*. Contudo, talvez seja a perda do horizonte positivo do futuro que constitua o ponto mais importante de seu argumento, na medida em que o narcisismo não aparece como o engrandecimento do indivíduo particular, mas sim, ao contrário, como uma preocupação com a sobrevivência psíquica na manutenção de um eu cada vez mais diminuto:

A expectativa de que a ação política pudesse humanizar gradualmente a sociedade industrial deu lugar a uma determinação de sobreviver em meio ao

naufrágio geral, ou, mais modestamente, de manter intacta a própria vida, face às crescentes pressões. O risco de desintegração individual estimula um sentido de individualidade que não é “soberano” ou “narcisista”, mas simplesmente sitiado (Lasch, 1986, p. 10).

É, desse modo, um “eu mínimo” que deve restar nos processos de socialização numa sociedade em declínio e em crise. Na erosão da esfera pública que garantia estabilidade, resta ao indivíduo voltar-se a si mesmo. Ocorreu uma transição em relação ao “regime de historicidade” (Hartog, 2019), ou seja, mudaram as relações dos sujeitos com o seu próprio tempo (passado-presente-futuro). O *presentismo* é o regime de historicidade em questão. Ele aponta para uma aceleração constante da vida cotidiana e para uma sobrevivência diária estagnante que se dá num “presente perpétuo”. Traduz-se de uma espécie de “permanência do transitório”. A dimensão do futuro é percebida não mais como promessa, mas como ameaça que aparece nas catástrofes que nós mesmos provocamos. Portanto, é a partir das cinzas do sonho libertário de uma nova sociedade e do ocaso do indivíduo moderno que surge a cultura do narcisismo. Emerge uma sociedade sem futuro e a necessidade subjetiva de manter-se ligado a uma sociedade como essa:

Este livro, no entanto, descreve um modo de vida que está moribundo – a cultura do individualismo competitivo, o qual, em sua decadência, levou a lógica do individualismo ao extremo de uma guerra de tudo contra tudo, à busca da felicidade em um beco sem saída de uma preocupação narcisista com o eu. As estratégias narcisistas de sobrevivência apresentam-se, hoje, como libertação de condições repressoras do passado, dando, assim, origem a uma “revolução cultural”, que reproduz os piores aspectos da civilização em colapso que ela pretende criticar. (Lasch, 1986, p. 14).

A expressão “civilização em colapso” não deve passar batida ao leitor. Lasch inicia a reflexão sobre o que significa viver psiquicamente em tempos de dissolução social ou, em outra formulação, quais são os efeitos psíquicos da crise estrutural do capitalismo. Uma das defesas mais vigentes é o voltar-se para dentro como empreendedor de si mesmo, como aquele que, isolado e jogado num mundo hostil, sem nenhuma garantia do êxito de suas ações, tem que ganhar a vida por si mesmo. Portanto, quando não se pode mudar o mundo, o que resta é reinventar a si mesmo¹². A “cultura do narcisismo” é um tipo de modo de vida sobrevivencialista em tempos de crise, um “programa de mentalidade sitiada”. Não é uma cultura em que há muito eu, mas, pelo contrário, uma cultura na qual o eu é constantemente reduzido a funções sociais de maneira precária:

O narcisismo significa uma perda da individualidade e não a autoafirmação; refere-se a um eu ameaçado com a desintegração e por um sentido de vazio interior. Para evitar confusão, o que eu denominei a cultura do narcisismo seria melhor caracterizado, ao menos para o momento, como a cultura do sobrevivencialismo. A vida cotidiana passou a pautar-se pelas estratégias de sobrevivência impostas aos que estão expostos à extrema adversidade (Lasch, 1986, p. 47).

Na impossibilidade de transformar o futuro e no desprezo pelo passado, o narcisismo se impõe como sintoma social para sujeitos que vivem o momento presente que não passa. Portanto, o narcisismo é uma *mentalidade de sobrevivência*. Sobreviver é permanecer vivo num contexto adverso e perigoso, a qualquer custo após alguma coisa ter acontecido, ou

¹² “Uma vez que a sociedade não tem futuro, faz sentido vivermos somente para o momento, fixarmos nossos olhos em nossos próprios desempenhos particulares, tornarmo-nos peritos em nossa própria decadência” (LASCH, 1986, p. 26). É importante notar como parte da psicologia atua nesse momento como *gestora da barbárie psíquica* por meio da adesão ao projeto neoliberal. Também isso Lasch (1986, p. 77) percebe e afirma: “O crescimento tornou-se um eufemismo para a sobrevivência”. Ou, ainda: “A ideologia do crescimento pessoal, superficialmente otimista, irradia um profundo desespero e resignação. É a fé dos que não tem fé”.

ainda resistir ao afeito de alguma coisa. O problema central de Lasch é compreender como o psiquismo resiste a um contexto destrutivo que não tem a transformação como horizonte? O narcisismo é, então, uma defesa contra tensões e ansiedades da vida em tempos de colapso. Em termos de crítica social e da cultura, o conceito de narcisismo é um modo de compreender o impacto psicológico das transformações sociais: “o conceito de narcisismo nos proporciona não um determinismo psicológico feito sob medida, mas um meio de compreender o impacto psicológico das recentes mudanças sociais” (Lasch, 1986, p. 76).

O problema da “cultura do narcisismo” é o de um determinado tempo histórico no qual os sujeitos são forçados a ativar seu narcisismo como defesa para o crescimento da angústia e desamparo no mundo contemporâneo, como uma tentativa desesperada de criar uma fortaleza minimamente habitável em meio ao caos. O narcisismo aparece agora não mais como necessário ao funcionamento social, como pensava Freud na postulação do narcisismo primário, mas como uma estratégia de defesa do sujeito frente aos incessáveis desafios traumáticos que a sociedade impõe. A afirmação existencial da individualidade atomizada passa a ser a única resposta possível às situações extremas provocadas pela crise estrutural do capitalismo. A lição de Lasch é a de que a crise não denota somente um funcionamento social amplo específico do modo de produção de mercadorias, nem somente um colapso das instituições sociais, mas sim um conjunto de transformações psíquicas nos indivíduos que acompanha a crise estrutural, as quais atuam no sentido da dissolução do eu.

V

O que me parece ser comum a Lasch e Sennett é um tipo de reflexão que sai do registro da “produção de subjetividade” e se encaminha para o

registro da “dessubjetivação”. Em Lasch, isso aparece na figura do “mínimo eu”, onde a subjetividade sitiada é composta pelas ruínas do indivíduo soberano da modernidade. Em Sennett, a dessubjetivação aparece no desfazimento da figura primordial da subjetividade moderna, a saber, o indivíduo burguês: senhor de si mesmo, autônomo, livre, sociável, competitivo, cidadão, calculador e assim por diante.

Um de seus livros mais conhecidos se chama “A Corrosão do Caráter”. A palavra corrosão significa um desgaste gradual de um corpo qualquer que sofre uma transformação química e/ou física, proveniente de uma interação com o meio ambiente. Significa, também, desgaste e destruição lenta de alguma coisa. Alude, enfim, a um processo que, desde fora, deteriora paulatinamente alguma coisa. Exemplo clássico são estruturas, como navios e plataformas, as quais no encontro constante com a água do mar passam a ser destruídas. Uma subjetividade em corrosão significa um processo lento de destruição no encontro constante com as mudanças do mundo do trabalho.

Em Richard Sennett, em paralelo ao desfazimento do Estado de Bem-Estar Social se dá a corrosão do caráter, ou seja, a destruição lenta das formas de subjetividades produzidas naquele arranjo social. O título do primeiro capítulo de seu livro é cristalino: *como o novo capitalismo ataca o caráter pessoal*. Sennett (2014, p. 10) argumenta que o novo capitalismo flexível modifica substancialmente o caráter, o qual ele define como “traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”.

A geração após a Segunda Guerra Mundial tinha o mundo sob controle por conta das garantias do Estado e das empresas que produziam relativa estabilidade econômica e também a sustentação firme dos direitos individuais, sociais e políticos. Sennett (2019, p. 36) argumenta que, se por um lado, a jaula de ferro da burocracia era uma prisão, por outro lado ela

constituía um “lar psicológico”. Ou, ainda: “A rotina pode degradar, mas também proteger; pode decompor o trabalho, mas também compor uma vida” (Sennett, 2014, p. 49). Ainda que não fosse o melhor dos cenários, “o tempo rotinizado se tornara uma arena onde os trabalhadores podiam afirmar suas próprias exigências, uma arena que dava poder”, diz Sennett (2014, p. 48), sobre o solo das lutas sociais e de formação de caráter da era de ouro do capitalismo. Em outro momento, Sennett (2019, p. 29) demarca como “pela primeira vez, muitos trabalhadores braçais eram capazes de planejar a construção de sua casa”.

Sennett apresenta as mudanças promovidas pelo capitalismo no terreno pessoal através da narrativa da experiência de duas gerações distintas, a de Enrico e Rico, pai e filho¹³. A geração de Rico era marcada pela previsibilidade do tempo: linearidade do cotidiano, sempre as mesmas tarefas indesejadas (limpando banheiros e lavando chãos de um prédio comercial) mas que garantiriam um futuro melhor para quem vem. Por pior que fosse o trabalho, Enrico sabia quando ia se aposentar, com quanto poderia contar nessa trajetória.

Sennett entende que essa previsibilidade do tempo é um efeito da jaula de ferro de Weber, entendida como estrutura burocrática que racionaliza o tempo dos indivíduos. Embora sem muita liberdade, Enrico poderia se autodisciplinar para garantir um futuro. Caso diferente é do seu filho, Rico, que disse: “Ele temia que as medidas que precisava tomar e a maneira como tinha de viver para sobreviver na economia moderna houvessem posto sua vida emocional, interior, à deriva”. Porque “as qualidades do bom trabalho não são as mesmas do bom caráter” (Sennett,

¹³ Vale a pena sublinhar uma narrativa muito próxima a essa feita na dramaturgia por August Wilson na obra chamada “Fences”. Tal peça foi transformada em filme no ano de 2017, dirigida por Denzel Washington, e rendeu o Oscar de melhor atriz coadjuvante para Viola Davis. A história conta a vida de Troy Maxson que trabalhava recolhendo lixo nas ruas e durante anos batalhou para alcançar o posto de motorista do caminhão de lixo. Apesar da precariedade de seu trabalho, lhe foi possível ter uma casa e uma família. Dentre os conflitos narrados, destaca-se o de Troy com seu filho mais novo, Cory, sobre os destinos de um negro na sociedade americana pós-guerra.

2014, p. 21). No fim das contas: “todos enfrentam a perspectiva de ficar à deriva” (Sennett, 2014, p. 32). Em vez da previsibilidade do tempo, o lema passa a ser o de que “não há longo prazo” (Sennett, 2014, p. 21). Essa seria a mudança fundamental entre as duas gerações. Porém, esse lema corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, que podem ser descritas como virtudes de longo prazo: “se eu fosse explicar mais amplamente o dilema de Rico, diria que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável”. (Sennett, 2019, p. 27).

Outro elemento é como Enrico saiu da posição de liberal, preocupado com o social, para o conservadorismo cultural como “um testamento à coerência que sente faltar em sua vida” (Sennett, 2014, p. 29), ou seja, aqui, a ideologia dá sentido a uma experiência subjetiva à deriva e sem sentido. A comparação entre as biografias de pai e filho ilustra a hipótese segundo a qual a quebra da jaula de aço weberiana não significa que estamos mais livres, mas sim mais enjaulados a partir de controles mais sutis, invisíveis e de difícil leitura.

“As condições de tempo no novo capitalismo criaram um conflito entre caráter e experiência” (Sennett, 2014, p. 32). Agora, ambos não formam mais um conjunto, na medida em que também o caráter deve ser flexível para se adaptar ao que o Sennett chama de “flexitempo”. É uma imagem para dizer que a flexibilidade neoliberal ataca primeiro o tecido do tempo, para depois exigir dos indivíduos que se relacionem com seu cotidiano de outra maneira. Flexibilidade é a característica de um material sofrer a ação do tempo e mesmo assim não quebrar, por exemplo, o vento exerce pressão sobre um galho de árvore que se dobra, porém não quebra.

Essa seria mais ou menos a ideia da ação da flexibilidade sobre a subjetividade. Esta deveria entortar ao máximo, sem, no entanto, quebrar, perder sua capacidade produtiva.

A flexibilidade se opõe à rotina. O trabalhador flexível é aquele que pode ser adaptado a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. Essa resiliência, para usar um vocábulo da ordem do dia, é a matéria-prima dessa subjetividade necessária ao capitalismo neoliberal. O trabalhador da era de ouro tinha seus valores sólidos, nos quais ele ancorava seu caráter. Já o trabalhador flexível precisa constantemente ceder em seus pontos de vista, caso contrário será enviado para o exército industrial de reserva como mais um desempregado. A flexibilidade não é somente um dado do trabalho como prática produtiva mas também como esfera de produção de subjetividade. Ela sinaliza a corrosão do caráter, a destruição lenta dos valores morais que regiam o mundo do trabalho na perspectiva da classe operária.

Tanto para Christopher Lasch quanto para Richard Sennett¹⁴, o processo de desregulamentação da economia trouxe consigo o processo de desregulamentação do psiquismo, isto é, as bases sólidas e duradouras que regiam o psiquismo passam a ser flexibilizadas e desmontadas. O eu mínimo decorre lógica e historicamente do eu soberano, na medida em que se perderam as condições objetivas de um e somente resta a possibilidade do outro. Ou seja, ambos permitem problematizar a transformação da ordem subjetiva que se dá num quadro social regressivo marcado pelas turbulências da crise. Como diagnosticou Russell Jacoby (1977, p. 32): “a dominação está atingindo as profundezas mais íntimas dos homens e das mulheres. As últimas reservas do indivíduo autônomo estão sitiadas”.

¹⁴ Embora esse texto não seja dedicado às proximidades entre Lasch (1983) e Sennett (1980), vale ainda sublinhar como ambos utilizaram a noção de narcisismo para compreender a cultura americana neoliberal. O primeiro no aclamado “Cultura do narcisismo” e o segundo no relativamente desconhecido “Narcisismo e cultura moderna”.

VI

O neoliberalismo deve então ser compreendido não somente como uma forma de governo ou como um projeto político-econômico, mas principalmente como a instauração de novas formas de organização do trabalho que se mostram destrutivas do ponto de vista do psiquismo. Na conclusão de Sennett, elas corroem o caráter; na de Lasch, elas produzem um mínimo eu. Assim, o neoliberalismo desestrutura as relações de trabalho, provocando desemprego e precarização, porém também corrói as subjetividades dos trabalhadores, desregulando e precarizando o psiquismo. Nesse sentido, ele representa mais um giro no parafuso do longo processo de imposição, consolidação e colapso do capitalismo.

Robert Kurz (2020, p. 106) demarcou como a razão instrumental deixou de ser um mero sistema de exigências exterior e migrou mais profundamente para o interior do sujeito. De certo modo, isso resume bem a reflexão aqui feita sobre o longo processo de introjeção da mercadoria. A razão instrumental é a racionalidade sujeitada à irracionalidade do capital, ela denota o processo no qual a razão “se tornou algo inteiramente aproveitado no processo social” (Horkheimer, 2002, p. 26). Essa modalidade de razão serve aos fins de autoconservação da sociedade capitalista, a saber, o incremento do valor por meio do desenvolvimento das forças produtivas, da manipulação da natureza objetiva e do controle das formas subjetivas. A razão instrumental é, então, um conjunto de práticas de organização social e de estruturação subjetiva condicionadas aos imperativos de valorização do valor capitalista. No momento de crise do capitalismo, ocorre essa virada ao interior do sujeito e a razão instrumental danifica e lesa o psiquismo.

A crítica da razão instrumental, por sua vez, é parte do diagnóstico da modernidade embasado numa teoria crítica da autodestruição da razão

por meio da instrumentalização da racionalidade moderna. Ela constitui o grande pilar da teoria crítica no século XX. Hoje, me parece que essa crítica deve assumir a forma da crítica do sujeito e do psiquismo, isto é, como se ocorresse uma *psiquização da razão instrumental*¹⁵ que se expressa por meio da precarização enquanto processo subjetivo e que acarreta a sua autodestruição durante o colapso do capitalismo. Esse texto foi uma tentativa de caminhar nessa direção.

Bibliografia

- Adorno, T. (2020) *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo, UNESP.
- Adorno, T. (2015). *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo, UNESP.
- Assoun, P.-L. (1991). *O Freudismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Birman, J. (1998). O mal-estar na modernidade e a psicanálise: a psicanálise à prova do social. in *Physis*, vol.8, n.1, pp.123-144
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo, Politeia.
- Brown, N. (1972). *Vida contra morte*. Petrópolis. Vozes.
- Figueiredo, L. C. (1999). *A invenção do psicológico*. São Paulo, Escuta.
- Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes.
- Freud, S. (2011). *Luto e melancolia*. São Paulo, Cosac Naify.
- Freud, S. (2010a). *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio de prazer e outros textos (1917-1920)*. São Paulo, Cia das Letras.
- Freud, S. (2020) *Mal-estar na cultura e outros escritos*. Belo Horizonte, Autêntica.

¹⁵ Essa expressão é inspirada em Stéphane Haber (2012, p. 45) que fala em “psiquicidade do social” (*psychicité du social*) para expor como Freud entenderia o psiquismo como “um momento psíquico do social”. Nesse sentido, me aproprio livremente para pensar um momento psíquico da razão instrumental.

- Freud, S. (2010b). *O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo, Cia das Letras.
- Gay, P. (1994). *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo, Cia das Letras.
- Habermas, J. (1975). *Perfiles filosófico-políticos*. Madrid, Taurus.
- Hartog, F. (2019). *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte, Autêntica.
- Haber, S. (2012). *Freud sociologue*. Paris, Le Bord de L'eau.
- Horkheimer, M. (2002). *Eclipse da razão*. São Paulo, Centauro.
- Jacoby, R. (1977). *Amnésia Social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Jappe, A. (2019). *A sociedade autofágica*. Lisboa, Antígona.
- Kurz, R. (2020). *A democracia devora seus filhos*. Rio de Janeiro, Consequência.
- Kurz, R. (2010). *Razão sangrenta*. São Paulo, Hedra.
- Lasch, C. (1983). *A cultura do narcisismo: a vida americana numa Era de Esperanças em Declínio*. Rio de Janeiro, Imago.
- Lasch, C. (1986). *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense.
- Lasch, C. (1991). *Refúgio num mundo sem coração*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lukács, G. (2003). *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marcuse, H. (1983). A obsolescência da psicanálise. In *Cultura e sociedade*, vol. 2. São Paulo: Paz e Terra.
- Marcuse, H. (1975). *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Marx, K. (2009). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

- Marx, K. (1988). *O capital: crítica da economia política. Volume I. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Tomo 1*. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K; Engels, F. (2019). *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Menegat, M. (2012). *Estudos sobre Ruínas*. Rio de Janeiro: Revan.
- Mezan, R. (2008). *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva.
- Pereira, S. W. *As pulsões de morte e seus derivados: os avatares da teoria*. Rio de Janeiro: UFRJ, CFCH, IP, 2006.
- Rieff, P. (1989). O homem psicológico. In Gay, P. (org.). *Sigmund Freud & o gabinete do Dr. Lacan*. São Paulo: Brasiliense.
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs*. Petrópolis: Vozes.
- Sennett, R. (2019). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Sennett, R. (2014). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- Sennett, R. (1980). *Narcisismo y cultura moderna*. Barcelona: Editorial Kairós.
- Scholz, R. (2007). *A teoria da cisão de gêneros e a teoria crítica de Adorno*. In Cevasco, M. E.; Ohata, M. (Orgs.). *Um crítico na periferia do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- Schorske, C. (1988). *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Cia das Letras.
- Sombart, W. (1953). *El burgués*. Buenos Aires: Oresme.
- Waissenberger, R. (1984). *Politics in Vienna before and after the turn of the century. In Viena 1890-1920*. Fribourg: Wellfleet Press.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- Wissen, L. (2017). *Matriz psicossocial do sujeito burguês na crise. EXIT! Crise e Crítica da sociedade das mercadorias*. Tradução Boaventura Antunes. Disponível em: http://www.obeco-online.org/leni_wissen.htm. Acesso em: 2021.

Zaretsky, E. (2013). *Freud: una história política del siglo XXI*. México: Siglo XXI Editores.

Zaretsky, E. (2006). *Segredos da alma: uma história sociocultural da psicanálise*. São Paulo: Cultrix.

Parte II

Formas da precariedade subjetiva sob os imperativos do capitalismo neoliberal

Neoliberalismo e mito da empregabilidade: a construção e a manutenção de sujeitos culpabilizados, infantilizados e segregados

*Jorge Antonio Tavares Peixoto*¹

A utopia está no horizonte.

Eu sei que nunca a alcançarei. Se eu avançar dez passos, ela se distanciará dez passos. Quanto mais eu a buscar, menos a encontrarei: ela se distancia à medida que eu me aproximo. E, ora, para que serve a utopia? A utopia serve para isso, para caminhar.

(Fernando Birri)

Introdução

O capitalismo contemporâneo e os seus modos de produção talvez nunca tenham trabalhado tanto com a *matéria-prima* subjetividade humana como nos tempos atuais. Podemos pensar que desde o declínio da hegemonia do taylorismo e do fordismo como modelos de produção dominantes e a adoção de uma acumulação flexível (Harvey, 2008), a teoria do *capital humano* ganha força, especialmente o conceito de *empregabilidade*, no qual as relações de trabalho vêm sendo construídas sob o viés de responsabilização direta do indivíduo. O trabalhador, neste contexto, é responsável por estar empregado ou não, em um mercado de trabalho

¹ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Psicólogo, Servidor da Prefeitura Municipal de Queimados-RJ, na área de Assistência Social. Participa como membro do Grupo de Pesquisa "Subjetividade, trabalho e mal-estar", da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelo professor Fernando José Gastal de Castro. Também colabora com o Grupo de pesquisa "Políticas de subjetivação: Psicologia social, história e educação" de supervisão do professor Francisco Teixeira Portugal.

instável face ao qual precisa responder afirmativamente como *empreendedor de si mesmo*.

O conceito de empregabilidade nos faz acreditar que as questões estruturais que envolvem o conflito *Capital - Trabalho* são meras especulações que já não possuem espaço na atualidade, podendo todas as dificuldades do mundo laboral serem resolvidas com um hábil e eficiente planejamento de carreira e com um esforço contínuo. Quando essa ideia passa a ganhar força no Brasil, especialmente nas esferas públicas, o Estado deixa sua função social de garantir direitos aos cidadãos, prevista em sua Constituição de 1988, para aderir às ideias do mercado como regulador das regras de trabalho e renda, deixando de agir como mediador na esfera política na geração de empregos e apostando em projetos, cursos e capacitação orientados ao aumento do emprego para as pessoas das camadas mais pobres.

A partir dessa ótica ignora-se as relações complexas que atravessam os sujeitos em seus territórios e as relações socioeconômicas e históricas que produzem a instabilidade do mundo orientadas a partir do sistema de mercado. Minimiza-se e desestimula-se as relações coletivas no trabalho e suas instituições representativas (sindicatos, associações, cooperativas etc.), colocando o acento no valor da competição e livre comércio. Desse ponto de vista, para o sujeito ter sucesso, precisa preparar-se para construir para si mesmo, as estratégias de sobrevivência individuais que o farão ser bem-sucedido. O sucesso mostra-se, então, através do resultado de seu esforço, da sua capacidade em superar os obstáculos e da sua criatividade como elementos que o diferenciam daqueles que fracassam (Minarelli, 1995; NERI, 2007). Contudo, todo esse individualismo não possui nada de natural, como sabemos.

De forma ampla, o individualismo é uma forma subjetiva produzida historicamente pelas instituições que habitam em nós e nos constituem

enquanto indivíduos. No entanto, além de sermos produzidos, também o produzimos. Agenciamo-nos e somos agenciados por essas máquinas de produção, quer tenhamos ou não consciência disso. Aprendemos desde cedo a corresponder a modelos de representações de como ser pai, mãe, filho, homem, mulher e como deve ser nossa inserção no processo produtivo como trabalhadores (Guattari & Rolnik, 2013): “É desde a infância, que se instaura a máquina de produção de subjetividade capitalística, desde a entrada da criança no mundo das línguas dominantes, com todos os modelos tanto imaginários quanto técnicos nos quais ela deve se inserir” (Guattari, 1986, p.40). É preciso, nesse sentido, não só vender sua força de trabalho no mercado, mas fazer uma escolha à revelia dos condicionantes de um tempo próprio, dos laços sociais e dos sentidos pessoais, em prol da competitividade extremada, da precarização dos meios (Castro, 2015; Linhart, 2014) e da adesão a um ideal organizacional relevante (Castro, 2012).

Tais discursos e seus efeitos de verdade, aparecem, ao nosso ver, de forma clara, no conceito de *empregabilidade* que dita as regras da produção da subjetividade capitalística no contemporâneo. Discursos que promovem a adesão a certa ordem social conectada e em rede, com forte poder disciplinador e produtora de corpos dóceis (Foucault, 2001). O indivíduo ideal a ser produzido seria aquele engajado em sua empregabilidade, fiscalizador de suas próprias metas, apto a cobrar de si mesmo sempre melhores resultados, sempre mais qualificação, sem a necessidade da presença do patrão ou chefia imediata, visto que faz de si mesmo um *colaborador*, parte integrante da empresa, um ser ultracompetitivo voltado à excelência.

A naturalização desse saber é reforçada pelas escolas, cursos, livros, palestras, workshops, revistas, mídia etc., partes de uma totalidade instituída de discursos e práticas voltadas ao individualismo e à meritocracia.

Seus efeitos de verdade são incontestáveis, à medida que se mostram um saber que não sofre grandes críticas nos meios em que se implementam, nem possuem seus princípios postos à prova, passando a ser utilizados indiscriminadamente também pela esfera pública, como parâmetros de decisões políticas relativas ao emprego e à renda. Mostra-se, dessa forma, extremamente útil aos novos modos gerenciais contemporâneos (Gaulejac, 2014), voltados exclusivamente a produzir a adesão do desejo às formas mercadológicas próprias da lógica competitiva do lucro e do dinheiro. Conforme Gaulejac,

Com o desenvolvimento do capitalismo financeiro, o Ego de cada indivíduo tornou-se um capital que é preciso fazer frutificar. O taylorismo provoca uma instrumentalização do humano, e cada indivíduo deve adaptar-se à linha de montagem, à máquina, à mecânica. A tecnocracia gera uma normalização do humano, cada indivíduo deve se adaptar a normas, regras, processos. A gestão gerencialista gera uma rentabilização do humano, cada indivíduo deve tornar-se o gestor de sua vida, fixar-se objetivos, avaliar seus desempenhos, tornar seu tempo rentável (Gaulejac, 2014 p.181)

A partir da lógica do *auto-empendedor*, o que se busca são as melhores chances competitivas de vencer a luta pela empregabilidade. Entramos em um jogo, mas não fazemos as regras nem tampouco temos qualquer acesso a elas. Ao contrário, do discurso otimista *pró-auto-empendedorismo*, não há garantias, mas somente uma *luta por lugares* (Gaulejac & Leonetti, 1995) sem fim e cada dia mais acirrada. O que se quer sempre é ser a melhor *mercadoria* pelo menor valor possível e aquelas [mercadorias] que não servem ao mercado são, conseqüentemente, descartadas. Os defensores, portanto, de políticas baseadas na idéia de empregabilidade sugerem que, promover o auto-empendedorismo é a garantia da alocação dos seres humanos nos postos de trabalho e, logo, a

saída das políticas públicas para o problema do desemprego (Rodrigues, 2008).

Nenhuma dessas questões que tratamos acima fazem-se objeto de crítica por parte do Estado, tornando agentes públicos, profissionais, funcionários e a população em geral cegos para a perversidade dessa lógica e suas consequências, não permitindo que seja visualizado o total contrasenso da auto-empregabilidade ser, na verdade, nada mais do que a face aparente do crescimento da precarização própria às políticas neoliberais. Ao esvaziar o espaço de discussões críticas das políticas públicas em relação ao emprego e renda, amplia-se a ideia de um Estado orientado a criar sujeitos competitivos, ousados e empreendedores, cabendo ao governo, na melhor das hipóteses, a função apenas de oferecer possibilidades de formar auto-empresendedores *mais aptos*, fazendo da esfera pública um mero apêndice do sistema de mercado dito “autorregulado”.

De sorte que, questões relacionadas ao aumento do desemprego, vinculadas a políticas de flexibilização e formação dentro da lógica do capital humano não são visibilizadas criticamente e, muito menos, discutidas nos ordenamentos institucionais atuais. Aquilo que é prescrito são fórmulas gerais oriundas da lógica mercantil atual, retiradas de outros contextos e realidades, diferentes da brasileira e reproduzidas sem análise crítica o que, por sua vez, impossibilita conceber outras formas criativas de enfrentamentos locais do problema do trabalho e do desemprego. Os agentes públicos em geral agem desta maneira, sob a justificativa de que as questões de emprego-desemprego são exclusivamente da ordem da qualificação pessoal e da capacidade dos indivíduos tornarem-se empreendedores, orientados ao mérito e mistificados por um individualismo naturalizado.

Boa parte da população, desta maneira, está cada vez mais próxima da vida como *tripalium*² do que como *téchné* (Castro, 2020). O que vemos cristalizado nas vivências dos sujeitos em sociedade é, assim, a tortura diária e necessária de milhares de pessoas para sobreviver e manter um nível sub-humano de reprodução da vida. Os enunciadores do novo modelo de trabalho e renda insistem, dessa maneira, em afirmar o *fim do emprego* e encorajar a todos a uma nova era, no seio da qual terão que lutar para ocupar os (poucos) lugares em um cenário de muitos auto-empresendedores individuais lutando darwinianamente pela própria vida (Minarelli, 1995; Neri, 2007).

Políticas públicas e subjetividade capitalística neoliberal

A crença de que a sociedade somente pode funcionar na medida em que for centrada no sistema de mercado autorregulado é atualizada ao longo das últimas décadas e se apresenta hoje como principal forma de combate ao desemprego pelos gestores públicos.

Entendemos, no entanto, que longe de ser impessoal e imparcial, o sistema de mercado autorregulado implica a afirmação de um projeto social-político e mostra-se inerentemente instável (Harvey, 2008). Tal projeto trata de governar e gerir a política pública de trabalho e renda, centrado na culpabilização do sujeito, ou seja, a partir de um conjunto de crenças de que este deve preparar-se para a imprevisibilidade, a instabilidade, a flexibilidade e a adaptabilidade constante como fatos naturais da vida moderna (Castro, 2015).

Tais crenças, no entanto, mascaram os problemas estruturais do atual modo de acumulação flexível. A inserção no mundo do trabalho, seja

² *Tripalium* (ou *trepalium*), que era, a princípio, um instrumento utilizado na lavoura. Em fins do século VI, este passou a ser também o nome de um instrumento romano de tortura. (in: http://www.ufrgs.br/ep psico/subjetivacao/trabalho/etim_trab.htm# acessado em 10/10/2018).

ela formal ou não, torna-se dentro desse contexto, extremamente difícil, especialmente para uma vasta camada da população que vê sua própria condição de cidadãos precarizada em seus elementos mais básicos: saúde, educação, seguridade social e trabalho. Mas, embora produtora de todo tipo de precarização das formas de trabalho e de vida, tais crenças apresentam um caráter imperativo e são, por isso, interiorizadas, na medida em que alcançam o núcleo familiar que se constitui, dessa maneira, em um dos principais agentes enunciadores e alvos da produção subjetiva *capitalística*³ (Guattari & Rolnik, 2013). Por um lado, podemos pensar que determinadas famílias se tornam uma espécie de *pequena empresa*, enquanto investem suas expectativas nos seus descendentes jovens, baseados nos princípios da cultura capitalística, na esperança sincera de que, no futuro, seus descendentes estejam *aptos* a ingressar de forma exitosa no mercado de trabalho. Conforme Gaulejac:

A família é percebida como uma pequena empresa que deve revelar-se com bom desempenho naquilo que constitui seu principal objetivo: fabricar um indivíduo empregável. Os dois membros do casal vão colocar junto seus capitais respectivos (econômicos, cognitivos, relacionais, culturais) a fim de investir duramente na empresa familiar (Gaulejac, 2013, p.185).

Tais jovens, portanto, sentirão o peso do investimento familiar em suas costas, tendendo a atender às expectativas em si depositadas pelos pais e familiares. Procurando corresponder-lhes, serão, assim, pressionados pelo ritmo que se lhes impõe a chegada da maioridade e a urgência de conseguirem *escolher* uma profissão. De sorte que, numa sociedade neoliberal, a preparação para o trabalho dá-se, na verdade, como interiorização

³Guattari com o termo “capitalístico” está reforçando que a questão está relacionada ao modo de funcionamento na produção de subjetividade, não necessariamente a estar em um regime político que se diz “capitalista” ou “socialista” mas que atua sob os mesmos mecanismos. In: Micropolítica: Cartografia do Desejo, op. Cit.

desde a família, de um sistema de crenças baseadas na adesão a papéis sociais próprios ao auto-empendedorismo como única direção possível de inclusão social.

Por outro lado, é preciso considerar que *escolher* torna-se um verbo cada mais impossível, visto existirem sujeitos para os quais as expectativas familiares sequer serão consideradas devido ao fato de viverem em contextos de segregação e pobreza radical, com o tempo de investimento e formação até a maioridade não sendo sequer cogitados, dadas as exigências de sobrevivência que se impõem. A tais pessoas, recai o rótulo de *inaptos* e constituirão um amplo contingente humano a viver as marcas da precariedade – objetiva e subjetiva – de uma maneira ainda mais profunda. Justamente esses, ou boa parte deles serão alvo de políticas neoliberais de emprego e renda, tornando-se aos olhos do poder público *encargos sociais* e, dependentes de políticas dominantes para se tornarem *aptos*, conforme as diretrizes de empregabilidade auto-emprededora, reproduzindo, assim, em larga escala, os mecanismos de culpabilização e infantilização. Conforme Guatarri (2013), o “Estado assistencial começa pela organização de uma segregação que empurra, para fora dos circuitos econômicos, uma parte considerável da população. E, num segundo momento, ele vem socorrer, vem dar assistência a essa população, mas com a condição dela passar por esse sistema de controle” (p.173).

Importante considerar que a subjetividade infantilizada e culpabilizada retira dos sujeitos as possibilidades de autonomia uma vez que suas vidas passam a ser organizadas, reguladas e monitoradas por um terceiro. Isso ocorre, por exemplo, através do estabelecimento de um conhecimento técnico sobre esta população por meios estatísticos a respeito de suas condições sociais, econômicas, culturais, a fim de se tornarem objeto específico das políticas de empregabilidade neoliberais. Podemos, nesse

sentido, visualizar no seio das práticas políticas estatais, uma estreita relação com a noção de *biopoder* (Foucault, 2001), na medida em que, o controle social das classes populares se impõe sob a forma de uma *governamentalidade* estrita, disciplinadora do conjunto da população mais vulnerável conforme os critérios da empregabilidade neoliberal, impedindo, dessa maneira, a criação e o desenvolvimento de uma consciência crítica coletiva. Tal forma de governamentalidade é visível, por exemplo, no ato de condicionar a permanência das classes populares nos programas de assistência, a ter os registros médicos de crianças em dia (carteiras de vacinação, etc.) ou, ainda, condicionar a inclusão das famílias no direito social, à assiduidade dos filhos na escola (Gentili, 2000; Frigotto, 2013), deixando claro a forma de regulação estatal segundo o princípio de que “*nós sabemos o que é melhor para você.*”

Os equipamentos coletivos - não só os de ação sanitária ou de higiene mental (ambulatórios, centros de saúde, etc.), ou as de vida cultural (escolas, universidades, etc.), mas também a mídia - tendem a ganhar uma importância desmedida. Eles constituem o Estado em sua função ampliada. Operários de uma máquina de formação da subjetividade capitalística, esses equipamentos têm por função integrar fatores humanos, infra-humanos e extra-humanos, colocando numa articulação real instâncias tão diferentes quanto as que estão em jogo na economia libidinal (as sistêmicas familiares, por exemplo) e nas produções semióticas (como as que são postas em funcionamento pela mídia). (Guattari, 2013 p.51)

Estar nesses territórios e nessas políticas exige, portanto, dos profissionais que percebam e compreendam os sentidos das políticas de empregabilidade neoliberais e assumam um posicionamento crítico em relação às ações e práticas instituídas, na perspectiva de *criar singularidade* e espaços para que *devires* possam acontecer. Pois, seguindo o que sublinha Guattari (2013), a luta *não mais se restringe ao plano da economia*

política, mas também abrange a economia subjetiva. Do contrário, outras formas de estar no território e atuar no campo das políticas de emprego e renda não serão vislumbradas, e possibilidades de escape ao agenciamento da subjetividade capitalística neoliberal não terão lugar de existência. Não há neutralidade possível; conscientes ou não, agregam-nos aos demais agenciamentos coletivos de enunciação que legitimam, em tais práticas, a *economia subjetiva capitalística* ou, ao contrário, em grupelhos de resistência, criamos linhas de fuga alternativas. Ao invés de autonomia e de possibilidades novas de devir, dentro dessa lógica, podemos estar corroborando com a produção de pessoas desesperançadas, com sentimento de impotência e de culpa, e com a crença no fatalismo perante uma visão do mundo e de si a-histórica: “Vivemos em um mundo desagradável, onde não apenas as pessoas, mas os poderes estabelecidos têm interesse em nos comunicar afetos tristes. A tristeza, os afetos tristes são todos aqueles que diminuem nossa potência de agir” (Deleuze e Parnet, 1998, p.75).

Logo, a disseminação do medo (“não há empregos”; “é o fim do mercado de trabalho como conhecemos”), da desesperança (“as coisas funcionam assim, adapte-se”, “não há como mudar” etc.) e da sensação de impotência (“não há nada que possa ser feito”; “o mercado já possui leis instáveis” etc.) são produções sociais que evitam o acesso à consciência crítica e a buscar novas soluções, alternativas e possibilidades humanas comuns.

Historicamente, o desamparo, a sensação de impotência e o medo são sentimentos fundamentais para que um poder constituído continue estabelecido: “Uma subjetividade caracteristicamente medrosa está mais propícia a reafirmar no cotidiano práticas adaptativas, niilistas e massificadas, ainda que cada um desses componentes seja cinicamente descrito como índices de autonomia e de empreendedorismo” (Carvalho, 2014 apud Mansano & Nalli, 2018, p.78).

Em detrimento de todos esses sentimentos e afetos próprios ao processo de subjetivação capitalística neoliberal, como podemos insistir em fazer resistência? Como, apesar de todas essas construções e relações instituídas que habitam as políticas públicas contemporâneas, podemos criar alternativas que promovam outra ordem de afetos?

Buscando, de alguma forma, responder a tais questionamentos, começamos a atuar em um *Coletivo* criado na cidade de Queimados, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Nascido em 2015, a Associação Amigos do Paraíso - AMPARA - surge como uma entidade civil sem fins lucrativos, voltada para a geração de cultura, esporte, lazer, formação de cidadania e educação. Passaremos, a seguir, a analisar as formas de resistência e as possibilidades surgidas através da criação deste coletivo.

Ensaio de resistências e linhas de fuga: o caso AMPARA

No que concerne à reflexão da política de emprego e renda, foi o coletivo Ampara que possibilitou discutir questões que envolvem a falta de acesso à escolarização, à experiência, à qualificação, exigidas como requisitos para o emprego formal, bem como abordar os mecanismos de negação de direitos sob os ditames do sistema de mercado da era neoliberal. A própria ideia de renda pôde, no âmbito dos projetos desenvolvidos na AMPARA, ser pensada de outra forma, para além do mito da empregabilidade, visando resistir e conseguir trabalhar a autonomia com os sujeitos envolvidos, além de suas culpabilizações, infantilizações e segregações.

Os espaços e os dispositivos formados através da Associação, têm se mostrado geradores de projetos concretos, construídos com pessoas da própria comunidade e região, sob uma perspectiva autogestionária, onde acreditamos estar alcançando pequenos, mas significativos avanços dentro de uma perspectiva micropolítica.

Episódio I: A formação de um coletivo de resistência

Casa de um bairro da periferia de uma cidade periférica. Reunião de várias pessoas da região. Algumas se encontram pela primeira vez. Atendem a uma convocação para discutir as questões de interesse do bairro e conversar sobre possibilidades de contribuir com saberes e práticas que trazem no ramo da arte, da cultura, da educação, disponibilizando-os àqueles que queiram se beneficiar desses saberes e projetos: “Estaríamos formando uma ONG?”, pergunta um dos presentes. A resposta quanto a isso vem impregnada do sentimento e da vivência de alguns dos presentes e da prática de ONG's que possuem *donos*, que são manobradas como *empresas sem custos tributários* e que, apesar de terem o *não-governamental* no seu nome, vivem a partir de verbas colhidas de cofres públicos, sem que haja em seu bojo preocupações emancipatórias relativas àqueles que atendem. Nessas organizações, são comuns, alegam alguns dos presentes, fraudes do tipo *caixa dois* e outros crimes. “Não”, Responde um dos idealizadores da associação. “Tem que funcionar como um coletivo, autogestionado, se possível com verbas próprias e feito junto com aqueles que atendemos”. “Uma utopia. Não dura um mês, quem pagará as contas?”, afirma um participante mais cético. “Todos, coletivamente, e da forma que puderem, em espécie ou em trabalho, mas em benefício de todos ou daqueles que podem menos. Uma associação, onde todos são corresponsáveis em fazer acontecer”. Mas, para além do discurso idealista de alguns, fatalista de outros, a pergunta daquele dia era: “seria realmente possível?”

Estamos impregnados da forma de pensar herdada do pensamento contemporâneo próprio ao mundo dos negócios. É sempre necessário ter indivíduos que financiam projetos e ações populares, tudo é regulado pelos seus custos e pela possibilidade de obter lucros, mesmo quando não estamos necessariamente falando de *business*, mas de *ações assistenciais*.

Temos poucas referências de coisas que funcionam de forma coletiva e autogestionária pela base. Isso não é casual, iniciativas como cooperativas, associações e outros coletivos e instituições populares correm sempre o risco de serem capturados pela lógica de produção capitalística em que estamos todos imersos, perdendo-se progressivamente nos seus propósitos e deixando de ser potências e grupos de ação, com suas linhas de fuga e de resistências, para se tornarem parte da engrenagem e agenciamentos coletivos de enunciação dentro da lógica do capital. Mas seria possível promover coletivamente outros agenciamentos, outras micropolíticas que escapem a tais ordenamentos sociais que segregam o sujeito e estabelecem quem deve ou não ser e o que deve ou não desejar?

Uma das pessoas tem um imóvel. Cede uma casa gratuitamente para as atividades. Se recusa a cobrar aluguel. Um escândalo. Algumas, ainda tem um mobiliário para doar. Um computador e uma geladeira seminovos e que não usam mais. Estavam vendendo, mas doam para a ideia. Um antigo balcão de uma clínica de psicologia, que não tem mais uso no espaço de origem. Novas cadeiras escolares são compradas por um diretor de uma escola e as antigas sem espaço para colocar são doadas à associação. Livros, estantes...

Assim, de forma quase espontânea e em menos de um mês, antes que sequer qualquer iniciativa ou ação pudesse ser formalizada, a associação já existia. Já era uma realidade concreta. Uma possibilidade de intervenção social surgia, trazendo para a cidade aquilo que era singular e podia ser compartilhado entre todos e por todos que estavam naquela reunião. Para iniciar a proposta e torná-la palpável, foi preciso que cada um buscasse em si, e na discussão coletiva que se sucedeu, outra *ética* que não a do mercado, capaz de fugir da infantilização assistencialista, da culpabilização, do empreendedorismo do capital humano, enfim, da solidão própria da socialização neoliberal:

[...] Parece-me essencial que se organizem assim novas práticas micropolíticas e microsociais, novas solidariedades, uma nova suavidade juntamente com novas práticas estéticas e novas práticas analíticas das formações do inconsciente. Parece-me que essa é a única via possível para que as práticas sociais e políticas saiam dessa situação, quero dizer, para que elas trabalhem para a humanidade e não mais para um simples reequilíbrio permanente do Universo das semióticas capitalísticas. (Guattari, 2001 p.35)

O sentimento de gestação da AMPARA e conseqüentemente sua mobilização, vinha do sentimento de pertencimento ao local em que se nasceu e da vontade de contribuir para que alguma mudança, ainda que pequena, acontecesse. A vontade de criar linhas de fuga, desterritorializar, provocar rachaduras onde parecia ser imutável, forjar possíveis diferenças nos discursos homogêneos. A impossibilidade momentânea para os *indivíduos* torna-se, assim, o possível para o *coletivo* e novos espaços sociais passam a ser criados com devir das práticas instituintes.

Episódio II: As Ações iniciais de projetos relacionados

Destacamos para fins deste trabalho três projetos que são realizados na AMPARA⁴ que são vistos como criadores de potências locais relacionados direta ou indiretamente com acesso e meios de renda e de vida. Buscaremos também destacar a forma de relação estabelecida com a comunidade e como tais iniciativas são percebidas por aqueles que delas se beneficiam. São eles: O Preparatório Comunitário para Concursos, a oficina de artesãs e as aulas de Suporte ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (SUCEJA).

⁴A rede de parceria com pessoas possibilitou atividades esportivas e culturais com crianças e adolescentes (Capoeira, artes marciais, Teatro e Música) que também acontecem no espaço, mas que se optou aqui nos limites deste texto de não relacionar por não terem diretamente relação a questão do trabalho e renda.

a) O Curso Preparatório para Concursos Comunitário.

A questão do trabalho e da educação estava subjacente em muitos dos discursos dos integrantes daquela assembleia de fundação da AMPARA. Havia crianças, trazidas por pais que não tinham com quem deixá-las, correndo no espaço, apropriando-se dele. Havia gente de chinelo de dedo e fala simples. Havia acadêmicos. Mas, sem dúvida, quem participasse daquela reunião, percebia que essas diferenças não tinham nenhuma importância.

De repente, alguém lembrou que haveria um concurso público para servidores na cidade. Já havia anúncios e *outdoors* de cursos preparatórios que estavam disponíveis para aqueles que pudessem pagar. E os que não podiam? Como se prepariam para essas oportunidades de trabalho? Por que não iniciar então as atividades da AMPARA com algo assim?

Alguns professores presentes, inclusive, dariam aulas em alguns destes preparatórios pagos. “E se a gente fizesse um projeto de preparatório gratuito à comunidade?”, propôs um dos participantes da Associação. A ideia tinha sido vista com potencial interessante, já que possibilitaria o acesso para que outras pessoas da região, geralmente excluídas desse processo, se preparassem para provas de concursos em geral. Surgiu o primeiro projeto da AMPARA: Curso Preparatório para Concurso Comunitário (CPCC). Com a utilização de redes sociais foi possível divulgar a ideia que, por sua vez, teve uma aceitação grande. Foram criadas três turmas para um curso intensivo de um mês, com disciplinas de português e matemática. Muitos alunos conseguiram aprovação e houve inclusive aprovados em primeira chamada. Com o fim do concurso, boa parte dos estudantes não permaneceu, mas a iniciativa continuou mesmo depois do concurso e mantém-se como alternativa gratuita de preparação à comunidade.

b) A Oficina de Artesanato e a condição de se encontrar e se socializar.

A Oficina de Artesanato foi possibilitada pelo voluntariado de lideranças da comunidade que já faziam esse trabalho de forma individual em suas casas. Com o espaço disponibilizado, toda a gerência e a operacionalização do curso foram feitas por voluntários. Priorizou-se a produção de artigos baratos e de materiais de reutilização. Porém, é perceptível a qualidade das criações e os cuidados de sua elaboração no resultado final, tornando-se peças extremamente comercializáveis, o que fez com que algumas das mulheres participantes, que se encontravam desempregadas, passassem a utilizar as oficinas de artesanato como fonte de renda.

Gostaríamos de destacar, no entanto, a *forma* do dispositivo de oficina e os aspectos agregadores que trouxe às participantes. Muitas dessas mulheres viram na atividade possibilidades de se sentirem menos solitárias, de escaparem das pressões do cotidiano, ou mesmo, de verbalizarem e expressarem tais vivências espontaneamente nas rodas de artesanato. O caráter autogestionário da atividade permitiu que elas fossem protagonistas do que estava sendo feito, do como iria ser feito e da forma que poderiam se organizar. Dividem as tarefas conforme critérios adotados pelo próprio grupo, escolhem comemorar aniversários e datas festivas, fazem-se, enfim, artesãs umas das outras na medida em que se organizam e se apropriam do espaço e constituem laços de solidariedade e reciprocidade antes inexistentes.

Foi através da atividade de artesanato que surgiu o desejo de algumas de voltar a estudar, pois boa parte delas nunca havia completado o ensino fundamental. Contudo, com o desejo posto, levantaram-se diversos problemas: dificuldades de mobilidade, cuidados com os filhos pequenos, os gastos exigidos, apareceram como principais empecilhos. Mas, se essa escolarização-alfabetização fosse feita ali mesmo?

c) Projeto SUCEJA – Conexão com dispositivos públicos de escolarização formal e agenciamentos na busca por autonomia do sujeito.

O sistema CEJA⁵ é um serviço de educação por módulos, organizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, para a escolarização sob o formato de Educação à distância (EAD), e conta com vários polos espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro, geralmente centralizados numa determinada região. Um dos problemas, no entanto, mostra-se na dificuldade de acesso a esse modelo de EAD para pessoas que há muito tempo não estudam ou que não estão adaptadas a estudar por conta própria. A organização exigida para estudar e realizar as provas, nem sempre permite que as pessoas sejam bem-sucedidas, especialmente por se centrarem no sujeito e em seu esforço sem a mediação presencial do professor. Mesmo a tutoria está restrita a uma atividade de *tira-dúvidas* e pressupõe um sujeito já tenha sido mediado pelo material didático. Tal proposta de EAD apresenta então, por um lado, a vantagem da flexibilidade de horários e da participação em aulas expositivas, mas por outro, responsabiliza o sujeito em estar executando e gerenciando por si mesmo sua formação.

De sorte que, a proposta da ação proposta pela AMPARA foi aproveitar a flexibilidade do modelo oficial e *transversalizá-la*, no sentido de trazê-la para a realidade daquele que aprende, para além da mera formalização disciplinar e individual que este modelo de EAD estabelece. A inspiração em Morin (2003) nesse sentido nos parece fundamental:

“[...] formar cidadãos capazes de enfrentar os problemas de sua época é frear o enfraquecimento democrático que suscita, em todas as áreas da política, a expansão da autoridade dos experts, especialistas de toda ordem, que restringe

⁵É um sistema de Supletivo, sob forma de educação à distância (EAD), organizado por módulos. O estudante faz a matrícula regular e estuda em casa todas as disciplinas formais, indo ao polo apenas para fazer as provas ou para receber tutoria sobre assuntos que teve dúvidas. Ao final, se for bem-sucedido em todas as provas que realiza, recebe o certificado de conclusão do Ensino Fundamental e/ou médio. Fonte: <http://cederj.edu.br/ceja> acessado em 20 de março de 2017.

progressivamente a competência dos cidadãos. Estes são condenados à aceitação ignorante das decisões daqueles que se presumem sabedores, mas cuja inteligência é míope, porque fracionária e abstrata. O desenvolvimento de uma democracia cognitiva só é possível com uma reorganização do saber; e esta pede uma reforma do pensamento que permita não apenas isolar para conhecer, mas também ligar o que está isolado, e nela renasceriam, de uma nova maneira, as noções pulverizadas pelo esmagamento disciplinar, o ser humano, a natureza, o cosmo, a realidade (Morin, 2003 p.104).

A experiência da oficina de artesanato mostrou visivelmente que a autonomia precisa ser aprendida coletivamente e, num exercício permanente, construída socialmente. A mediação humana do educador social, consciente da intencionalidade desta educação, tem papel fundamental, ao estar a seu alcance pôr às claras as condições e as contradições a serem questionadas e refletidas criticamente na medida em que elas emergem. Logo, a opção que privilegia o coletivo em detrimento do estudo individual somente, precisa partir da realidade daquele que aprende, enraizado numa educação voltada à autonomia (Freire, 1996) e ao respeito pelo saber dos participantes, opondo-se, conforme a perspectiva freireana, à educação bancária e reprodutora das injustiças orientada a fazer do sujeito, objeto (mão de obra) do sistema de mercado: “ (...) se trabalho com jovens ou adultos, não menos atento devo estar com relação ao que o meu trabalho possa significar como estímulo ou não à ruptura necessária com algo defeituosamente assentado e à espera de superação”. (Freire, 1996 p.42)

Neste sentido, pensamos numa intervenção que pudesse se apropriar do *modus operandi* de uma política de educação existente, para que fosse possível transversalizá-la em benefício daqueles que, por uma complexidade de fatores, não são alcançados por ela. Assim, com a ajuda de professores e universitários voluntários, concretizamos a ideia do projeto

SUCEJA. Um suporte, na verdade, para que, uma vez matriculados no sistema formal de Ensino conforme o modelo de EAD proposto pelo Estado, os participantes pudessem ter o devido suporte e reflexão crítica. O SUCEJA nasce então, com a proposta de que os alunos e alunas que se matriculam no EAD não somente prestassem as provas mais preparados, mas também realizassem um processo de educação local, comunitária, visando uma maior autonomia, consciência crítica e participação.

d) Cenas de um próximo capítulo: Utopia, vias possíveis, construções diárias, intervenções no inconsciente e pensamento crítico e autocrítico na promoção da vida.

Os três projetos exemplificados são pensados como agenciamentos com viés educacional. Não é mero acaso. Para produzirem efeitos nas questões vivenciadas pelos sujeitos e pensar na natureza diferenciada que se mantém atuando o coletivo no bairro e na região como um todo, apostamos que nossa via é da educação e da cultura, em seu sentido mais amplo. Entendemos que nossas intervenções querem resistir e criar rupturas em certo ordenamento para além do mito da empregabilidade neoliberal, abertos e atentos a novas vias que possam surgir e a rupturas que porventura possam acontecer, na tentativa de ampliar o inconsciente para além dos agenciamentos que trabalham diariamente na formação de uma subjetividade capitalística:

Não se trata mais de restringir o inconsciente, de reduzi-lo a complexos universais, a transferências personalizadas; de deitá-lo sobre divãs especializados, de submetê-lo ao pretensão saber do analista..., mas de abri-lo de tudo quanto é jeito para novas vias - por vezes linhas de fuga minúsculas, e outras vezes possibilidades de trabalhar em escala maior, pela transformação da sociedade (Guattari, 1981, p.67).

Considerações finais

O modelo que privilegia as exigências do mercado de trabalho não se preocupa em dizer que não há vagas para todos, ainda que todos estivessem qualificados e capacitados concretamente. Diante disso, incentiva uma constante competição, seja para conseguir um posto de trabalho, seja para se manter nele. Este modelo sugere que o trabalhador precisa aderir aos ideais da empresa, não se importando em descartá-lo quando não for mais útil sua mão de obra. Diante de impossibilidades individuais ligadas ao mito da empregabilidade neoliberal, vislumbramos alternativas ligadas a possibilidades coletivas, concretizadas por propostas objetivas de sustento da vida mas, além disso, pela criação de novos vínculos sociais e movimentos coletivos. Diante do fatalismo de que tudo parece estar capturado pelo ordenamento objetivo e subjetivo do capitalismo, tivemos a oportunidade de presenciar com a criação da AMPARA, novos possíveis vivenciados pelas mulheres no projeto de Artesanato ou pelos estudantes no retorno à escolarização formal, ou mesmo pela esperança de emprego público vivido pelos alunos do curso comunitário.

Este é um alento de esperança trazido por tais *acontecimentos*, de que é possível produzir rachaduras na ordem instituída ainda que os modelos hegemônicos pareçam ser esterilizantes e não permitam ver o todo que nos afeta e que acaba nos produzindo. Ao fazer com que as informações e as práticas circulem, possibilitamos outras referências, outras formas de *fazer e de ser feito* (Castoriadis, 1999), criando assim, microrresistências capazes de gerar metamorfoses subjetivas e objetivas que ponham em questão a homogeneidade da subjetividade capitalística e suas estruturas sociais opressivas.

Apesar de serem estabelecidas institucionalmente as regras da empregabilidade no mundo do trabalho, insistimos, na medida do possível,

em transgredi-las, em prol da ideia de que podemos estabelecer novas formas de acesso e relação com o mundo do trabalho. Conhecemos as regras do jogo, nos tornamos conscientes de que elas existem, mas nos permitimos pensar, não a partir delas, mas a partir do que elas significam e como a elas se agenciam outros aspectos do sujeito. Entendemos os sujeitos como *produtos* de formas subjetivas típicas do neoliberalismo, que comumente sequer (re)conhecem as influências do mito da empregabilidade no seu cotidiano concreto e em suas vivências particulares. Mas, entendemos também os sujeitos como *produtores* dessa mesma realidade social e singular. Assim, nossa tarefa parece ser a criação de outras possibilidades de laços sociais, instituídas a cada vez que nos associamos uns aos outros como sujeitos produtores, com a certeza de que tais laços dão vida a uma nova micropolítica.

A hegemonia neoliberal num mundo em nítida degradação não é capaz de matar a utopia, na medida em que somos capazes de caminhar em direção a ela. E isso, em si, já é sinal de mudança e de gestação de possibilidades sociais e humanas novas. Não importa o tempo que demore a criação dessas novas possibilidades, o que importa, decisivamente, é a *qualidade* das novas formas de viver o tempo que conseguimos criar. Nos revestirmos de afetos alegres e positivos, de laços humanos e solidários, de resistência à desumanização, de potências criativas e assim fazendo, estamos, sem dúvida, a pôr em movimento a utopia como uma dimensão imprescindível à criação de formas subjetivas anticapitalísticas.

Referências

- Alves, G. (2005). *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e Crise do sindicalismo*. (pp.29-64) São Paulo: Boitempo.
- Alvim, M. B.; Castro, F. J. G. (2015). *Clínica de situações contemporâneas - fenomenologia e interdisciplinaridade*. Curitiba: Juruá Editora.

- Amadeo, E. (1998). *Dez pontos sobre a situação recente do mercado de trabalho*. Brasília: Ministério do Trabalho.
- Antunes, R.; Braga, R. (2009). *Infoproletariados: a degradação real do trabalho virtual*, São Paulo: Ed. Boitempo.
- Barros, R. P. de; Cossio, M. B.; Teles, J. L. (2001). A eficácia das políticas de trabalho e renda no combate à pobreza. In: Velloso, J. P. R. et al. (Coords.). *Soluções para a questão do emprego – Fórum Nacional*. (pp. 59-125). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Castoriadis, C. (1999). *Encruzilhadas do labirinto V: Feito e a ser feito*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Castro, F. J. G. (2015). Por uma transformação paradigmática no Âmbito da psicologia organizacional e do trabalho in: Alvin M.B. & Castro, F.J.G. *Clínica das situações contemporâneas*. Curitiba: Ed. Juruá.
- _____. (2014). *Fracasso do projeto de ser: burnout, existência e paradoxos do trabalho*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Colbari, A.L. (1985). *Ética do trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo: Letras e Letras, da FCAA/UFES.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho*. 5. ed. ampliada. São Paulo: Cortez.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). 1933 - Micropolítica e segmentaridade. In G. Deleuze & F. Guattari, *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (pp. 83-115). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. 6º reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- Foucault, M. (2001). *A Microfísica do poder*. 16º Edição Rio de Janeiro: Editora Graal.
- Freire, P. (1996) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

- Frigotto, G. (2013.) Educação e qualificação de jovens e adultos pouco escolarizados: promessa integradora num tempo histórico de produção destrutivo. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 31, n. 2, 389-404, maio/ago.
- GAULEJAC, V. (2014). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. 4ª reimpressão, São Paulo: Editora Ideias e Letras.
- _____. (2015). *Neurose de classe: Trajetória social e conflitos de identidade*. São Paulo: Editora Via Lettera.
- Gentili, P. (2000). Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora in: Frigotto, G (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Guattari, F; Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: Cartografia do Desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Harvey, D. (2008). *A condição pós-moderna*. 16. ed. São Paulo: Loyola.
- Linhart, D. (2014). Modernização e Precarização da vida no trabalho in: ANTUNES, R. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*: São Paulo: Boitempo.
- Mansano S. R. V & Nalli, M. (2018). *O medo como dispositivo biopolítico* in: Revista Psicologia: Teoria e Prática, 20(1), 72-84. São Paulo, SP, jan.-Abr.
- Morin E. _____. (2003). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO.
- Peixoto, J. A. T. (2017). *Cartografando as subjetividades produzidas pela empregabilidade em políticas públicas de intermediação de mão de obra da população economicamente ativa jovem em um município da baixada fluminense*. Dissertação para obtenção de Grau de Mestrado, UFRJ.

Gerencialismo e precariedade subjetiva: o trabalho do professor no setor privado

Marcia Souza Gerheim¹

Para refletir sobre o trabalho de professor no setor privado de ensino propomos relacioná-lo às práticas de gestão e à precariedade subjetiva associada ao panorama de competitividade acirrada do livre mercado globalizado. Neste contexto, tanto os trabalhadores quanto as organizações ficam em uma posição de vulnerabilidade. Nesta ordem, a lucratividade e o crescimento organizacional dependem de funcionários que agora são chamados de colaboradores. Estes funcionários, ameaçados com a possibilidade de perda dos seus empregos e dispersos em um coletivo de trabalhadores pouco coeso, travam batalha pela sobrevivência de seus locais de trabalho na esperança de que isto lhes traga segurança no emprego. Para tanto, a flexibilização do trabalho lhes é apresentada como uma estratégia que, desdobrada em reformas trabalhistas que legitimam a diversidade de contratos de trabalho e a elasticidade das jornadas², permitem a realização de cada vez mais tarefas por cada vez menos pessoas, em cada vez menos tempo. O trabalho, dessa maneira, passa a extrapolar

¹ Marcia Souza Gerheim é Psicóloga, Psicopedagoga e Professora Adjunta na Faculdade Cesgranrio. Possui experiência em avaliação educacional e na docência em Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. É Mestre em Psicologia, pela Pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRJ, possui mestrado profissional pela Fundação Cesgranrio e Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).

² Por meio da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com alterações que ficaram conhecidas como a Reforma Trabalhista, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Michel Temer. Com isto, se legitima, entre outros, o contrato de trabalho em regime de tempo parcial; a flexibilização do horário, turno ou local de trabalho (incluído o tele trabalho) conforme a demanda do empregador; o contrato de trabalho intermitente (contrato zero-hora); e, o contrato por prazo-determinado, entre outras determinações.

os limites temporais e os espaços físicos das organizações, ou seja, os limites do local ou do horário previsto, passando a dar-se o tempo todo e em qualquer lugar.

Sob o comando das práticas gerencialistas descritas por Gaulejac (2007), estabelece-se o ideal do colaborador que toma para si as metas, os valores, a missão e a visão da empresa. Promove-se o profundo engajamento subjetivo do assalariado que deve projetar o seu próprio ideal sobre a empresa, vestindo a camisa corporativa e evitando ser apenas funcionário. Supostamente capaz de corresponder às metas de alta *performance*, este sujeito contabiliza o seu tempo e a sua própria existência por meio de indicadores de desempenho individual que desconsideram o fato de que esses desempenhos dependem de um coletivo de trabalhadores e um conjunto multidimensional de fatores (Linhart, 2007).

Fundamentadas no pressuposto de que o funcionamento organizacional é dinâmico, observam-se a formação e a fusão de grupos com o objetivo de fundar novos estabelecimentos educacionais e adquirir outros tantos já bem estabelecidos. Do ponto de vista empresarial, isso significa incentivo aos negócios e o crescimento de um setor privado de ensino que se destaca mundialmente pela amplitude da sua extensão. No interior das instituições de ensino, essas medidas promovem demissões, redução de salários e exacerbação de valores individualistas que coincidem com o aumento da pressão para que os trabalhadores deem o máximo de si, com dinamismo, rapidez, dedicação, comprometimento e excelência.

No espaço subjetivo, injunções paradoxais se constituem e se tornam cada vez mais frequentes. Esse antagonismo, oriundo de demandas contraditórias e mutuamente excludentes, contribui para o surgimento do sentimento de que não se consegue atingir as expectativas ou metas, pessoais e organizacionais. Tal fenômeno, amplamente observado na esfera

laboral, promove a ansiedade e o incremento de indicadores de adoecimento físico e psíquico. Esse fenômeno social considerado global, tem sido registrado em diversos países e em todos os ramos do mundo do trabalho, caracterizando dessa maneira, a ascensão do que podemos nomear como precariedade subjetiva (Castro, 2012).

O setor privado de ensino

Nos anos de 1990, a doutrina do neoliberalismo balizou reformas que prometeram solucionar os problemas sociais que os Estados autoritários, burocráticos e falidos não conseguiam enfrentar (Frigotto; Ciavatta, 2003). Com isso, a economia se reestrutura, políticas públicas são reformuladas e gastos públicos enxugados. Novas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional surgem com novos mercados, setores e serviços (Harvey, 2014). Incrementa-se a demanda para que as instituições escolares abasteçam o mercado com força de trabalho adequada em termos de nível de escolaridade. Correlativamente, cresce o interesse pela oferta de ensino privado, oficialmente registrado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³ em 1995 (Gaulejac, 2007). A educação, assim como outros encargos sociais faz-se disponível como espaço para a expansão de rentáveis negócios (Peroni; Oliveira; Fernandes, 2009) fato que a Organização Internacional do Trabalho constata ao observar a presença do setor privado de educação em quase todos os países do mundo (ILO, 2012).

No Brasil, os números do ensino privado têm a dimensão econômica de uma despesa pública não realizada ou poupada (FENEP, FGV, IBRE, 2013). No campo educacional, a delimitação entre o interesse público e o

³ A OCDE é uma organização internacional formada pelos 34 países que apresentam as mais elevadas taxas de Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Embora o Brasil não esteja incluído entre eles, está incluído no grupo dos países que se destacam mundialmente devido à extensão do seu setor privado de ensino (Frota, 2011).

privado se torna difusa, conforme descrevem os estudos de Adrião e Peroni (2008), Arelaro (2008), Cury (2008) e Susin (2008). A elevação da demanda pela educação como um bem econômico movimentou investidores interessados em instituírem estabelecimentos de ensino, conforme constatam Moretti (2013), Arelaro (2008), Frigotto e Ciavatta (2003). O quantitativo de conglomerados com fins lucrativos que atualmente investem em instituições privadas de ensino no país se destaca mundialmente (Primi, 2014). Por meio da incorporação de escolas já estabelecidas na comunidade, da criação de novas instituições de ensino e de franquias, diversos grupos empresariais, tais como Anhanguera, Anglo, COC, Exponte, Gera Venture, Objetivo, Pitágoras, Positivo, entre outros, atuam em todos os segmentos educacionais (educação infantil, ensino fundamental, médio ensino, ensino superior e cursos livres de língua estrangeira). Assim, delineia-se uma rede privada de ensino que tem transformado o campo da educação brasileira ao movimentar vultosas cifras e se difundir (virtualmente e presencialmente) por todos os estados do país (Carelli, 2002).

O paradigma gerencialista

As mudanças sociais, econômicas, científicas e tecnológicas que se impuseram nas últimas décadas corresponderam a reestruturações no campo da educação. O conhecimento tomou a forma de informação a ser transmitida e a demanda por sua transmissão tem crescido continuamente. As instituições privadas de ensino têm se multiplicado em resposta a um mercado que absorve o produto final do seu serviço que, nesse caso, é a força de trabalho com escolarização adequada (Frigotto, 1991; Silva, 1991).

Leis e normas regulam as diretrizes do setor de ensino privado, o qual se estabelece a partir da concessão do poder público. O art. 209 da

Constituição de 1988, institui que o Ensino é livre para a iniciativa privada, desde que: as normas gerais da educação nacional sejam atendidas; os critérios de avaliação de qualidade sejam cumpridos; e, a autorização do Poder Público seja obtida. Cumpridas as exigências legais, tais como carga horária, oferta de turmas e normas de aprovação, o Estado produz uma documentação que atesta a criação do estabelecimento de ensino e não impõe mais obstáculos a sua proliferação (Frota, 2011; Ramos, 2013).

Uma instituição de ensino tem entre suas características essenciais ser dependente do trabalho do professor, o seu principal fator de produção. Assim como qualquer outro prestador de serviços, o setor é dominado por elementos humanos subjetivos e por uma refração aos instrumentos objetivos de medição de qualidade. Isto se relaciona ao fato de que o aprendizado, seu produto final, não é fisicamente mensurável ou quantificável. É um bem não tangível que não permite controle preciso quanto ao seu custo.

Para se calcular o valor do serviço educacional toma-se cada instituição de ensino como uma unidade de produção e somam-se todos os gastos envolvidos no funcionamento da unidade. Inclui-se nessa soma o valor gasto com o professor, seu principal fator de produção. Deste cálculo chega-se ao total de despesas, do qual se abate a receita, por sua vez, calculada a partir da soma dos valores que a unidade recebe de seus alunos. O saldo representa o lucro da empresa, resultado final (*output*) que tem valor econômico e que retroalimenta a empresa com informação sobre o preço a ser cobrado de cada aluno por hora, período letivo ou disciplina cursada.

O setor privado de ensino é muito diversificado, pois é composto de estabelecimentos que variam em suas características físicas e estruturas organizacionais. No entanto, nas descrições de alguns autores (Zorzal, 1993; Lück, 2000; Bautzer, 2001; Bucha, 2002; Zanardini, 2006; Frota,

2011; Carvalho, 2013), pode-se notar que há características e práticas comuns que o atravessam. Entre essas, destacamos a tripla natureza dos seus recursos, que são materiais, financeiros e humanos. O conjunto dos recursos materiais pode ser constituído de edifícios, equipamentos e diversos apetrechos necessários para a realização do serviço educacional. Os recursos financeiros têm sua origem no capital inicial da instituição, que pode ter sido oriundo de uma ou mais pessoas jurídicas de direito privado sendo, geralmente, alheios aos professores que ali trabalham. O grupo dos recursos humanos é constituído por pessoas com conhecimentos e experiências, sejam elas diretores, coordenadores pedagógicos, professores, auxiliares administrativos ou assistentes de ensino.

Cada um desses recursos organizacionais tem peso diferenciado na equação que calcula o custo econômico do serviço educacional. Os recursos materiais são considerados investimentos que geram lucro e são necessários à manutenção e funcionamento do negócio. Os recursos financeiros são tomados como condição fundamental de existência, já que a continuidade da instituição de ensino no mercado fica ameaçada se não houver lucratividade. Os recursos humanos, por sua vez, são encarados como despesa, ou seja, um custo que deve ser reduzido, pois onera a contabilidade da empresa (Barreto; Leher, 2003).

No que tange a diversidade dos recursos materiais encontrados, entre uma variedade de estabelecimentos, pode-se descrever:

- (a) uma escola grande com vários prédios ou um estabelecimento comercial com poucas salas de aula; (b) uma sala de aula completamente informatizada ou uma sala de aula equipada com, apenas, um quadro negro, uma mesa de professor e as carteiras de aluno; (c) uma escola com câmeras para todos os lados, em todas as suas dependências menos no banheiro; ou, uma escola com espaços totalmente abertos, arborizados e acessíveis aos seus alunos (Gerheim, 2017, p. 52).

Essa variedade de recursos materiais é associada à organização do trabalho para atender suas necessidades operacionais. Entre as características dos procedimentos gerenciais que se articulam, temos uma administração escolar que se divide entre recepção, secretaria e escritórios a fim de executar procedimentos burocráticos regulamentados de acordo com regras formais estabelecidas em leis, decretos, portarias e normas, tais como: realizar matrículas, receber pagamentos, emitir documentos etc. (Ramos, 2013). Relativamente ao conteúdo programático de cada disciplina, divide-se a sua transmissão em segmentos ou unidades de tempo. Ou seja, objetivos de aprendizagem propostos e os conteúdos a serem ensinados são alocados a um período letivo, que pode ser um bimestre, trimestre ou semestre. Supõe-se que esse espaço temporal seja suficientemente adequado para a aprendizagem do mesmo conjunto de conteúdos por todos os alunos, desde que recebam o acompanhamento pedagógico necessário e cumpram os procedimentos sugeridos (Zanardini, 2006). Para avaliar o resultado desse trabalho, são utilizados testes, provas e diversas atividades que são formuladas pelos professores e produzidas pela própria instituição. Além desse sistema interno de avaliação de aprendizagem, os alunos podem ser submetidos a exames externos, validados em nível nacional ou internacional, como ocorre no caso dos cursos de línguas estrangeiras. Ao final do ciclo letivo, havendo o aluno cumprido os requisitos de aprovação, é emitido um certificado de aprovação e ele é automaticamente promovido ao próximo período letivo, se houver.

A gestão dos recursos financeiros adota práticas que controlam e organizam o trabalho em prol da lucratividade (Carvalho, 2013). Desse modo, a procura de meios mais apropriados à prática pedagógica fica submetida à busca pela lucratividade, a qual, por sua vez, é suscetível às dinâmicas do mercado nacional e internacional (Opera Mundi, 2015). O

cálculo dessa lucratividade se faz com dificuldade, já que deve considerar o grau de qualidade de um serviço que, por sua natureza pedagógica, é refratário à medição. No que concerne à aferição da qualidade de ensino, tomam-se os resultados numéricos obtidos pelos alunos em *rankings* de exames internos e externos. Estes números podem trazer vantagem competitiva a uma instituição em relação às outras instituições de ensino concorrentes. Junto a isso, eles funcionam como indicadores de produtividade que prenunciam a rentabilidade da empresa (Frigotto, 1998; Gentili, 1998; Frota, 2011).

Esse triplo eixo de recursos comuns ao setor privado de ensino são submetidos às práticas de gestão que pressupõem princípios que, por serem considerados universais, são aplicados a diferentes serviços, na crença de que promovem resultados sempre melhores. A instituição privada de ensino, dessa forma, reproduz o modelo de organização e gestão de trabalho preconizado por corporações privadas atuais, repetindo seus mecanismos de funcionamento e aplicando suas técnicas a seus trabalhadores e clientes. Designa-se pelo termo *gerencialismo* (Gaulejac, 2007; Calgaro, 2013) o modelo de gestão em sua totalidade, ou seja, compreendendo um conjunto de práticas que inclui regras, prescrições, instrumentos de medida, técnicas de avaliação etc. Caracterizada por uma diversidade de ações, a *gestão gerencialista* é aplicada tanto à organização quanto ao sujeito. Envolve processos que buscam promover condições objetivas de produtividade e obter a adesão subjetiva dos empregados. Suas dinâmicas se expandem em procedimentos objetivos e na relação com cada trabalhador, com seus familiares e com a sociedade.

Um contínuo movimento de reordenamento do nosso sistema educativo brasileiro tem sido orientado por preceitos gerencialistas (Frigotto, 1998; Gaulejac, 2007). Nos sítios de várias instituições privadas de ensino, a oferta do serviço educacional de qualidade é recorrentemente citada

como uma missão institucional. Como visão institucional, encontra-se a projeção de futuro associada ao reconhecimento pelas inovações tecnológicas e a excelência dos resultados pedagógicos que se alcança.

O estabelecimento da educação de qualidade como missão institucional, data da década de 1990. No entanto, ainda há pouco consenso sobre o que é qualidade de ensino. Como se pode defini-la? Como ela se articula com as práticas de ensino? Como pode ser aferida? Talvez em função dessas questões, como estratégia competitiva de diferenciação, toma-se o indicador de qualidade mais utilizado pelas instituições escolares: os resultados alcançados nas avaliações de aprendizagem efetuadas por exames externos padronizados. A partir deles, organizam-se levantamentos que ordenam publicamente as instituições de ensino, o que lhes confere vantagem competitiva e projeção pública (Oliveira; Araújo, 2005; Gaulejac, 2007).

A visão de futuro institucional que contempla o reconhecimento pelas inovações tecnológicas possui uma vertente pedagógica e outra empresarial. Quanto à última, observa-se que os avanços da tecnologia educacional têm propiciado um processo de industrialização da educação. Este envolve um incremento das expectativas de produtividade, já que um único professor, amparado por materiais didáticos, recursos multimídia, plataformas de ensino, sites e aplicativos educacionais, passa a atender um número cada vez maior de estudantes (Barreto & Leher, 2003).

Obter reconhecimento a partir dos resultados pedagógicos alcançados pela instituição constitui uma visão de futuro institucional que coincide, quanto à falta de definição, com a missão institucional de oferecer um serviço educacional de qualidade. Portanto, missão e visão redundam em estratégias que funcionam como mecanismos de diferenciação em um mercado altamente competitivo. Retornamos ao ponto em que as práticas gerencialistas submetem a prática pedagógica às dinâmicas que visam a

multiplicação dos recursos financeiros e a permanência da instituição no mercado. Soma-se a essas ações aquelas que se aplicam à gestão dos recursos humanos. Partindo da perspectiva da racionalização desses recursos, Frota (2011) define que é preciso fixar os salários dos professores conforme os custos das organizações, além de ser necessário contar com a presença dos docentes na escola durante as atividades extracurriculares em troca de pagamento em *banco de horas*⁴ e do alinhamento do corpo docente às diretrizes mercadológicas da gestão⁵.

O trabalho de professor

Parametrizada pelo ordenamento formal da sociedade, a instituição privada de ensino reproduz regras e comportamentos sociais na relação que estabelece com os seus professores, alunos, familiares e, até mesmo, com a comunidade na qual se insere (Silva Jr. & Ferretti, 2004). Desta forma, práticas de gestão importadas de outros setores, mas tomadas como universais, articulam-se à lógica de mercado que estabelece a educação como uma mercadoria que deve ser vendida no mercado, pais e alunos como consumidores e professores como prestadores de serviço (Leher, 2003).

Os gestores voltam a sua atenção para o atendimento das demandas complexas e crescentes dos *clientes*, que podem ser o próprio aluno, seu

⁴O sistema de banco de horas era firmado por meio de acordo ou convenção coletiva até 13 de julho de 2017, quando o Decreto-Lei nº 13.467 estabeleceu que o acordo individual tácito ou escrito também é legítimo, desde que a compensação se dê conforme estabelece a Lei. No setor privado de ensino, o banco de horas possibilita um tratamento flexível das horas extras. Assim, as horas que o professor não trabalha durante o recesso institucional formam um saldo que é utilizado para o pagamento das horas extras trabalhadas durante o período letivo. Ou seja, o professor fica devendo à instituição as horas não trabalhadas durante o recesso. Depois, cada vez que participa de eventos fora do seu horário de trabalho (tais como reuniões, plantões de atendimento aos alunos e/ou responsáveis, aulas de apoio, festas, etc.), esse tempo é abatido do saldo contabilizado no banco de horas.

⁵A Lei nº 13.467/2017 aumenta a gama de possibilidades contratuais disponíveis ao setor, possibilitando a terceirização da atividade fim e o contrato de trabalho intermitente (contrato zero-hora). Assim, respectivamente, uma instituição de ensino contrata uma empresa que, por sua vez, contrata os professores. Assim, um professor pode ser chamado a trabalhar durante apenas alguns meses de cada semestre letivo. Esses períodos de atividades podem ser alternados com períodos de inatividade não remunerados, característicos do recesso escolar institucional e durante os quais se subentende que um professor pode exercer outras atividades profissionais remuneradas.

responsável, um familiar ou alguém da comunidade (com ou sem vínculo direto com a instituição de ensino). Considerando as relações com esses clientes, o gerencialismo propõe que se amplie a função estritamente pedagógica de uma instituição educacional, atrelando-se a ela estratégias empresariais capazes de promover a permanência do cliente e, consequentemente, a sustentação da empresa em um mercado competitivo (Montenegro; Nóbrega; Souza, 2010). Tais estratégias compreendem o estabelecimento de objetivos e metas a serem alcançados por todos (Ramos, 2013), bem como incentivam o engajamento subjetivo dos professores a fim de que tomem para si a missão, os valores e as metas organizacionais orientadas ao mercado. Na perspectiva destes preceitos, os trabalhadores devem observar as diretrizes organizacionais e colocar os seus próprios interesses a serviço do negócio. Desse modo, devem: aceitar desafios, fazer cada vez mais e melhor, procurar alternativas, combater o desânimo, ser proativo. Sobretudo, necessitam compreender que o seu gestor espera que o sucesso e o crescimento da empresa sejam tomados pelo professor como um indicador do seu próprio sucesso e crescimento profissional (Pestana, 2003).

Os desdobramentos associados aos preceitos gerencialistas, bem como as transformações trazidas ao campo da educação pela profunda reorganização política, econômica, social e ideológica desencadeadas com as reformas neoliberais, têm sido objeto de muitos estudos. As análises demonstram que as demandas da lógica social capitalista têm provocado um afastamento da educação dos processos de formação humana de caráter amplo, privilegiando a formação voltada para o suprimento do mercado com a força de trabalho adequada ao seu funcionamento nos tempos atuais (Landini; Monfredini, 2005; Opera Mundi, 2015).

Essas transformações e as novas formas de gestão têm contribuído para acirrar a precarização das condições de trabalho dos docentes, já que

ocorrem, em associação com a perda de controle e autonomia no processo de trabalho, entre outras características. As novas tecnologias educacionais desempenham um papel de destaque no incremento dessa perda de autonomia e controle, pois promovem novos modos de organização do trabalho docente. Esses novos parâmetros requerem docentes qualificados para monitorar e instruir os alunos sobre a utilização e o uso de um amplo leque de materiais didáticos e tecnologias educacionais. Assim, professores que tinham conhecimento e independência para elaborar aulas a partir do seu pensamento investigativo, crítico e criativo, podem ser substituídos por instrutores com competência técnica. Impõem-se um novo perfil de docente: o *tarefeiro*, ou seja, um prático, capaz de administrar a rápida transmissão do conhecimento com suporte de várias tecnologias educacionais, entretanto, distanciado do saber pedagógico e desvalorizado em sua função de agente educativo (Gerheim; Castro, 2018; Barreto; Leher, 2003; Oliveira, 2003; 2004).

Ao lado disso, tem-se uma multiplicidade de fontes de informação e de conhecimento atualmente disponíveis, que são bem mais atraentes aos alunos do que qualquer professor ou tecnologia de sala de aula. Desse modo, as instituições escolares têm sido desestabilizadas, seja como lugar de transmissão do saber ou como tradicional instância de controle social. Resulta desse processo sócio-histórico que o profissional docente perde muito da legitimidade e autoridade que outrora possuía, o que deprecia a sua significância social e existencial (Lipovetsky, 2005; Torres & Castro, 2009).

As práticas gerencialistas, por sua vez, colaboram para o aumento dos problemas que o professor enfrenta. As avaliações de desempenho, por exemplo, geram resultados individuais que dependem de processos singulares e heterogêneos - no que tange à aprendizagem de cada estudante - e coletivos - no que se refere a todos os envolvidos. Suponhamos, por exemplo, que ocorra um problema qualquer entre um *cliente* e um dos

vários setores que compõem o *serviço educacional*. Este contratempo pode depreciar os resultados que medem a satisfação do aluno com o professor ou com o curso por ele ministrado. A multiplicidade desse conjunto de fatores, no entanto, não é aferida pelas mencionadas avaliações que, com frequência, associam a insatisfação do aluno unicamente ao desempenho do professor.

Entre os indicadores de avaliação mais utilizados estão os relativos ao desempenho escolar, número de matrículas, taxa de evasão, e lucro gerado. São esses resultados que, embora o produto do trabalho docente se faça na relação pedagógica com o seu aluno, julgam quantitativamente o resultado do serviço prestado pelo professor. O prazer, o bem-estar e a satisfação derivados do processo ensino-aprendizagem e dos relacionamentos que se estabelecem na instituição escolar não são avaliados. Assim como a utilidade e a relevância social do trabalho docente não costumam ser aferidas.

Os professores, guiados pelos valores quantitativos mencionados, sem evidências que proporcionem visibilidade ao bem-estar, satisfação ou prazer que são gerados no exercício de sua função, com frequência sofrem por sentirem que não correspondem às expectativas que lhe são dirigidas. Essas expectativas são traduzidas em números, por meio de indicadores que redundam de avaliações de desempenho que não consideram as especificidades da relação pedagógica, o que contribui para o crescimento do mal-estar, sofrimento e adoecimento do trabalhador no setor de serviço educacional privado (Castro, 2012; Freitas & Facas, 2013).

Injunções paradoxais

As transformações de inspiração neoliberal norteiam a expansão do setor privado de ensino. Flexibilidade, eficiência e competitividade são alguns fundamentos das principais práticas gerencialistas que se

estabelecem em antagonismo com valores sociais e pedagógicos por sua vez, associados à promoção do diálogo e da inclusão do *aluno-protagonista* no seu processo de aprendizagem. O professor, conseqüentemente, é atravessado por injunções paradoxais, ou seja, por demandas contraditórias, mutuamente excludentes e incontornáveis para quem as internaliza (Castro, 2012).

O artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) especifica que a função de professor envolve: o cumprimento das horas-aula nos dias letivos estabelecidos; a elaboração de proposta pedagógica, planejamentos e planos de trabalho; o zelo pela aprendizagem e necessidades dos alunos de menor rendimento; sua participação integral nos períodos dedicados à avaliação e ao desenvolvimento profissional; e, a sua colaboração com as atividades escolares que envolvem famílias e comunidade. A essa lista acrescentamos, ainda, que é preciso que o docente: domine técnicas, recursos tecnológicos, materiais didáticos; conheça os princípios da prática de ensino; tenha as habilidades necessárias para estabelecer e manter uma relação pedagógica com os seus alunos; e, além disso, tenha muito domínio do conteúdo que vai ensinar para que não sofra constrangimentos diante de um alunado extremamente desafiador.

Como demonstrado, a função de professor envolve uma complexidade de conhecimentos e habilidades que requer contínuos esforços de capacitação e desenvolvimento profissional. Os incentivos que recebem nesse sentido, entretanto, se fazem de modo escasso, uma vez que, entende-se que esse tipo de investimento promove a qualificação de professores que poderão ser perdidos para a concorrência, não trazendo, assim, vantagem competitiva para a instituição (Colombo, 2010). Essa postura se contrapõe às altas expectativas projetadas sobre o professor, o qual deve se fazer investido de competências teóricas, técnicas, interpessoais e emocionais para que seja capaz de resolver conflitos de

relacionamento entre os alunos, inadequações metodológicas, contratempos relativos ao manuseio das sempre novas tecnologias educacionais, além de outra vasta gama de dificuldades e problemas que surgem no seu dia a dia do trabalho. Portanto, a falta de apoio para capacitação e desenvolvimento profissional se faz ainda mais penosa quando os docentes precisam elaborar aulas voltadas para as características e necessidades de um grupo específico de alunos, sem perder o foco na cultura informatizada e globalizada (Perez, 2014). Juntemos a isso a insuficiência de medidas que se proponham a promover formas de inclusão que transcendam o simples colocar [de] alunos, até pouco tempo excluídos das instituições escolares, para dentro dos seus prédios (Angelucciet al., 2004). Assim, temos quase formado o quadro que compreende a precariedade subjetiva no trabalho de professor no setor privado.

Precariedade subjetiva

A Organização Internacional do Trabalho identificou a função de professor como uma ocupação de alto risco por ser uma das categorias mais suscetíveis a desenvolver doenças de caráter ocupacional, assim como uma das mais propensas a sofrer agressão psicológica durante o seu exercício e/ou se envolverem conflitos relacionados ao convívio com alunos, familiares, pares profissionais e superiores (Ferreira, 2009; Freitas & Facas, 2013).

Pesquisando nos segmentos de ensino fundamental e superior, Duarte e Castro (2014) e Perez (2014) encontraram a ocorrência de diversos adoecimentos entre esses profissionais. Sobre os danos físicos, citaram aqueles às cordas vocais, os distúrbios osteomusculares (dores nas costas), as lesões por esforços repetitivos (LER/DORT) e as doenças do aparelho respiratório.

Quanto aos danos psicológicos, os quadros de estresse crônico, ansiedade e depressão são alarmantemente frequentes. As pesquisas de Lapo

e Bueno (2003), Levy, Nunes Sobrinho e Souza (2009) e Castro (2012) verificaram que a Síndrome do Esgotamento Profissional (*Burnout*) acomete um número significativo de docentes. Os estudos em psicodinâmica do trabalho também encontraram uma série de indicadores de sofrimento patológico entre os professores em exercício na sala de aula (Mendes & Araújo, 2012; Mendes, Castro; Bottega, 2014; Mendes et al., 2014).

Quanto aos prejuízos de ordem social, eles se manifestam por meio dos efeitos negativos associados à sobrecarga, estresse, hiperatividade, solidão por ausência de coletivo e assédio moral (Antloga; Avelar, 2013). A sobrecarga, conceito intrinsecamente articulado ao estresse, ocorre em função da necessidade do trabalhador de ser reconhecido – pois, quanto maior a busca pelo reconhecimento, mais tende a assumir um volume excessivo de trabalho, seja em nível de quantidade ou de complexidade (Monteiro; Jacoby, 2013). O assédio moral tem focado a atenção de pesquisadores e de instituições como a Organização Mundial da Saúde e a Organização Internacional do Trabalho. A gravidade dessa forma de violência nas relações laborais é tão mais danosa quanto maior for a valorização do desempenho individual associada e a busca competitiva pelo reconhecimento através de metas. O agravamento dessas manifestações também pode ser associado à inexistência de um espaço coletivo propício (Ferreira, 2009).

Diversas investigações constatarem a degradação progressiva e acentuada da posição social e das condições de trabalho dos professores. Para Mendes e colaboradores (2014), esse quadro tem ficado cada vez mais crítico por vários motivos. Entre eles, os autores citam a dinâmica de se atribuir os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações de aprendizagem ao desempenho individual do professor (Oliveira; Araújo, 2005). Essa dinâmica de culpabilização do docente favorece o desgaste da figura do mestre que outrora era reconhecido pelo seu poder de contribuir para um futuro social

melhor (Lelis, 2001), mas que perdeu espaço para o professor que tem pouca legitimidade e que vive na iminência de não atender as demandas que recaem sobre ele (Frota, 2011). Esse docente se estabelece em uma posição de vulnerabilidade, ficando exposto também aos questionamentos que criticam as estratégias tradicionais de se lidar com os crescentes problemas com disciplina, violência e desempenho escolar. Nesse lugar, os professores ficam suscetíveis a questionamentos que colocam em dúvida, inclusive, os seus conhecimentos, habilidades, atitudes, talentos e, até mesmo, o seu envolvimento e comprometimento com o trabalho.

Em síntese, as adversidades relacionadas às dificuldades e aos impedimentos à prática educacional democrática recaem intensamente sobre o professor. Ao lado disto, expostos à livre regulação mercadológica, os professores têm sido submetidos a uma contínua desvalorização salarial e a um alto risco de perder o seu emprego (Martinez, 2003). Há um aumento do número de tarefas a serem realizadas fora do tempo de aula, configurando uma jornada de trabalho muito extensa, cansativa e não remunerada. Desse modo, a sobrecarga de trabalho se estabelece, favorecendo a produção e desenvolvimento de patologias que caracterizam um quadro de *precariedade subjetiva* no trabalho de professor no setor privado de ensino brasileiro.

A vivência dos professores no âmbito da organização gerencialista do trabalho

Para retratar o contexto de injunções paradoxais que se articulam à organização gerencialista do trabalho de professor no setor privado de ensino brasileiro, iremos analisar os dados apresentados por uma pesquisa qualitativa⁶, de viés fenomenológico (Alvim & Castro, 2015) e fundamentada nas noções propostas por Gaulejac (2007) e Castro (2012; 2015).

⁶A dissertação de mestrado, intitulada *Gestão empresarial da educação e trabalho: um estudo sobre ser professor no setor de ensino privado*, foi realizada por Gerheim (2017) no Programa de Pós-graduação em Psicologia da

As diferentes ações gerencialistas que visam estimular a produtividade por meio da obtenção de adesão subjetiva supõem um professor que *veste a camisa da empresa* com flexibilidade, tal como descrevem as Professoras Renata e Rejane⁷, ou então, professores que são *obrigados a se submeterem às exigências da organização privada*, conforme se lê no Quadro 1.

Quadro 1 - Falas relacionadas às práticas gerencialistas	
Professor(a)	Fala do professor(a)
Renata	Professor funcionário é o que veste a camisa da empresa. [Esse professor] atribui todos aqueles ideais da empresa para a execução do trabalho dele. Ele não questiona aquelas ideias. Ele veste a camisa e ele cumpre o papel dele.
Rejane	Na visão corporativa da escola, a sala de aula não é mais o foco. A parte pedagógica já não pesa mais tanto. A gente é parte-professor e parte-funcionário. O professor agora está mais plurificado. Ele sai da sala, entra em contato com os pais de alunos, faz uma campanha, faz uma venda, oferece um serviço.
Telma	[A] gente está sendo desvalorizado enquanto função, para agregar coisas que eles consideram prioridade porque vão refletir diretamente no resultado, ou seja, é a campanha de vendas, é o serviço, é o contato com o pai do aluno, por conta de querer que ele continue na escola, e não um contato [genuíno de preocupação com um aluno]. Eu entendo como uma fonte de renda, como vender salgadinho ou, enfim, abrir um restaurante, um salão de cabeleireiro ou uma escola. Eu até entendo que uma escola precisa desses alunos, porque sem alunos a gente não tem ..., não tem como ..., isto é, [não existe nosso trabalho sem aluno]. Agora, tem uma cobrança de cunho empresarial, que não é pedagógico, que é uma loucura pela forma muito impositiva como entra na sala de aula [voltada para os resultados].
Nely	[Eu não tinha ideia]. Era como se fosse um fantasma, rondando ali, que alguém será demitido. Por conta deste fantasma assombrando a gente, a gente aceita qualquer tipo de trabalho, até mesmo extra, com medo de perder o emprego. Só que, aí, a gente vai desvalorizando cada vez mais o nosso próprio trabalho.

Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).

A observação sobre como as práticas gerencialistas submetem a prática pedagógica às dinâmicas que buscam resultados financeiros é aprofundada nas falas agrupadas no quadro 2. Explicitam que, junto com

Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a orientação do Prof. Dr. Fernando Gastal de Castro. Com aprovação do Comitê de Ética da UFRJ, 19 professores em exercício nos segmentos de ensino fundamental, médio e cursos livres de língua estrangeira foram entrevistados.

⁷ Os nomes de todos os professores são pseudônimos.

a missão institucional que proclamam a oferta de educação de qualidade, os professores são incumbidos das tarefas contraditórias associadas às atividades avaliativas.

Quadro 2 - Falas sobre qualidade educacional e avaliação de aprendizagem.	
Professor(a)	Fala do professor(a)
André	Com turmas muito grandes, fica impossível fazer um bom trabalho, monitorar cada aluno e evitar problemas de disciplina.
Amparo	Ainda tem outro detalhe, [uma] nota qualitativa que você [dá para cada] aluno. Imagina, um professor como eu, que trabalhava com 11 turmas, [em média com] 30 alunos cada uma [e tendo que dar uma nota qualitativa para cada em].
Francisca	Se a decisão fosse minha eu não ia fazer, não ia pressionar [as crianças assim]. [Eles] já estavam fazendo os outros testes pela primeira vez [e teriam que fazer mais] um teste com matéria que ainda não tinham visto. Acho que este tipo de coisa faz com que o professor fique mais como uma máquina.
Renata	A aprendizagem é medida por esses resultados, por esses [números]. É uma valoração, é um valor de uma [cultura]. As famílias estão dentro desta coisa focada no excelente, do ser excelente, tem que ter nota boa. Ai, a educação fica muito à mercê disso.

Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).

Para bater as metas de captação, satisfação e retenção do *cliente*, a instituição abre para o aluno, seu responsável ou familiar a possibilidade de interferir diretamente no trabalho e na equipe. O conjunto de falas do Quadro 3 relata estas dinâmicas e descreve professores vulneráveis, desvalorizados, assustados, intimidados e atordoados diante de uma clientela que tem poder de interferir no trabalho e na escolha da equipe. Narram conflitos que surgem nas relações cotidianas, revelando uma relação muito antagonica entre aluno/família e professor/escola.

Quadro 3 - Falas que descrevem as dinâmicas das relações no trabalho	
Professor(a)	Fala do professor(a)
Aloísio	[Todos]os projetos [da escola] eram deturpados quando os pais ameaçavam tirar os filhos devido às notas baixas. Então, a coordenação e a direção apresentavam ações pedagógicas para reparar tal problema. [Tais] como aumentar nota de aluno [e] aceitar trabalhos fora dos prazos estipulados.
André	[É]uma coisa geral, a coordenação não trabalha com a equipe. Trabalha para os pais. Não coordena um grupo, um trabalho, um projeto, uma equipe. Faz o que os pais querem.

Sônia	Nesta escola, o pai é que escolhe o professor, [Logo no início do ano, é marcada uma reunião]. Os diretores anunciam os professores e tem pai que aplaude e outros que vão. [Se] o pai não quiser você ele vai à diretora e diz: eu não quero esta professora, eu quero a outra! [Eu,] como professora, fico totalmente vulnerável!
Francisca	[Quando] um aluno, assim, tem um problema, ou até mesmo um pai, eles passam completamente por cima do professor e vão falar com o gerente. Então, eu acho que aí já desvaloriza muito, até mesmo porque, às vezes o gerente nem conhece o aluno. Então, o professor acaba sendo desvalorizado [na sala de aula também].
Renata	[A família não me ajudou, não foi parceira neste sentido.]. O que mais me assustou [foi] a família [não olhando] para o próprio filho! Isso me assustou muito!
Juliana	[Intimidação], estou vivendo um pouco disso no momento. Há uma certa apreensão de minha parte. O jogo está claro [e eu] fico atordoada!
Isabela	A conversa já foi direto para a direção, num tom de acusação. [Eu] acho que não é culpa de um ou culpa de outro. [Mudou tudo e é muito difícil para todos]. Para os pais é muito fácil reclamar dos professores e da escola, então fica um contra o outro.
Sônia	[Um aluno estava chutando um colega]. A professora foi interceptá-lo porque ele estava fora de controle e colocando os outros alunos em risco. A família entrou com um processo. [A escola] não apoiou a professora, mas mandou ela embora no ato. Podia ter acontecido na minha sala! É só você ter o azar de pegar um aluno difícil, daí pode viver isto. É uma profissão de muito risco!

Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).

O Quadro 4 reúne trechos nos quais os professores contam sobre sua relação com a chefia. Mostram que não há identificação com uma chefia muito direcionada por parâmetros empresariais; que orienta sua relação com os subordinados pelo pressuposto da obediência hierárquica; que não respeita nem dialoga com o professor; que age como *inspetor* ou *fiscal*, exercendo sua função com desconfiança e intimidação.

Quadro 4 - Falas que descrevem a relação com a chefia

Professor(a)	Fala do professor(a)
Diana	É frustrante você não ser ouvido e você estar sujeito a uma gerente, aliás, o nome já diz tudo: é gerente, não é nem uma coordenadora. Assim, é gerente, né? E, não necessariamente está com o olhar do professor. Ela está com o olhar administrativo para cima daquele contexto.
Amparo	[Lá]tem um sistema <i>online</i> onde você tem que fazer avaliações surpresas praticamente toda semana. [Se] você não faz, a coordenação fica te cobrando por [WhatsApp]. Essa função de coordenador passou a ser de inspetor, [de ficar fiscalizando] o que é que o professor estava fazendo.
Patrícia	[Aí,] vem a aula aberta: um projeto que vem de fora, que não faz sentido, tipo um show para os pais verem, [que vem de cima para baixo. E não funciona]!

Renata	[Mesmo]não concordando, tive de fazer o que eles queriam. Nas escolas particulares, há um respeito enorme pela hierarquia, mas tem algo, além disso: eles afirmam que você tem a liberdade para questionar, mas nem sempre é assim. O professor coloca a sua opinião para a direção. Se ela não aceitar, pronto. Decisão tomada.
Amparo	[É] algo como: 'é assim mesmo, quem não tá satisfeito, pede pra sair'!
Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).	

Algumas narrativas sobre as dificuldades relacionadas à falta de espaço para a troca pedagógica e às adversidades que prejudicam a cooperação entre colegas, associadas ao medo de se perder o emprego e a comportamentos competitivos, estão reunidas no Quadro 5.

Quadro 5 - Falas que descrevem a relação com os colegas	
Professor(a)	Fala do professor(a)
Nely	No curso, a sala de professor não é para o professor. A falta de uma sala só para professores é ruim porque [descentraliza], desconcentra [e interfere] na liberdade do professor.
Francisca	Me abala muito, esta competição e a dificuldade de cooperar. [É]uma coisa que é difícil, [não tem comunicação], troca de experiência. Não tem muito, assim ..., dividir as coisas sem ter na mente um pouco de competição, parece que cada um quer fazer só o que puder mostrar ... acho que é por causa das consequências mesmo, para garantir o emprego. [Tudo]tem que ser feito dentro daquele horário e, como a gente não se encontra, tem que ser por telefone. Mas não dá nem para falar no telefone! Ai, tem que ser por mensagem, bem rapidinho, entendeu?

Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).

O Quadro 6 retrata como a sobrecarga de trabalho toma o contorno de uma listagem de tarefas que, por serem executadas fora de sala de aula, não são remuneradas. E, ainda, carentes de sentido pedagógico e associadas ao uso impositivo da tecnologia, ampliam os mecanismos de trabalho a ser realizado em casa, expondo a carência de apoio que os docentes percebem receber das instituições em que trabalham.

Quadro 6 - Falas que descrevem tarefas e uso da tecnologia	
Professor(a)	Fala do professor(a)
André	[Quando]temos que corrigir redações, testes, provas e trabalhos extras ou de grupo, é um pesadelo, pois são horas e horas de trabalho não remunerado. Quantos finais de semanas passei corrigindo avaliações horas a fio!
Ronaldo	[Os] computadores não funcionam, cabos quebrados e sempre há uma justificativa para que a parte técnica/tecnológica não funcione.

Telma	A questão do uso da tecnologia, da obrigatoriedade do uso da tecnologia, é uma coisa que me assusta demais. Parece que se torna, pela falta de confiança que você tem no professor e pela falta de entendimento do que acontece em sala de aula, se tornam questões assim prioritárias em termos de uso da tecnologia, e ao mesmo tempo, muito superficiais em relação ao uso pedagógico dessa tecnologia.
Marcos	Porque vai modernizando, né? Com a tecnologia, agora você digita tudo no sistema, dentro de um prazo pra digitar. Eles dizem que a vantagem é que a gente pode fazer de casa, de casa você manda. Aí, você produz o material e envia para a escola, para ser reproduzido. E essa tecnologia vai criando mecanismos de você trabalhar em casa.
Amparo	Eu descia da sala de aula e ouvia: você não botou no mural da turma. Era toda hora: você não fez, não fez, não fez! Então, [era] tipo chegar em casa e ter que colocar coisas no sistema, bem complicado, muito complicado!
Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).	

Em relação ao processo de desenvolvimento profissional, o Quadro 7 destaca a carência de oportunidades e suporte para que os professores aprimorem conhecimentos e habilidades, seja por meio de estudo ou ao longo da prática.

Quadro 7 - Falas sobre desenvolvimento profissional	
Professor(a)	Fala do professor(a)
João Paulo	Conseguir uma [licença] para realização de aprimoramento acadêmico é algo praticamente impossível [mesmo sendo] uma qualificação profissional que tem retorno direto na qualidade do trabalho que se executa na escola e na sala de aula. Aprimoramento acadêmico não é bem visto em instituições particulares, inclusive por colegas de trabalho, infelizmente.
Amparo	[As]escolas, cursos e empresas pressionam o professor a se especializar, mas, não, na realidade não dão suporte/apoio para que isso se realize [bem].
Nely	[Eles] observaram a minha aula, mas não com o objetivo de dar a chance de desenvolver. Então qual é o objetivo? [Eu] Fiquei pensando: porque pontuar o que deve ser melhorado se não me dão [tempo] nem voltam para assistir se houve melhora?
Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).	

O Quadro 8 agrupa falas nas quais os docentes mostram como percebem o baixo controle e a falta de autonomia que possuem sobre o seu processo de trabalho. Expressam sentimentos associados a não serem considerados sobre as decisões que orientam a sua prática.

Quadro 8 - Falas sobre controle e autonomia no trabalho	
Professor(a)	Fala do professor(a)
Nely	[Outra] coisa que me abala também é, talvez, ah ..., é que o professor não tem muita autonomia, [as] coisas são muito controladas. O professor não é realmente livre para fazer várias coisas, o que ele quer, em termos de tudo, de material, de iniciativa.
Francisca	[Acho]que começando pelo material, né? Assim, várias vezes, vários professores que não estão de acordo com o material, e, não adianta, eles não vão mudar!
Francisca	Eles fazem as regras e a gente tem que seguir, a gente não tem voz! [Eu] acho que isto desvaloriza muito a opinião do professor. Por que as regras ... bom, é institucional, né? Então, fica em primeiro lugar, a opinião do professor nem importa [...].
Telma	[Tenho] notado cada vez mais [o] professor assim como um supérfluo, um incapaz. Incapaz de tomar decisões, incapaz de tomar conta da sua turma. Uma pessoa que precisa de instrução, e não desenvolvimento técnico e pessoal, mas de instrução. [E] um controle absoluto da sua atividade, da sua prática, tal qual acontece, assim, em uma fábrica de porca e parafuso.
Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).	

O conjunto de relatos no Quadro 9 refletem um julgamento de que não há retorno à altura do investimento feito na capacitação profissional, nem em termos de remuneração nem no que se refere ao reconhecimento pelo trabalho.

Quadro 9 - Falas sobre remuneração e reconhecimento	
Professor(a)	Fala do professor(a)
Isabela	Isto de esperarem que a educação seja doação da parte do professor me incomoda muito. O salário é incoerente. [Tenho] terceiro grau, eu tenho formação, eu tenho pós-graduação, eu tenho especialização, e nada disso conta!? [Eu] ganho igual a [alguém] que acabou de se formar! Mas eu investi muito, eu estudei muito, eu tenho muita experiência, só que eu não recebo a remuneração financeira pra isso!
Francisca	[O professor é o menos valorizado na empresa], mesmo sendo ele quem, no final das contas, mantém o aluno ali. É justamente no contato mais pessoal [que se mantém] um aluno, que ele se sente parte da casa. Ele só vai se sentir em casa pela relação com o professor em sala de aula [...]
Diana	[É]óbvio que o professor tinha que ser o funcionário mais valorizado, mas não [é], não [é reconhecido] como [o] coração da empresa porque não [é pago] por isto!
Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).	

O professor funcionário-pedagogo

O conjunto de quadros reunidos caracterizam algumas das injunções paradoxais que se articulam ao trabalho de professor no setor privado de

ensino brasileiro. Neste contexto, o docente percebe-se, de modo simultâneo, contraditório, mas coexistente e complementarmente interpenetrado, como um *agente comercial-flexível* e um *educador-pedagogo* (Gaulejac; Hanique, 2015; Gerheim e Castro, 2018).

A descrição sintética deste fenômeno mostra que o professor *agente comercial-flexível* se sente um funcionário e vendedor. Nesta faceta, as falas reunidas no Quadro 10 descrevem que esse sujeito sente que *não tem voz*, mas que deve *vender o seu peixe* e executar suas tarefas tal como uma *máquina* ou um *operário de uma fábrica de porcas e parafusos*. Esse professor, que *veste a camisa da empresa* e faz qualquer coisa que lhe seja requisitada, foi denominado como *pau-para-toda-obra*.

Quadro 10 - Falas que descrevem o professor agente comercial-flexível	
Professor(a)	Fala do professor(a)
Patrícia	Fazer o melhor pela turma/aluno, sim. Qualquer coisa que eu faça que eu acredite que contribui para o aprendizado dos alunos me faz sentir professora. Qualquer coisa que eu faça porque acho que vai ser melhor pra mim ou para a empresa à custa dos alunos me faz sentir vendedora.
Marianne	Ser funcionária fica misturado com ser professora quando eu tenho que cobrar dos alunos e [seus pais presente de aniversário para o coleguinha], comida e bebida [para o lanche]. Também tenho que, sozinha, arrumar, servir e tirar foto da festinha.
Clara	Vender exames não é minha tarefa como professora. Bater meta não é tarefa de professor.
Sônia	O professor é vendedor, vendedor de aulas, a gente ganha por hora-aula e fica vendido literalmente. 'Vem aqui e vende o seu peixe', é assim que a gestão fala para a gente. [É surreal]. 'Vem aqui e vende o seu peixe, que vai dar tudo certo'. A gente escuta cada coisa e pensa: eu não acredito que eu tenha escutado isto!
Rejane	[O] papel do professor, além de educar, no sentido de passar o conteúdo, também passa por sugerir a compra de exames internacionais, fazer funções secretarias, tais como observar o número de faltas do aluno e entrar em contato com os pais.
Nely	Eu não sou vendedora e tive que vender, [arrumar armário e fazer trabalhos de secretaria]. A gente tem medo de dizer não. Com isto, a nossa função acaba perdendo até a sua definição e descrição. O que eu como professora devo fazer? Qual é a minha função dentro dessa empresa? Porque eu ouvi até que é bom a gente ser 'pau para toda obra'! E, a função de professor fica destituída. A parte pedagógica, cadê ela?

Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).

Ao falar sobre as tarefas que compõem o seu trabalho, os professores refletiram sobre sua função de educador, constituindo a faceta do

professor *educador-pedagogo*. Nessa faceta, as falas reunidas no Quadro 11 agrupam reflexões sobre o que é pertinente a essa função, que é carregada do sentido da ação que *abre brechas no próprio sistema* e contribui para a humanização das relações sociais, em prol da missão de formar agentes de transformação e colaborar para um futuro social melhor.

Quadro 11 - Falas que descrevem o professor educador-pedagogo	
Professor(a)	Fala do professor(a)
Isabela	[Faz]parte do trabalho passar conceitos básicos de educação [e, também, reforçar a postura do sentar, do saber ouvir]. Tem várias coisas que faz parte do nosso trabalho, a casa ajuda, mas a educação não só de conteúdos, mas também de postura de ser aluno. [Isso] faz parte do trabalho, faz parte a gente ensinar isso.
Clara	[Eu] vou transformar de dentro, vou abrindo brechas dentro do próprio sistema, com os meus alunos. Afinal, o que é que está ali, me chamando todo dia? É a sala de aula. [Então], tento dali fazer o melhor, achar uma brecha para inovar, para criar, por que não? Dentro da caixinha, mas agindo como educadora.
Marcos	Não dá para se formar essas lideranças sem se buscar o lado humano, [sem] humanizar as relações e mostrar outro ponto de vista. Realmente, eu acho que [minha função é educar]. Encaro isso como o trabalho de professor. [Tem]uma coisa de formação que ultrapassa o conteúdo, que ultrapassa os procedimentos pedagógicos. [Se]na escola a gente tem isso como objetivo, formar agente de transformação social, então é meio óbvio que a sua atuação tem que ser nesta direção. Quer dizer de pensar, de dar opinião, de ouvir o outro[...]. Não dá para pensar no magistério como apenas uma atividade. Entende? Não pode ser um emprego! Não combina. Aí, é ruim, se você acha que dar aula é você fazer aquilo que a escola está pedindo, você faz aquilo, vai cumprindo aquelas coisas, se não pensa que a sua função é educação, uma coisa muito maior, aí é insuportável. [Tem]que haver um sentido maior nisto. Eu acho que [ultrapassa ensinar]. Eu [estou ali para formar] um cidadão, [esse] é o sentido do meu trabalho.
João Paulo	Eu encaro assim: quase que como uma missão. Nesse sentido, você precisa ajudar a sociedade a combater os preconceitos, a ter mais tolerância. Mais do que tolerância, é coexistência, é poder viver do lado. Eu acho que [é na escola que essas coisas acontecem].

Fonte: A autora, adaptado de Gerheim (2017).

Suscintamente, percebemos que o educador-pedagogo é um aspecto investido de sentido, [mas] antagônico ao agente comercial-flexível. Ou seja, notamos que o professor se sente impedido de realizar seu trabalho quando se percebe executando atividades as quais não reconhece como sendo próprias de sua função, ou que lhe provocam conflitos de valores.

Como exemplo, citamos os relatos sobre o encaminhamento de vendas dentro da sala de aula. Bem como aquelas narrativas sobre a realização de ações - que podem envolver avaliações, projetos ou o uso obrigatório de tecnologias - com as quais não concordam e que não correspondem a objetivos pedagógicos. Nesse contexto, o trabalho de professor mostra-se esvaziado de sentido e é somado aos sentimentos de pouca autonomia e muita desvalorização. Essa falta de reconhecimento simbólico é agravada por diversos fatores, tais como: demanda organizacional por atividades não remuneradas (festas, por exemplo); problemas diários de relacionamento; propostas pedagógicas arbitrárias; imposições de chefias que não estabelecem diálogo; obrigatoriedade do uso da tecnologia; e, ainda, discrepâncias entre cobranças, expectativas e condições para a realização dos objetivos pedagógicos. Professores com competência para o uso de tecnologias educacionais são encarregados de executar diversas tarefas, monitorar e instruir alunos sobre a utilização dos materiais pedagógicos. Porém, essa estratégia de transmissão rápida do conhecimento é insuficiente para promover resultados que se destaquem. Por desejarem reconhecimento ou por terem medo de perder o emprego (e, possivelmente, por se sentirem aquém das expectativas), os professores tendem a acumular um número cada vez maior de tarefas, horas-aula, turmas e alunos. Tornam-se assim, sobrecarregados e propícios às práticas assediadas de chefias que, trabalhando sob a pressão da lógica empresarial, optam por fiscalizar, cobrar, intimidar e ameaçar.

A análise dos dados da pesquisa de Gerheim (2017) permitiu caracterizar os modos de organização do trabalho de professor no setor privado associados às dinâmicas gerencialistas. As falas dos professores retratam como a lógica do gerencialismo, orientada para o sucesso do negócio, com crescente produtividade e muita flexibilidade, entra em contradição com a prática pedagógica e com o valor social do serviço educacional. Com isso,

descrevemos antagonismos que se estabelecem entre os *possíveis que são capazes de dar sentido às práticas pedagógicas e às tentativas de padronização de um modelo operacional* que desconsidera as especificidades do processo de ensino-aprendizagem. Assim, forma-se um quadro de injunções paradoxais propício aos processos que, por engendrarem mal-estar, sofrimento e adoecimento, mostram-se característicos das formas de precarização subjetiva no trabalho nos tempos atuais.

Referências

- Adrião, T.; Peroni, V. (Orgs.) (2008). *Público e privado na educação; novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã.
- Alvim, M. B.; Castro, F. G. (Orgs.) (2015). *Clínica de situações contemporâneas: fenomenologia e interdisciplinaridade*. Curitiba, Juruá.
- Angelucci, C. et al. (2004). O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa*, 30 (1), 51-72.
- Antloga, C.; Avelar, R. (2013). Mal-estar no trabalho. In: Vieira, F.; Mendes, A.; Merlo, A. *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 243-248). Curitiba: Juruá.
- Arelaro, L. G. (2008). A não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. In: Adrião, T.; Peroni, V. (Orgs.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate* (pp. 51-66). São Paulo: Xamã.
- Barreto, R. G.; Leher, R. (2003). Trabalho docente e reformas neoliberais. In: Oliveira, D. *A. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes* (pp. 39-60). Belo Horizonte: Autêntica.
- Bautzer, D. (2001). Reflexões Sobre a Gestão das Organizações Educacionais Particulares Educação Infantil e Ensino Fundamental. Dissertação de Mestrado Executivo em Gestão Empresarial e Gestão Pública, Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas. 79 pp.

- Bucha, A. (2002). O enquadramento da gestão escolar. *Revista de Economia e Administração*, 1 (4), pp. 49-56.
- Calgaro, J. (2013). Gerencialismo. In: Vieira, F., Mendes, A., &Merlo, A. (Orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 179-183). Curitiba: Juruá.
- Carelli, G. (2002) *Os novos donos da educação*. Revista Veja, 1740 (92-95). Disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32773?page=92§ion=1>. Acesso em 23 de maio de 2018.
- Carvalho, M. J. A. (2013). Administração Escolar: racionalidade ou racionalidades? *Revista Lusófona de Educação*, 25, 213-229.
- Castro, F. G. (2012). *Fracasso do projeto de ser: burnout, existência e paradoxos do trabalho*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (2015). Por uma transformação paradigmática no âmbito da psicologia organizacional e do trabalho. In: Alvim, M. B.; Castro, F. G. (Orgs.). *Clínica de situações contemporâneas: fenomenologia e interdisciplinaridade* (pp. 73-112). Curitiba: Juruá.
- Colombo, S. (2010) A gestão de pessoas na instituição de ensino. In: Colombo, S.; Cardim, P. (Orgs.) *Nos bastidores da educação brasileira: a gestão vista por dentro* (pp. 168-184). Porto Alegre: Artmed.
- Cury, C. R. J. (2008) Um novo movimento na educação privada. In: Adrião, T.; Peroni, V. (Orgs.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate* (pp. 17-25) São Paulo: Xamã.
- Duarte, F.; Castro, T. *Clínicas das patologias com professores da rede pública do Distrito Federal* (2014). In: Mendes, A.; Castro, T.; Bottega, C. (Orgs.). *Clínica psicodinâmica do trabalho de professores: práticas em saúde do trabalhador* (pp. 151-166). Curitiba: Juruá.

- Ferreira, J. (2009). *Perdi um jeito de sorrir que eu tinha: violência, assédio moral e servidão voluntária no trabalho*. Rio de Janeiro: 7letras.
- Freitas, L.; Facas, E. (2013). Vivências de prazer-sofrimento no contexto de trabalho dos professores. *Estud. pesqui. psicol.*, 13 (1), 7-26.
- FENEP, FGV, IBRE. (2013) *Números do ensino privado*. Disponível em <http://www.fenep.org.br/wp-content/uploads/2014/08/numeros-do-ensino-privado-20131.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2015.
- Frigotto, G. (1991). Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? In: Silva, T. (Org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1998). Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In:
- Frigotto, G.; Ciavatta, M. (2003). Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educ. Soc., Campinas*, 24 (82), 93-130.
- Frota, A. (2011). *Gestão escolar e culturas docentes: o público e o privado em análise*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro, Portugal. 451 pp.
- Gaulejac, V. (2007). *A gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Ideias e Letras.
- Gaulejac, V.; Hanique, F. (2015). *Le Capitalismeparadoxant: unsystèmequirendfou*. Paris: Seuil.
- Gentili, P. (1998). O discurso da 'qualidade' como nova retórica conservadora no campo educacional. In: Gentili, P. & Silva, T. (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação* (pp. 113-177). Petrópolis: Vozes.

- Gerheim, M. S. (2017). *Gestão empresarial da educação e trabalho: um estudo sobre ser professor no setor de ensino privado*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 104 pp.
- Gerheim, M. S.; Castro; F. G. As tensões de ser professor no setor privado de ensino. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 35-50, 2018.
- Harvey, D. (2014). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola.
- ILO (2012) International Labour Organization. Sectoral Activities Department. *Handbook of good human resource practices in the teaching profession*. Geneva.
- Landini, S. R.; Monfredini, I. (2005). A educação na lógica do mercado: algumas questões sobre o sujeito e sua formação. In: Almeida, M. (Org.). *Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além da mercadorização do conhecimento* (pp. 47 - 66). Campinas: Alínea.
- Leher, R. (2003). Reforma do Estado: o privado contra o público. *Trab., Edu. e Saúde*, 1 (2), 203-228.
- Linhart, D. (2007). *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Lipovetsky, G. (2005). *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri: Manole.
- Lück, H. (2000). Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. *Em aberto*, 17 (72).
- Lapo, F.; Bueno, B. (2003). Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, 118, 65-88.
- Lelis, I. (2001). Profissão docente: uma rede de histórias. *Revista Brasileira de Educação*, 17.

- Levy, G.; Nunes Sobrinho, F.; Souza, C. (2009). A Síndrome de Burnout em professores da rede pública. *Produção*, 19 (3).
- Martinez, D. (2003). *Estudos do trabalho docente*. In: Oliveira, D. A. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes (pp. 75-85). Belo Horizonte: Autêntica.
- Mendes, A.; Araújo, L. (2012). *Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação*. Curitiba: Juruá.
- Mendes, A.; Castro, T.; Bottega, C. (2014) (Orgs.). *Clínica psicodinâmica do trabalho de professores: práticas em saúde do trabalhador*. Curitiba: Juruá.
- Mendes, A. et al. (2014). Práticas clínicas no contexto da psicodinâmica do trabalho brasileira.
- Monteiro, J.; Jacoby, A. (2013). Sobrecarga de trabalho. In: Vieira, F.; Mendes, A.; Merlo, A. *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 405-408). Curitiba: Juruá.
- Montenegro, C.; Nóbrega, K.; Souza, T. (2010) A gestão estratégica em educação e seus impactos na prestação dos serviços. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 9 (3), 202-223.
- Moretti, D. (2013). *A compatibilidade entre a lógica econômica e o ensino superior após a constituição de 1988: o caso da Anhanguera Educacional Participações S.A.* Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- Oliveira, D. (2003). *As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente*. In: Oliveira, D. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes (pp. 13-37). Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. Soc.*, Campinas, 25, (89), 1127-1144.

- Oliveira, R., & Araújo, G. (2005). Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, 28, 5-24.
- Opera Mundi (2015). Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de jovens brasileiros. Disponível em <http://operamundi.uol.com.br>. Acesso em 22 de julho de 2015.
- Perez, K. (2014). A dinâmica do reconhecimento no trabalho docente: considerações sobre a atividade de professores de ensino superior privado. In: Mendes, A.; Castro, T.; Bottega, C. (Orgs.). *Clínica psicodinâmica do trabalho de professores: práticas em saúde do trabalhador* (pp. 109-131). Curitiba: Juruá.
- Peroni, V.; Oliveira, R.; Fernandes, M. (2009). Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, 30 (108), 761-778.
- Pestana, A. (2003). *Gestão e educação: uma empresa chamada escola*. Petrópolis: Catedral das Letras.
- Primi, L. (2014). Brasil detém recorde mundial de empresas lucrativas de ensino. *Revista Caros Amigos*, 70 (Especial Universidades, ano XVIII). Disponível em www.carosamigos.com.br. Acesso em 2 de março de 2018.
- Ramos, U. (2013). Empreendedorismo e supervisão educacional: do plano de negócios ao projeto pedagógico, na escola privada de Ensino Fundamental. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação Almeida Garret, Lisboa. 133 pp.
- Silva, T. (1991). Produção, conhecimento e educação: qual é a conexão? In: Silva, T. (Org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Silva Jr, J.; Ferreti, C. (2004). *O institucional, a organização e a cultura da escola*. São Paulo: Xamã.

- Susin, M. (2008). O estatal e o público não-estatal: onde está a educação infantil comunitária em Porto Alegre? In: Adrião, T.; Peroni, V. (Orgs.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate* (pp. 67- 77). São Paulo: Xamã.
- Torres, M.; Castro, L. (2009). Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. *Paideia*, 19 (42), 87 - 96.
- Zanardini, I. (2006). *A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. 163 pp.
- Zorzal, L. (1993). *Sistemas de custos em instituições particulares de ensino: estudo de casos*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Estudos Contábeis, Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas. 131 pp.

Entre prescritos e reais: o trabalho docente na educação de jovens e adultos

*Fabiana Valerio*¹

O trabalho dos professores em escolas públicas é um exercício complexo e permeado de desafios. Constantemente nos deparamos com notícias sobre este cenário: escassez de recursos materiais, superlotação em salas de aula, infraestrutura precária, violências, etc. Inserida neste contexto, destaco uma modalidade de ensino que possui especificidades que a diferenciam do ensino regular: a Educação de Jovens e Adultos, conhecida no meio escolar pela sigla: EJA.

Apesar de possuir algumas características específicas, a EJA faz parte de um cenário educacional fortemente influenciado por lógicas produtivistas que caracterizam a presença de marcas neoliberais na educação, e resultam em situações de precarização extrema. Precarização esta que se desdobra em graves consequências, entre elas: a saúde dos professores.

A pesquisa que deu origem a este texto foi desenvolvida em Volta Redonda, cidade do Rio de Janeiro (RJ), com professores dessa modalidade de ensino. Foram realizados grupos de encontro com sete professores atuantes na educação de jovens e adultos, objetivando criar um espaço no qual os docentes pudessem falar sobre o trabalho com estas turmas. Além das atividades realizadas nos grupos, foram feitas observações participantes em diversas atividades da rotina destes professores: conselhos de classe, reuniões de discussão pedagógica, treinamentos, aulas, etc.

¹ Psicóloga pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFRJ). Professora Substituta no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) - Universidade Federal Fluminense.

Durante os encontros e as observações foram registradas importantes questões sobre o trabalho docente nessa modalidade de educação, e em que medida este se diferenciava de outras experiências. Pela sua especificidade, considero importante contextualizar o leitor sobre algumas de suas características principais.

A educação de jovens e adultos

Pela Lei n. 9.394 (1996) - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - é dever do Estado oferecer educação aos jovens e adultos de modo adequado às suas necessidades e condições de vida. Esta modalidade de ensino possui orientações pedagógicas específicas, de acordo com o objetivo a que se propõe. De acordo com a legislação, o ensino de jovens e adultos é destinado aos estudantes maiores de quinze anos (que ainda estejam cursando o ensino fundamental) ou maiores de dezoito anos (que ainda estejam cursando o ensino médio), a proposta de duração da EJA se dá em ciclos, de modo que no período letivo de um ano, o aluno cumpra dois ciclos e conclua o ensino fundamental ou médio em um prazo menor se comparado ao ensino regular.

Suas premissas sinalizam que a modalidade deve ser integrada com o ensino profissional, e estimular o acesso e permanência de trabalhadores na escola, por esta razão, as turmas de EJA normalmente são oferecidas no período noturno.

Apesar da oferta ser direcionada para o público trabalhador, existem turmas de EJA no período diurno cuja solicitação de abertura pode ser sinalizada pelas escolas ou orientada pela Secretaria de Educação. Em Volta Redonda a EJA diurna foi estabelecida com o objetivo de corrigir o fluxo escolar dos alunos com altos índices defasagem/série². A formação

² Casos em que a idade cronológica está inadequada para a série escolar correspondente (Ribeiro e Cacciamali, 2012).

das turmas diurnas foi, portanto, resposta à demanda de correção das distorções idade/ano de escolaridade³.

Moura (2005) aponta que os alunos que frequentam as turmas da EJA não são apenas os jovens e adultos que ficaram afastados da escola durante um período de tempo, mas as turmas também são compostas por aqueles que, por estarem com idade avançada para a série em que se encontram, migram da modalidade regular para a EJA, sem necessariamente terem deixado a escola. Segundo Brunel (2008) existe um fenômeno de rejuvenescimento da população para a qual a modalidade é oferecida, ou seja, os alunos que frequentam as turmas da EJA são em sua maioria jovens. Uma de suas hipóteses para o fato é a prática de incentivar os alunos em defasagem índice/série a deixarem o ensino regular e procurarem turmas de jovens e adultos. Ambas as situações vão ao encontro da realidade pesquisada.

A metodologia de ensino desta modalidade também é diferenciada e visa atender às necessidades do público para o qual se destina. A legislação prevê a autonomia das escolas diante das práticas pedagógicas de ensino e de avaliação. A metodologia de projetos aplicada ao ensino é a modalidade utilizada na escola pesquisada, e também muito presente em outras instituições de ensino que trabalham com EJA.

Diante de uma modalidade de ensino particular como esta, não seria difícil imaginar que o trabalho docente se deparará com questões próprias e intimamente relacionadas ao universo no qual está inserido. O trabalho dos professores no ensino de jovens e adultos foi pesquisado a partir do referencial da psicodinâmica do trabalho. Nesta concepção teórica, o trabalho se apresenta em uma posição central para a constituição da subjetividade, sendo o ato de trabalhar uma experiência no limite e para

³ Informação contida nos textos exibidos na Agenda Escolar de 2017, distribuída pela Secretaria Municipal de Educação de Volta Redonda.

além das prescrições do trabalho (ou *trabalho prescrito*), nomeada *real do trabalho*.

O real do trabalho: trabalhar com o inesperado

De acordo com Mendes e Duarte (2013a), o trabalho na psicodinâmica é compreendido como um hiato entre trabalho prescrito, aquele que envolve as orientações, técnicas e regras para sua realização, e o trabalho real, aquele que não está previsto nas normas e faz parte do modo como o trabalhador desenvolve meios de realizá-lo. Ou seja, o trabalho prescrito, por mais que contenha o maior número de detalhes e orientações possíveis, de algum modo se encontrará com realidades que exigem ações não previstas no manual de instruções. A este inesperado, chamamos *real do trabalho*:

O real do trabalho, por sua vez, é caracterizado por situações imprevistas que ultrapassam o domínio técnico e o conhecimento científico. A experiência do real do trabalho evidencia o fracasso das prescrições, estabelece desafios à compreensão e ao fazer humano. Nessa perspectiva, a ação de trabalhar não se reduz às relações sociais que a constituem, aos salários, às linhas de poder ou normas e procedimentos. O real do trabalho é parte da realidade que se revela ao sujeito por sua resistência aos procedimentos operacionais, aos conhecimentos e à ciência (Ferreira, 2013, p. 245).

É importante demarcar a diferença entre trabalho real e real do trabalho. O trabalho real, como citado anteriormente, constitui as ações realizadas pelos trabalhadores para dar conta desses inesperados. Em resumo, o trabalho real é o que é realizado a partir do encontro com o real do trabalho. A partir disso, o que a psicodinâmica do trabalho aponta, é que não existe trabalho possível de ser executado seguindo apenas os prescritos: “ora, não há trabalho que se resume à aplicação da regra: nenhuma atividade se conforma jamais em respeito absoluto às regras” (Lhuillier,

2012, p. 22). Haverá, portanto, sempre algo para além do prescrito que provocará o trabalhador a tomar uma posição diante do imprevisível.

A partir desse entendimento, podemos compreender aquilo que Dejours aponta sobre o trabalhar, quando diz que: “trabalhar é antes de tudo, fazer a experiência do real” (Dejours, 2007b, p.17). Ainda segundo o autor, é somente afetivamente que o sujeito se depara com este encontro, e é pela via do fracasso que ele reconhece a distância entre prescrito e real: “o real se revela ao sujeito pela sua resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento, isto é, pelo fracasso da mestria. O mundo real resiste” (Dejours, 2004, p. 28).

O sofrimento provocado pelo contato com o real possui uma dupla via: ou o sujeito se mobiliza subjetivamente e busca encontrar saídas para as dificuldades, ou poderá se imobilizar, gerando uma paralisia diante do real do trabalho. À ação de mobilização subjetiva associa-se o sofrimento criativo, ao passo que a paralisia está relacionada ao sofrimento patogênico (Mendes & Duarte, 2013b). No entanto, tais distinções não se referem a posições dicotômicas, antes são marcadas por predominâncias entre mobilizações e paralisias subjetivas, dependendo das possibilidades e adversidades dos diversos contextos de trabalho.

Estas e outras noções sobre o trabalho trazidas pela psicodinâmica demonstram que o trabalho é um modo de produção de subjetividade, ou seja, trabalhar não é apenas cumprir determinadas tarefas, envolve também mobilização subjetiva (Facas, Silva & Araújo, 2013).

Neste sentido não é possível pensá-lo unicamente através de uma lógica empregatícia/contratual, ou simplesmente como execução de tarefas para alcançar certos objetivos em troca de um salário. Trabalhar envolve produzir um mundo ao mesmo tempo em que somos produzidos por ele, implica em uma produção de subjetividade (Dejours, 2007a).

Trabalho docente

O trabalho docente, além do esforço intelectual de estruturação e preparação das aulas, é constituído por uma série de exigências burocráticas. São várias as funções atribuídas à profissão, seja por meio de regulamentos legislativos, convenções sociais ou, até mesmo, discursos informais que operam nos espaços onde a profissão existe.

Esteve (1999) aponta que o trabalho destes profissionais sofreu transformações e atualmente o professor assume funções diversificadas, sendo algumas conflitantes. Neste sentido, de acordo com o autor, as mudanças sociais geram determinadas contradições no ambiente de ensino que sobrecarregam o professor. Como exemplo, podemos citar a necessidade de que os docentes estejam constantemente se qualificando e inovando em suas práticas, ao mesmo tempo em que os salários se mantêm baixos e o reconhecimento da profissão é precário. Tais necessidades e condições refletem a inserção das lógicas neoliberais também no campo da educação, demandando permanente qualificação, inovação e resultando na precarização do trabalho.

Os professores que atuam em escolas públicas brasileiras enfrentam em sua rotina de trabalho complexos desafios envolvendo: ritmo intenso de trabalho; necessidade de articular demandas de diversas naturezas (alunos, pais, direção da escola); dificuldades para encontrar referências para realizar o trabalho. Além dos baixos salários, superlotação das salas de aula e oportunidades de crescimento inexistentes (Traesel & Merlo, 2013).

Considerando o contexto da pesquisa realizada, o trabalho dos professores que atuam no sistema municipal de ensino da cidade na qual a escola se localiza é orientado pelo regimento escolar dos municípios. Este

documento permite identificar algumas atribuições do trabalho prescrito destes profissionais e de acordo com o artigo 30º do regimento⁴, temos:

- I - participar do processo de elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico;
- II - planejar, executar, avaliar e registrar os objetivos e as atividades do processo educativo de acordo com o Projeto Político-Pedagógico;
- III - planejar e executar estudos contínuos de recuperação para que sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem e maior tempo de reflexão aos educandos;
- IV - informar aos alunos e aos pais ou responsáveis, em momentos determinados pela unidade escolar:
 - as propostas de trabalho da escola;
 - o desenvolvimento do processo educativo;
 - as formas e procedimentos adotados no processo de avaliação dos educandos.
- V - identificar, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica, casos de alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado;
- VI - manter atualizados os Diários de Classe e registrar continuamente as ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;
- VII - participar dos Conselhos de Classe e da Avaliação Pedagógica, apresentando registros referentes à vida escolar dos educandos, analisando coletivamente as causas de aproveitamento satisfatório ou não e propondo medidas para superá-las;
- VIII - fornecer à secretaria da unidade escolar os resultados da avaliação, nos prazos fixados pela escola;
- IX - fornecer à equipe técnico-administrativo-pedagógica, com regularidade, informações sobre seus alunos;
- X - cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao aprimoramento profissional;
- XI - elaborar seu planejamento e desenvolvê-lo com a regularidade prevista, de acordo com as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Educação.

⁴ Regimento Escolar Único da Rede Municipal de Ensino de Volta Redonda. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8558518-Volta-redonda-em-destaque.html>

Como é possível observar, as atribuições são extensas e demandam, entre outras coisas: interfaces constantes com outros profissionais, organização de dados, planejamentos, entre outros. O contato com o trabalho docente na escola mostrou que os professores possuíam uma rotina de trabalho extensa e intensa: processos referentes à regência de turma (preparar e ministrar aulas); procedimentos burocráticos (preenchimento de diário de classe, sistemas computacionais, fichas administrativas); e rotinas de gestão e planejamento (cursos, treinamentos, conselhos de classe, etc.). No tópico a seguir, exploraremos de modo mais sistemático a rotina de trabalho docente pesquisada e como os atravessamentos do real do trabalho foram sinalizados em diversos momentos do cotidiano.

Faíscas do real: o trabalho docente na escola pesquisada

Iniciaremos apontando um fato bastante conhecido: a sobrecarga de trabalho. Dos sete professores da EJA, dois trabalhavam apenas com estas turmas; os demais se dividiam também lecionando em turmas regulares na mesma escola. Em relação à jornada de trabalho em outros lugares, apenas um deles trabalhava exclusivamente naquela escola, os demais lecionavam em outros lugares, sendo que alguns davam aulas todos os períodos do dia. Além disso, não era raro ouvir relatos sobre utilizarem o tempo de descanso para estudar, atualizar-se ou cumprir tarefas pendentes.

O trabalho ultrapassava o tempo e o espaço da escola. A relação do sujeito com o trabalho não se reduz ao tempo em que está trabalhando, o envolvimento vai para além desta relação linear de espaço-tempo; levamos o trabalho nos pensamentos, nos sonhos, no corpo (Facas *et al.*, 2013), o que parece ser uma realidade muito comum na área da docência.

A rotina incluía uma série de atividades programadas pela Secretaria Municipal de Educação que faziam parte do calendário escolar, no entanto as datas eram diferentes quando se tratava de turmas regulares e turmas de EJA. Sendo assim, professores que lecionavam em ambas as modalidades precisavam estar presentes em mais de uma reunião. Esta agenda era elaborada previamente pela própria secretaria e enviada às escolas no início do ano letivo.

As atividades desta agenda eram diferenciadas em “dias com aula” e “dias sem aula”. Deste modo, nos dias em que era prevista a continuidade da aula, os professores se dividiam em dois grupos para que um participasse da atividade, enquanto o outro lecionava e vice-versa. As atividades sem aula, normalmente contavam com a participação de todo o grupo de professores de suas respectivas modalidades (EJA ou ensino regular).

Como é possível observar através da descrição, não existia nenhuma atividade que previsse a reunião de todos os professores atuantes na escola, pois a agenda dividida por modalidade de ensino criava uma barreira a estes encontros. Ainda dentro de cada modalidade, na maioria das vezes, também não era possível uma junção de todos os professores na mesma discussão, pois o compromisso da obrigatoriedade da aula fragmentava o grupo. A única atividade que previa uma reunião de todo o grupo era o encontro docente. No entanto, com a jornada de trabalho que se estendia para outras instituições, muitos professores também não conseguiam participar deste momento.

A tabela abaixo (elaborada com base no calendário das turmas de EJA de 2017) especifica as atividades, seus objetivos, e a frequência prevista para cada uma delas:

Tabela 1: Rotina de atividades previstas pelo calendário escolar

Atividades com Aula	Formação Continuada (FC)	Cursos e treinamentos temáticos realizados na Secretaria de Educação para os professores e corpo técnico	Semanal (30/ano)
	Discussão Pedagógica (DP)	Reunião dos professores para discutir e planejar projetos pedagógicos e realizar planejamentos. Também utilizada para realizar estudos dirigidos. Conduzida pelo supervisor pedagógico	Semanal (35/ano)
	Conselho de Classe (COC)	Reunião com todos os professores e corpo diretivo para discussão da situação de cada turma, critérios de aprovação, avaliações, modificações em notas, etc. <i>* Prevê a participação do conselho comunitário escolar e representantes de turmas</i>	Bimestral (6/ano)
	Avaliação Institucional (AI)	Reunião com os professores conduzida pelo corpo diretivo para avaliação do planejamento semestral, revisão das metas e ajustes necessários.	Semestral (2/ano)
Atividades sem aula	Encontro de Docentes (ED)	Reunião com todos os professores da rede municipal para apresentação e discussão de práticas em sala de aula. Conduzida e organizada pela secretaria de educação.	Anual (1/ano)
Outras atividades	Exposição Pedagógica (EP)	Realizada dentro da escola com exposição dos trabalhos realizados a partir do projeto escolhido pela escola.	Anual (1/ano)
	FEJARTE (FA)	Feira da educação de jovens e adultos realizada fora da escola com exposição do trabalho desenvolvido por cada escola de acordo com temática definida previamente por cada escola no planejamento pedagógico de projetos	Anual (1/ano)

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações disponíveis na agenda da Prefeitura Municipal

A rotina dos professores que atuam na EJA se tornava mais extensa devido à necessidade de estarem presentes também nas reuniões das turmas regulares. Durante o período em que estive em contato com o grupo,

ouvi reclamações em relação a esta agenda dupla e as queixas se tornavam mais comuns no período de fim de ano, pois os meses finais do semestre exigiam bastante dos professores em função de: fechamento das notas, preenchimento de diários, preparação de atividades de recuperação para os alunos não aprovados, participação em conselhos de classe e realização de ajustes necessários para o encerramento do ano.

No caso das turmas de EJA, era prevista também a realização da FEJARTE (Feira de Educação de Jovens e Adultos), um evento que acontecia a cada fim de ano, fora do espaço da escola. A feira era um evento programado no calendário escolar e gerenciado pela secretaria municipal de educação para todas as escolas da região que possuíssem turmas da modalidade. Todas as escolas apresentavam os trabalhos desenvolvidos durante o ano a partir do uso da metodologia de projetos.

Os Conselhos de Classe (COC) das turmas de EJA podem ser mencionados como momentos complicados na rotina dos professores, principalmente o último COC do ano. Muitas questões burocráticas precisavam de registro no diário escolar e a realidade das turmas apresentava situações que funcionavam como resistências a esta atualização. Um exemplo disso referia-se ao status final de cada aluno que deveria ser definido em uma única opção dentre as três possibilidades: “aprovado”; “retido” ou “evadido”. No entanto, as situações dos alunos desta modalidade variavam e alguns alunos encerravam o ano com três diferentes status: aprovados em uma matéria, retidos em outra, e, em uma terceira, estavam como evadidos, sendo preciso definir uma situação a ser registrada no relatório. Entre discussões e tentativas de solução, durante o conselho eles tentavam transformar a situação de evadido em retido, mas para isso precisavam alterar a sequência de faltas: *“se colocar uma presença entre as faltas, ele já pode ser considerado retido na sua matéria”*,

uma professora apontava, tentando finalizar o caso. A professora que precisava fazer a alteração respondeu: *“aqui não posso fazer isso, porque se aconteceu alguma coisa no bairro, se esse aluno agrediu ou até matou alguém e a polícia vem aqui o diário serve como prova, e aí vai estar que ele estava presente na escola, quando na verdade não estava”*.

No decorrer da reunião eles realizavam inúmeras ligações para a secretaria de educação tentando receber orientações que os ajudassem a solucionar os problemas. Outros questionamentos surgiam como, por exemplo, um professor que pontuava a situação de um aluno que há muitos anos frequentava a turma de EJA e que precisava concluir: *“é fim de linha para ele, ou a gente aprova ele ou ele vai parar de estudar, não tem como fazer nada por ele na matéria que ele está retido? Ele já está há cinco anos na EJA, gente, se a EJA é para ajudar, alguma coisa tá errada aí, porque ele me disse que está muito desanimado”*.

O conselho de classe gerava muitas discussões que colocavam em cheque as prescrições administrativas e burocráticas que precisavam ser contornadas ou até mesmo burladas, para que fosse possível atender às necessidades reais dos alunos e dos professores. Aos professores cabia a missão de traduzir a realidade para as necessidades de preenchimentos de relatórios e diários. Além disso, após o conselho, cada professor tinha a tarefa de ajustar seu diário para que ele fosse arquivado na escola. Uma funcionária da secretaria de educação vinha à escola para verificar periodicamente os diários: o preenchimento correto e realizado no prazo era um dos itens que influenciava na pontuação da escola para o cálculo de índices de eficiência e gestão.

Os professores da EJA saíam desta reunião com muitas demandas, pois precisavam ajustar, nos diários, as atividades que realizavam e que estavam fora dos prescritos. Era preciso registrar o trabalho que, durante o ano, eles haviam criado como possibilidade para enfrentar as

dificuldades da EJA, como por exemplo, gincanas e tarefas coletivas propostas como alternativa para ensinar conteúdos que em sala não eram possíveis de trabalhar.

Preencher os diários significava tentar traduzir para a linguagem do prescrito exigido, as ações geradas diante do real do trabalho.

Trabalhar: encontrar-se diariamente com um pedaço desconhecido de si mesmo e da realidade onde se está inserido. Descobrir diariamente, minuto a minuto, jeitos novos de lidar com situações inimagináveis. Deparar-se constantemente com experiências de beleza e crueldade. Experimentar gostos amargos que nunca pensou ser possível sentir na boca vazia. Chorar lágrimas de tristeza profunda e também de alegria genuína. Tudo isso em um mesmo dia e com distâncias curtas entre momentos. Respirar. Encontrar brechas. Criar formas novas de trabalhar e, ao criar, aprender com elas. Ao aprender, se transformar. Plantar minúsculas sementes de “possível” no terreno árido da desesperança. Ver um pedaço de folha verde rasgar o chão, em meio a tantas adversidades.

Depois de oito meses em contato com professores da educação de jovens e adultos (EJA) de uma escola, experimentando um pouco de sua rotina docente, esta definição foi uma tentativa pessoal de transmitir como eu me encontrava com aquele trabalho. Observando-o e tendo o privilégio de escutar o que aqueles professores diziam, fui construindo uma visão própria do que aquele trabalho significava. Um fazer que acontecia no encontro com os inúmeros obstáculos, que uma realidade social marcada por desigualdade e escassez de recursos oferecia.

A noção do real como impossibilidade, como o pedaço da realidade que resiste ao uso da técnica estava nas histórias contadas, nas ações tomadas em sala de aula, no cotidiano do trabalho. A partir disso, foi possível observar que este real irrompe sempre intempestivo, porém advindo de posições distintas. Assumindo assim, diferentes dimensões, tratadas aqui

como: *real institucional*; *real organizacional* e *real social*. Sobre cada uma delas, trarei as experiências do trabalho docente que, neste trabalho, compuseram suas construções.

O real do trabalho e suas dimensões

O trabalhar enquanto experiência do real pode apontar aspectos fundamentais sobre o trabalho, podendo fazer isso a partir de diferentes dimensões. É comum encontrar pesquisas em psicodinâmica do trabalho que apresentam seus resultados em torno dos eixos conceituais “sofrimento criativo/sofrimento patogênico”; “estratégias de defesa/estratégias de mobilização subjetiva”, e estas são discussões muito importantes para nos ajudar a pensar o campo do trabalho. Embora fosse possível traçar resultados desta natureza a partir da pesquisa com os professores da educação de jovens e adultos, toda a análise foi traçada com o objetivo de discutir o trabalho docente, utilizando como base as experiências destes profissionais diante do encontro com o real de seu trabalho.

Lhuillier (2012, p.22) irá situar o real como a resistência ao domínio prescritivo: “o real resiste a toda fusão com a realidade procedimental”. Com base nesta noção, do real como aquilo que resiste, é que a discussão acerca das dimensões do real do trabalho foi desenvolvida.

Segundo Ferreira (2017), o real do trabalho como resistência ao fazer pode, paradoxalmente, ser produzido pelos prescritos que regulam o trabalho, e se transformam em instrumentos dogmáticos de dominação. O autor caracteriza como *real dogmático*, este que decorre de dispositivos de dominação que operam sobre o trabalho de forma instrumental. Esta é uma dimensão do real que expressa toda lógica totalitária que controla e submete a vida a um excesso de prescrições e normatizações.

Dentro do *real dogmático*, Ferreira (2017) aponta como dimensões possíveis: o *real da discriminação*, caracterizado sob a forma de

preconceitos e discriminações; e o *real da dominação*, caracterizado por estruturas de dominação e abuso de poder no campo das relações.

Como forma de apresentação do *real da dominação*, inclui-se o *real institucional* e o *real organizacional*: “entre os aspectos, pelo abuso de poder institucional, organizacional e diretivo, que ganham forma nos mandamentos gestionários, nos dispositivos ordenadores dos campos normativos das instituições e organizações, com base no princípio primordial de conformidade ao instituído” (Ferreira, 2017, p. 239).

Em contrapartida ao *real dogmático*, como possibilidade de resistência ao excesso de dominação, teríamos o *real enigmático*, uma dimensão de forças inesperadas que escapam às linhas de dominação, e como linhas de fuga e de produção de outros possíveis, colocam em movimento processos de criação que podem atuar na reconfiguração dos campos normativos.

Compreendendo o real como resistência ao fazer, identificamos também o *real do social*, uma noção apontada brevemente por Dejours (2005; 2007) nos livros: “O fator humano” e “A Banalização da Injustiça Social”:

Enfim, o real, se é dado pelo mundo, se é “ocasionado” pela ação sobre o mundo, não remete exclusivamente à materialidade físico-químico-biológica do mundo. O mundo é também um mundo social e o “real do social”, ou seja, aquilo que no mundo social resiste ao domínio das técnicas de intervenção ou de conhecimento da sociedade faz parte integral do real do mundo (Dejours, 2005, p. 41).

A partir desta consideração de que o real do social (ou simplesmente real social) pode ser entendido como é tudo aquilo que do mundo social se apresenta como impedimento ao domínio das técnicas, e em conjunção com as dimensões propostas por Ferreira (2017) é possível dizer que este real poderia ser identificado tanto no *real da dominação* quanto no *real da discriminação*.

O trabalho dos professores na educação de jovens e adultos observado naquela escola esteve marcado por sucessivos encontros com várias dimensões do real do trabalho. As atividades realizadas durante o período da pesquisa e os registros das experiências em diário de campo, servirão de base para discutirmos aspectos do real do trabalho que se apresentaram no cotidiano docente. Serão abordadas dimensões do *real da dominação* sob a forma de: *real institucional*; *real organizacional* e *real social*:

- a) *Real Institucional*: aquilo que se apresenta a partir da escola enquanto instituição educacional⁵;
- b) *Real Organizacional*: aquilo que se apresenta a partir da organização do trabalho naquela escola;
- c) *Real Social*: aquilo que se apresenta a partir do contexto social no qual a escola se insere.

Dimensões do real do trabalho que não se manifestam de formas fragmentadas e estão fortemente conectadas, se sobrepondo muitas vezes no exercício da profissão e nas nuances da rotina de trabalho. No entanto, para que possamos discuti-las de modo mais didático, convém estruturá-las separadamente.

A experiência do real institucional

- “A EJA é, como é mesmo que eles falam aqui? Depósito”.

- E “professor do descarte, descarte é”.

⁵ A noção de instituição que perpassa este trabalho está referenciada nas seguintes sinalizações: “A noção de instituição aplica-se, de acordo com a tradição sociológica clássica, a um fato social específico que se reconhece por seu caráter constrangedor e visa o controle social por meio da interiorização de normas. Pode ser compreendida também, como um conjunto de imposições, a instituição governa a sociedade e contribui para a estabilidade da ordem existente. Não obstante, a instituição pode também ser definida como um conjunto de sinais e de símbolos, de representações e de regras, conjunto produzido pela prática das relações e das atividades humanas” (Lhuillier, 2011, p. 29).

Para que serve a escola? Ou ainda, trazendo a questão para a realidade estudada: “Para que serve a escola para os alunos das turmas de jovens e adultos”?

A escola em questão era uma forte referência na comunidade onde se inseria, era lá que muitas pessoas eram atendidas, recebendo ajuda para o encaminhamento de seus problemas. Além do apoio oferecido - muitas vezes de modo extraoficial (doações de roupas, cestas básicas, encaminhamentos de emprego, entre outros) - a escola abarcava uma série de responsabilidades previstas para a instituição pública, como por exemplo, toda a rede de trâmites burocráticos a ser cumprida com órgãos como: conselho tutelar; ministério público; secretaria de segurança, entre outros. Considerando todas estas variáveis, era possível observar diversas ações tomadas em favor de famílias, alunos (e até ex-alunos), que eram mapeadas, disparadas e geridas através da escola, sendo que algumas destas partiam dos próprios professores.

Ainda que a escola (no contexto estudado) possuísse uma relação muito próxima com o bairro e fosse uma referência de apoio à comunidade, faz-se necessário problematizar esta instituição e certas noções que ela imprime na sociedade, enquanto projeto capaz de engendrar mecanismos de manutenção da ordem social. Enquanto instituição, ela não estava deslocada do contexto e, portanto, não poderia ser posicionada como uma espécie de salvadora ou super-heroína. Antes, deve ser entendida como parte de uma proposta que possui determinadas condições de surgimento e manutenção, como nos aponta Sibila (2012):

A partir desta perspectiva, portanto, fica claro que a escola é uma tecnologia de época. Ainda que hoje pareça tão “natural”, algo cuja inexistência seria inimaginável, o certo, é que essa instituição nem sempre existiu na ordem de uma eternidade improvável, como a água e o ar, tampouco como as ideias de

criança, infância, filho ou aluno, igualmente naturalizadas, mas também passíveis de historicidade. Ao contrário: o regime escolar foi inventado algum tempo atrás em uma cultura bem definida, isto é, numa confluência espaço temporal concreta e identificável, diríamos até que recente demais para ter se arraigado a ponto de se tornar inquestionável. De fato, essa instituição foi concebida com o objetivo de atender a um conjunto de demandas específicas do projeto histórico que a planejou e procurou pô-la em prática: a modernidade (p. 16)

A partir desta perspectiva e permeando a análise atual com esta concepção de que a escola nem sempre existiu e, logo, não existirá sempre de uma mesma forma, torna-se importante pensar, por exemplo, sobre de que modo certas práticas docentes realizadas naquela escola, poderiam servir para sustentar as condições de desigualdade.

Para fazer emergir o real institucional presente uma pergunta que surge é: de que modo este projeto de escola aparece enquanto experiência de fracasso ou impossibilidade para os professores da EJA? Questionamento este apontado por um professor em uma das rodas de conversa sobre trabalho que foram realizadas. Ao discutirem sobre as dificuldades encontradas em trabalhar com os alunos da educação de jovens e adultos, ele apontou: *“os alunos da EJA são aqueles para quem a escola já falhou”*.

A partir desta colocação o grupo produziu uma série de reflexões sobre a real necessidade de estas turmas existirem na escola e quais seriam os benefícios da modalidade. Entre as questões que alimentavam as dúvidas, destacava-se uma: o fato das turmas de jovens e adultos não cumprirem o objetivo (considerado por muitos como sendo o principal) a que se propunham: o de acelerar a conclusão do ciclo de ensino para os alunos com idade avançada.

O fio da discussão desembocou então no modo como as turmas eram compostas. Os professores mencionavam a EJA como um lugar de solução

para problemas de outra ordem, como por exemplo: a indisciplina dos alunos mais velhos nas turmas regulares e o conseqüente prejuízo que os demais sofriam com estes comportamentos inadequados. Apesar da idade especificada na legislação que o aluno deve ter para frequentar as turmas, nem todos aqueles com este perfil estavam de fato alocados nelas, muitos migravam do ensino regular para a EJA por dificuldades de aprendizagem ou problemas com indisciplina.

Este fato nos permite tecer uma reflexão acerca do objetivo do ensino para estes jovens, bem como as variáveis envolvidas na composição de uma turma, ou seja, é possível pensar que implantar a educação de jovens e adultos em uma escola transita por diversos caminhos e possui influência de outras forças. Não é apenas a orientação prescritiva da lei, e /ou dos índices sobre defasagem de série que estão presentes na decisão de uma instituição pela EJA.

De acordo com os professores, a EJA representava também “*a última saída possível*” para os alunos que estavam prestes a abandonar os estudos. E abandonar a escola, naquele contexto, significava não ter praticamente nenhuma outra expectativa, já que ali a escola funcionava como uma das únicas referências para os jovens do bairro. Esta iminência de evasão também era um fator observado pelos professores e uma vez identificado, a passagem para turmas da modalidade era oferecida como possibilidade de uma última tentativa.

As turmas de EJA se constituíam, portanto, de múltiplas histórias e modos nos quais podemos observar as resistências do real institucional. Seja pelo fracasso da experiência escolar que estes alunos traziam em suas trajetórias, seja pelo trâmite institucional criado para que este aluno pudesse estudar na EJA, seja pela persistência deste aluno por longos períodos na modalidade quando a mesma deveria acelerar o processo de conclusão.

Por uma série de razões, o prescrito da educação de jovens e adultos na escola insistia em falar: *“Esse menino precisa sair logo daqui, ele tem que passar esse ano. Se a EJA é para ajudar ele a concluir o ensino fundamental, qual a lógica de manter ele aqui? Ele está há quase cinco na EJA, gente!”*. A modalidade de ensino prevista por lei para auxiliar os alunos a concluírem seus estudos mostrava-se impossibilitada de dar conta disso, e por que isso acontecia? Uma pergunta difícil de ser respondida, pois não haveria uma razão apenas implicada neste resultado. A escola, como já mencionado anteriormente, era lugar de referência para a comunidade e para os alunos, nas palavras dos professores: *“É intrigante pensar que a escola é o lugar em que eles se sentem amados e seguros, mas eles não gostam da sala de aula”*. A escola oferecia amor e segurança, e isso para aqueles alunos era muita coisa.

A instituição escolar do contexto pesquisado ocupava um lugar ambíguo, uma vez que apresentava possibilidades de construção, ao mesmo tempo em que alimentava lógicas destrutivas inseridas no real da dominação. No entanto, não existe cristalização em uma posição ou outra, pois sempre é possível através do trabalho e da invenção de novas formas de fazer, encontrar brechas que abram espaço para transições e novas concepções. A escola era um lugar em movimento.

Uma vez que é afetivamente e em forma de fracasso que o real se apresenta no trabalho, ao realizar a experiência do fracasso institucional nas turmas de jovens e adultos, os professores tiveram também a possibilidade de discutir mais profundamente esta condição. Por exemplo, ao iniciarem uma reflexão sobre de que forma a escola, enquanto instituição de educação gerida pelo sistema público, poderia participar da engrenagem enquanto produtora de desigualdades sociais? Em uma das discussões realizadas, já nos encontros finais, enquanto o grupo debatia sobre o envolvimento de muitos alunos com o tráfico e a vontade de tirá-

los daquele meio, um dos professores pontuou: *“Eu me pergunto se o nosso desespero de arrumar um emprego para esses meninos não alimenta essa ideia de que eles nunca vão chegar a lugar nenhum, de que só determinados empregos servem para eles, e se isso não mantém as coisas como estão”*.

Nos professores era possível perceber o sentimento de que eram eles os responsáveis diretos por fazer o aluno avançar nas séries de EJA e concluir o ensino fundamental, e, baseado neste fato, eles questionavam sobre o porquê de não estarem sendo capazes de realizar isso. A lógica individualista neoliberal dita que cada um de nós é o único responsável pelo próprio fracasso ou sucesso, e isso estava refletido na educação a partir deste sentimento docente; era como se cada professor ou aquele grupo de professores fosse culpado por tudo. As discussões em grupo ajudaram a decantar este sentimento e começaram a dar lugar para outros atores envolvidos neste processo bem como a pensar a instituição escola para além do trabalhador professor.

O encontro com o real institucional pôde também, em alguma medida, colaborar para a expansão dos pensamentos sobre o lugar da educação na vida dos estudantes. Afinal, para que servia a EJA? Para que eles pudessem logo arrumar um emprego no qual seriam explorados e mal pagos? Como deveriam ser as aulas e conteúdos para estes alunos, uma vez que a escola já havia falhado na vida deles? Questões que se desdobraram em outras questões e provocaram, no grupo como um todo, reflexões sobre o papel do trabalho do professor na vida daqueles alunos e sobre a função da escola na manutenção da ordem vigente.

O trabalho diário do professor era marcado também por um excesso de exigências e burocracias, outra característica neoliberal: não se pode controlar o que não é possível medir, é o que diz a máxima do discurso

produtivista. Sobre estes aspectos gestionários e que permeavam o trabalho docente, falaremos a seguir na experiência do real organizacional.

A experiência do real organizacional

Segundo Anjos (2013) o conceito de “organização do trabalho” é um dos principais dentro da psicodinâmica do trabalho e muitos estudos o utilizam para investigar sua relação com outras variáveis como: prazer, sofrimento, saúde, motivação, etc. A palavra “organização” ligada ao campo do trabalho pode ser confundida com estruturas físicas ou práticas relacionadas estritamente à gestão, por isso, é importante demarcar a compreensão para a psicodinâmica:

(...) a organização do trabalho institui a divisão das tarefas e dos homens no mundo do trabalho. Faz isso estabelecendo o prescrito e os meios de controle (fiscalização, hierarquia, procedimentos, etc.). As prescrições expressam as representações sobre a divisão do trabalho, as normas, o tempo e o controle exigido para o desempenho na tarefa; prescrição que nem sempre corresponde ao trabalho real (Anjos, 2013, p.270).

A organização do trabalho envolve aquilo que organiza, orienta e controla o trabalho. Porém, a organização do trabalho também deveria considerar o hiato entre trabalho prescrito e trabalho real. No entanto, o excesso de controle, por meio das lógicas de gestão neoliberais, tende a ocupar um lugar de soberania em relação aos fatores humanos: os processos se tornam perfeitos em si, e tudo que destoa dos índices de qualidade, normalmente indica que a falha da ação é do sujeito que executa o trabalho:

O mundo do trabalho testemunha maciçamente um processo de redução simbólica e uma abordagem de gestão do trabalho cada vez mais desconectada

das realidades, inteiramente a serviço de uma ocultação do real, do que resiste ao saber-fazer, à técnica, à dominação (Lhuillier, 2012, p. 26).

Os aspectos prescritos da organização do trabalho docente provêm, dentre outras fontes, da Secretaria Municipal de Educação. Pela hierarquia, tais orientações são transmitidas para o corpo diretivo da escola e chegam até os professores por meio de reuniões previstas na agenda escolar. Normalmente existem tarefas a serem executadas e reportadas ou entregues, como: preenchimento de fichas, realização de planejamentos, etc.

Com base nestas informações, entende-se como real organizacional tudo aquilo que provém da organização do trabalho nesta escola e que se apresenta para o professor na forma de impedimento ou resistência, criando impasses na realização daquilo que se compreende como sendo o próprio trabalho:

O real, no entanto, também se manifesta de modo intempestivo, como furo ou ruptura do prescrito. O encontro com o real coloca radicalmente em questão a aparente harmonia do ordenamento simbólico do prescrito. Evidencia-se assim, que as experiências vivas dos trabalhadores ultrapassam as prescrições que buscam apropriar-se da dimensão invisível do cotidiano do trabalho, extrapola aspectos físicos, alcança a subjetividade, as relações interpessoais e a dimensão intersubjetiva mobilizada (Ferreira, 2013, p. 249).

Para discutir as manifestações do real organizacional para os professores pesquisados, serão utilizados dois exemplos de demandas práticas do trabalho docente na EJA: i) o uso da metodologia de projetos como forma pedagógica e avaliativa; ii) as demandas referentes ao preenchimento dos diários de classe.

Em relação ao uso da metodologia de projetos, apesar de ser um dos prescritos da organização do trabalho e, portanto, um procedimento a ser

seguido para realizar as aulas, o que os professores experimentavam ao tentar aplicar esta metodologia alimentava o sentimento de fracasso. A tentativa de aplicar o método em sala e seguir as orientações dos treinamentos sobre a metodologia esbarrava em diversas questões particulares de cada turma e do contexto.

Para ajudar os professores na estruturação e aplicação desta metodologia eram realizados treinamentos oferecidos pela secretaria de educação e pude participar de um evento desses. Enquanto o conteúdo era apresentado pela instrutora, um dos professores pontuou que a metodologia não poderia ser pensada do modo tradicional: *“não é parede de concreto, isso aí é lego, temos que ter liberdade de mexer com os conteúdos”*. Apesar da colocação, a proposta da reunião, que era apresentar um modelo para os professores seguirem, permaneceu. A forma como as dúvidas eram respondidas e o próprio conteúdo transmitido, sugeria que havia uma falta de compreensão dos professores em relação à metodologia. O que parecia difícil para as instrutoras compreenderem era que as dificuldades e dúvidas relatadas pelos professores diziam sobre o real que se apresentava e impedia que aquele prescrito fosse utilizado na realidade heterogênea das turmas de EJA.

A saída encontrada pelos docentes no cotidiano de sua prática de trabalho consistia em buscar alternativas não previstas na metodologia: aulas fora de sala; atividades recreativas; gincanas; etc. Em alguns momentos, só assim era possível realizar algum trabalho com as turmas. Em uma das conversas realizadas, um professor lembrou da ocasião em que propôs uma tarefa na qual levou os alunos para o pátio e experimentou um resultado completamente diferente: *“Eu vi um menino que eu não conhecia quando fomos fazer uma atividade fora da sala de aula”* – ele mencionou, explicando que o menino era muito agitado nas aulas e o enfrentava

quando alguma tentativa de intervenção era feita. No entanto, este mesmo aluno foi o mais participativo e implicado na atividade fora de sala de aula.

E por que não realizar mais atividades fora de sala? Quando apresentei este questionamento, eles disseram sobre as necessidades burocráticas envolvidas neste processo. Não era tão simples quanto parecia propor uma atividade diferente como esta, e entre as demandas apresentadas surgiu o segundo exemplo do real organizacional: o diário de classe e a necessidade de mantê-lo atualizado.

Eles mencionaram a demanda de que todas as propostas utilizadas com as turmas fossem registradas e detalhadas em diários de classe. Havia a prescrição de seguir o conteúdo programático e cumpri-lo e parte do controle desta realização vinha através do diário de classe. O controle dos diários era feito pela secretaria municipal e existia uma cobrança em torno do correto preenchimento, atualização e reporte por conta de rasuras: os diários de classe deveriam estar preenchidos, não rasurados e como todos os conteúdos e avaliações registrados.

Sobre a imposição dos conteúdos programáticos que deveriam ser ensinados, um professor também se manifestou: *“minha aula ficaria melhor se pudéssemos ter um tempo maior para trabalhar o lúdico, sem ter que cumprir todos os conteúdos propostos pela rede”*.

Cobranças, fiscalizações e orientações que ganhavam na prática docente um status de prescrito soberano⁶ dentro do campo da educação: algo que deveria ser cumprido impreterivelmente para que os resultados pudessem ser medidos e alcançados.

A necessidade rigorosa da atualização e ordem dos diários era um prescrito que fazia emergir outras manifestações do real organizacional do trabalho com as turmas de EJA. Pois, nestas turmas se apresentavam

⁶ Prescrito que se sobrepõe a outros prescritos na busca de resultados, desabilitando outras prescrições e se colocando como um fim em si mesmo (Ferreira, 2007).

diversas questões que não se enquadravam nos prescritos do preenchimento e exigiam ajustes, rasuras e modificações, como por exemplo: atrasos de alunos, faltas, atividades planejadas que não aconteciam, alterações de notas, etc.

Aparatos burocráticos com exigência de serem cumpridos, porém diante deles os professores viam-se imersos em turmas extremamente múltiplas em relação a questões como: nível de conhecimento e escolarização (havia alunos que estavam na EJA e não sabiam ler); graves problemas sociais (alunos que sofriam violência); responsabilidades fora da escola (alunos com horário de trabalho para cumprir). Situações que demonstravam a inviabilidade de cumprir o prescrito.

Estes exemplos nos dizem sobre a importância de que os trabalhadores sejam escutados, pois são estes que atuam na base de aplicação das burocracias. Poder escutar as experiências de utilização destes prescritos talvez auxiliasse as instâncias que os criam, disseminam e controlam, na reflexão sobre o quanto estas exigências podem estar no cerne do sofrimento profissional.

Uma atuação que tenha como princípio escutar o real do trabalho poderia auxiliar em construções mais dialógicas entre gestores e trabalhadores, para que fosse possível pensar a necessidade de atualização dos prescritos a partir da experiência do real e não como tentativa de suprimir ou conter este real. Ações de contenção tendem a produzir mais instrumentos de controle, Anjos (2013, p.272) menciona o espaço público de discussão como uma aposta para transformação: “é preciso recuperar o espaço de discussão para que a discrepância entre prescrito e real não seja uma realidade estanque, mas uma dinâmica que, por meio da negociação, possa transformar o trabalho”.

Ao realizar estes apontamentos não pretendemos criar representações sobre o prescrito que o façam parecer algo a ser combatido ou

eliminado. Trabalho prescrito e trabalho real são coexistentes na concepção de trabalho e por isso, a prescrição possui seu lugar. O que se observa a partir destes e de outros exemplos que encontramos no mundo laboral, é que há um protagonismo exagerado do controle e da norma diante de outras variáveis essenciais ao trabalhador e à sua saúde.

O sucesso do trabalho capaz de ser medido estritamente por índices de produtividade é uma realidade empresarial que já tomou o campo da educação e permeia as escolas e suas práticas. Isso se engendra com a lógica mencionada anteriormente da individualização do fracasso, movimento que faz com o que professor se veja como responsável direto por todas as falhas que aparecem em sala de aula, nas notas, avaliações, etc.

Diante do controle produzido também pelos discursos de produtividade, o real organizacional poderia facilmente ser mascarado ou capturado pelos índices, afinal, quanto mais rígidas as normatizações, menos espaço há para as afetações causadas pela experiência do real. Por conta de todas as especificidades das turmas de EJA, o real organizacional se relaciona muito fortemente com o próximo aspecto que abordaremos: o real social. No cotidiano destes docentes o real social tocou muitas vezes o real organizacional, oferecendo ali uma pista para a impossibilidade de seguir rigidamente a prescrição.

A experiência do real social

Se a professora pergunta o que elas querem ser quando crescerem, elas se calam. E depois, falando baixinho, confessam: ser mais branca, cantar na televisão, dormir até meio-dia, casar com alguém que não me bata, casar com quem tem automóvel, ir para longe e que nunca me encontrem. E eles dizem: ser mais branco, ser campeão mundial de futebol, ser o Homem-Aranha e caminhar pelas paredes, assaltar um banco e não trabalhar nunca mais, comprar um restaurante e comer sempre, ir para longe e que nunca me encontrem.

Não vivem a grande distância da cidade de Tucumán, mas não a conhecem nem de vista. Vão para a escola a pé ou a cavalo, dia sim, dia não, porque fazem rodízio com os irmãos no uso do único avental e no único par de alpargatas. E o que mais perguntam para a professora é: quando chega o almoço? (Galeano, 2004, p. 62).

A experiência do real social atravessou todo o percurso do trabalho de pesquisa, e se tornou sem dúvida alguma, o ponto mais dolorido desta escrita. Lembrar as situações extremamente difíceis vividas por muitos alunos e seus familiares e pensar nas consequências delas, é um processo inevitável. E isso me leva imediatamente à reflexão sobre as doses diárias de coragem que os professores precisavam ter para enfrentar esta rotina junto com seus alunos.

Em todos os encontros realizados com os professores e em cada momento que estive presente durante as observações de atividades, as necessidades sociais daquela comunidade estavam de algum modo presentes e sendo colocadas. Não houve um dia sequer, no contato com a escola que estas questões não eram apontadas como causa de angústias. No entanto, elas provocavam também mobilizações diversas: professores e funcionários engajados em montar cestas básicas para famílias em situação de fome; professores que saíam para visitar alunos já faltosos há muitos dias e voltavam com pedidos de ajuda; intermediações com a defesa civil por conta de casas que estavam prestes a desabar, etc. Pedidos de socorro vindos de todos os cantos, problemas de necessidades e cuidados básicos: fome, higiene, moradia, vestuário.

Outro problema frequente na rotina da escola era a violência. Muitos alunos se encontravam em situação de violência familiar, além de outras, [violências] causadas por legislações próprias do movimento do tráfico de drogas. Havia crianças em situação de abandono, pois os pais eram usuários de drogas ou se encontravam presos. Essas, ou passavam boa parte

do tempo sozinhas em casa e sem cuidados de adultos, ou ficavam perambulando em casas de vizinhos e parentes. Situações de ausências intensas e extremas que no cotidiano repercutiam e se concentravam no espaço da sala de aula.

Nesse cenário, os professores, no contato com os alunos e esses dilemas, reivindicavam ajuda da secretaria de educação para buscar soluções e apoio no encaminhamento dos mesmos. Muitas vezes a orientação dada era que os pais dos alunos fossem chamados para uma conversa com a direção da escola ou a coordenação pedagógica. No entanto, muitos pais nunca compareciam, pois se encontravam também em situações de precariedade.

Todos estes problemas apareciam com maior frequência nas turmas de EJA. Os alunos desta modalidade, por serem mais velhos, estavam envolvidos em situações como: tráfico, gravidez na adolescência, necessidade de trabalhar para ajudar a família, etc. Praticamente todos os alunos possuíam sérios problemas em suas histórias de vida, e isso surgia com frequência no dia a dia em sala de aula: alunos agitados que chegavam alcoolizados ou sob o efeito de drogas; muito abatidos por conta de problemas com alimentação; agressivos em função de problemas familiares envolvendo abuso; alunos que precisavam cuidar da casa e dos irmãos menores e por isso se atrasavam constantemente. Marcas e cicatrizes de uma dor que atravessava gerações e permanecia ali, dolorida, exposta. Compartilho aqui um trecho de meu diário de campo, pois penso que ele dê mais concretude ao que, aos tropeços, tento dizer:

Particpei de uma roda de terapia comunitária realizada na escola com pais de alunos e professores, naquele encontro apenas dois professores da EJA estavam presentes. Em roda, a terapeuta que conduzia o processo perguntou se algum de nós gostaria de compartilhar sua história, explicou brevemente os princípios da terapia comunitária e abriu o espaço para a fala. Uma das professoras da

EJA levantou a mão, acenando que gostaria de compartilhar e logo em seguida uma senhora bem magrinha, miúda mesmo, negra e com a voz quase imperceptível levantou timidamente os dedos e disse: “eu gostaria também de falar sobre a minha história”. Neste momento, a terapeuta explicou que quando duas ou mais pessoas manifestam interesse em falar, existe uma negociação do grupo para decidir quem iria compartilhar, dado que o tempo que tínhamos era restrito. A professora, então, cedeu o espaço, dizendo que gostaria que aquela senhora falasse, e todo o grupo concordou com a escolha. Cada pessoa é um mundo diferente. E eu fui sendo levada para um novo lugar à medida que Elizete contava sua história. Eu e todos ali, minutos depois dela dizer as primeiras palavras, estávamos consternados com tamanha coragem de partilhar histórias tão sofridas de uma vida. Histórias marcadas por dor, violência, perdas e muito pouco espaço de amor e sonho. Depois que contou todo o percurso de sua infância, trabalhando desde os seis anos de idade na casa da família que a “adotou” e comendo restos de comida, porque a família não a alimentava, a terapeuta pediu que ela se lembrasse de um momento feliz da vida e que partilhasse o que sentia. O silêncio durou bons minutos até que ela disse que não se lembrava de momento feliz nenhum, que até poderia dizer que o momento de felicidade foi o nascimento da filha dela, mas que se sentia muito triste e infeliz porque acabara de perder essa filha de uma doença que não pôde ser tratada por falta de recursos. Naquele momento, ela disse que tinha mais um filho que estudava na escola, e também tinha seu neto, e então desabou num choro profundo. Minha sensação era de que o mundo tinha se calado naquele momento, eu não ouvia nada além dos ecos daquela dor (Diário de Campo, 2016).

Ao final desta roda terapêutica, pude registrar outro momento de reflexão acerca deste real social brutal e insistente naquela escola: a importância da partilha, da fala e da escuta, no processo de aprendermos a olhar o outro, sua história, suas dores, e assim, poder de fato escutar o que querem nos dizer. A professora da EJA (que também manifestou interesse em falar) se levantou, foi até aquela senhora e elas se abraçaram demoradamente. Depois do gesto, a professora agradeceu publicamente a

coragem de Elizete em partilhar sua história dizendo que depois de ouvi-la se sentia mais próxima de seus alunos e mais capaz de compreendê-los.

Os problemas sociais com os quais os professores da EJA se deparavam diariamente exibiam a face de real avassalador, que rompia os prescritos e se instaurava no espaço da escola e da sala de aula. Diante da força com que este real irrompe, ele passa a tecer caminhos e a constituir uma forma de trabalho para os professores. As dúvidas sobre como trabalhar conteúdos, ou como seguir as prescrições burocráticas e metodológicas – apontadas anteriormente nas outras dimensões do real do trabalho – se dissolviam diante da necessidade urgente de oferecer um espaço de atenção para as dores que se apresentavam.

Um trabalho que envolvia cuidado com a vida dos alunos e instituía uma ética própria àqueles que precisavam constantemente lidar com diversas faces da precarização do mundo social: a ética do cuidado. No movimento de acolhida eles afirmavam um trabalho que, diante da impossibilidade de cumprir o prescrito do ensino, colocava a vida como principal referência a ser respeitada, ou seja, a questão fundamental da educação e do trabalho.

O que um professor deveria fazer ao entrar na sala de aula e observar uma aluna chorando compulsivamente no canto da sala? Creio que seja importante mencionar que observar este choro já marca certo modo de cuidado, em um universo educacional dominado por lógicas de anestesia da vida, talvez este choro sequer existisse. No relato desta cena que aconteceu na escola, o professor disse que foi até a aluna, levou-a para uma conversa fora de sala e nesta conversa ouviu que ela teria sido abusada sexualmente no dia anterior.

O real do social coloca em questão os prescritos da docência e uma questão recorrente desses professores a si próprios: *“a gente faz o quê? ensina conteúdo ou acolhe estes alunos?”*

O conflito ético entre cumprir as exigências prescritivas se mostrou presente no diálogo com os professores, no entanto as urgências que o real social impunha instaurava para eles um novo campo normativo ao qual podemos nos referir como uma espécie de normatividade vital: o amparo e cuidado com a vida daqueles para quem muitos direitos e cuidados eram constantemente negados:

Cada um de nós fixa suas normas ao escolher seus modelos de exercício. A norma do corredor de fundo não é a mesma do sprinter. Cada um de nós muda suas próprias normas, em função da idade e de suas normas anteriores. A norma do antigo sprinter não é mais sua norma de campeão. É normal, isto é, conforme a lei biológica do envelhecimento, que a redução progressista das margens de segurança acarrete a diminuição dos níveis de resistência às agressões do meio. As normas de um velho seriam consideradas como deficiências do mesmo homem quando adulto. Esse reconhecimento da relatividade individual e cronológica das normas não representa um ceticismo diante da multiplicidade, e sim, tolerância diante da variedade. No Ensaio de 1943, chamamos de normatividade a capacidade biológica de questionar as normas usuais por ocasião de situações críticas, e propusemos medir a saúde pela gravidade das crises orgânicas superadas pela instauração de uma nova ordem fisiológica (Canguilhem, 2012, p. 232).

Quando o professor entra em sala para começar uma aula e precisa interrompê-la, pois se depara com o abuso, a violência, a fome, e outros problemas, é possível dizer que estamos diante de uma resistência ao fazer, algo que intercepta o trabalho e convoca a uma ação que não está especificada no prescrito do trabalho docente. O que fazer diante dessas situações passa pela experiência de cada professor no contato com este afeto, e entre os professores que fizeram parte desta pesquisa, ainda que tomassem ações distintas, era possível observar uma atitude comum: os gestos de escuta e acolhida diante do real social.

Para buscar alternativas e tentar auxiliar os alunos, muitas vezes os professores utilizavam o espaço da sala de aula e o tempo da aula. Não era raro que o problema demandasse a busca por auxílios fora da escola, através de uma ligação, um e-mail, etc. O efeito disso sobre o trabalho prescrito viria em algum momento, pois muitos professores relataram que diante destas necessidades sentiam que o trabalho de ensinar ficava sempre em segundo plano.

No final do ano, quando precisavam preencher as burocracias dentro dos moldes prescritivos, o que configurava o sucesso ou o fracasso do trabalho docente na EJA (para a secretaria de educação e órgãos fiscalizadores) eram índices como: quantidade de aprovações; notas das avaliações; diários preenchidos no prazo correto, etc. E, ainda que estes professores compreendessem a dificuldade de obterem sucesso com estes índices em um contexto tão adverso, eles se sentiam parte desse “fracasso”.

O sentimento que restava depois de um fim de ano cheio de reprovações e evasões, por exemplo, era de que eles não souberam como realizar o trabalho com as turmas da EJA. Mesmo realizando tantas coisas e trabalhando exaustivamente para ajudar os alunos a vencerem suas dificuldades, quando se viam diante das imposições do prescrito sentiam como se não soubessem realizar o trabalho com as turmas.

Em um dos momentos da pesquisa, enquanto escrevia em meio à pilha de livros do meu lado, entre uma pausa e outra, li a notícia de que as aulas na escola foram canceladas, pois um comando rival do tráfico queria assumir o morro. Fiz contato com a diretora da escola e ela me disse que estavam acontecendo tiroteios o tempo todo e vários alunos estavam assustados, chorando. O real do social não cansa de dizer, a “proximidade do real” (Ferreira, 2014, p. 717) invade a escola: ontem, hoje, enquanto eu

estava lá, enquanto os professores trabalham. Enquanto escrevo. Todo dia, o tempo todo.

E a cada invasão do real social são os professores, aqueles que os alunos encontram para ouvi-los, abraçá-los, chorar com eles e buscar modos de enfrentamento para as inúmeras adversidades. Arrisco dizer, com a propriedade de ter experimentado momentos em que estes alunos receberam amparo de seus professores, que não há índice escolar capaz de mensurar a importância que estes gestos de acolhida possuem para a educação.

O que deveria nos causar tristeza é pensar que o modelo de gestão educacional se tornou tão visceralmente empresarial, que é incapaz de compreender o que existe para além dos números. Esta incapacidade não permitirá, aos meios cegos de controle, acessar a educação que acontece nos olhares, nas lágrimas, nas mãos estendidas, nos abraços e nas palavras que a todo momento e de diversas formas dizem: *“eu sou professor e estou aqui por você”*. E que ao dizerem isso, sustentam o insustentável e realizam o que é da ordem do imensurável.

Considerações finais... reflexões infinitas....

O real do trabalho e todas estas dimensões, revelam o que os processos e números não comportam e impossibilitam compreender. E uma questão importante que a experiência nesta escola gerou como reflexão para nos ajudar a pensar o trabalho em outras categorias profissionais e em outros contextos, é que o real social, como este intempestivo muitas vezes cruel, possibilitou a aproximação com demais dimensões do real do trabalho, ou seja, pelo real social pudemos acessar aspectos relevantes do real institucional e organizacional.

Estas dimensões apontaram também, através dos exemplos práticos citados, o quanto a lógica neoliberal e suas estratégias de competitividade

pautadas em índices puramente numéricos são nocivas à prática educacional e precarizam as relações que os professores estabelecem entre seus pares, com a gestão, com os alunos, e com seu próprio trabalho. E quão perturbador pode se tornar um trabalho regido por mecanismos que servem ao neoliberalismo.

É importante reafirmar também que a promoção de espaços de discussão do trabalho é uma ação importante que permite ao trabalhador acessar e elaborar as experiências de encontro com o real. Os encontros realizados com os docentes da educação de jovens e adultos configuraram-se um espaço inédito de protagonismo dentro da rotina escolar no qual eles verbalizaram tudo aquilo que desejavam dizer sobre o trabalho.

A partir das reflexões tecidas sobre a instituição e organização do trabalho foi possível colocar em questão as práticas burocráticas enrijecidas e olhar para elas de modo mais crítico, localizando assim, para além de si, algumas responsabilidades sobre o fracasso dos alunos da EJA. E ainda que em alguns momentos este sentimento de fracasso voltasse a ser interiorizado individualmente, uma vez partilhado, era possível sentir abrandar seu peso.

Encerro com algo que considero ser uma potência do pensamento acerca do real do trabalho: pensar a experiência do real como experiência de saúde, uma vez que ela nos coloca em movimento e nos faz criar meios de transformar o trabalho. Em um momento no qual o mundo do trabalho promove diversos tipos de anestesia do viver e do sentir, é importante reafirmar as experiências de encontro com aquilo que nos afeta, nos toca, e deste modo nos lembra de que estamos vivos. O desejo de acessar o real do trabalho por meio da escuta dos trabalhadores, também nos impulsiona na construção de espaços onde isso seja possível. Talvez seja este, um ciclo importante para apontar os furos dos prescritos rígidos e discutir suas atualizações.

Referências

- Anjos, F.B. (2013). Organização do trabalho. In: Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. (Orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp 267-273). Curitiba: Juruá.
- Brunel, C. (2008). Jovens na EJA: um fenômeno dos anos 90. In: C. Brunel, *Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos* (2ª ed., pp. 19-26). Porto Alegre: Meditação.
- Canguilhem, G. (2009). Doença, cura, saúde. In: G. Canguilhem, *O normal e o patológico* (6ª ed., pp. 71-80). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, Trabalho e Ação. *Produção*, 14 (3), 27-34.
- Dejours, C. (2005). Da tecnologia ao conceito de trabalho. In: C. Dejours. *O fator humano* (M. I. Betiol, & M. J. Tonelli, Trads., 5ª ed., pp. 39-46). Rio de Janeiro: FGV.
- Dejours, C. (2007a). A mentira instituída. In: C. Dejours, *A banalização da injustiça social* (pp. 61-70). Rio de Janeiro: FGV.
- Dejours, C. (2007b). Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: A. M. Mendes, S. C. Lima, & E. Facas, *Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 13-27). Brasília: Paralelo 15.
- Esteve, J. M. (1999). *O mal-estar docente*. Bauru: EDUSC.
- Facas, E., Silva, L. M., & Araújo, M. A. (2013). Trabalhar. Vieira, F. D., Mendes, A. M., Merlo, A. R. (Orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 461-465). Curitiba: Juruá.
- Ferreira, J. B. (2011). *Do poema nasce o poeta. Criação literária, trabalho e subjetivação*. Rio de Janeiro: 7 letras.

- Ferreira, J. B. (2013). Real do trabalho. In: Vieira F. D.; Mendes, A. M.; Melo, A. R. (Orgs). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 343-350). Curitiba: Juruá.
- Ferreira, J. B. (2014). Sobrevivências, clandestinidades, lampejos: o trabalho vivo da criação literária. *Fractal*, 26, 715-728.
- Ferreira, J. B. (2017). Espelhos partidos têm muito mais luas: por uma poética das formas-de-vida. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 7(2), 235-244.
- Galeano, E. (2004), *Bocas do tempo*. Porto Alegre: L&PM.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996)*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 1996. Recuperado em 05 de setembro, 2019, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Lhuillier, D. (2011). Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: Bendassolli, P.F; Soboll, L.A (Org). *Clínica do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade* (pp 22-58). São Paulo: Atlas S.A.
- Lhuillier, D. (2012). A invisibilidade do trabalho real e a opacidade das relações saúde-trabalho. *Trabalho & Educação*, 21(1), 13-38.
- Mendes, A.M; Duarte, F.S. (2013a). Notas sobre o percurso teórico da psicodinâmica do trabalho. In: *Prazer e sofrimento no trabalho docente* (pp 13-24). Freitas, L.G (Coord). Curitiba: Juruá.
- Mendes, A.M., Duarte, F.S (2013b). Mobilização Subjetiva. In: Vieira, F. D., Mendes, A. M., Melo, A. R. (Orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp 263-266). Curitiba: Juruá.
- Moura, D. H. (2005). Algumas considerações críticas ao programa de integração da educação profissional ao ensino médio, na educação de jovens e adultos - PROEJA. *II Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares: impasses, tendências e perspectivas* (pp. 485-490). João Pessoa: UFPB.

Ribeiro, R., & Cacciamali, M. C. (2012). Defasagem idade-série a partir de distintas perspectivas teóricas. *Revista Economia Política*, 32 (3), 497-512.

Sibila, P. (2012). *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Traesel; E.; Merlo, A.R.C. (2013). A psicodinâmica do trabalho docente no contexto de uma escola pública do Rio Grande do Sul. In: *Prazer e sofrimento no trabalho docente* (pp. 129-148). Freitas, L.G (Coord). Curitiba: Juruá.

Reconhecimento no trabalho como resistência às capturas organizacionais: um estudo com agentes de segurança socioeducativa

Leandro de Oliveira Abreo¹

As transformações no mundo do trabalho apontadas por Antunes (2009), a partir da década de 70, impuseram uma lógica de mercado que reivindicou flexibilização dos processos de trabalho e de acumulação do capital, resultando em um devastador processo de demissões em massa, extinção de postos de trabalho e precarização do trabalho. Direitos conquistados ao longo de décadas nos diversos movimentos sociais foram, e têm sido, desabilitados em nome da razão econômica e financeira, impondo lógicas perversas de silenciamento e anulação da mobilização coletiva.

Desse contexto, emergiu um forte movimento de vulnerabilização, descoletivização e insegurização no campo social como um todo. Os diversos tipos de vínculos trabalhistas decorrentes da precarização (como a terceirização, trabalho temporário ou por produção etc.) e da constante ameaça de demissão produzem um sentimento generalizado de incerteza, insegurança e instabilidade nos ambientes de trabalho (Castel, 2013).

Neste panorama capitalista neoliberal, as organizações têm desenvolvido práticas que fomentam a fragmentação dos coletivos, das resistências,

¹ Psicólogo e Mestre em Psicologia pela UFRJ. Integrante do Núcleo Trabalho Vivo - Estudos e Pesquisas em Arte, Trabalho e Ações Coletivas, vinculado ao curso de graduação e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Psicólogo, pesquisador e docente na Verso - Saúde Mental e Trabalho. Tem experiência em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia aplicada à Segurança do Trabalho e Saúde e Trabalho, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. E-mail: abreo.leandro@gmail.com.

dos laços éticos de solidariedade e de confiança. Como efeito, são produzidos trabalhadores insensibilizados, alienados e colaboradores ativos das demandas institucionais. O trabalho, que deveria ser um espaço de promoção da saúde, de suporte social e de construção de vínculos, tem se tornado, para muitos, uma fonte de sofrimento, adoecimento e um fardo que garante a sobrevivência através de uma remuneração.

No entanto, nem todos os trabalhadores vivem esses processos organizacionais pela relação da alienação, captura e opressão institucional. Muitos elaboram formas de resistência aos instituídos organizacionais, ainda que pequenas e temporárias, em busca do sentido do trabalho e de vivências de prazer e saúde. Uma dessas formas é através da criação de espaços que promovam o reconhecimento no trabalho.

Criar rupturas em um contexto organizacional de intensificação dos processos de coisificação das relações humanas, de silenciamento e de vivências de solidão através da busca pelo reconhecimento e de sentido do trabalho é, sim, um movimento de resistência.

Desta forma, este capítulo se propõe a realizar um debate sobre as formas de resistência no trabalho, através de processos vinculados ao reconhecimento, frente às lógicas de precarização e de captura da organização do trabalho. Para essa discussão, foram elucidados movimentos de captura e de resistência de agentes de segurança socioeducativa que trabalham no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE)².

Os dados aqui apresentados representam um recorte de uma pesquisa abrangente³ que ocorreu entre 2013 e 2015 e tencionou uma

² O DEGASE é responsável pela execução das medidas socioeducativas, no Estado do Rio de Janeiro, aplicadas pelo poder Judiciário aos adolescentes que cometeram algum ato infracional. As unidades de internação desse órgão, local onde ocorreu a pesquisa, acolhem adolescentes que receberam medidas socioeducativas de privação de liberdade, ou seja, ficarão internados durante o cumprimento de sua medida.

³ A pesquisa fez parte de um projeto de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que desenvolvia atividades dentro do DEGASE. Parte dos dados resultantes do projeto foram analisados e discutidos na dissertação de mestrado do autor. Foram utilizados os princípios metodológicos da pesquisa-intervenção, com destaque para o método da cartografia (Passos; Kastrup & Escóssia, 2009) e os dados foram explorados a partir dos

investigação sobre os principais aspectos que compõem o trabalho desses profissionais.

Capturas e precarização no trabalho

Os métodos gerencialistas das organizações do trabalho (Gaulejac, 2007) têm despendido grandes esforços na disciplinarização da mão de obra. Os dispositivos disciplinares (Foucault, 2003) utilizados centram-se no corpo como máquina (anátomo-política), assegurando a produção e ampliação de seres dóceis e úteis que garantam e corroborem para as formas de dominação da organização. São engendrados mecanismos de controle eficazes, difusos e pouco presenciais que passam a atuar na própria produção desejante das pessoas e as insere e as adapta ao modo de funcionamento organizacional. Fazem acreditar que o que sentem, precisam e anseiam é algo próprio, levando-os a reproduzir, atuar e colaborar com as demandas organizacionais. “Vestir a camisa”, “Colaborar com o crescimento”, “Motivação no trabalho” e “Resiliência” são as palavras de ordem e de captura do momento. Para Soboll (2007) é nessa malha em que se atualizam os diversos mecanismos disciplinares que são evidenciadas as origens da submissão, da adesão e da obediência.

Aqueles que não dispõem de formas de resistência, ou após sucessivas tentativas fracassadas desta, muitas vezes cedem às capturas e passam a interiorizar a “ordem”. Convém utilizar as estratégias defensivas da cegueira, surdez e silêncio (Dejours, 2007a) para negar a injustiça infligida aos colegas de trabalho e calar seu próprio sofrimento. A lógica organizacional tende a demandar corpos alienados, individualistas e competitivos geridos pelo medo. Mecanismos perversos de assédio moral interpessoal e

referenciais da psicologia jurídica crítica, psicodinâmica do trabalho e da análise institucional. Entre os anos de 2013 e 2015, foram realizadas quatro atividades junto aos agentes, sendo elas: a) oito encontros em grupo com os agentes; b) 36 entrevistas acompanhadas do Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART). Na fase de restituição dos dados, foram realizados: c) quatro encontros em grupo; e d) 49 conversas individuais e em pequenos grupos (Abreo, 2017).

organizacional (Soboll & Gosdal, 2009), que, além de naturalizados e banalizados, são reconhecidos e elogiados por muitos.

A intensificação dos processos de objetificação do ser humano e das relações de trabalho – vinculados ao individualismo, desconfiança e acirramento da competitividade –, bem como a banalização das violências psicológicas, convocam o sentimento desintegrador de “cada um por si” e têm levado, como apontou Ferreira (2009), ao surgimento de diversas patologias contemporâneas relacionadas ao trabalho, como as relacionadas ao silêncio e à solidão. Depressão, angústia, ansiedade, pânico, transtornos de personalidade e alimentares, medicação excessiva, suicídio são algumas delas. São resultado, muitas vezes, da dificuldade de construir movimentos micropolíticos de resistência e que conduzem a processos de alienação social do trabalho favorecidos pela perda de força do coletivo, desestruturação dos vínculos de solidariedade e cooperação e impedimentos à singularidade e autonomia.

O trabalho, que deveria representar fonte de prazer, bem-estar e saúde, tem-se tornado um fardo pesado que garante somente a sobrevivência – ou a sobrevida – de profissionais através de sua remuneração.

No entanto, ao explorar o trabalho dos socioeducadores, é importante observar não apenas as lógicas de dominação e captura da subjetividade mas, também, como aponta Nardi (2006), as formas de resistência, transgressões e as possibilidades de criação de outros modos de trabalhar, produzir e operar as situações de trabalho que promovam um fazer com sentido. Buscamos, assim, indagar também as formas de resistência que esses trabalhadores têm desenvolvido para conseguir lidar com ambientes de trabalho alienantes que buscam a modelação e silenciamento de seus colaboradores.

As resistências no trabalho

Trabalhar não é uma relação individual. Sempre se trabalha para alguém ou com alguém. Trabalhar não é somente produzir, mas também conviver, viver junto sempre numa relação com o próximo, quer queira, quer não (Dejours, 2004, 2007b). Nesse sentido, o “*com-viver*” precisa ser não patológico, mas saudável e harmonioso. É preciso ir de encontro às práticas hegemônicas gerencialistas e seguir vias de resistência, como ações que promovam a cooperação, o reconhecimento e os espaços coletivos de discussão. Enfim, ações que produzam vida eticamente qualificadas. Que tal pensamento seja uma utopia no contexto atual, entendemos que esse deve ser o horizonte das práticas críticas daqueles que lidam com o trabalho.

Tratamos a noção de resistência, aqui, não em sua maneira generalista, isto é, uma grande greve, revolução ou a “Grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário”, tal como apontou Foucault (2010, p. 91). A resistência, aqui, é tomada em seu sentido plural e múltiplo. São pontos de resistência e de transgressão. Como bem descreveu o autor, estas são “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição” (Foucault, 2010, p. 106). São movimentos próximos aos descritos por Hakim Bey (n.d.) quando propôs a noção de Zona Autônoma Temporária (TAZ). Ou seja, microrrevoluções que surgem em dado momento como forma de resistência, mas se desfazem para refazer-se em outro tempo e lugar, normalmente operando na invisibilidade dos movimentos de captura hegemônicos.

A palavra *sacrifício* é, aqui, sublinhada considerando a comum dificuldade – ou até impossibilidade – de implementação de ações voltadas para a construção de laços de confiança, solidariedade e espaços coletivos

de discussão dentro das organizações que viabilizem o reconhecimento no trabalho. Quantas reuniões para falar sobre afeto, anseios e assumir erros e dificuldades você já viu em organizações? O discurso de que tais encontros são “perda de tempo”, que “atrapalha o trabalho” são comuns e rapidamente corroídos pela estrutura organizacional. Temos visto que iniciar ações como esta requer grande e contínuo investimento dos trabalhadores representando, em última instância, um *sacrifício*.

Considerando a intensidade das capturas organizacionais que conduzem os trabalhadores para a alienação e sedimentação de estratégias defensivas, a busca por tornar visível o saber-fazer, a criatividade e o esforço para que possam ser reconhecidos já é, por si, um ato de resistência. Isso só é possível pela existência de laços de confiança dentro de um coletivo de trabalho em que seja possível estabelecer relações de cooperação e criação de um espaço público de discussão para tratar de processos de trabalho, dificuldades e sentimentos. São formas de transgressão que tentam afastar a solidão e a invisibilidade social, tão comuns no mundo do trabalho atual.

Caminhar pelas fendas é o que tem sido possível. As formas micro-políticas de resistência, como mesmo apontou Foucault (2010), são e precisam ser distribuídas de maneira irregular, móveis e transitórias, com maior ou menor densidade no tempo e no espaço, engendrando insurgências de grupos ou indivíduos, bem como seus rompimentos e reagrupamentos. Uma pessoa que emite publicamente uma crítica à organização, um grupo que reivindica melhores condições de trabalho, pessoas que anunciam práticas adoecedoras estão, por exemplo, transgredindo o silenciamento organizacional alienante. Ainda que sejam abafados e reprimidos, emergem como pontos de resistência e têm efeitos imensuráveis, tal como poder afetar demais colegas, gerar abaixo-assinados, provocar reflexões entre outros. Isso nos mostra que sempre haverá, de maneira

mais custosa ou suave, uma maneira de se relacionar na via da criação, da ruptura e da transgressão.

As relações de poder, as formas de captura da subjetividade, seus pontos de aplicação e métodos só poderão ser compreendidos, evidenciados e visibilizados a partir da análise das formas de resistência e dos esforços de enfrentamento de indivíduos e grupos (Foucault, 2014). “Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, trata-se de analisar as relações do poder por meio do enfrentamento das estratégias” (p. 121). Nessa esteira, Lourau (2004) propõe que é a crise na instituição que permitirá sua análise. Em suma, a análise de determinada organização – os instituídos, as práticas mortificantes e as estratégias coletivas de negação do sofrimento que estão comumente silenciosas e não ditas – só será possível na eclosão de uma crise, de algo que evidencie a estrutura do aparelho. Um acidente de trabalho, o adoecimento de um colega, uma demissão, um surto, um suicídio são exemplos de crises que infelizmente acontecem diariamente.

Essas afirmações são consubstancializadas ao observarmos que, na pesquisa realizada, apesar das lógicas de captura presentes na unidade de internação do DEGASE, os trabalhadores transgrediam e construía formas de reconhecimento no trabalho. Esses movimentos de resistência revelam a árdua possibilidade de um trabalho com sentido, vivo e criador que gere não somente momentos de prazer, mas também situações de saúde.

Reconhecimento como resistência

Quando é possível engendrar espaços ou processos que possibilitem o reconhecimento e visibilidade dos esforços do trabalhador em contribuir com a organização do trabalho, este tende a experienciar o sofrimento por uma via prazerosa. Esse reconhecimento atua na atribuição de sentido do

trabalhador sobre seu trabalho e na realização de si mesmo. No entanto, na ausência de tais processos, o sujeito tende à desmobilização e desengajamento nas situações de trabalho, correndo o risco de criar estratégias defensivas em razão deste não conferir mais sentido à sua experiência de sofrimento diante da realidade (Gernet & Dejours, 2011).

A palavra reconhecimento é derivada do latim *recognoscere* (re, “outra vez” e *cognoscere*, “saber junto”), o verbo re-conhecer indica, assim, “conhecer novamente com o outro”, ou seja, juntos. É uma confirmação do olhar do outro pelo julgamento do *fazer*, do trabalho realizado, e não sobre a pessoa em si (Dejours, 2007b, 2012). De maneira conceitual, na dinâmica do reconhecimento, o sujeito realiza uma contribuição para a organização do trabalho - através de seu engajamento, mobilização da inteligência, transgressão das regras - e espera que haja uma retribuição pelo seu esforço.

É fundamentalmente uma retribuição de natureza simbólica esperada pelo sujeito a partir da contribuição e engajamento investidos na organização do trabalho. A dinâmica do reconhecimento é, então, o processo da contribuição-retribuição. Mendes (2007) explica que é um processo que valoriza o esforço e o sofrimento do trabalhador diante da multiplicidade de divergências e interesses para a realização da atividade. As formas de reconhecimento no trabalho são essenciais para a saúde mental, e é esperado por todos os trabalhadores (Dejours, 2007b). Para este autor, retribuição simbólica é a mais valiosa e é o meio pelo qual “o sofrimento pode ser transformado em prazer no trabalho” (p.21). De modo geral, é uma situação que visibiliza o esforço e o sofrimento do sujeito face às múltiplas divergências e interesses para a realização da atividade (Mendes, 2007).

Quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido. Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição à organização do trabalho, mas também fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento. (Dejours, 2007a, p. 34)

A potência da dinâmica do reconhecimento está, para o autor, na ultrapassagem do obstáculo da invisibilidade do trabalho, uma vez que confere aos trabalhadores um pertencimento a uma equipe e a um coletivo e a produção de sentido no seu fazer (Dejours, 2004). É nesse sentido que a coletivização do trabalho se faz importante para que este processo seja efetivado.

A psicodinâmica aposta no espaço público de discussão entre trabalhadores como lugar central para que o processo de reconhecimento seja efetivo, uma vez que permite visibilizar, conhecer e partilhar as descobertas e criatividade. Quando o debate coletivo é legitimado e validado por todos os presentes, os trabalhadores sentem-se confortáveis para expor as dificuldades, emoções, erros e acertos; o que fez e o que não fez sem medo de sofrer represálias. Esta ação é uma via importante para reduzir a discrepância entre a organização prescrita e a organização real. Em suma, quando é possível inventar, criar, fazer diferente, de forma que o sofrimento seja experimentado por uma via criativa e transgressora tornando visível sua experiência e seu saber-fazer, o sujeito constrói um sentido à sua vivência de trabalho e transforma o sofrimento em prazer.

Segundo Dejours (2004), essa tentativa de compatibilizar e evidenciar os estilos de trabalho de cada sujeito requer o engajamento de cada trabalhador no debate coletivo, testemunhando sua experiência e visibilizando seu saber-fazer, habilidade e modos operatórios. Não é uma tarefa

simples. Renunciar a certas prescrições ou opiniões nem sempre é consenso. Para a construção de “regras de ofício” e “acordos normativos”, é importante que todos abdicuem um pouco de seus gostos e desejos em favor do coletivo e do “viver junto”.

Merlo, Bottega e Magnus (2013) consideram que, na ausência de um espaço público de discussão nas organizações de trabalho, os trabalhadores não são reconhecidos como sujeitos passíveis de intervenção em seu trabalho, levando-os ao embotamento pessoal e à crença de que seu sofrimento é de ordem individual. Em outros casos, esses sujeitos não encontram eco entre seus pares, muitas vezes já adoecidos, resultando em um gradual silenciamento. Sofrimento torna-se produtor de mais sofrimento, num círculo vicioso capaz de desestruturar, desestabilizar o agente e levá-lo ao adoecimento (Dejours, 2007b).

É nesse sentido que o reconhecimento no trabalho, ou melhor, a dinâmica de contribuição e retribuição, se mostra como uma situação temporária de resistência diante de organizações extremamente adoecedoras que, através de práticas de captura da subjetividade, buscam o silenciamento, a docilidade dos trabalhadores e, ainda, o manejo do desejo. Em um contexto que a tendência é a desmobilização e desengajamento nas situações de trabalho, conduzindo os trabalhadores ao uso de estratégias de defesa individuais e coletivas por não conseguir ressignificar o sofrimento por uma via eticamente saudável, conseguir gerar espaços coletivos de debate a fim de gerar ações de reconhecimento é, sim, uma forma de resistência.

Dejours (2012) aponta o reconhecimento como um processo que passa por uma construção rigorosa de julgamentos que ocorrem a partir do trabalho realizado. Para que isso seja possível, é fundamental transpassar os elementos organizacionais que produzem a invisibilidade do trabalho, como a gestão pelo medo, competitividade extremada, práticas

assediadoras, rigidez organizacional etc. O autor descreve que “assim que o trabalho efetivo acede à visibilidade, então, aí, o reconhecimento se torna possível” (Dejours, 2004, p. 33).

Foi com essa perspectiva teórica que buscamos, na pesquisa junto aos agentes, analisar os movimentos de resistência, pela via do reconhecimento, em um ambiente potencialmente adoecedor e alienante.

Os agentes socioeducativos

Os agentes de segurança socioeducativa⁴ do DEGASE ocupam esse cargo através de concurso público estadual. Sua principal função é promover a socioeducação dos adolescentes em conflito com a lei, assisti-los em suas diversas atividades dentro das instalações deste órgão, além de manter a ordem e a disciplina no interior dessas mesmas instalações. Por exemplo, são eles que levam os adolescentes para as atividades, aulas, atendimento com os técnicos da instituição, igreja, enfermaria etc. Também realizam o transporte dos adolescentes às instituições externas como hospitais, fóruns e delegacias, bem como outras unidades do DEGASE. Ademais, também é a sua função impedir fugas, rebeliões, desordens e, ainda, promover algumas ações recreativas.

Foi observado que essas atividades são dificultadas em razão, principalmente, da histórica precarização das condições de trabalho: as unidades são superlotadas, degradadas, há uma grande defasagem em todo o quadro de funcionários e pouco investimento financeiro nos aspectos educativos dos jovens. (Assis, 1999; Salles Filho, 2003; CNJ, 2011).

Uma das consequências mais evidentes desse cenário é a priorização da lógica repressiva e disciplinar a fim de manter a chamada “segurança de todos”, isto é, evitar rebeliões, motins, fugas, agressões e outros eventos

⁴ Na época da pesquisa o cargo era nomeado “agentes socioeducativos”.

críticos que exponham a vida dos profissionais que trabalham nesses locais e a própria vida dos adolescentes privados de liberdade (Salles Filho, Adami & Bauer, 2013; Souza, 2013).

Essa forma de funcionamento das unidades de internação que visa somente a contenção e encarceramento para os adolescentes não é recente, isto é, ela atualiza relações de poder, práticas e discursos de instituições que remontam o funcionamento das prisões europeias do século XIX (Foucault, 1987, 2003) e das Casas de Correção brasileiras voltadas para o encarceramento de menores infratores, criadas a partir de 1830 (Rizzini, 2000).

Dessa forma, pode-se perceber que o trabalho dos agentes de segurança socioeducativa em unidades de internação compreende uma característica que o distingue de muitos outros postos atuais de trabalho. É uma atividade atravessada por dois grandes campos de capturas: instituições de confinamento e a organização do trabalho no mundo neoliberal. A conjugação desses campos engendra mecanismos de captura e estratégias de controle do corpo que ordenam e docilizam não somente os corpos dos adolescentes, mas também os dos agentes. Elas demonstram as maneiras certas e erradas de trabalhar a fim de assegurar a alienação, utilidade e colaboração desses profissionais aos interesses da organização: manutenção da segurança.

Ser “pão doce” como ação de resistência

Os processos de subjetivação dessa lógica institucional de priorização das ações de disciplina e vigilância atuam de modo a demandar, fomentar e manter a estratégia defensiva coletiva⁵ da virilidade⁶ (Dejours, 2007a,

⁵ Dejours e Abdoucheli (1994) afirmam que as estratégias coletivas de defesa são destinadas “à luta contra o sofrimento engendrado pela organização do trabalho, conferindo ao sujeito uma estabilidade que ele será incapaz de garantir com a ajuda de apenas suas defesas próprias” (p. 129).

⁶ Dejours (2012) nos esclarece que os elementos dessas estratégias são constituídos pelo desejo do sujeito em reconfigurar sua posição subjetiva face ao risco, ou seja, deixar de ser a vítima desprotegida para um posicionamento

2012), isto é, um sistema em que os agentes devem mostrar-se “corajosos” e “rígidos”, enfrentar o risco e não hesitar em infligir violência ao adolescente – através de humilhação, coação ou até mesmo agressão - quando necessário, a fim de inibir qualquer possibilidade de enfrentamento. Abaixo, um trecho do diário de campo evidenciando tal estratégia:

Ele conta que na atual condição, com 15 adolescentes por alojamento, alguns agentes estão entrando sozinhos nos alojamentos, sem ninguém na porta de retaguarda, para fazer a contagem, e os adolescentes ficam “pianinhos”. Ele diz que tem que entrar e não demonstrar insegurança senão os adolescentes percebem. (Diário de campo, 2015).

[*Em uma situação na qual mandaram todos os meninos saírem dos alojamentos e ficarem no corredor*] Ele disse que estava com muito medo, mas não poderia demonstrar seu nervosismo. Teve que manter a postura de agente, “fechar a cara” e encarar os meninos. (Diário de campo, 2015).

Esses agentes, que participam da estratégia defensiva da virilidade, cedem às lógicas de captura organizacionais da primazia da disciplina e desrespeito aos adolescentes para a manutenção da segurança. Além disso, negam regalias e suprimem qualquer forma de vínculo de afeto com os adolescentes. São chamados, entre os próprios profissionais, como “*agentes linha dura*” (Abreo, 2017).

[O agente] afirmou ser “da linha dura” dos agentes e se auto referencia como guarda e não agente socioeducativo. Ele repetia ao longo da conversa “o corpo de guardas”; “os *guardas*”, pois entende que sua função é guardar a unidade contra fugas, rebeliões, agressões etc. (Diário de campo, 2015).

de desprezo, manifestação de coragem e de controle da situação. O autor assinala algumas condutas viris: não manifestação pública do sofrimento e do medo; demonstrações públicas de coragem e resistência; consolidação, no coletivo, de discursos que desqualificam as dificuldades e os problemas da organização; e o imperativo de comprovar abertamente o **menosprezo** e o enfrentamento ao risco.

No entanto, nem todos os agentes seguem tal lógica da “disciplina a qualquer custo”, nem participam da estratégia defensiva da virilidade. Esses, que resistem às formas institucionais de “ser agente”, agem contrariamente às práticas instituídas de disciplinamento e fragilizam a estratégia coletiva de defesa, sendo estigmatizados e desqualificados pela maioria “*linha dura*” e tipificados como “*agentes pão doce*”. Em suma, eles tratam os adolescentes de forma mais afetuosa por meio de conversas e conselhos.

Apesar de não assumirem que sentem medo dentro da instituição, os agentes contaram que não têm abertura para falar com seus colegas sobre isso. Caso algum agente diga que está com medo de abrir alojamentos, fazer revista, ficar na galeria etc., é chamado de “pão doce” e perde a postura de forte e corajoso – que todos tentam demonstrar. (Diário de campo, 2014).

Os agentes “pão doce” são, então, aqueles que autorizam determinadas regalias ou pedidos. Realizam algo fora do “prescrito” ou do “direito” dos internos como meio de agradá-los e criar vínculos. Esses agentes negociam, tentam resolver os problemas com base na conversa, buscam produzir relações mais democráticas e tentam ações educativas para realizar junto aos adolescentes (como criação de hortas, atividade de capoeira, biblioteca e concurso de soletrando).

[O agente] disse que foi taxado de “pão doce” pelos outros agentes durante sua trajetória, e não conseguia e nem queria agir de outra maneira, tratar os adolescentes do modo como os outros agentes tratavam naquela época, não condizia com ele. Disse que conquistou o respeito através da conversa, da educação. E que não era um respeito qualquer, os adolescentes o respeitavam muito, e isso foi constante durante esses anos. (Diário de campo, 2015).

Estes movimentos de singularização produzem brechas e bifurcações no sistema de produção de subjetividade dominante nas unidades de internação. Tais movimentos podem ser entendidos de duas formas: tanto como ações de resistência (Foucault, 2010), como transgressões criativas (Facas & Mendes, 2011). São resistências móveis e transitórias, produtoras de clivagens que se deslocam, rompem unidades e fomentam reagrupamentos, afetando os corpos e almas dos envolvidos direta ou indiretamente (Foucault, 2010).

No entanto, ser gentil e democrático com os adolescentes e promover ações educativas mexem diretamente com as relações de poder instituídas. Como consequências diretas, foram observadas: a) certo desprezo pelo coletivo de agentes *viris* que criticam, ironizam tais ações; b) dificuldades em concretizar propostas educativas e pedagógicas devido aos fatores organizacionais; c) não receber reconhecimento pelos atores do sistema socioeducativo (agentes, técnicos, diretores, judiciário etc.), nem incentivo para a continuidade em suas iniciativas.

Apesar do risco do erro, de coerção e desprezo dos agentes e demais profissionais da organização do trabalho, tais ações disruptivas não deixam de ser transgressões criativas que conseguem sair e se esquivar dos processos institucionalizados coercitivos e adotar uma postura ativa de enfrentamento ao *modus operandi* organizacional (Facas & Mendes, 2011). Desta forma, eles conseguem direcionar suas angústias e sofrimentos para vivências mais próximas da saúde e de um trabalho que, para eles, tenha mais sentido e seja vivo.

O reconhecimento emerge, então, da percepção dos *agentes pão doce* de que seu esforço e sua forma de agir é retribuída diretamente pelos próprios adolescentes (que os tratam com respeito), pela família destes (que muitas vezes elogiam seus esforços) e pela expectativa de estar contribuindo para uma efetiva socioeducação desses internos.

Ainda que não existam espaços públicos de discussão e formas de cooperação para que esses agentes possam ter seus trabalhos visibilizados e reconhecidos entre os demais colegas, entende-se que a breve manutenção de atividades educativas e tratamento democrático com os adolescentes é um movimento de resistência às capturas e, também, de busca pelo reconhecimento e prazer no trabalho diante de processos organizacionais que fomentam a solidão, o silenciamento e a alienação.

É nesse sentido que Dejours (2012) afirma que o reconhecimento e a retribuição experienciados pelo trabalhador ao realizar um trabalho no qual possa atribuir sentido para seu fazer, compensa os riscos de tal empreendimento.

Considerações finais

A função de agente de segurança socioeducativa é, obrigatoriamente, coletiva. Eles têm que trabalhar em conjunto, pois sempre dependerão dos pares para que suas atividades funcionem. Essas funções demandam regras práticas consentidas pelo grupo que, por um lado, organizam e estruturam o trabalho concreto como um todo e, por outro, compõem um processo de cooperação (Gernet & Dejours, 2011).

A possibilidade de que esses trabalhadores criem espaços coletivos de discussão entre pares, inclusive envolvendo outras funções e cargos, possibilitaram a construção de um coletivo de trabalho gerando, com efeito, acordos e regras grupais (formais e informais). Além disso, é possível observar a manifestação da inteligência prática, da engenhosidade e criação bem como compartilhamento de afetos e sofrimentos. A criação desses espaços no DEGASE, ou em outras organizações, abriria a possibilidade para que mais trabalhadores se expressassem e colocassem em cena seus incômodos. A construção de tais práticas coletivas, ainda que temporárias, favoreceria o processo de reconhecimento e de visibilidade da inteligência

prática de cada socioeducador. Por outro lado, a ausência desses espaços coletivos de debate, catalisa o individualismo e a solidão no ambiente de trabalho, o que sustenta as relações de dominação e recai, de maneira mais intensa, naqueles que ainda não aderiram às formações coletivas de defesa.

A busca pelo trabalho vivo, conforme descrito por Dejours (2012), requer esforços coletivos para que a ressignificação do sofrimento seja possível. É imprescindível que o enfrentamento seja coletivo para que seja menos adoecedor. Os espaços coletivos de resistência, quando direcionados à potencialização das estratégias de mobilização subjetiva, permitem a transformação do sofrimento através da operação simbólica do resgate do sentido do trabalho (Mendes & Duarte, 2014).

Facas e Mendes (2011), nessa mesma linha, ressaltam que esse movimento tira o sujeito da individualização e coloca-o em movimento em busca de alternativas para enfrentar as capturas da organização do trabalho. Um trabalho com sentido, vivo, fonte de vivências de prazer capaz de promover a realização e ressignificação do trabalho.

Independente da rigidez das normas e das forças de captura, sempre haverá espaços para que esses trabalhadores sejam sujeitos transgressores da lógica institucional e criem, dentro de seus limites, novas regras que lhes possibilite exercer sua engenhosidade e sua capacidade de criação, isto é, poder transitar entre estados de normalidade e de sofrimento, que se pode considerar como saúde, conforme proposto por Canguilhem (2009), e mais tarde, apropriado pelos teóricos da psicodinâmica do trabalho.

Referências

Abreo, L. de O. (2007). *Entre capturas e resistências: situações de saúde e adoecimento no trabalho de agentes socioeducativos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

- Adami, A.; Bauer, M. (2013). *Perfil e prática do agente de segurança socioeducativa: recomendações para a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Minas Gerais*. [Dissertação, Escola de Administração de Empresas de São Paulo].
- Antunes, R. (2009). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. [2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl.]. São Paulo: Boitempo.
- Assis, S. G. (1999). *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Bey, H. (n.d.). *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Recuperado de https://copyfight.noblogs.org/gallery/5220/TAZ_-_Hakim_Bey.pdf
- Canguilhem, G. (1995). *O normal e o patológico* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Castel, R. (2013). *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário* (11ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- CNJ. *Visita ao Rio de Janeiro - relatório da 1ª etapa. Conselho Nacional de Justiça*. Programa Justiça ao Jovem. 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-ao-jovem/relatorio_final_rio_de_janeiro.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.
- Dejours, C. (2007a). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dejours, C. (2007b). Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In A. M. Mendes, S. C. C. Lima & E. P. Facas (Org.), *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. (pp. 13-26). Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012). Trabalho Vivo, tomo II, Trabalho e Emancipação. Brasília: Paralelo 15,
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*. 3(14), 27-34.
- Dejours, C. & Abdoucheli, E. (1994). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli & C. Jayet (Orgs.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (pp. 119-145). São Paulo: Atlas.

- Facas, E. P. & Mendes, A. M. (2011). Transgressões como resistência aos modos perversos de gestão da organização do trabalho. In M. C. Ferreira, J. N. G. Araújo, C. P. Almeida & A. M. Mendes (Orgs.). *Dominação e resistência no contexto trabalho-saúde* (p. 61-80). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Ferreira, J. B. (2009). *Perdi um jeito de sorrir que eu tinha: violência, assédio moral e servidão voluntária no trabalho*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Foucault, M. (2003). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Foucault, M. (2010). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (20ª reimpressão). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2014). O sujeito e o poder. In M. Foucault. *Ditos e escritos, IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade* (pp. 118-140). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Gaulejac, V. D. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias e Letras.
- Gernet, I. & Dejours, C. (2011). Avaliação do trabalho e reconhecimento. In P. F. Bendassoli, & L. A. P. Soboll (Orgs.). *Clínicas do trabalho* (pp. 61-70). São Paulo: Atlas.
- Soboll, L. A. & Gosdal T. C. (2009). *Assédio moral, interpessoal e organizacional: um enfoque multidisciplinar*. São Paulo: LTr.
- Passos, E., Kastrup, V. & Escossia, L. (2009). *Pistas do método da cartografia- Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Lourau, R. (2004). Pequeno manual de análise institucional. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: analista institucional em tempo integral* (pp. 122-127). São Paulo: Hucitec.
- Mendes, A. M. (2007). Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In A. M. Mendes (Org.). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas* (pp. 29-48). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Merlo, A. R. C., Bottega, G. C. & Magnus, C. N. (2013). Espaço público de discussão. In F. Vieira, A. M. Mendes & A. R. C. Merlo (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gestão e*

Psicodinâmica do Trabalho - Biblioteca Juruá de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho (pp. 147-151). Curitiba: Juruá.

Nardi, H. C. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Rizzini, I. (2000). *A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)*. Rio de Janeiro: Unicef, Cespi/USU.

Salles Filho, B. F. de. (2003). *Agente Educacional, Uma Prática de Amor e Ódio no Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei*. [Tese de Doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz].

Soboll, L. A. P. (2007). A disciplina como “coação da conformidade”: Um olhar para a submissão no trabalho. In A. M. Mendes, S. C. C. Lima & E. P. Facas (Org.), *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. (pp. 143-154). Brasília: Paralelo 15.

Souza, P. L. C. de. (2013) *Trajetórias sociais e profissionais: a ambiguidade identitária dos Agentes no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]

Os sentidos do trabalho em operárias de uma indústria farmacêutica: entre o individualismo e a subjetividade como recurso

*Fernanda Rodrigues Mota*¹

*Fernando Gastal de Castro*²

Introdução

Este estudo propõe-se a analisar o sentido do trabalho a partir de uma pesquisa realizada com operárias de uma indústria farmacêutica do Rio de Janeiro. Parte-se, em um primeiro momento, da noção de *indivíduo* na modernidade capitalista, sustentando o surgimento de um individualismo de massa a partir do século vinte, no qual a meritocracia e os imperativos do *homo economicus* passam a alcançar o conjunto das classes e das relações sociais. Em seguida, realizamos a análise do sentido do trabalho a partir dos dados de uma pesquisa qualitativa, realizada com operárias de uma indústria farmacêutica do Rio de Janeiro. Buscamos, nesse momento, entrelaçar os dados sobre a experiência de trabalho de operárias em suas relações com a empresa, o tempo produtivo e o objeto produzido com a noção de individualismo de massa. Na última parte deste trabalho tratamos de relacionar a noção de *individualismo de massa* discutida e analisada ao longo das duas primeiras partes com a noção de

¹ Psicóloga pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Professor Associado do Instituto de Psicologia da UFRJ, doutor em Psicologia do Trabalho e das organizações (UFSC-Paris 7), Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho (Universitat Autònoma de Barcelona), Mestre em Psicologia pela UFSC e Mestre em Sociologia pela Université Paris 7. Especialista em fenomenologia e existencialismo e Psicólogo graduado pela UFSC e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na linha Processos Psicossociais, Históricos e Coletivos do Instituto de Psicologia da UFRJ.

subjetividade como recurso (Castro, 2020), sustentando que a interiorização da noção de *individuus* pelas trabalhadoras analisadas constitui um sentido do trabalho caracterizado por um *eu útil e digno*, protoforma identitária do *indivíduo normal* no âmbito do capitalismo de produção e consumo de massa.

A noção de *indivíduo* na modernidade capitalista

A partir do estudo de Mauss (1974) sobre a noção de 'Eu' é possível depreender como a noção de *indivíduo* na modernidade capitalista torna-se essencial. Esta provém da mesma origem que o *espírito capitalista*, qual seja, o cristianismo. Os “cristãos fizeram da *pessoa* uma *entidade metafísica*”, afirma Mauss (p.235), dotada de uma *substância racional indivisível* (a alma), em comunicação direta com Deus. Desta ideia resulta a noção moderna de pessoa como *mônada individual*, ou seja, como substância indivisível - *individuus* -, unidade independente, existente em si mesma. Temos, desta maneira, a subjetividade tornada *indivíduo*, centro monádico que habita o mundo interior, substância espiritual dotada de um Eu autoconsciente, que contém em si atributos, aptidões, dons, ou seja, tudo aquilo que torna cada um útil para o trabalho e em condições de competir no sistema de mercado.

Além de ser dotada de um *Eu* na forma de *natureza individual*, portador de atributos e aptidões, a *mônada individual* é também dotada de *liberdade* (Mauss, 1974). Traz consigo, nesse sentido, o *senso moral*, a capacidade de escolher entre o *certo e o errado*, o que significa, no âmbito de nosso tempo histórico, a capacidade de interiorizar a moral do tempo útil, o trabalho assalariado como dever supremo, o dinheiro como fim em si e as divisões sociais do trabalho como contingências às quais cabe a todos adaptar-se. Estamos longe aqui da noção de liberdade como capacidade de

autocriação da existência e da história fundada na práxis humana em situação (Sartre,1966). As mônadas individuais não criam sua própria essência e tampouco os valores do mundo, pois seu senso moral é constituído pela escolha entre o bem e o mal, o certo e o errado, ou seja, entre o assumir ou recusar seu dever, orientado à meritocracia e à luta competitiva.

Para Gauchet (1985) as novas formas subjetivas, ao passarem a produzir-se como mônadas individuais, representam uma mudança profunda de *sentido*, deslocando-se da produção do mundo comum, próprio às sociedades fundadas no *religioso*, à produção do indivíduo por si mesmo, resultado dos seus próprios esforços e méritos individuais em competição com os demais. Conforme Gauchet “a sociedade ao mudar de foco, muda de suporte ou de operador. Este que era função coletiva [com a matriz religiosa], torna-se uma tarefa individual [na modernidade capitalista]” (p.187). É o nascimento do *individualismo econômico* (ibid.), que não se reduz ao sentido estrito dado por relações financeiras, mas a algo mais amplo, como “regime geral de relação às coisas” e “visão organizadora do fato humano-social” (p.188).

Tal individualismo ganha contornos bem definidos com a noção de *homo economicus*. As máximas de Benjamin Franklin (Weber, 1967) são, nesse sentido, precisas: a honestidade torna-se útil pois assegura o crédito, a pontualidade, a aplicação ao trabalho; o senso de dever. É útil à medida que produz ganho financeiro individual. A noção de *homem calculador*, portanto, não se revela unicamente por seu aspecto objetivo de agenciamento dos meios produtivos, visando acumulação de capital, mas também pelo aspecto subjetivo, capaz de engendrar processos de produção de si mesmo e relações sociais habitados pelo valor do mérito individual e pela capacidade de fazer de si força de trabalho útil ao sistema de mercado, e adquirir, nesse sentido, o status de *ser digno*.

Ao longo do século XX o individualismo ganha novos contornos em função das metamorfoses dos modos de produção advindas do fordismo, das ciências da administração e do surgimento das grandes corporações monopolistas. Diferentemente dos séculos anteriores, observamos o surgimento de um *individualismo de massa*. A noção de indivíduo surgida no renascimento e com o capitalismo mercantil, inspira, no contexto do século XVII uma pequena porção de banqueiros, comerciantes, empresários proto-industriais, príncipes, monarcas e uma pequena classe de profissionais emergentes. Já no século XIX com a emergência da revolução industrial, a noção expande-se da grande burguesia à pequena burguesia urbana formada por um conjunto de profissões liberais, funcionários estatais e pequenos empresários e comerciantes. A metamorfose ocorrida no século XX e que alcança nossos dias caracteriza-se, justamente, pela massificação cultural da noção de indivíduo capaz de alcançar as classes trabalhadoras, à medida que, institui um regime de produção e consumo de massa. Com o capitalismo das grandes corporações surgido no século XX, o *individualismo* ultrapassa os limites das classes burguesa e pequeno burguesa para alcançar a ampla classe de trabalhadores da indústria, do comércio, dos serviços, bem como, um crescente contingente de funcionários de escritório e de novos profissionais liberais (Braverman, 1980). Logo, a noção de *individuus* e seus correlatos – a *meritocracia* e o *homo economicus* –, consubstanciam-se como elementos essenciais da cultura, da educação, da propaganda, da orientação e formação profissional, do lazer, da vida privada e da vida pública, abrangendo, dessa maneira, a totalidade das classes e das relações sociais. Está nos programas de rádio, na publicidade e propaganda, nas escolas, nas formações profissionais, nas formas de seleção e desenvolvimento de pessoal pelos recursos humanos, na doutrina moral que rege a constelação familiar orientada ao consumo prudente, ao papel do homem como *pater familia* e ao papel subalterno da

mulher. As novas exigências desse individualismo de massa caracterizam o *eu interior e indivisível* de cada um sob o signo da utilidade produtiva, da ascensão social através do mérito individual e da competição, e pela capacidade de consumo. Ser humano é, portanto, dedicar-se a fazer frutificar seu vacari (*baruf*), potencializando a si mesmo tanto como força de trabalho útil, como força de consumo, capaz de vencer a luta competitiva com os demais.

Logo, para compreendermos as complexidades subjetivas que habitam os sentidos do trabalho operário, engendradas pelas modificações sociais, produtivas e culturais surgidas no século XX e que vêm até nossos dias, sustentamos que é preciso considerar o individualismo como fenômeno de massa, capaz de induzir as classes trabalhadoras à interiorização do ideal de progresso, conforme sublinha o psicólogo social americano Arland Weeks (2011), e formar assim, sujeitos *produtivos* [como força de trabalho], *responsáveis* [como força de consumo] e *felizes* [pelo progresso em função do mérito individual].

De sorte que, a análise dos sentidos do trabalho operário precisa considerar o papel fundamental do individualismo de massa na constituição das experiências subjetivas dos trabalhadores, de forma a compreender o quanto e de que forma tais sujeitos estão atravessados pela meritocracia e pelas exigências do *homo economicus*. Forjar seu próprio valor como indivíduo em luta competitiva com os demais, orientar-se pelo poder de consumo, bem como, pelo imperativo de utilizar com a maior eficácia possível seu tempo e seus atributos de *individuus*, habita a cultura do trabalho e, conseqüentemente, o fazer e as experiências subjetivas de trabalhadores e trabalhadoras, compondo assim, os sentidos de trabalho que nos esforçaremos por compreender na sequência a partir da situação concreta de trabalhadoras de uma indústria farmacêutica.

Explorando os sentidos do trabalho de operárias de uma indústria farmacêutica³

Trataremos de analisar nesta sessão como e com que características o individualismo de massa habita a experiência de trabalhar de trabalhadoras urbanas. Para isso serão utilizados dados da pesquisa de Mota (2017) sobre os sentidos do trabalho de operários e operárias de uma indústria farmacêutica do Rio de Janeiro. Primeiramente, se fará uma contextualização do trabalho realizado para em seguida, abordar aspectos relativos à atividade, ao tempo produtivo, à relação com o produto e com a empresa, buscando traçar suas conexões com a cultura da meritocracia e com os ditames do *homo economicus*.

O trabalho, a fábrica e o bairro

A fábrica que se faz aqui objeto de análise constitui uma das três unidades produtivas de uma indústria farmacêutica multinacional situada no Rio de Janeiro. Possui 48 funcionários que estão divididos em: atividades de produção de bombas de infusão, peças e manutenção (13 operárias), atividades administrativas, gerenciais e de suporte (35 funcionários ocupados com funções de assistência técnica, planejamento, almoxarifado, secretariado e gerência). Será chamada de Fábrica II.

Em 2012, a Fábrica II alcançou a produção de 100 mil unidades, adquirindo, desde então, a liderança do mercado brasileiro relativo à produção e comercialização de *bombas de infusão*. Diferentemente das demais unidades produtivas da mesma empresa (Fábricas I e III), a Fábrica II funciona apenas em um turno, de segunda a sexta-feira. A produção das bombas de infusão acontece regularmente de segunda a quinta-feira sendo

³ Os dados que utilizaremos nesta seção são provenientes da pesquisa de mestrado de Fernanda Rodrigues Mota, “Os sentidos do trabalho para os operários de uma indústria farmacêutica do Rio de Janeiro”, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Instituto de Psicologia da UFRJ, sob orientação do professor Fernando Gastal de Castro.

a sexta-feira destinada à produção de peças para assistência técnica. Semanalmente são fabricadas 100 bombas, ou seja, vinte e cinco por dia. Diferentemente da Fábrica II, as Fábricas I e III operam em três turnos, incluindo finais de semana. A primeira (Fábrica I) possui sua linha de produção automatizada, com maquinário de última geração, destinado à produção de soluções parenterais de grande volume. A maioria dos trabalhadores dessa linha desempenha atividades simples, intensas e altamente repetitivas. Já a Fábrica III, por sua vez, possui um trabalho basicamente manual e, da mesma forma que a anterior, altamente repetitivo, simples e intenso, orientado à montagem e colagem de equipos para infusão.

Cada uma das 13 operárias da Fábrica II ocupa um posto de trabalho que representa a produção de uma peça da bomba de infusão. Cada posto, por sua vez, possui uma instrução que descreve em detalhes cada etapa produtiva, existindo ainda, um tempo pré-determinado a cada um a fim de se alcançar a meta de 25 bombas diárias. Um rodízio dos postos de trabalho é realizado sendo, portanto, todas as 13 operárias capazes de operar em todas as etapas do processo produtivo.

O trabalho é realizado por meio de ferramentas específicas tais como soldas, chaves de fenda, parafusadeira, alicate, multímetro etc. As operárias trabalham sentadas e possuem quatro pausas durante o dia: uma para ginástica laboral, uma para o almoço e outras duas para lanche (de manhã e à tarde), além de possuírem liberdade para se ausentarem do posto de trabalho a qualquer hora para irem ao banheiro, beber água, falar com alguém etc. diferente das demais fábricas I e III, onde todos os horários são rígidos e controlados, possuindo uma estreita liberdade para se ausentar dos postos de trabalho.

Em sua totalidade, as operárias são moradoras do bairro em que a Fábrica II está situada, ou moram em localidades próximas, o que evidencia uma característica do processo seletivo da empresa e não uma pura

coincidência. Existe, nesse sentido, uma forte interação entre a Fábrica (em suas três unidades produtivas) e o bairro. Muitos de seus trabalhadores e trabalhadoras cresceram no bairro e identificam a empresa como ocupando um lugar importante em suas vidas e na vida da comunidade. Passaremos então, na sequência, a análise do trabalho de operárias da Fábrica II, a fim de apreender a partir de suas experiências concretas, como e de que formas o individualismo de massa habita suas vivências subjetivas e quais os sentidos dados a sua atividade laboral nesse contexto.

O imaginário social da Fábrica: a ‘empresa boa’

Ser trabalhadora da unidade empresarial composta pelas três plantas fabris é visto e vivido como motivo de orgulho e atravessado por uma relação de intenso afeto por todas as operárias pesquisadas. Para Valentina⁴ “as pessoas sempre, assim como eu, sonham em estar aqui (...) às vezes eu passo com a blusa da empresa e todo mundo fala: ‘você trabalha lá!’. É uma empresa muito bem falada, visada, é uma multinacional (...) e sempre, assim como eu, sonham em estar aqui, trabalhar aqui, eu sempre quis trabalhar aqui”. No mesmo sentido, Laura afirma que tanto as pessoas do bairro como da família valorizam quem trabalha em qualquer uma das três plantas fabris da empresa: “Meus irmãos falam ‘Laura trabalha na empresa, eles têm maior orgulho!’. Minhas amigas também comentam. Quando eu chego em algum lugar, por exemplo, no curso que eu comecei agora, eu comento que eu trabalho aqui e todo mundo fala ‘que legal!’ e perguntam como faz para entrar. As pessoas têm um olhar muito positivo em relação à empresa. Açam que a empresa é o máximo, uma empresa boa”. Lavínia mostra-se, ainda, extremamente agradecida por ser trabalhadora da Fábrica II: “Eu agradeço a Deus por cada vez que eu pego o meu

⁴ Os nomes das participantes foram trocados a fim de preservar suas identidades.

crachá e passo, eu sempre falo e nunca me esqueço ‘Senhor obrigada por mais uma vez eu estar entrando aqui’, e sempre que eu vou embora eu falo ‘obrigada Senhor pelo dia que eu passei aqui’ por mais tenebroso que tenha sido, nem todo dia é a mesma coisa e estou muito feliz”.

A esta relação de orgulho e gratidão acrescenta-se um sentimento que personifica a Fábrica com algo da família. Para Laura: “Quando eu vim trabalhar aqui eu era muito tímida, fechada, de não conversar e aqui você cria uma família, e a empresa em si traz isso para você. Eu acho que a empresa tenta te dar o maior conforto para você e sua família, creche para os seus filhos, os benefícios. Ela se preocupa em trazer o melhor para os funcionários”. A Fábrica, dessa forma, *é boa*, pois acolhe seus funcionários como uma família, proporciona benefícios que garantem qualidade de vida a quem nela trabalha, além de viabilizar os méritos individuais manifestos no progresso do poder de consumo, como fica claro nos depoimentos de Cristina e Ana Clara: “Hoje quando eu olho minha casa e vejo cada coisa que eu compro, é o que eu conquistei com o meu trabalho, com o fruto daquele trabalho (...) Eu olho as coisas, os meus filhos, eles cresceram com o suor do meu trabalho (...) Eu criei meus filhos aqui”, fala Cristina de forma bastante emocionada. Enquanto para Ana Clara, a importância da empresa vem somente abaixo de Deus: “Nesses 16 anos de empresa, depois de Deus, a empresa foi assim a minha renda, o meu sustento e dos meus filhos, foi como eu fui criando os meus filhos. Eu me separei do meu casamento, se eu não estivesse trabalhando como seria? Para mim a empresa é tudo né! O que eu tenho hoje, primeiro Deus, e depois a empresa, que através do meu trabalho né, eu consegui fazer a minha casa (...) então assim, a empresa me ajuda muito né. Nossa, meu trabalho, eu não tenho o que falar da empresa, e sou muito feliz por estar nela”.

O imaginário social (Castoriadis,1975) que permeia as relações das operárias com a empresa mostra-se dessa forma, constituído por um

magma de significações composto por *representações* da empresa como boa, generosa, acolhedora, justa, correta e por *afetos* que a fazem um objeto familiar e amado. Três aspectos merecem ser levados em consideração para a compreensão de tal imaginário social: a *escassez* sociomaterial presente na região, o valor de ser *útil* à Fábrica e, por fim, a possibilidade de *felicidade* dada pelo progresso do poder de consumo. A escassez, conforme Sartre (1960) constitui-se numa unidade negativa comum que ameaça de aniquilamento a todos que nela se encontram. Tanto o bairro como a região em que se encontram as Fábricas I, II e III fazem parte de uma periferia pobre do Estado do Rio de Janeiro, com alto índice de desemprego e subemprego. De forma que, estar empregado nesta empresa, que paga salários em dia, oferece benefícios, possui uma política de estabilidade e emprega pessoas da comunidade, mostra-se um oásis dentro de um mundo permeado por todos os lados pela escassez socioeconômica. O espectro da escassez de empregos, da pobreza e do aniquilamento das condições de vida funciona assim, como ameaça permanente e comum a todos e todas que possuem um vínculo empregatício estável, sendo fonte primeira do agradecimento cotidiano.

O valor de ser útil à Fábrica destaca-se como um segundo aspecto importante à compreensão do imaginário social observado. Andar com a camiseta da empresa, ter orgulho de ser operária, revelam o quanto ser produtivo à Fábrica II adquire a identidade de ser digno e de respeito para os outros (família, amigos, comunidade) e para si mesmo. Ser produtiva, dar conta das metas e da produção, como veremos em seguida, está relacionado ao reconhecimento de utilidade por parte de uma *empresa boa*, que alcança afetivamente as operárias sob a forma de satisfação e orgulho. Isto nos mostra que a cultura do individualismo de massa, ao ser interiorizada pelos sujeitos do trabalho, corresponde não somente ao dever de

fazer bem seu trabalho, mas ao querer ser reconhecido pelo Outro (empresa, corporação) em seu dever. A utilidade aparece assim, não somente pela forma como a empresa apropria-se da força de trabalho, mas também, sob a forma de *vontade individual*, ao querer ser reconhecida em sua utilidade.

Por último, o terceiro aspecto a ser destacado diz respeito à possibilidade de *felicidade* dada pelo progresso do poder de consumo. A casa, todos os bens adquiridos, a educação e o sustento dos filhos custeados pelo salário da empresa, são vividos como méritos individuais de cada uma das operárias, resultado do esforço e da capacidade bem empregados, do tempo racionalmente utilizado em prol do poder de consumo que retorna a cada uma das trabalhadoras como signo de vitória, de merecimento, de esforço que valeu a pena, enfim, de felicidade, resultante da única forma de apropriação do mundo com valor no âmbito do individualismo de massa: o consumo de mercadorias (Castro, 2020).

A vivência do tempo produtivo

Um dos componentes essenciais da noção de *individuus* é a exigência de interiorização do tempo produtivo. Um processo que remonta à socialização primária e nos acompanha por toda a existência. “Tempo é dinheiro”, “é preciso ter controle sobre o tempo”, perder tempo com atividades improdutivas é “imoral”, são máximas que estão na base do espírito do capitalismo (Weber, 1967) e dão-se como imperativos à existência de indivíduos capazes de competir com os demais e progredir socialmente por seus méritos.

Observamos como as operárias da Fábrica II possuem uma vivência do tempo produtivo intimamente relacionada a sua ex-atividade na Fábrica I. Como veremos em seguida, tais vivências articulam-se em torno de “dar produção”, expressão usada coletivamente e que designa a pressão

das metas, do ritmo e da intensidade das tarefas e o quanto as trabalhadoras e trabalhadores conseguem vencer ou não as prescrições produtivas estabelecidas. O sentido, portanto, de “dar produção” na Fábrica II aparece permeado não somente pelas formas de emprego do tempo presente em sua atividade atual, mas carrega em si a vivência passada de trabalho na Fábrica I, extremamente intensa e repetitiva e mecanizada.

Conforme Luíza “todo sistema de produção é com pressão. Mas uma coisa eu te digo, quem passa pela produção lá em cima [Fábrica I], está preparado para trabalhar em qualquer lugar. É muito diferente”. Isadora nos fornece algumas das características dessa diferença: “Aqui também [na Fábrica II] é produção, mas você tem que fazer as coisas mais devagar, com mais atenção, com mais detalhe, as pecinhas são menores. Lá [na Fábrica I] é montar e embalar (...) Aqui são peças mais delicadas: filamentos de fios, eletrodos (...) você tem que fazer com mais calma”. Cristina especifica ainda mais as diferenças de tempo produtivo acrescentando que:

Lá [Fábrica I] é bem mais rápido, o processo é acelerado, tudo você tem o tempo para montar (...) você tem 5 minutos para montar os amarradinhos de 100. Para fazer um perfusor ou uma cintagem você tem 10 minutos. Você trabalha o tempo todo com o relógio. Se você levou 15 minutos, você sabe que você está atrasada, que a sua produção não vai sair (...) aqui [Fábrica II] é bem mais livre (...) você consegue administrar seu tempo (...) aqui [a produção] é mais detalhada, a solda não vai sair igual todos os dias.

Isadora, por sua vez, afirma o limite a que havia chegado trabalhando na Fábrica I em função das fortes exigências do tempo produtivo: “Não sei se eu estivesse lá em cima [Fábrica I] eu ia aguentar esse tempo todo, à noite então, muito menos, mas como o ambiente aqui é totalmente diferente eu me adaptei”. Relata, ainda, como a diferença do “dar produção” entre as duas fábricas relaciona-se diretamente ao tipo de relações sociais

que se fazem possíveis e ao conteúdo mais complexo e demorado das tarefas:

Aqui é quase uma família mesmo, aqui é todo mundo próximo. Lá em cima é muita gente. Não tem nem como você conversar com ninguém. Você tem que correr (...) você faz tudo igual, tem que embalar só de um jeito, montar só de um jeito (...) com tempo de produção bem mais rigoroso. Aqui você tem como fazer, porque são tempos diferentes. O problema daqui é que tem muitos detalhes, por isso que você não pode correr muito, aqui tem o problema da solda, tem o cartão CPU que você tem que testar, soldar, não pode forçar a solda senão pode danificar a placa.

O tempo produtivo e suas diferenças entre as fábricas I e II aparece, dessa maneira, constituído por três aspectos fundamentais: o tempo destinado a cada tarefa parcelar, mais intenso na Fábrica I, mais tranquilo na Fábrica II; que, por sua vez, relaciona-se ao conteúdo das tarefas parcelares, mais complexo na Fábrica II, exigindo um saber e uma variedade de tarefas, inexistentes na Fábrica I; e, por fim, um controle diferencial dos tempos e dos movimentos, permitindo uma maior autonomia na Fábrica II e um comportamento mais rígido e mecanizado na Fábrica I. No relato de Sofia esta diferença entre os tempos é sintetizada pelo par liberdade x escravidão:

Eu acho que aqui a gente tem um pouco mais de liberdade, a gente pode ir ali fora, lá na fábrica I você entra e parece um prisioneiro. Não é o serviço. É uma liberdade, por exemplo, eu quero ir ao consultório, eu já estou sem máscara, sem aquela roupa toda, eu vou almoçar do jeito que eu estou. Acho que é isso. Acho que a gente tem mais liberdade. Lá na Fábrica I, você entra e não vê nem o Sol se duvidar. Você ali você nem sabe se está chovendo, aqui você sabe, você abre a porta ali e vê se está chovendo.

O *dar produção* é o tempo produtivo prescrito pela engenharia produtiva, calculado a partir da totalidade das tarefas parcelares e destinado a cumprir metas precisas da empresa. A este tempo prescrito correspondem vivências subjetivas que aparecem sinteticamente bem definidas no relato de Sofia, pelo par “liberdade x escravidão”. Qual o significado que podemos apreender dessa vivência?

Conforme Heidegger (2002): “O poder que está oculto na técnica moderna acaba por determinar a relação do homem com o mundo” (p.55). Mas que relação é essa precisamente? Para o filósofo alemão a técnica, incluindo nesta o agenciamento do tempo produtivo, implica uma forma específica de *desencobrimento* do mundo pela existência, caracterizado pela *exploração* e pelo *dispor* da natureza e dos sujeitos. Decorre desse processo, portanto, que a técnica não se restringe ao fazer instruído pela razão matemática, mas essencialmente, a um modo típico de ser-no-mundo, orientado pela exploração e pelo dispor-se. Existir modernamente como *individuus* significa então, uma forma de lançar-se para o mundo sob a forma de exploração dos recursos, do tempo, dos meios, e dispor-se conforme as possibilidades e limites da organização técnica. Já para Sartre (1960), tal forma de lançar-se para o mundo adquire a forma de um *comportamento serial*, à medida que, o humano, no âmbito do processo produtivo moderno, é tido como inessencial, dependente e acessório, face ao caráter essencial, independente e central do aparato tecnológico.

De sorte que, *dar produção* como vivência do tempo produtivo contido no par liberdade x escravidão, esconde um paradoxo. Tem-se uma experiência de liberdade vivida no seio de um modo de ser no mundo orientado pela *exploração*, pelo *estar à disposição* e por *comportamentos seriais*. Como isso se faz possível? Qual o sentido desse sentimento de liberdade vivido pelas operárias que, como Antônia, não deixam de perceber a condição limitada em que estão imersas, mesmo trabalhando na Fábrica

II: “Você fica presa, tem regra, tem uniforme, você tem que seguir tudo”. A explicação a esta questão, ao nosso ver, pode ser dada justamente, a partir da noção de *indivíduo*. Compreender-se como indivíduo é orientar-se primeiramente, conforme o tempo produtivo, prescrito pela lógica de funcionamento fabril que se estabelece como valor para todos. Vencer com sucesso as prescrições é *dar produção*, o que se revela, antes de tudo, como mérito individual em função da capacidade adaptativa apresentada em competição com os demais. Em segundo lugar, ser produtivo é adquirir poder de consumo, na forma de salário e/ou benefícios recebidos em contrapartida. E, por fim, é ser digno como sujeito feliz pelo seu mérito e progresso de consumo, conforme destacamos anteriormente. Ou seja, *dar produção* é ter sido capaz por seus méritos e, ao mesmo tempo, consumir os produtos que representam o progresso individual que fazem o esforço passado ter valido a pena. É, em suma, ter sido capaz de vencer por suas capacidades a luta competitiva dentro e fora da fábrica e fazer-se digno pelo poder de consumo adquirido.

O sentimento de liberdade, portanto, é revelador do mérito de cada operária ter saído da Fábrica I para a Fábrica II; é revelador da capacidade individual de, entre tantas outras, ter vencido a luta competitiva, ter sido capaz de dar conta dos imperativos do tempo produtivo na Fábrica I, ter sobrevivido ao desgaste e de ter, além do mais, vencido os desafios complexos do tempo produtivo exigido pela montagem de bombas de infusão na Fábrica II. Em suma, é fazer-se um indivíduo de massa, competitivo e digno, em função da *capacidade* de dispor-se à exploração e de adaptar-se aos comportamentos seriais exigidos pelo tempo produtivo. Somente dentro dessa situação específica e concreta, podemos compreender que ir ao consultório, almoçar sem máscara e sem a indumentária, ver o sol ou saber se está chovendo, são signos de liberdade.

A relação com o objeto produzido

Uma análise dos sentidos do trabalho não pode se furtar de considerar a relação que as trabalhadoras estabelecem com o objeto de sua atividade. É, sem dúvida, uma dimensão fundamental da atividade laboral que ultrapassa as exigências técnicas prescritas dotando o fazer concreto de sentidos que somente a análise dos sujeitos em sua situação efetiva de trabalho permite compreender. A partir disso, podemos constatar que a produção de bombas de infusão pelas operárias da Fábrica II mostra-se permeada por dois sentidos fundamentais e intimamente relacionados. O primeiro deles o designaremos de *sentido social*, por dar ao produto um *valor útil de salvar vidas*. O segundo relaciona-se a *identificação* das operárias com o objeto produzido, capaz de preencher a atividade produtiva com sentimentos específicos que em seguida analisaremos.

Antônia relata uma situação ocorrida com ela própria quando estava internada em um hospital: “no outro dia que eu estava no hospital, eu fiquei na máquina. Dá uma sensação de bem-estar ter feito alguma coisa para ajudar os outros, aquilo ali depende para salvar vida, (...) a gente depende dela no hospital, depende do médico, do enfermeiro e da máquina também, dos equipos e do soro, tudo da empresa”. Já Maria refere-se ao valor útil das bombas de infusão à vida dos outros: “A gente vê a essência lá fora, estou montando uma máquina, vou fazer isso de qualquer maneira, aí você pensa que lá tem um paciente, um nenezinho, que está esperando para passar o soro nele dentro de um neo [equipo para infusão de solução para bebês produzido pela empresa]. (...) Eu não estou em uma fábrica de hollywood, de cigarro, isso aqui é uma coisa que você está salvando vidas, quantas vidas você já ajudou a salvar”. Observa-se na fala de Maria a singularidade do produto “bombas de infusão” em relação a outros, incapazes de comportar o mesmo valor útil, fato este, capaz de criar

um sentido específico, inexistente na produção de cigarros, parafusos, carros etc. Para Ana Clara “se você for olhar, o nosso trabalho é valorizado, isso é algo muito sério, então tem o seu valor. Tem um valor enorme, é muito legal”. No mesmo sentido Lavínia afirma: “Ah, eu penso que meu trabalho, eu tenho que melhorar cada dia mais, ter muito mais precisão no que eu faço, muito mais cuidado, porque aquilo ali vai salvar alguém ou não, vai depender do meu compromisso”.

O sentido social de seu trabalho releva-se, portanto, às operárias, pelo valor útil de salvar vidas que pelas suas mãos elas produzem. Um sentido destinado ao outro, que se equipara ao valor do enfermeiro, do médico e que faz da produção de bombas de infusão não um objeto qualquer, mas algo sem o qual ou se, mal feito, a vida de outrem fica em risco. Junto a este *sentido social do trabalho* encontramos uma *identificação* das operárias com o objeto produzido. Antônia destaca a “sensação de bem-estar, ter feito alguma coisa para ajudar os outros” e sublinha como a bomba de infusão “faz parte da gente”. Maria, quando está montando uma bomba, chega a cogitar “vou fazer isso de qualquer maneira”, mas “aí você pensa que lá tem um paciente”. Já Lavínia expressa o quão importante para as operárias são as bombas de infusão por elas produzidas: “Eu me identifico. Muito. Fui visitar a minha irmã no hospital e quando eu vi a bomba eu falei “olha a bomba que eu fiz (...) se eu focar, fizer meu trabalho direitinho, eu sei que eu vou estar ajudando alguém, eu vou estar medicando. Se eu faço de qualquer forma, faço por fazer, sem compromisso, eu posso também provocar um incidente lá na frente (...) eu amo fazer a bomba (...) saber que a gente está ajudando alguém lá na frente”. Sofia fica emocionada ao relatar o cuidado com que faz as bombas de infusão: “Eu tento fazer as coisas com muita atenção, muito cuidado, eu penso nas pessoas que estão lá que estão usando, pode ser eu, um conhecido, qualquer pessoa, é um ser humano igual a mim (...) você tem que pensar que o que

você faz aqui outra pessoa que vai usar”. Fica claro, portanto, dentro do nível de análise em que estamos, que o objeto produzido mostra-se coextensivo ao eu-produtor: “eu que fiz”, “eu me orgulho de ter feito”, “eu cuido para não fazer mal feito”, são expressões que indicam uma identificação e não um estranhamento do sujeito do trabalho com o seu produto.

Mas a esta altura faz-se importante perguntar: o que esta análise da relação das operárias com o objeto de sua atividade pode aportar ao sentido do trabalho abordado nas sessões anteriores? Em que medida, em outras palavras, o sentido social e a identificação com o objeto produzido se integram com o imaginário social da “empresa boa” e ao sentimento de “liberdade”, próprio ao tempo produtivo vivido na Fábrica II?

Como já dissemos, o individualismo de massa ao ser interiorizado pelos sujeitos do trabalho, corresponde não somente a um dever de fazer bem seu trabalho, mas a um querer ser reconhecido pela empresa em seu dever. A utilidade aparece, nesse aspecto, não somente como instrumentalização da força de trabalho pela empresa, mas, também, sob a forma de *vontade individual* das operárias de querer o reconhecimento de sua utilidade. A este aspecto associamos um segundo, relativo ao tempo produtivo e expresso pelo *dar produção*, no qual o sentimento de liberdade é vivido no seio de um modo de ser no mundo orientado pela exploração, pelo estar à disposição e por comportamentos seriais. Chegamos, dessa maneira, a uma primeira conclusão: tanto a vontade individual de reconhecimento como o sentimento de liberdade são reveladores da meritocracia, como experiência encarnada da capacidade individual de vencer a luta competitiva, as exigências produtivas, o desgaste, permitindo dessa forma, alcançar níveis realizadores de consumo.

A partir dessa breve análise retrospectiva, podemos compreender que os aspectos revelados a respeito da relação com o objeto da atividade, permeados pelo sentido social e pela identificação com o objeto produzido,

evidenciam a interiorização do individualismo de massa pelo conjunto das trabalhadoras pesquisadas sob a forma de um *eu-útil*. Produzir algo socialmente útil por salvar vidas, dentro de uma empresa boa, que permitiu progredir o padrão de consumo e alcançar um sentimento de liberdade, deixando para trás formas desgastantes e menos compensatórias de trabalho na Fábrica I, implica uma forma de construção de si mesmo na qual, a *consciência de ser útil* é parte integrante da experiência de mérito individual. De sorte que, ao *eu-digno* resultante do mérito por *dar produção* e progredir no consumo, junta-se o *eu-útil*, resultante da vontade de ser útil à *empresa boa* que salva vidas de pacientes com seus produtos e mostra-se bem feitora à comunidade na qual está inserida.

Logo, ser um *individuus* que progride por seu mérito em meio a relações sociais competitivas, implica *ser útil* para, dessa forma, *ser digno*, que juntos fornecem os contornos de um *Eu* que se afirma como *identidade normal* no âmbito do sistema capitalista (Castro, 2020).

Considerações finais: da noção de indivíduo à subjetividade como recurso

Conforme as análises realizadas até aqui, a noção de indivíduo e, particularmente, o individualismo de massa surgido com o capitalismo das grandes corporações no século XX e que vigora até nossos dias, mostra-se fundamental para compreender os sentidos do trabalho no âmbito das classes trabalhadoras urbanas. Mostramos como a ideia de *indivíduo* na modernidade capitalista representa uma mudança profunda de *sentido* em relação às sociedades fundadas no *ethos religioso* (Gauchet, 1985). A interiorização da meritocracia e do *homo economicus* mostra-se, nesse aspecto, um elemento fundamental na construção dos processos subjetivos mediados pela atividade laboral. Principalmente se considerarmos que, com a emergência do *individualismo de massa*, o eu interior e indivisível, herdado da doutrina cristã, passa a adquirir valor

social em função de sua utilidade produtiva, progresso por mérito e poder de consumo.

Tendo o individualismo de massa como fundo social e histórico, analisamos o sentido do trabalho para as operárias em três aspectos fundamentais: (1) imaginário social da *empresa boa*, (2) a vivência do tempo produtivo e (3) o sentido social do trabalho dado pelo valor útil de salvar vidas e por uma identificação com aquilo que é produzido. Mostramos, a partir disso, como o *ser digno*, resultante do mérito em *dar produção* e do *progredir no consumo*, une-se ao *ser útil*, resultante da vontade de servir à *empresa boa* que salva vidas de pacientes com seus produtos. Concluímos nossa análise precedente mostrando como a interiorização da noção de *individuus* pelas trabalhadoras permeia o sentido dado ao trabalho composto por um *Eu útil e digno*, protoforma identitária do *indivíduo normal* no âmbito do sistema capitalista.

Para finalizar este trabalho, indicaremos, ainda que brevemente, como este sentido do trabalho analisado pode ser revelador de uma forma subjetiva típica no âmbito do capitalismo, designada por Castro (2020) de *subjetividade como recurso*.

Uma caneta, uma folha de papel, um computador, uma chave de fenda etc. são recursos. São meios que servem ao ser humano, são instrumentos manuseados, utilizados, empregados pelas pessoas que permitem alcançar certos resultados, produzir certos efeitos particulares no mundo em que atuam. São *objetos-recurso*, à medida que servem a alguém que os possui. No entanto, para que cumpram a função de *servir*, estes *objetos-recurso* necessitam uma atenção, um preparo, um cuidado, uma manutenção, um manuseio específico, capazes de os fazer eficazes ao fim a que servem. Uma faca de cozinha não é qualquer faca, precisa ser bem selecionada entre o conjunto de facas existentes às quais se aplicam inúmeras

funções. Além disso, precisa ser continuamente afiada, mantida e guardada para evitar oxidação, caso contrário, deixa de ser eficaz aos objetivos de preparação dos alimentos. Um computador que sirva ao trabalho de um arquiteto, da mesma maneira, não pode ser qualquer máquina. Precisa ser selecionado conforme sua capacidade de rodar programas adequados, que depois de instalados necessitam ser atualizados e capazes de comportar novas versões a fim de fazer-se um recurso útil aos interesses e necessidades do arquiteto. Um cozinheiro com uma faca cega tem consigo um *objeto-recurso inútil* para cozinhar, um arquiteto com um computador que não permita o funcionamento de um *autocad*, possui também um recurso inútil a seu trabalho. Ser *recurso* é, assim, um *meio* que *serve a alguém* de forma *eficaz*. Chegamos, portanto, às três características essenciais de todo objeto-recurso: é um *meio*, uma ferramenta, um utensílio que serve aos interesses, projetos, objetivos, necessidades de um outro, na condição de ser *eficaz* aos fins empregados.

Porém, o que isso pode significar, quando nos referimos a *subjetividade como recurso*? Diferentemente dos *objetos-recurso*, fazer do humano um recurso, implica a criação de *sujeitos-recurso*. Um objeto-recurso é inerte, algo em si na forma de prático inerte (Sartre, 1960), determinado pela causalidade de suas funções físicas, químicas, mecânicas, ergonômicas etc. Um *objeto-recurso* não possui intenção própria, liberdade, angústia face ao porvir, não apreende seu próprio passado, não possui consciência corporal. De sorte que falar da *subjetividade como recurso* implica fazer do humano um *meio que sirva a alguém de forma eficaz* como *sujeito* e não como *objeto*. Emerge, dessa maneira, uma forma de *ser-no-mundo-como-recurso* (Castro, 2020), uma maneira de sentir e de viver as determinações do imaginário social, do tempo produtivo e da relação com o objeto da atividade resultantes da interiorização do individualismo de massa.

Ser-no-mundo-como-recurso caracteriza-se, por um lado, pela subjetividade constituindo-se e apreendendo a si mesma segundo as exigências da *auto-eficácia*. Ou seja, por um processo de construção de si a partir do imaginário social empresarial, das exigências do tempo produtivo e dos padrões de utilidade e dignidade próprios ao individualismo de massa operados por determinada lógica empresarial. Exigências estas que comportam uma forma específica de *consciência de si* (Castro, 2020) capaz de dar sentido às próprias experiências com base nos padrões sociais dados pelo imaginário social dominante, pelas exigências do tempo produtivo e pelas possibilidades de relação com o objeto da atividade. Uma consciência de si, portanto, na qual o valor e o sentido das experiências de trabalho revelam-se como interiorização daquilo que está normatizado pelo *dar produção*, pelo *poder de consumo* e pelos padrões de *dignidade e utilidade* estabelecidos pelo mundo empresarial.

Por outro lado, ser-no-mundo-como-recurso refere-se a uma *consciência dos outros* que adquirem, da mesma maneira, o sentido de recurso: meu colega de trabalho faz-se outro-recurso para mim e vice-versa, definido e valorizado pelos mesmos padrões que a mim se aplicam. De sorte que, a construção da subjetividade como recurso é concomitante à construção de uma intersubjetividade que organiza suas relações dentro dos padrões seriais de utilidade e dignidade vigentes na lógica empresarial. *Eu e outrem* vinculam-se, portanto, a partir da utilidade de cada um à empresa, da eficácia de cada um no alcance das metas, da capacidade de cada um vencer os ditames do tempo produtivo, vinculam-se em suma, pelas suas capacidades de se fazerem um para o outro, sujeitos-recurso.

Logo, a *subjetividade como recurso* evidencia-se, como forma do *indivíduo normal* dentro do sistema capitalista. Fazer-se *meio útil ao Outro de forma eficaz*, revela-se assim, um tipo de precariedade subjetiva escondida por trás de uma forma útil e digna, típica da normalidade das relações

sociais em nosso tempo histórico. Queremos com isso, sublinhar que por trás da normalidade de alguém que se realiza como *meio-útil-ao-outro-de-forma-eficaz* esconde-se um processo de empobrecimento das múltiplas possibilidades de vir a ser restringidas a um Eu *útil* à eficácia produtiva, *digno* por ter vencido a escassez e agradecido ao Outro por ter conquistado um lugar em meio a um sistema de mercado altamente competitivo. A subjetividade como recurso, nesse sentido, nos permite pensar que, aquilo que se mostra o ideal à realização dos sujeitos na sociedade capitalista, nada mais é, na verdade, do que um profundo empobrecimento das potências subjetivas do existir (Castro, 2020), expresso em termos práticos, nas palavras da operária Lavínia da Fábrica II, a cada final de jornada de trabalho: “obrigada Senhor pelo dia que eu passei aqui, por mais tenebroso que tenha sido”.

Referências

- Braverman, H. (1980). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castoriadis, C. (1975). *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil.
- Castro, F. G. (2020). *A subjetividade sem valor: trabalho e formas subjetivas no tempo histórico capitalista*. Curitiba (PR): Appris.
- Gauchet, M. (1985). *Le désenchantement du monde: une histoire politique de la religion*. Paris: Gallimard.
- Heidegger (2002). A questão da técnica, in *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Vozes.
- Mauss, M. (1974). Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de 'Eu'. In: *Sociologia e Antropologia vol.I*. São Paulo: EDUSP.
- Mota, F. R (2017). *Os sentidos do trabalho para os operários de uma indústria farmacêutica do Rio de Janeiro*, Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, UFRJ.

Nietzsche, F. (1991). *Par-delà le bien et le mal*. Paris: Le Livre de Poche.

Sartre, J-P. (1966). *L'être et le néant: Essai d'ontologie phénoménologique*. Paris: Gallimard.

Sartre, J-P. (1960). *Critique de la raison dialectique: précédé de Questions de Méthode*.
Tome I, Paris: Gallimard.

Weber, M. (1967). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Biblioteca
Pioneira de Ciências Sociais.

Weeks, A. (2011). *Psicología de la ciudadanía*. Oviedo: KRK Edicione.

O sono das vassouras: provocações ético-políticas acerca da articulação entre terceirização, saúde e possíveis resistências

*Sergio Dias Guimarães Junior*¹

Terceirização tem cor, classe e sexo!

Pixação em muro da UFRJ à ocasião das greves em 2015

Lá onde há poder, há resistência

Michel Foucault

O que ousaria interromper o sono daquelas vassouras? Esta indagação pairava de maneira preocupante pelos cantos e contornos do longo corredor daquela universidade. Espaço polimorfo que antes abrigava uma multiplicidade de relações e sujeitos embalados pelos seus afazeres cotidianos e que agora, por alguma razão, dava lugar a um vazio perturbador.

Brisas tímidas podiam, agora, escoar de uma ponta a outra do corredor sem obstáculos em seu percurso. Em seu bailado, carregavam consigo objetos que insistiam em ficar naquele local, testemunhando momentos de vida que ali aconteceram. Latas de refrigerante deixavam-se arrastar por longos centímetros até esbarrarem em guardanapos marcados por batons coloridos e cascas de banana que faziam transbordar as retílineas lixeiras que há tempos não sentiam o prazer de serem preenchidas por

¹ Sergio Dias Guimarães Junior: Psicólogo, mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGP - UFRJ). Pesquisador colaborador do Núcleo Trabalho Vivo (IP - UFRJ). Professor dos cursos de graduação em psicologia da Universidade Estácio de Sá (UNESA) e do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). E-mail: sergiodiasguima@gmail.com

completo. Nem as folhas da grande árvore quase morta resistiram à estranha movimentação que ocorria embaixo delas e deixaram-se tombar para também integrarem o raro movimento.

Restos de vida embalados pelo vento que os fazia passear por cantos jamais experimentados. Detritos que outrora viam o seu curto período de deleite interrompido pelo inesperado toque dos fios de vassouras e a sensação de esmagamento no pequeno vácuo que estes permitiam na sua ação conjunta com pás que os destinavam sem surpresa para o fundo de lixeiras sempre perfeitamente vazias. Mas o que afinal teria acontecido àquelas vassouras?

Na tentativa de respostas, buscou-se investigar o esconderijo atribuído a elas e confirmar as suposições a respeito do seu destino. E, na simultaneidade à sensação de alívio, percebeu-se que lá estavam elas, no pequeno cômodo alocado no final do corredor retilíneo, repousando umas sobre as outras como num sono que pedia para não ser interrompido. Vassouras alheias a tudo. Presume-se que não experimentavam semelhante conforto desde a condição de simples matéria prima, alheia ao próprio destino.

No escape de um segredo, era bem verdade haver ali o desejo de aquele sono não ser perturbado. Os efeitos estavam sendo percebidos por diversas pessoas e os impactos da sua preguiça involuntária ecoavam aos quatro cantos. Quem poderia sequer imaginar as consequências do sono prolongado de vassouras outrora tão ignoradas/?

Naquele momento, era como se toda a universidade estivesse coberta por um manto de poeira acumulada, em meio à mansa chuva de folhas e restos de vida aqui e acolá. Era espantoso observar a mudança na rotina diária daquela instituição. Para além de qualquer outra reflexão, o principal interesse, naquela altura, direcionava-se para a busca de pistas e

rastros que conduzissem a quem de fato protagonizava toda aquela situação. O ano era 2015 e impunha-se a necessidade de refletir sobre o que ali estava acontecendo: uma paralisação seguida por greve dos trabalhadores e trabalhadoras subcontratados da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Curioso era notar como aquela greve trazia consigo uma outra roupagem, ritmo e vida para os diferentes espaços da instituição. Vida residual, composta por restos e sobras recentemente ignorados e deixados à margem de outros movimentos tidos como vitais para o bom funcionamento do local. Descartes, agora notados, ocupando os espaços da universidade; reveladores por meio da sua simples presença, de algo estranho acontecendo ali.

Televisada, reportada e difundida em caracteres virtuais e impressos de diferentes origens, a paralisação - organizada coletivamente pelos subcontratados devido ao atraso de salários e não cumprimento de direitos trabalhistas - alcançou dimensões talvez não previstas, afetando discentes, docentes, funcionários e funcionárias técnicos e outros sujeitos que testemunharam a suspensão de aulas e atividades gerais da universidade.

Manchetes intituladas *Greve de terceirizados deixa UFRJ na sujeira; funcionários não recebem há dois meses*²; *UFRJ adia início das aulas por atraso no pagamento de funcionários*³; *Greve de terceirizados fecha faculdade da UFRJ*⁴; catapultavam por meio dos grandes canais midiáticos a novidade para todo canto, fazendo alarde sobre o que estava acontecendo. De repente, holofotes viraram-se para um ambiente cuja dinâmica regular

² Título de matéria jornalística disponível no site R7.com em 29 de outubro de 2015. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/balanco-geral-rj/videos/greve-de-terceirizados-deixa-ufrj-na-sujeira-funcionarios-nao-recebem-ha-dois-meses-29102015>.

³ Disponível em: <https://www.bonde.com.br/educacao/ensino/ufrj-adia-inicio-das-aulas-por-atraso-no-pagamento-de-funcionarios-360060.html>.

⁴ Disponível em: <http://www.redetv.uol.com.br/videos/redetv-news/greve-de-terceirizados-fecha-faculdade-da-ufrj>.

era desconsiderada e até mesmo esquecida diante da normalidade do cotidiano. A universidade timidamente tornava-se passível a observações, opiniões e olhares de diferentes procedências.

Ora, por que agora era necessário dar atenção aos restos produzidos pela universidade? Quais fatores estavam subjacentes a essa paralisação? Quais seriam as suas condições de existência e possibilidade? O que, afinal, aqueles restos tinham a dizer? A situação ali encontrada - para além da busca por soluções rápidas que amenizassem o problema e redirecionassem o local ao seu funcionamento e dinâmica regulares - apresentava-se como um convite para se pensar as relações de trabalho presentes na instituição, principalmente no que tange aos sujeitos subcontratados responsáveis por atividades de limpeza e manutenção de suas unidades. Os “terceirizados”, cujo trabalho passa a ganhar notabilidade apenas por meio das incômodas consequências de sua falta.

Ausência sentida pelo não recolhimento dos restos produzidos pela própria universidade e as consequências deste não-fazer que, no limite, fez com que a dinâmica da instituição desse uma pausa preocupante - e necessária. Pausa que direcionou olhares e atenções para trabalhadores e trabalhadoras que intencionalmente preferiam não interromper e nem perturbar o sono daquelas vassouras. Sono que perturbava instâncias outras e exigia reflexões acerca das relações e condições de trabalho daquelas pessoas. Relações laborais cotidianamente atravessadas por perda de direitos, atraso de salários, invisibilidade por parte de discentes e docentes e discriminações de diversas sortes, que dificultavam as possíveis brechas para movimentos de enfrentamento e resistência em prol de sua transformação. Eis aí a relevância da greve em questão.

Observa-se que, em consonância com a situação relatada, as recentes pesquisas desenvolvidas por Guimarães & Ferreira (2018), Guimarães Junior, Oliveira e Matos-Assunção (2017) e Barbati et al (2016) com

trabalhadores e trabalhadoras terceirizados do setor de limpeza e manutenção em universidades públicas brasileiras dão sinais acerca do cotidiano laboral desses sujeitos. Entre os resultados observados, destacam-se o contexto de fragmentação e a posição de fragilidade trabalhista e subjetiva na qual encontram-se os subcontratados, imersos numa dinâmica marcada pela precarização social e ameaça constante de perda de direitos no trabalho.

Em paralelo, os estudos de Costa (2004; 2008), realizados com garis da cidade universitária da Universidade de São Paulo (USP), fornecem importantes subsídios para se pensar os processos de desigualdade, exclusão e invisibilidade social nos contextos laborais. Neste sentido, Lhuilier (2012) afirma que essas atividades ignoradas e invisibilizadas, por estarem à margem do foco das atenções dos contextos de trabalho, são as que apresentam maiores riscos para os sujeitos que com ela estão envolvidos, inclusive de acidentes e outros contratemplos trabalhistas. Nas palavras da autora, “os operários da limpeza se apresentam em condições que tornam invisíveis suas atividades. Estas não são reconhecidas senão em tempo de greve, quando a poeira se acumula e os esgotos transbordam. O trabalho não é visto senão quando não é realizado” (Lhuilier, 2012, p. 24).

Desta forma, a poeira acumulada pelos cantos da universidade e os resíduos que insistiam em continuar naqueles espaços parecem nos dar pistas acerca das relações laborais que perpassam o cotidiano da instituição. Incitam certa visibilidade ao que por muito tempo passou despercebido diante de olhares distraídos. Aceitar o convite reflexivo que esta greve/paralisação instaura representa levantar questões e desenvolver argumentos críticos acerca do processo de terceirização no Brasil, seus atravessamentos político-econômicos, seus efeitos para a saúde dos sujeitos envolvidos em suas práticas e as impossíveis brechas neste cenário para formas de resistência e enfrentamento. Em outras palavras, este

exercício possibilita fundamentalmente pensar as relações de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados da UFRJ assim como os múltiplos fatores de seu entorno.

A dinâmica laboral dos sujeitos subcontratados da universidade, constituída por relações laborais injustas e excludentes, que ameaça a garantia de seus direitos e, muitas vezes, os desrespeita de fato, revela-se como problema de pesquisa que está atravessado por questões de diferentes ordens. Entre elas, destaca-se a seguinte: como é possível resistir diante de tal contexto? Esta questão abriga em si uma multiplicidade de vetores que reclamam uma análise cuidadosa. Neste ensejo, a intenção principal do presente texto é promover uma reflexão crítica acerca da articulação entre terceirização, saúde e formas de resistência nos contextos contemporâneos de trabalho. Para tal, serão apresentados alguns resultados de pesquisas realizadas nos anos de 2016, 2017 e 2018 com sujeitos subcontratados dos setores de limpeza e manutenção da universidade mencionada.

Aqui, parte-se da noção de saúde enquanto permanente movimento instaurador de novas normas, enquanto normatividade vital (Canguilhem, 2009). Como a capacidade de questionar normas *a priori*, usuais, já conhecidas, fixas, e determinadas num movimento que fundamentalmente propõe reconfigurações a partir da invenção de normas outras para a existência. Saúde enquanto invenção e, no limite, criação. Entende-se, portanto, que esta noção não mais está “vinculada entificação de constantes fisiológicas. Saúde é a posição na qual o organismo aparece como produtor de normas na sua relação com o meio ambiente. Até porque a norma, para um organismo, é exatamente sua capacidade em mudar de norma” (Safatle, 2011, p. 24). Neste sentido, é possível redirecionar nossos pensamentos para a concepção de doença no sentido de considerá-la como a permanência de normas usuais, de estados-normais. Doença enquanto

uniformidade do normal, como fixidez dos sujeitos a uma norma única, como não invenção (Safatle, 2011).

A partir dessas considerações, este ensaio crítico está estruturado da seguinte maneira: primeiramente será promovida uma reflexão acerca da articulação entre trabalho, poder e vida, seus tensionamentos sócio-históricos e desdobramentos contemporâneos. Em momento posterior, será desenvolvida uma discussão sobre a especificidade do processo de terceirização nos contextos laborais, sua historicidade no âmbito brasileiro e seus efeitos para a saúde dos sujeitos subcontratados. Em seguida, serão apresentados alguns resultados da pesquisa mencionada anteriormente com a intenção de perscrutar as im-possíveis formas de dominação, resistência e saúde que configuram o campo normativo da realidade laboral dos trabalhadores e trabalhadoras da universidade em questão. Por fim, com base nas sinalizações de pesquisa apresentadas, será promovida uma articulação entre a noção de saúde e possíveis movimentos de resistência, evidenciando os limites e possibilidades de reconfigurações normativas e abalos nas lógicas instituídas que constituem os contextos laborais.

Como resistir ao i-resistível?: tensionamentos conceituais a partir da articulação entre trabalho, poder e vida

Para que possa ser desenvolvida uma reflexão acerca da articulação entre terceirização e formas de resistência na contemporaneidade é preciso, num movimento reflexivo, dar um passo atrás e retomar alguns pontos fundamentais que nos fornecem pistas acerca da historicidade e das condições de possibilidade e formação dos contextos laborais em sua configuração atual.

Neste processo, ao investigar a relação entre trabalho e subjetividade⁵ - e seus desdobramentos ético-políticos - ficamos diante da estreita articulação entre poder e vida cuja constituição representa um potente caminho para se pensar as formas de dominação e resistência nos contextos laborais. O jogo dos dispositivos⁶ de poder em diferentes sociedades revela modos de controle e sujeição da vida cujas características e roupagens variam de acordo com sua historicidade, permitindo vislumbrar limites e possibilidades de resistência.

Ao retirar o poder de um estatuto unitário, quase que personificado dentro de limites carregados de sujeições, Foucault (1988) aponta o seu exercício como imanente à multiplicidade de forças em correlação. Exercido a partir de inúmeros pontos de origem, o poder - e suas relações consequentes - produz-se a cada instante como efeito imediato de qualquer tipo de relação. Observamos que nas formulações foucaultianas, as reflexões sobre relações de poder são frequentemente construídas e acompanhadas por diferentes formas da palavra “exercício” (tal como: “poder que se exerça”, “seu exercício é” e “o poder se exerce”) e, tal escolha, nos dá sinais sobre o caráter processual, relacional e dinâmico desta noção.

Concomitante às proposições acerca do caráter múltiplo e móvel das relações de poder, a constatação de que “lá onde há poder há resistência” (Foucault, 1988, p.91) abre horizontes de análise ainda mais complexos.

⁵ Subjetividade enquanto processo, ou seja, processos de subjetivação não como formas identitárias ou modelos individuais, mas no sentido da constituição de modos de existência e invenção de possibilidades de vida. Que não dizem respeito à “existência enquanto sujeito, mas como obra de arte” (Deleuze, 2013, p.120). Modos de existência capazes de resistir às artimanhas do poder e que não param de se reinventar, de se recriar, de tornarem-se outra coisa. Neste sentido, a noção de processos de subjetivação nos leva a uma análise acerca da noção de processo, presente no pensamento de Deleuze, e desenvolvida por Lapoujade (2015), cujas contribuições consideram processo enquanto “uma ruptura, uma brecha que quebra a continuidade de uma personalidade, forçando-a a uma espécie de viagem através de um 'a mais de realidade' (Lapoujade, 2015, p.10). Desta forma, a noção de processos de subjetivação aqui considerada refere-se à criação e invenção de modos de existência e possibilidades de vida e trabalho de maneira processual, singular e única e não de forma identitária e “personalizada”.

⁶ Dispositivos enquanto máquinas que fazem ver e falar (Deleuze, 1996). Noção considerada aqui como um conjunto heterogêneo de linhas e forças de diferentes origens e tipos, heterogêneas (Foucault, 1979; Deleuze, 1996), que possuem efeitos de subjetivação (Ferreira, 2017).

Considera-se, aqui, a noção de resistência a partir de sua pluralidade fundamental: como pontos de resistência, sempre únicos, em função dos quais existem as correlações de poder (Foucault, 1988). A irregularidade de sua distribuição e sua presença nos meandros descontínuos ao longo de toda a rede de poder revelam que esses pontos, em seu exercício transitório, são capazes de produzir reagrupamentos, rompimentos, remodelagens, desmanches, desconstruções, desvios e transformações.

Sendo assim, há que se fazer, logo de saída, alguns questionamentos: como pensar as estratégias e dispositivos de poder e sua relação com a vida em diferentes tipos de sociedade e contextos de trabalho? À guisa de um contorno para tal questões, contribuições foucaultianas acerca das tecnologias e estratégias de poder apresentam-se como relevante ponto de partida para nossas reflexões.

Ao demonstrar as variadas facetas do poder em diferentes constituições societárias, Foucault (2005; 1998) aponta para as modulações através das quais as estratégias de poder consolidaram seu exercício. Desde máximas soberanas que, a partir do “fazer morrer”, ditavam destinos até tecnologias disciplinares direcionadas para o corpo individual (tecnologia disciplinar do corpo) e também à vida em suas dimensões mais amplas (tecnologia de regulamentação da vida), o autor revela como ao longo do tempo o poder virou seus olhos para a vida enquanto elemento central a ser investido e potencializado: “agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação” (Foucault, 1988, p. 130).

O relevo dado por Foucault a este processo revela o aparecimento do que ele chamou de *biopolítica da espécie humana*. Tecnologia de poder que se caracteriza menos como anátomo-política do corpo e mais investida na vida em termos biológicos, políticos e processuais. Desta forma, a biopolítica estaria na constituição de uma estratégia mais ampla, denominada por

Foucault de *biopoder* que, ao considerar aspectos como a vida e a morte, diferencia-se dos antigos dispositivos disciplinares pelo seu esforço direcionado para a regulação e otimização da vida. Poder interessado na vida de ponta a ponta, desde seus aspectos biológicos, detalhes anatômicos, no corpo, até suas dimensões populacionais e totalizantes (Pelbart, 2008; 2003).

Assim, observa-se que “este biopoder [...] foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo” (Foucault, 1988, p. 132), como fator fundamental ao projeto de modernidade capitalista industrial na sua tarefa de se apoderar das potências da vida em função dos modos e modelos de produção deste sistema. Neste sentido, revela-se interessante a articulação entre dispositivos de poder e modo de produção capitalista. Pensemos, então: quais teriam sido as diferentes facetas e roupagens forjadas pelo poder nos contextos laborais ao longo dos anos? Em quais pontos dos processos de produção e trabalho as estratégias do poder incidiram com maior força e intensidade? Quais eram suas finalidades e a quais intenções respondiam?

Observa-se variações no predomínio das formas de poder e controle no trabalho desde os clássicos contextos originários da gerência industrial (Braverman, 1987) até modos de trabalhar tayloristas/fordistas cujos princípios disciplinares não eram estrangeiros à ideologia “corpo-máquina”, considerando seres humanos enquanto maquinaria útil e produtiva. Em contraste, o modo de trabalho e produção toyotista articula-se com mecanismos de poder que direcionam seus olhares para a vida em seus aspectos mais gerais, controlando-a de modo mais sutil e horizontal, porém não menos eficaz (Boltanski & Chiapello, 2009).

Esta forma labiríntica de controle materializa-se nos modos de gestão - no sentido de técnicas diversas utilizadas com a finalidade de garantir a perenidade das organizações - e de gerenciamento da força de trabalho

enquanto combustível necessário para a manutenção da engrenagem capitalista. Gaulejac (2007), baseado em reflexões foucaultianas, chama atenção para a passagem do sistema disciplinar para o que ele chama de poder gerencialista, cujo exercício despe-se da roupagem opressiva e estática que lhe eram características e passa a preocupar-se com as implicações subjetivas dos indivíduos que trabalham.

Poder que vira a página dos corpos úteis e dóceis e objetiva transformar energia psíquica em força produtiva e mobilização para o trabalho, que deixa de lado aspectos repressores para elaborar mecanismos de sedução com fins produtivos, que troca imposições por estratégias de adesão e não reclama mais obediência, mas sim investe nas possíveis formas de reconhecimento de quem trabalha. Assim, a gestão gerencialista passa a mobilizar desejos e afetos direcionados a uma organização que atinge um limiar quase que personificado - enquanto um ente que é capaz de reconhecer e valorizar quem a ele dedica tempo e investimento subjetivo (Gaulejac, 2007; 2015).

Neste caminho, o processo produtivo parece tornar-se mais poroso, difuso, fluido e os dispositivos de controle que o atravessam não mais deixam rastros explícitos que permitam identificar facilmente sua origem, destino e intenções. Esta dinâmica instaura um cenário no qual tempos e movimentos não são mais rígida e explicitamente controlados e nem corpos mecanicamente docilizados, num processo onde passa a ser possível vislumbrar relações laborais mais flexíveis e multiformes. Flexibilidade concebida enquanto simulacro de uma suposta autonomia e liberdade (Sennett, 2009).

Este mosaico rompe em diversos aspectos com o padrão fordista de produção e gera, como consequência, modos de trabalhar e viver baseados na flexibilização e precarização em diferentes dimensões. De mãos dadas com o capitalismo flexível, observa-se o crescimento contínuo de aparatos

tecnológicos e o predomínio da lógica financeira que mantém sua égide sob os pilares da volatilidade, velocidade e descartabilidade desmedidas, num processo de “tudo para ontem”, de temporalidades vinte e quatro horas por dia durante sete dias por semana - 24/7 - (Crary, 2016), cuja urgência segue seu fluxo transformando tudo o que encontra em seu caminho em obsoleto, antigo e ultrapassado (Antunes, 2014; Antunes & Druck, 2015).

Contexto de temporalidades devastadas por preceitos neoliberais no qual há forte restrição da satisfação das necessidades humanas, particularmente no que tange à dimensão do tempo, e cuja configuração produz *sujeitos devedores*, endividados pelas “concessões” a eles ofertadas pelas organizações empregadoras (Han, 2020; 2017; Lazzaratto, 2017). Neste mosaico, observa-se a relação entre espaço, tempo e vida articulada com a perda de sentido no trabalho (Hamraoui, 2016a; 2016b).

Diante deste cenário, o convite à reflexão acerca do fenômeno da precarização do trabalho revela-se necessário enquanto material que poderá nos auxiliar no curso de nossas análises, principalmente na consideração do contexto trabalhista brasileiro - cujas heranças colonialistas e escravocratas estão presentes nos alicerces estruturais da sociedade e podem ser observadas, por exemplo, nas variadas formas de desigualdades étnico-raciais e de gênero e nos modos de divisão racial⁷ e sexual do trabalho (Almeida, 2020; Schwarcz, 2019; 1993). De maneira convergente, afirma-se que as suas condições de possibilidade estão atreladas ao predomínio da lógica financeira na economia global - acentuado nas décadas de 1980/90 -, à vigência das formas de acumulação

⁷ Cabe destacar a importância do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), criado em 1990, na produção de conhecimentos e ações para o combate ao racismo e promoção da igualdade de gênero e raça no cenário brasileiro. Para acesso à página virtual do CEERT: <https://www.ceert.org.br/>

flexível de capital, à ofensiva neoliberal como imperativo hegemônico e aos governos defensores da chamada desregulamentação dos mercados.

Especificamente acerca da referida ofensiva neoliberal, Dardot & Laval (2016a; 2016b; 2016c) afirmam que a dinâmica tentacular dos ideais e princípios do neoliberalismo financeiro estão para além do âmbito das doutrinas e práticas político-econômicas, pois alcançam dimensões mais amplas, complexas e íntimas da vida dos sujeitos. Em outras palavras, esta *razão neoliberal* alcança a multiplicidade dos modos de existir, sentir, pensar, se comportar e agir⁸. Lógica que, em seu funcionamento, tem a concorrência como fundamento primeiro e o modelo empresa como referência normativa que forja “sujeitos-empresa” / “sujeitos empreendedores-de-si” que, no limite, interagem como unidades empresariais e aos quais é atribuída a integral responsabilidade dos seus possíveis êxitos e fracassos nos contextos laborais. Dinâmica esta que desconsidera a complexidade social característica do mundo do trabalho na intenção de reduzir problemas mais amplos e individualizar questões sócio-historicamente construídas.

Diante de tais considerações, cabe destacar transformações cíclicas e mudanças históricas nos formatos de acumulação capitalista que surgiram na década de 1980 sob a égide neoliberal⁹ e foram reforçadas no Brasil no decorrer dos anos 1990, todas em consonância com os imperativos de valorização insaciável próprios à lógica do capital. O resultado direto desses processos foi o desenvolvimento de uma reestruturação produtiva que

⁸ Esta afirmação encontra-se diretamente relacionada à própria noção de trabalho (trabalhar), aqui considerada enquanto “poder de sentir, de pensar e de inventar” (Dejours, 2004, p. 28).

⁹ À guisa de conceituação, Harvey (2011) afirma que “o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas” (p.12).

teve como consequência principal transformações profundas na constituição da classe trabalhadora. O ideário neoliberal introduz então métodos “participativos” e “colaborativos” que se caracterizam por modelos de acumulação flexível e de ganhos salariais com base na produtividade e lucratividade (Antunes, 2020; 2014). A combinação desses fatores serviu como adubo para a consolidação do fenômeno da precarização social do trabalho no Brasil, marcado pela institucionalização da flexibilização do trabalho no país¹⁰ (Druck, 2016; 2013; 2011; Antunes & Druck, 2015).

A partir do que foi exposto anteriormente observa-se que: seja no contexto contemporâneo ou em outros períodos históricos, por meio de disciplinas rígidas ou controles mais fugidios e escorregadios, as estratégias de poder para com a vida sofreram transformações ao longo do tempo, (re)modelagens planejadas para que seu exercício pudesse pavimentar um caminho propício para a reprodução de determinados modos de viver e trabalhar, assim como para o crescimento desenfreado do capitalismo financeiros e os efeitos subjetivos que lhe são subjacentes. Mas, diante deste cenário, quais seriam as possibilidades de resistência diante dos efeitos desses dispositivos de poder e dominação¹¹? De que maneira seria possível enfrentar o que parece não ser passível de desvios, contornos, transformação e mudança? Como, então, resistir ao que se apresenta como i-resistível? O que restaria à vida diante de tais estratégias e imperativos?

¹⁰ Neste capítulo decidimos abordar especificamente a prática da terceirização na conjuntura trabalhista brasileira como ponto central de nossas análises. Há, sem dúvida, outras dimensões do fenômeno da precarização social do trabalho que poderiam ser destacados, como por exemplo as formas de trabalho uberizado que representam uma materialização emblemática dos fundamentos neoliberais e da ideologia do sujeito “empreendedor de si” (Antunes, 2020a; 2020b; Abílio 2020). Porém, por questões de estrutura textual e recortes conceituais visando alcançar o objetivo do presente texto, optamos por não empreender reflexões aprofundadas sobre esses outros aspectos.

¹¹ Thomas Périlleux (2013) aponta que a noção de dominação atrela-se aos mecanismos de poder e seus múltiplos efeitos. Revela-se enquanto abuso de poder cujos desdobramentos refletem, principalmente, na capacidade de ação dos sujeitos dominados. Ao direcionar suas análises para os contextos de trabalho contemporâneos, marcados por variadas formas de dominação capitalista neoliberal, o autor aponta para uma notável perda da capacidade inventiva do trabalho e aumento dos modos de servidão dos trabalhadores e trabalhadoras.

Em face de tais aspectos, percebe-se que a vida ainda encontra espaço de manobra para o seu permanente processo de reinvenção. Pelbart (2008) afirma que diante do poder sobre a vida encontram-se as potências da vida e que ao biopoder revela-se o que o autor chama de biopotência - própria vida, composta por forças insubordináveis e teimosas que representam um caminho através do qual é possível intensificar enfrentamentos, resistências, estalos e rachaduras nas formas de vida e trabalho na contemporaneidade.

Tal reflexão produz ressonância com as noções de biopolítica enquanto produção alternativa de subjetividade que se dá como resistência e acontecimento de liberdade cujos tremores instauram essa biopolítica como acontecimento, ou seja, como ruptura à linearidade, continuidade, fixidez e determinação das ordens e dispositivos de poder - conduzindo-nos face a uma concepção biopolítica de racionalidade considerada enquanto razão biopolítica (Hardt & Negri, 2016). Forças que “vêm de dentro”, que partem do interior da modernidade, pautadas na produção de um comum alicerçado em práticas sociais coletivas.

A potência crítica e transgressora desses movimentos de criação de novas realidades, nos põe em contato com seu caráter espantoso, não decifrável, insistente e, no limite, aberrante. Movimentos aberrantes - noção desenvolvida por Lapoujade (2015) na leitura que faz da obra de Deleuze - como movimentos que, em sua lógica irracional, fazem morrer o que não é necessário para as potências da vida cuja ocorrência não tem caráter acidental, mas sim necessário, forçado e constitutivo. São movimentos que, em sua potente particularidade, vinculam-se à vida em seus aspectos ético-políticos.

A partir do que aqui foi exposto, percebe-se que, de uma maneira ou de outra, algo da vida sempre escapa, sempre escapará às artimanhas e

tecnologias de poder e dominação. Neste sentido, a dimensão laboral apresenta-se como potente território para se pensar tais questões, principalmente ao considerarmos a configuração contemporânea dos contextos de trabalho, marcados pela dinâmica da terceirização enquanto prática disseminada e, mais recentemente, reforçada por decisões político-jurídicas.

É a respeito desta prática e dos aspectos que orbitam em seu entorno que as linhas seguintes se dedicam.

O processo de terceirização em questão: apontamentos críticos em contexto de subcontratação irrestrita

A combinação dos efeitos remanescentes da crise mundial eclodida no ano de 2008, acompanhada de forte redução nos níveis de empregos formalizados e aumento da recessão em velocidade acelerada constituiu o cenário que trouxe destaque para o processo de terceirização enquanto resposta e possibilidade de enfrentamento da crise econômica em questão, em especial no contexto brasileiro (Antunes, 2020; 2014).

Na busca por uma definição conceitual desse processo, Marcelino & Cavalcante (2012, p.338) defendem que a terceirização é “(...) todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e (ou) a externalização dos conflitos trabalhistas”. Nesta mesma direção, o Departamento Intersindical Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2014) afirma que a terceirização caracteriza-se por uma dinâmica entre uma “empresa contratante ou “empresa-mãe” que transfere a execução de uma atividade, que seria realizada por um sujeito diretamente contratado, para outro trabalhador ou trabalhadora vinculado(a) a uma “empresa terceira ou contratada”.

Para além da mera transmissão de funções e atividades, tal prática também pode ser analisada a partir de uma perspectiva crítica que considera que “o que as empresas chamam de terceirização é a divisão do trabalho própria no capitalismo, que sempre existiu, pois as economias capitalistas são compostas por espaços de acumulação diferentes, vários capitais se relacionando entre si para a produção de mercadorias.” (Filgueiras & Cavalcante, 2015, p. 19). A partir deste ângulo de análise o que se observa, em casos de terceirização, são contratações diferenciadas por parte das empresas contratantes cujos interesses estão explícitos.

Curiosamente, percebe-se que desde as primeiras fases do capitalismo industrial, marcado pela efervescência rígida dos antigos modelos fabris, a prática da subcontratação dava sinais de sua existência. Tal afirmação pode ser justificada pelas contribuições de Braverman (1987) que apontam a presença de uma variedade de sistemas de subcontratação desenhados por gestores capitalistas, numa época na qual acreditava-se que era possível comprar e adquirir trabalho, da mesma forma como eram adquiridas matérias primas para a produção fabril. Assim, é possível constatar que mesmo “por volta de 1870, o empregador imediato de muitos trabalhadores não era o grande capitalista, mas o subcontratador intermediário, ao mesmo tempo empregado e pequeno empregador de trabalho” (Dobb, 1947, p. 266-67 apud Braverman, 1987, p. 63).

Ao longo do tempo, o processo de subcontratação foi se aprimorando em escala global, e seu fundamento de redução de custos empresariais e intenções de “fazer mais com menos” foram sendo materializados de diferentes maneiras e roupagens. O aperfeiçoamento e propagação dos sistemas de terceirização/*outsourcing*/subcontratação foram tais que, nesses processos, “as grandes empresas recorrem a subcontratados de primeiro nível, que subcontratam empresas de segundo nível, e assim por diante. Quanto mais complexo o produto final, mais longa é a cadeia. A

subcontratação, assim, dá origem a redes muito ramificadas” (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 243).

No que tange ao contexto brasileiro, as contribuições de Souto Maior (2017) e Antunes & Druck (2015) atestam que a regulamentação da terceirização das atividades no Brasil iniciou-se na década de 1970, tendo como marco a Lei 6.019/74 que autorizou a subcontratação de determinados serviços por parte de organizações do ramo financeiro. A Lei 5.645/1970, na mesma década, tornou legal a prática da terceirização de serviços (transporte, limpeza, custódia etc.) por instituições do setor público. Neste período, não era autorizada a terceirização de quaisquer tipos de atividades permanentes, principais (atividades-fim) das empresas. Em 1993, impulsionado por forças do âmbito privado, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) editou o Enunciado 331 - cancelando o anterior Enunciado 256, de 1986 - que tornou lícita a contratação de quaisquer serviços ligados às atividades de suporte (atividades-meio), o que era vedado pelo enunciado anterior.

Mais recentemente, o Projeto de Lei 4.302/1998 - aprovado de forma preocupante em março de 2017 - legalizou a terceirização de todas as atividades das empresas (tanto meio quanto fim). Transformado na Lei ordinária nº 13.429/2017¹² e ainda reforçado pela recém-aprovada “Reforma” Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017)¹³, este projeto instaura um

¹² O projeto de lei em questão tem como marco principal a legalização da terceirização, tanto de atividades meio, quanto de atividades fim das empresas. Antunes & Druck (2015) já anunciavam tal possibilidade, denominando o cenário decorrente desta possível decisão de um contexto de “terceirização sem limites”. O conteúdo completo da Lei 13.429/2017 pode ser acessado através do seguinte endereço virtual do Diário da União: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em 21 de maio de 2018.

¹³ As aspas aqui empregadas intencionalmente revelam uma marcação e um posicionamento de que a recém-aprovada reforma trabalhista não possui caráter reformador no sentido de evolução jurídica, desenvolvimento das leis trabalhistas brasileiras em prol de relações mais justas entre as empresas e a classe trabalhadora, mas sim defende os interesses do capital e catalisa os processos de exploração e dominação dos trabalhadores e trabalhadoras do país. Seus enunciados trazem mudanças polêmicas no ordenamento jurídico que defendem; entre outros pontos negativos, o trabalho intermitente, que pode levar ao enfraquecimento da formação de vínculos entre a classe trabalhadora. Observa-se que os enunciados que propagam a novidade pelos quatro cantos do Brasil o fazem sob um simulacro desenvolvimentista, baseados na ideia de um suposto aprimoramento das leis para um maior desenvolvimento do país. O presente ensaio não compartilha esta ideia e posiciona-se de forma crítica, tendo

cenário de terceirização sem limites no país, no qual são atendidas as urgências e necessidades do empresariado, em detrimento das frágeis tentativas de manutenção da rede de proteção social e da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras subcontratados. Estes aspectos, somados à extinção do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência em 2019, são elementos chave neste império da intermitência, como reflexos das ofensivas ultraliberais e antidemocráticas¹⁴ que se fortalecem no país (Guimarães Junior & Silva, 2020).

Estimativas referentes à quantidade de vínculos empregatícios formais em atividades tipicamente terceirizadas reforçam a relevância deste tema e reafirmam a capilarização do processo de terceirização no cenário trabalhista brasileiro. Um recente relatório do DIEESE (2017)¹⁵, aponta que no ano de 2014 havia no Brasil cerca de 12,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e 35,6 milhões em atividades tipicamente contratantes (não-terceirizados). Acredita-se que até o presente momento este número tenha aumentado de maneira significativa - tendo em vista, principalmente, as recentes decisões político-econômicas do país.

Importantes contribuições do campo da sociologia do trabalho afirmam que o fenômeno da terceirização representa a principal forma de flexibilização e precarização do trabalho na conjuntura social contemporânea (Druck, 2013; 2011). Partindo dessa perspectiva, e considerando outras

possíveis contribuições que possam auxiliar nos esforços de combate e enfrentamento deste movimento preocupante das “reformas” e “modernizações” brasileiras.

¹⁴ Para aprofundamento na fundamental discussão acerca da relação entre neoliberalismo e forças antidemocráticas, ver *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* (Brown, 2019). Suas contribuições são de crucial importância para a compreensão da ofensiva conversadora e fundamentalista que vem ganhando notoriedade no contexto brasileiro cujos desdobramentos podem ser observados de forma particular nos contextos de trabalho precarizados.

¹⁵ As análises empreendidas no relatório em questão foram baseadas em dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

formas de trabalho flexível, como a chamada quarteirização e a pejotização¹⁶, refletimos aqui, sobre como este fio possibilita a elaboração de uma rede social precária e contribui, igualmente, para novas costuras serem feitas no âmbito trabalhista, trazendo sérias consequências tanto para a saúde das trabalhadoras e trabalhadores nele envolvidos, quanto para seus mecanismos de proteção social e formas de resistência.

Os múltiplos desdobramentos e efeitos deletérios da prática da terceirização podem ser observados a partir de pesquisas acadêmicas de diferentes campos epistemológicos que lançaram-se à investigação da subcontratação enquanto objeto de estudo. Aspectos relacionados à remuneração (DIEESE, 2014; Filgueiras & Cavalcante, 2015), jornada de trabalho (Filgueiras & Dutra, 2014; Rebelo *et al*, 2018), índices de rotatividade (Pelatieri *et al*, 2018), riscos de acidentes e mortes no trabalho (FUNCOGE, 2013) e efeitos para a saúde física e mental (Seligmann-Silva & Heloani, 2017; Franco & Druck, 2013; Franco, Druck & Seligmann-Silva, 2010; Barros & Mendes, 2003) fazem parte desse conjunto de sinalizações que nos dão pistas acerca da nocividade desta prática e alertam sobre a preocupação com a sua continuidade e disseminação irrestrita pelo país.

Além dos estudos anteriormente citados, destacam-se também outras pesquisas não menos importantes referentes à temática da terceirização na contemporaneidade. Entre elas estão os estudos de Filgueiras (2014), que discorre sobre a relação entre terceirização e trabalho análogo à escravidão no Brasil; e de Figueiras & Druck (2014) e Lima (2010) que ressaltam a presença de práticas de violência psicológica, discriminação e assédio no cotidiano laboral dos sujeitos subcontratados.

¹⁶ A chamada “quarteirização” refere-se a uma espécie de efeito cascata decorrente do próprio processo de terceirização. Nestes casos, empresas subcontratadas terceirizam outras para a realização de suas atividades, evidenciando um processo no qual o que já é terceirizado também terceiriza/subcontrata. Por sua vez, a “pejotização” diz respeito ao processo através do qual sujeitos tornam-se empreendedores de si por meio da roupagem de Pessoa Jurídica (PJ), ou seja, de uma espécie de sujeito-empresa.

A partir do que foi exposto é possível perceber a complexidade que caracteriza as questões relacionadas à temática da terceirização na atualidade e, desta forma, faz-se cada vez mais necessária a tarefa de fomentar debates críticos sobre este tema no âmbito acadêmico. Esta multiplicidade de dados e reflexões nos encaminha às seguintes provocações: como pensar formas de resistência em contextos de subcontratação irrestrita? Como pensar o tensionamento entre terceirização e saúde na produção de modos de existência estética, ética e politicamente referenciados no trabalho? Adiante, elaboramos sobre tais questões ao observar alguns resultados da pesquisa realizada com trabalhadores e trabalhadoras subcontratados da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resistências apesar-de-tudo

Conforme dito anteriormente, o potente sono das vassouras, que ocasionou a incômoda greve na UFRJ no ano de 2015, representou um instigante convite para se pensar as relações laborais que a universidade abriga. Mais especificamente - e o que neste texto nos é mais caro - promover uma reflexão acerca da realidade cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras subcontratados da instituição.

Neste ensejo, realizou-se uma pesquisa com treze sujeitos, dez mulheres e três homens, todos com vínculo contratual terceirizado que prestavam serviços à UFRJ. A idade dos sujeitos envolvidos era entre 30 e 60 anos; ensino médio completo e um período mínimo de três anos de trabalho na instituição, alocados em dois de seus principais centros e unidades internas. Todos faziam parte dos setores de limpeza, exercendo o cargo de auxiliar de serviços gerais. As intervenções metodológicas aconteceram durante o primeiro e o segundo semestres do ano de 2016, no próprio local de trabalho dos subcontratados. Os participantes que contribuíram com o estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE) no qual estava expresso o caráter voluntário e anônimo da participação na pesquisa.

Foram organizados encontros coletivos com os trabalhadores e trabalhadoras, assim como algumas entrevistas semiestruturadas. Conduzidas individualmente e com duração de uma hora a uma hora e meia, tais entrevistas tiveram todo o seu conteúdo verbalizado transcrito e posteriormente analisado por dois pesquisadores (autores deste ensaio). Para a análise das sinalizações obtidas tanto nos encontros coletivos quanto nas entrevistas individuais foi escolhido o método de Análise de Núcleos de Sentido (ANS), desenvolvido por Mendes (2007). Esse método revela-se como uma adaptação da técnica de Análise de Conteúdo por categorias desenvolvida por Bardin nos anos 1970. Nele, a recorrência dos temas oriundos dos encontros e entrevistas representou o principal critério para a formação de categorias e núcleos de sentido baseados nas verbalizações dos sujeitos participantes.

Desta forma, observa-se que os encontros coletivos organizados com os/as participantes da pesquisa representaram espaços nos quais era possível falar livremente acerca das vivências, afetos e sentimentos relacionados ao trabalho e aos impactos deste fazer em suas vidas. Tais características fazem ressonância com a noção de espaços públicos de discussão no trabalho cuja dinâmica permite a livre circulação da palavra, o debate, a construção da confiança entre os sujeitos a partir da expressão coletiva do sofrimento e as possibilidades de elaboração e transformação do mesmo (Dejours, 2012; Martins & Mendes, 2012).

Aqui, parte-se da noção de trabalho enquanto modos de sentir, pensar e agir que estão para além de prescrições, manuais e regras laborais. Trata-se de um processo no qual a subjetividade coloca-se à prova constantemente, cujo desenrolar incita movimentos de criação e invenção (Mendes, 2007, Dejours, 2004). Em consonância, Pujol (2015) afirma que

a força criativa que surge nas situações de trabalho exige que o sujeito supere as técnicas e a rotina, para que este excesso as renove. A dimensão criativa do trabalho, nesse sentido, caminha na contramão de uma mera obediência e repetição às prescrições técnicas e normativas.

Assim, observa-se que as sinalizações produzidas nos encontros coletivos, assim como o conteúdo das entrevistas, revelam que os sujeitos subcontratados estão envolvidos em um contexto no qual predominam formas, normas e práticas instituídas de trabalho que, em relação umas com as outras, abafam as possibilidades vivas do fazer singular e da mobilização coletiva, oferecendo aos sujeitos um cotidiano com normas fixas, excludente, regular, prescritivo e linear, delimitando claramente um campo restrito de possíveis que mantém a continuidade de sua lógica e funcionamento.

No contexto da pesquisa em questão, observou-se a prevalência de normas rígidas, regras fixas, práticas instituídas e atividades rotineiras (já conhecidas e repetidas religiosamente pelos subcontratados em seu cotidiano) que dificultam a construção e emergência de laços de cooperação e confiança entre pares assim como de possíveis movimentos de mobilização e deliberação coletiva no trabalho. Entre tais tarefas, a limpeza de salas, corredores e outros espaços da universidade destacam-se por estarem atravessadas e ritmadas pelo movimento dos ponteiros do relógio que, em seu exercício, marca a cadência do cotidiano laboral desses trabalhadores e trabalhadoras, cujas tarefas são executadas em tempo e espaço rigidamente controlados por seus superiores.

Dinâmica cujas possibilidades de desvio, criação, e para o exercício da capacidade normativa dos sujeitos - aqui considerada enquanto processo de saúde -, invenção e afirmação de formas singulares de trabalhar são abafadas e estão constantemente acompanhadas pela hegemonia da fixidez normativa do funcionamento do local e pela rigidez da norma que -

mesmo sem ser dita ou estar materializada em manuais ou relatórios - dita e faz reproduzirem o “jeito que se trabalha” enquanto subcontratado na universidade. Uma vez obstruída a capacidade normativa dos sujeitos pela insistência em seguir normas fixas e/ou pela desistência da aposta em formas de vida e trabalho singulares, tem-se um horizonte de possíveis vivências de sofrimento e quadros de adoecimento no trabalho.

Os principais resultados do estudo apontam para a invisibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras subcontratados e para a vivência de situações de exclusão, discriminação e outras injustiças no cotidiano da universidade. A falta de reconhecimento pelo seu fazer acompanhada dos atrasos salariais, da sobrecarga de atividades e das más condições estruturais de trabalho se apresenta como uma das constatações mais críticas obtidas durante os encontros e entrevistas.

Em paralelo, discriminações de cunho étnico-racial também estiveram presentes nos relatos dos sujeitos participantes. Isso indica uma necessária discussão sobre questões étnico-raciais e questões de gênero nos contextos de trabalho, principalmente sobre os atravessamentos presentes no fato de ser mulher e/ou ser negro nestes cenários. Santos, Diogo & Schulman (2014), ao analisarem a tríade trabalho-gênero-raça, reafirmam a - cada vez mais viva - dinâmica social responsável pela criação de um não lugar destinado a mulheres, negros e, particularmente, às mulheres negras nos contextos laborais. Observa-se que este não lugar está acompanhado, entre outros diversos fatores, de menor nível de remuneração, menores chances de promoção e mobilidade social, e piores condições de trabalho (Almeida, 2020; Bento, 2002).

A partir desta análise, não causa espanto o fato de que quase a totalidade dos subcontratados participantes da pesquisa era negra e que suas queixas e lamentos eram (e ainda são) por muitas outras vozes evocados.

Tais questões nos reclamam atenção desde muito tempo e sua permanência no seio social nos dá pistas de que, por exemplo, a terceirização no Brasil tem raça e gênero. Sabe-se que é preciso falar, escrever, pensar, refletir e agir sobre isso. No presente texto, afirma-se a pertinência e urgência destas temáticas serem trabalhadas e mais bem consideradas nos campos epistemológicos que se dedicam à produção de conhecimento acerca da relação entre trabalho e subjetividade, trabalho e saúde para que seus desdobramentos teórico-práticos estejam atrelados à garantia de direitos trabalhistas e à afirmação de uma vida digna em suas mais amplas e íntimas dimensões.

Em contrapartida às sinalizações mencionadas, alguns outros sujeitos relataram que o modo como se relacionam com os alunos e alunas da graduação representa fonte de prazer e bem-estar diante das adversidades do seu contexto laboral. Revelam que o reconhecimento pelo trabalho que fazem advém menos de seus superiores/chefia e mais dos próprios estudantes da universidade. Contam que se sentem reconhecidos pelo trabalho que realizam, principalmente, quando alunos e alunas elogiam a limpeza das salas ou agradecem por algum serviço prestado.

Nesse sentido, considerando o contexto e a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras em questão, haveria espaço para outros possíveis? Seria possível identificar uma brecha através da qual podem se engendrar ações de enfrentamento e dispositivos de ruptura diante dessa lógica normativa e excludente observada nas relações de trabalho da universidade? No âmbito dessas indagações, por fim, poderíamos nos questionar: como os sujeitos subcontratados poderiam, então, se engajar coletivamente em movimentos de resistência que estejam a favor de formas de vida e trabalho pautadas na ética e na dignidade da vida?

Entre os resultados da pesquisa, observa-se que, mesmo imersos em um contexto marcado pela prevalência de normas fixas, formas de

exclusão e ameaça de direitos no trabalho, os sujeitos subcontratados encontram veredas e brechas para a criação de formas de resistência que estão à favor de modos de trabalho mais dignos e da vida em seus aspectos ético-políticos. Brechas para para a criação de outras possibilidades normativas. Brechas, portanto, de saúde. Resistências enquanto movimentos apesar-de-tudo.

Um dos exemplos desta dinâmica, é a criação da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ), articulada e organizada pelos próprios sujeitos subcontratados, que afirma a potência de ações de resistência no contexto da universidade. Germinada no seio das reivindicações desses sujeitos por melhores condições de trabalho, esta associação visa a promoção de maior visibilidade para suas questões e objetiva catalisar ações que garantam o cumprimento de direitos trabalhistas para esses trabalhadores e trabalhadoras.

Como efeitos desta iniciativa, foram observadas importantes conquistas como o recebimento de salários atrasados, certa diminuição da carga horária de trabalho, campanhas de arrecadação de alimentos para os seus integrantes e maior aproximação nos diálogos com a Reitoria e outras instâncias da universidade. Tais avanços trazem pistas sobre a potência - tida como adormecida - das formas de resistência e dos movimentos coletivos no trabalho diante da precarização naturalizada e re-produzida nos contextos laborais da contemporaneidade.

Diante desse mosaico, e a partir do exemplo da criação da associação pelos/dos subcontratados, as formas de resistência podem ser entendidas como “linhas desobedientes que problematizam os princípios de ordenação e conservação da vida” (Heckert, 2014, p. 473). Que problematizam a fixidez do funcionamento de determinados contextos nos quais seja mais difícil vislumbrar horizontes de mudança, ajustes criativos e reconfigurações. Como no caso da dinâmica laboral dos subcontratados da

universidade que, em seu cotidiano regular, torna mais nebulosa e opaca a consideração e visualização de possibilidades de transformação.

Baseado neste esforço desobediente, entende-se que o contexto laboral da universidade - especificamente a realidade de trabalho dos sujeitos subcontratados - revela-se como um campo de forças nos quais podem ser produzidas repetições das práticas que se encontram cristalizadas em sua vigência ou, em contrapartida, ações de criação de processos insurgentes que venham afirmar outros modos de existir, de viver e de trabalhar. Assim, os movimentos de resistência orbitam em torno de tal invenção, no caminho contrário ao da naturalização que tenta impossibilitar aos sujeitos o processo de resistir e, de maneira subjacente, re-existir.

À guisa de conclusão

As recentes decisões jurídicas do país referentes direta ou indiretamente ao processo de terceirização - mais especificamente os Projetos de Lei nº 13.429/2017 e a recém-aprovada “Reforma” Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) - instauram um cenário de subcontratação irrestrita que tende a catalisar os efeitos deletérios da terceirização para a classe trabalhadora e cujos desdobramentos ameaçam a garantia de direitos no trabalho e os seus mecanismos de proteção social e resistência. Neste movimento, a ofensiva do capital financeiro pautada por preceitos neoliberais e pela comercialização de autonomias e liberdades ilusórias aduba o terreno para a falsa propagação desses projetos enquanto passos necessários para alcançar um determinado estado de modernização trabalhista, sob a égide de simulacros desenvolvimentistas que são sustentados pela exploração de muitos trabalhadores e trabalhadoras.

Com a intenção de promover uma reflexão crítica acerca da articulação entre terceirização, saúde e formas de resistência nos contextos contemporâneos de trabalho, neste ensaio procuramos aquecer o debate

acadêmico sobre a temática da terceirização, os efeitos subjetivos que subjazem a esta prática, e pensar os limites e possibilidades de enfrentamento e resistência diante da sua constante disseminação, alicerçada por decisões de âmbito político, econômico e jurídico na atual configuração brasileira. Contexto marcado pela crescente ameaça aos ideais democráticos e às formas de trabalho decentes e pautadas na dignidade da vida.

No bojo dessas reflexões, pensemos: como forjar formas de resistência em contextos de subcontratação irrestrita? Como pensar o tensionamento entre terceirização e saúde na produção de modos de existência estética, ética e politicamente referenciados no trabalho? Como então evocar e construir resistências apesar-de-tudo? A colocação de tais questões vem acompanhada da complexidade de seu desenvolvimento ou possíveis respostas e evidenciam o fato de que seja qual for a intensidade dos dispositivos de captura e mecanismos de dominação e controle no trabalho, algo sempre escapa, foge, escorrega das mãos e insiste em dar ouvidos às paixões da vida em sua potência e dimensões ético-políticas.

Movimentos de instauração de novas normas, de invenção de normatividades outras, de criação e saúde enquanto processo. Enfrentamentos e resistências que produzem reconfigurações, tremores e abalos na fixidez das normas instituídas que abafam as possibilidades vivas do fazer singular e sempre único das formas de viver e trabalhar. Resistências, assim, enquanto movimento de saúde. Tal qual o potente sono das vassouras que, em sua tranquilidade perturbadora, fez emergir questionamentos, atenções, olhares e incômodos para relações e condições de trabalho em contexto de perda de direitos e ameaça à vida digna. Sono de vassouras movimentadas por braços cansados que, ao ficarem cruzados, produziram espanto e a assustadora instauração de um outro espaço-tempo.

Referências

- Abílio, L. C. (2020). *Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado*. Contracampo, Niterói, 39(1), 12-26.
- Almeida, S. L. (2020). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento.
- Antunes, R., & Druck, M. (2015). *A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra*. O social em questão, 18(34),19-40.
- Antunes, R. (2020a). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2020b). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2014). *Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil*. Estudos Avançados (USP Impresso), São Paulo, 28,39-53.
- Barbati, V., Henriques, F., Guimarães Junior, S., & Ferreira, J. B. (2016). *Capturas e resistências à terceirização: estudo com trabalhadores de uma universidade pública*. Revista Trabalho (En) Cena. 1(2),110-127.
- Barros, P., Mendes, A. M. (2003). *Sofrimento psíquico e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil*. Psico-USF, São Paulo, 8 (1),63-70.
- Bento, M. A. (2002). *Pactos Narcísicos no Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Boltanski, L., & Chiapello, È. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Braverman, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista. A Degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Costa, F. (2004). *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Editora Globo.

Costa, F. (2008). *Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Crary, J. (2016). *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora.

Dardot, P., & Laval, C. (2016a). *A nova razão do mundo - Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

Dardot, P., & Laval, C. (2016b). *Neoliberalismo e subjetivação capitalista*. Revista Olho da História, 22. Disponível em: <<http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlneoliberalismo.pdf>>. Acesso em: 04 de mai. de 2020.

Dardot, P., & Laval, C. (2016c). *O comum, um princípio político*. Revista o olho da história, 22. Disponível em: <<http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlcomum.pdf>>. Acesso em: 04 de mai. de 2020.

Dejours, C. (2004). *Subjetividade, trabalho e ação*. Rev. Produção, 14 (3), p. 27-34.

Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo, Tomo I, Sexualidade e trabalho*. Brasília: Paralelo 15.

Deleuze, G. (1996). *O mistério de Ariana*. Lisboa: Ed. Vega - Coleção Passagens.

Deleuze, G. (2013). *Conversações (1972-1990)*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34.

- Dieese (2014). *Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha*. In *Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos*. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores.
- Dieese (2017). *Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes*. Nota técnica. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores.
- Druck, M. (2011). *Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?* Caderno CRH [UFBA. Impresso], 24 (1), 35-54.
- Druck, M. (2013). A Precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II* (pp. 55-73). São Paulo: Bomtempo Editorial.
- Druck, M. (2016). *A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho*. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, 14(1), 15-43.
- Ferreira, J. B. O. (2017). “Espelhos partidos têm muito mais luas”: por uma poética das formas-de-vida. ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade, 7(2), 235-244.
- Filgueiras, V. A. (2014). *Terceirização e trabalho análogo ao escravo: coincidência?* Repórter Brasil.
- Filgueiras, V. A., & Cavalcante, S. M. (2015). *Terceirização: Debate conceitual e conjuntura política*. Revista da ABET (Impresso), 14, 15-36.
- Filgueiras, V. A., & Dutra, R. Q. (2014). *O Supremo e a repercussão geral no caso da terceirização de atividade-fim de empresas de telecomunicações: o que está em jogo?* Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, 4, 123-135.

Filgueiras, V. A., & Druck, G. (2014). *A epidemia da terceirização e a responsabilidade do STF*. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, 80, 106-125.

Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora Graal.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Franco, T., & Druck, M. G. (2013). A terceirização/subcontratação do trabalho no Brasil e sua interconexão com a saúde mental no trabalho. In *Saúde mental no trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás*. Goiânia: Cir Gráfica.

Franco, T., Druck, M. G., & Seligmann-Silva, E. (2010). *As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado*. Rev. bras. saúde ocup., São Paulo, 35 (122), 229-248.

Funcoge – Fundação Comitê de Gestão Empresarial. (2013). *Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2011*. Rio de Janeiro: Funcoge.

Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social*. São Paulo: Ideias e Letras.

Gaulejac, V., & Hanique, F. (2015). *Le Capitalisme paradoxant. Un système qui rend fou*. Paris: Seuil.

Guimarães Junior, S.D. & Silva, E.B. (2020). *A “Reforma” trabalhista brasileira em questão: reflexões contemporâneas em contexto de precarização social do trabalho*. Farol - Revista de estudos organizacionais e sociedade, 7(18), 118-163.

Guimarães Junior, S. D., Oliveira, V. R. & Assunção-Matos, A. A. (2017). *Precarização do trabalho e efeitos subjetivos: interlocuções entre práticas de pesquisa*. Revista Psicologia Política, 17(39), 304-317.

- Guimarães Junior, S. D., & Ferreira, J. B. (2018). *Sujeito em terceiro plano: uma reflexão crítica acerca da articulação entre a dinâmica da terceirização e processos de subjetivação*. Rev. Psicol., Organ. Trab., Brasília, 18 (2), 381-389.
- Hamraoui, E. (2016a). *Sens du travail et temporalité*. Revista Trabalho (En) Cena. 1(2), 4-15.
- Hamraoui, E. (2016b). *Service social du travail : quelles transformations à l'œuvre ? Enjeux et perspectives*. La Revue Française de Service Social, 261.
- Han, B.C. (2020). *Psicopolítica - o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné.
- Han, B.C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes.
- Hardt, M., & Negri, A. (2016). *Bem-estar comum*. São Paulo: Record.
- Harvey, D. (2011). *O Neoliberalismo: história e implicações*. 2ed. São Paulo, Edições Loyola.
- Heckert, A. (2014). *Os exercícios de resistência no contemporâneo: entre fabulações e contágios*. Psicologia em Estudo [Impresso], 19, 469-479.
- Lazzaratto, M. (2017). *O governo do homem endividado*. São Paulo: N-1 Edições.
- Lapoujade, D. (2015). *Deleuze, os movimentos aberrantes*. São Paulo: N-1 Edições.
- Lima, J. C. (2010). *A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP), 13, 17-26.
- Lhuillier, D. (2012). *A invisibilidade do trabalho real e a opacidade das relações saúde-trabalho*. Trabalho & Educação, 21(1), 13-38.
- Marcelino, P., & Cavalcante, S. (2012). *Por uma definição de terceirização*. Cad. CRH, Salvador, 25 (65), 331-346.

- Martins, S., & Mendes, A. M. (2012). *Espaço coletivo de discussão: a clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência*. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 12 (2), 171-183.
- Mendes, A. M. (Org.) (2007). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pelatieiri, P., Camargos, R. C., Ibarra, A., & Marcolino, A. (2018). Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In A.G. Campos (Org.), *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: Ipea.
- Pelbart, P. P. (2003). *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Ed. Iluminuras.
- Pelbart, P. P. (2008). *Vida e morte em contexto de dominação biopolítica*. Artigo disponível na Internet: http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/pelbartdominacao_biopolitica.pdf [03 outubro 2008].
- Périlleux, T. (2013). O trabalho e os destinos políticos do sofrimento. In A. R. C. Merlo, A. M. Mendes, R. D. Moraes (Orgs.) *O sujeito no trabalho - Entre a saúde e a patologia*. Curitiba: Juruá.
- Pujol, A. (2015). *Trabajo creativo, subjetividad y posibilidades del abordaje clínico. Trabajo y Subjetividad. Indagaciones clínicas*. Simposio TAS 2014 - Universidad Nacional de Córdoba, E-book, 23-32.
- Rebello, A. M., Moreira, G. R. C., Lopes, G. B. & Coura, E. B. (2018). Terceirização: o que os dados revelam sobre remuneração, jornada e acidentes de trabalho. In A.G. Campos (Org.), *Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: Ipea.
- Safatle, V. (2011). *O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem*. Sci. stud. São Paulo, 9 (1), 11-27.

- Santos, E., Diogo, M. F., & Shucman, L. (2014). *Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 17 (1), 17-32.
- Seligmann-Silva, E., & Heloani, R. (2017). Precarização - impactos sociais e na saúde mental. In V. Navarro, & E.A. Lourenço (Orgs.), *O avesso do trabalho IV: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões.
- Sennett, R. (2009). *A corrosão do caráter - consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 14ª ed. São Paulo: Editora Record.
- Souto Maior, J. L. (2017). Juridicamente, a terceirização já era: acabou! In V. Navarro & E.A Lourenço (Orgs.), *O avesso do trabalho IV: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões.
- Schwarcz, L.M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, L.M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930* - São Paulo: Companhia das Letras.

Entre a escuta de si e do outro: implicações da precarização no trabalho de psicoterapeutas de clínicas de plano de saúde

*Vanessa Ribeiro de Oliveira*¹

Rigidez, repetição, rapidez, dessensibilização, pressão... (de)pressão. Palavras que se acumulam e complementam a descrição de muitos cenários de trabalho. Com o psicólogo, não poderia ser diferente... Sobretudo porque são palavras que indicam movimentos de mundo, formas de vida que atravessam todo e qualquer fazer inebriado na lógica de uma racionalidade onde urgência e eficiência tonam-se sinônimos. Contudo, é preciso entender que esse cenário vivido hoje tem uma história e continua produzindo histórias...

Neste capítulo, poderíamos abordar diversas categorias profissionais que possuem questões bem próximas às que discutiremos a seguir, mas a nossa análise será contornada pelo trabalho dos profissionais psicoterapeutas de clínicas de planos de saúde. Iniciaremos a nossa análise a partir da seguinte cena:

O paciente entra no consultório, e em certo momento da sessão, pergunta ao psicólogo:

Paciente: - Nossa, Doutora! Você está bem? A sua cara está péssima.

A Psicóloga ri e responde: - Não estou muito bem, estou com muita dor na coluna e muito cansada.

¹ Psicóloga e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista Clínica em Gestalt-terapia, formada pelo Instituto Carioca de Gestalt-terapia (ICGT). Orientadora Profissional formada pelo Instituto de Gestalt-terapia e Atendimento Familiar (IGT). Docente e Supervisora clínica da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Psicoterapeuta atuante em consultório particular.

Paciente: - *Puxa, doutora! Se você quiser, eu posso ficar aqui quietinho, aí você pode usar o meu tempo para dormir ou descansar um pouquinho.*

A **Psicóloga** sorri e responde: *Não, não precisa... sobre o que você estava falando mesmo?*

A cena foi descrita por Clarissa, uma das participantes dessa pesquisa. Trata-se de uma experiência assustadora que ela viveu na clínica de plano. Uma vivência repleta de sensações e indagações sobre as possibilidades e limitações do trabalho com a psicoterapia nas clínicas de plano de saúde. Entretanto como pontuamos no início: tudo se faz a partir de histórias e produz histórias, por isso esse capítulo tem como objetivo explicitar algumas das histórias que atravessam essa cena e seus efeitos na construção de novas histórias.

Contextualizando a situação narrada por Clarissa, foi possível perceber que nesse momento ela possuía dois anos de atuação na clínica de plano. Nessa época ela atendia três dias por semana, durante doze horas e, um dia, durante oito horas, com apenas 30 minutos para almoço. Nos dias em que atendia doze horas, a sua agenda envolvia 23 atendimentos de 30 minutos de duração cada; e, como também era supervisora clínica, o seu trabalho envolvia a resolução dos problemas cotidianos da clínica, em relação aos atendimentos de outros profissionais. Em resumo, nessa situação a psicóloga tinha uma média de oitenta e quatro pacientes semanais.

Mas esses contornos históricos [dessa cena] não param por aí. Para além da rotina de Clarissa estão a organização do trabalho nas clínicas de plano que envolvem os atendimentos sucessivos, a assinatura de guias e declarações, a lida com diagnósticos e encaminhamentos médicos. Essa organização se estrutura a partir da história dos planos de saúde. Enredo esse que se solidifica em interesses políticos concretizados a partir da abertura ao capital estrangeiro e do subfinanciamento da saúde pública,

permitindo a expansão de uma saúde privada que se inicia em caráter suplementar aos direitos garantidos pelo Estado, e se expande nos espaços ocupados pelo medo da insuficiência da saúde pública.

Os sistemas assistenciais privados surgiram de forma insipiente a partir dos 40, como a possibilidade de [se] financiar uma assistência médico-hospitalar privada além da garantida pelo Estado, por isso o seu caráter suplementar. Na década de 60, entretanto, houve um estreitamento de relações entre empresas empregadoras e médicas e a previdência iniciando um processo de empresariamento da medicina (Bahia, 2001). O que esse dado histórico traz de novo é uma racionalidade pautada na equivalência entre tempo e dinheiro que orienta e organiza a 'saúde privada'.

Quando pensamos na organização do trabalho dos psicólogos nas clínicas de plano, é possível perceber uma racionalização produtiva que gere e faz funcionar esses modos de relação entre esse trabalhador e o serviço prestado. A racionalidade de que falamos tem íntima relação com a expansão do modo de vida capitalista que trouxe transformações importantes nas relações sociais e na organização do trabalho (Batista, 2008). É importante lembrar que na medida em que adentramos a lógica de uma saúde privada que tem o lucro como orientador, também nos localizamos na história do mundo do trabalho que tem processos de gerenciamento pautados em produzir mais com menos mão de obra para a ascensão da margem de lucro.

Os atendimentos realizados a cada 30 minutos por Clarissa, ocorrem nesse intervalo por razões econômicas, uma vez que a remuneração oferecida por atendimento, pelos planos é de valor baixo, estabelecendo, assim, uma necessidade do ganho pela quantidade. Principalmente porque esse valor o psicólogo não recebe integralmente, haja vista que precisa garantir o lucro da clínica onde trabalha (Sadi, 2007). No dia a dia do

psicoterapeuta, atender em 30 minutos, significa não ter tempo previsto nem para ir ao banheiro, por exemplo, isso quer dizer, na prática, que demorar 5 minutos no banheiro, equivale a atender o próximo cliente em 25 minutos, pois não há intervalos previstos entre um atendimento e outro. Conforme Catarina: *A instabilidade financeira, gera todas as outras instabilidades, eu acredito (...) Se trabalha muito, para compensar o valor que é pouco...*”.

Essas novas ideologias de relação sujeito-trabalho impõem transformações importantes nas exigências, nos ritmos e nos direitos do trabalhador. Estes últimos são flexibilizados e legitimados a partir de aparatos jurídicos que oficializam de forma legal uma precarização progressiva, que parte de propostas como a terceirização e se alarga com a quarteirização, a pejetização e quantos outros meios forem possíveis à flexibilização dos vínculos e direitos, inaugurando uma era de inseguranças (Porto, 2016; Ferreira, 2007).

Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) apontam que a precarização do trabalho é um processo multidimensional que afeta a vida dos sujeitos dentro e fora do trabalho. Trata-se de uma equação que soma exigências e extingue direitos, impactando na desvalorização simbólica das representações sociais do trabalhador, em processos de despertencimento social. Tudo isso imerso em um contexto de competição e condições de trabalho comandadas pelas lógicas de aceleração do tempo, intensificação do controle e da gestão pelo medo que promovem as chamadas psicopatologias da precarização. Quadros depressivos, esgotamento profissional (burnout) e dependências denunciam modos precários de vida e incompatibilidades entre o ritmo do capital e os tempos de regulação da natureza humana (Franco; Druck & Selligman-Silva, 2010; Druck, 2011).

A partir de tudo isso é possível perceber que a cena vivenciada por Clarissa é apenas um recorte de uma relação terapêutica atravessada por

histórias políticas, econômicas e sociais que produzem modos possíveis de trabalhar, de cuidar, de falar e de escutar.

Entre o real e o ideal do atendimento clínico

Pensar a escuta clínica é sobretudo pensar o encontro com o humano, uma imersão na sua história, nos seus limites, nos seus sonhos e no seu corpo. Para a psicoterapeuta Jean Clark Juliano ser terapeuta é uma arte-sania, o que envolve:

ter tempo, olhar com atenção, garimpar e colecionar minúsculos e insignificantes pedaços de fios de histórias, formando pequenos novos, reservando-os para serem usados no momento certo do bordado; ficar atenta ao potencial que esses pequenos pedaços têm, organizando-os, classificando-os e guardando-os?

Cuidando para evitar desperdícios, desavisadamente jogando fora material que, reciclado, vai com certeza fazer parte da confecção da nova colcha...?

Até chegar o tempo certo em que já temos material suficiente para iniciar delicado trabalho de tecer em conjunto, agora a quatro mãos (entremeado por um coro de muitas vozes antigas...), um novo todo. Criativamente. Sem permitir que o desânimo diante da amplitude da tarefa faça esmorecer a energia, abrindo espaço para a sensação de deserto.

Fazendo a mágica de transmutar tudo, até mesmo o feio, o escuro, o barato, o descartado e doloroso, em uma tapeçaria rica, inigualável, de singular beleza ... Ressignificando a história...

Pontinho por pontinho... (Juliano, 1999, p.94)

Ser terapeuta para a autora é ser um mestre artesão com o olhar para a singularidade do encontro com este outro, buscando produzir nesse tempo significações encantadoras capazes de colorir os seus dias e motivá-lo a enfrentar os desafios cotidianos. Isso significa que mais do que a administração de sintomas e diagnósticos, lidamos com corpos falantes que precisam ser escutados e compreendidos. Trabalhamos com histórias,

tempos, processos, potenciais, saberes e sentidos singulares, que precisam, muitas vezes, ser descobertos, reconhecidos e integrados em uma forma de vida eminentemente pautada por sua humanidade.

Em um cenário de repetição, aceleração, dessensibilização e pressão também vale ressaltar o lugar político do trabalho psicoterápico na criação de interrupções nos tempos instituídos e consequente valorização de relações mais singulares. Essas interrupções constituem um princípio ético fundamental para enfrentar os problemas da atualidade: a criação de novas relações-tempo (Virílio, cit. por Leite, 2015). Com isso, estabelecemos não apenas a aceleração da prática terapêutica como problema, mas o paradoxo de apressar um processo que muitas vezes precisará trabalhar a desaceleração.

O distanciamento entre o que é possível na dimensão real do trabalho do psicólogo nas clínicas de plano e os princípios de um processo terapêutico (o olhar sobre os modos de vida) denunciam um contexto de trabalho que se torna impedimento ao próprio fazer. É a partir desse aspecto que começaremos a conexão entre a cena de Clarissa e a discussão do trabalho do psicólogo nas clínicas de plano. Viver uma experiência de atendimento clínico tal como narrada por Juliano requer um contexto, um tempo e uma disponibilidade interna para o encontro com o outro. Então como é possível pensar essa prática no contexto de trabalho das clínicas de plano?

Hycner (1995), inspirado nos estudos de Buber, explicita que a relação terapêutica precisa ser dialógica, isso significa dizer que terapeuta e paciente precisam estar presentes e inteiros para despertar o melhor de cada um no encontro que ocorre no *entre*, um lugar intermediário entre os dois e que exige envolvimento de ambas as partes. O autor expõe que as relações terapêuticas podem se estabelecer em duas dimensões: eu-tu ou eu-isso. A primeira fala de um encontro genuíno, sensível, que vigora na dimensão da intimidade; já a segunda, é estabelecida de uma forma

mais instrumental, objetiva. Embora essas dimensões possam conviver, é na dimensão do encontro sensível que o processo de cura é estabelecido e é nesse âmbito do encontro dialógico que o terapeuta se constitui como o seu principal instrumento de trabalho. Freud (1996) também aborda a importância dessa relação a partir do conceito de transferência, processo de *revivência* e reatualização de experiências vivenciadas anteriormente na relação paciente-analista.

Ao discutir qualidade, quantidade e temporalidade na clínica, Leite (2015) explicita que a conexão entre tempo e psicoterapia vincula-se à ética do encontro, à promoção das singularidades temporais e ao respeito ao tempo de elaboração da própria experiência de adoecer. Segundo Aguiar (2001), o que especifica a psicologia clínica é o método clínico, que é uma certa forma de olhar e intervir nos processos humanos. O que compõe este método é a singularidade enquanto princípio norteador para o olhar em direção ao sujeito e à “contemporaneidade” entre pesquisa e tratamento. Isso faz refletir que, se o método clínico é menosprezado, a psicologia clínica também se descaracteriza enquanto abordagem do sujeito que considera a sua singularidade. A noção ética de se pensar um sujeito contextualizado convoca o olhar terapêutico para a articulação entre as dimensões social e intrapsíquica.

Kehl (2009) associa os sintomas aos fatores sociais que os rodeiam, ao pôr em discussão a depressão como um sintoma social. A autora explica um modo de vida pautado nas exigências capitalistas, na busca da excelência e no hiperconsumismo que estipula padrões de sujeitos inalcançáveis e esvazia os sentidos, facilitando a emergência de processos depressivos.

Nesse contexto, ética, tempo e psicoterapia passam de uma discussão clínica para uma discussão política, na medida em que entendemos que os

mesmos princípios que nos circunscrevem nesse enredo, produzindo formas certas de pensar, desejar e sentir, pautadas na aceleração e nos ideais de um sujeito produtivo, também circunscrevem a psicoterapia, a clínica e o fazer terapêutico, estabelecendo modelos de eficiência e eficácia terapêutica orientados por critérios econômicos de tempo, valor e resultado, muitas vezes dissociados da noção de saúde enquanto produção de autonomia e afirmação de singularidades.

Método

A construção desse estudo teve como bases o método cartográfico e o método clínico. O primeiro contribui com a perspectiva de uma pesquisa-intervenção que estabelece como princípio o acompanhamento de processos. E o método clínico que considera tanto as posições subjetivas quanto os movimentos pertencentes ao trabalho científico, entendendo que a verdade científica é sempre parcial, incompleta e inacabada.

A Cartografia toma como princípio a noção de rizoma apresentada por Deleuze e Guattari (2000). Na distinção entre a raiz e o rizoma, está a ausência de uma origem única, nesse sentido a noção de rizoma expressa um desenho aberto e sempre provisório do campo, entendendo-o como uma rede de forças moventes. A partir desse olhar, não faz sentido uma visão estática do mundo ou do campo (Kastrup; Barros, 2015). Nesta pesquisa, por exemplo, é preciso identificar algumas das forças que compõem a situação de trabalho dos psicoterapeutas de clínica de plano. Entendendo que os aspectos explicitados nesse estudo estão localizados em um tempo-espaço da pesquisa, que considera esse campo em movimento.

Assim como a cartografia, o método clínico também é escolhido como uma política de pesquisa nesse estudo. Dentre seus posicionamentos estão a exposição dos erros como parte do processo de conhecimento e a mistura

do pesquisador com seu campo de pesquisa. Entendendo que o envolvimento com a pesquisa se dá nas dimensões da objetividade e da subjetividade, o envolvimento do pesquisador torna-se racional e emocional (Diniz, 2011).

As discussões propostas por esse capítulo fazem um recorte de questões abordadas na dissertação de mestrado intitulada “Atendimentos estilo *drive-thru*: o trabalho de psicoterapeutas em clínicas de plano de saúde” (Oliveira, 2018). O estudo envolveu entrevistas com nove psicólogos, sendo cinco atuantes em clínicas de plano e quatro já desligados. Eles possuem entre três meses e quatro anos de atuação e sua carga-horária semanal de trabalho nessas clínicas variava de dez a quarenta horas de atendimento².

As análises teóricas desta pesquisa foram orientadas pela psicodinâmica do trabalho por seu olhar clínico que se põe na situação real, buscando vislumbrar as conexões existentes entre saúde mental e trabalho (Dejours, 2004). Os dados foram discutidos a partir da Análise de Núcleos de Sentido de Mendes (2007), influenciada pela Análise de Conteúdo de Bardin, que agrupa tanto quanto possível as falas das entrevistas em núcleos de sentido. Também vale destacar que os nomes utilizados neste trabalho são fictícios e preservam apenas o sexo dos participantes.

Entre a escuta de si e do outro: implicações da precarização

A cena narrada por Clarissa nos mostra um processo de inversão de papéis que denuncia o ‘des-cuidado’ com um profissional que tem o cuidado como função principal, estabelecendo um impasse entre a escuta de

² Só foram contabilizadas as horas de trabalho na realização de atendimentos psicoterapêuticos.

si e do outro. Ao longo deste capítulo, temos visto que o impasse aqui exposto em uma dimensão micro do cotidiano ocupacional ecoa movimentos macropolíticos.

A discussão de Aubert (2003) sobre a relação entre urgência, eficiência e lucro é cara a esse campo, uma vez que lança luz sobre a ponte existente entre as clínicas de plano e a lógica do capital. Tal lógica produz vidas a serviço de uma produtividade sem limites que põe em risco as conexões sociais e a saúde nas suas dimensões mais amplas. Também há perdas no processo de elaboração do próprio adoecimento e abertura a tempos-movimentos de transformação, produzindo muitas vezes um cenário de ansiedade e tensão: *Primeiro eu passei como cliente na clínica onde eu estou, depois eu entrei como profissional(...) como cliente eu me percebia acelerado para tentar falar as coisas e eu tinha a sensação de que nunca dava tempo de falar tudo. (José)*

Em meio à exigência do produtivismo há a singularidade de cada história e o compromisso com vidas. A seguir trago uma fala de Paula que explicita um pouco sobre o que é viver essa lógica como psicoterapeuta de clínicas de plano:

*Eu sei que é um pouco massacrante com o meu corpo porque eu não posso beber muita água senão dá vontade de fazer xixi e eu não posso me dar esse **luxo** de ficar fazendo xixi entre um atendimento e outro. (...) Você imagina: a cada intervalo que eu tenho, eu tenho que escolher entre fazer xixi, pegar uma água, gravar áudio sobre a sessão para não esquecer... porque senão eu vou esquecer, porque logo depois do fulaninho tem o cicraninho e depois o beltraninho... como é que eu vou fazer? A probabilidade de eu enrolar as coisas, embolar as coisas do atendimento... eu tenho que lembrar o que foi importante ali, senão vou estar prestando um desserviço, né? (Paula)*

Essa fala de Paula apenas reforça o cenário desumano que compõe o trabalho de psicoterapeutas que ganham por produção. Foi triste ler a descrição de Antunes (2014) sobre os cortadores de cana e perceber que as clínicas de plano funcionam como uma breve “sofisticação” dessa realidade. A autonomia dos horários de almoço e o espaço para necessidades básicas como beber água, comer ou fazer xixi são engolidos pela urgência cada vez maior de trabalho no cenário de baixa remuneração, tanto do corte da cana quanto dos atendimentos em clínicas de plano.

Dentre as diversas formas de viver cenários como esse, encontrei terapeutas que se automedicavam para calar os limites do corpo, outros que bebiam, fumavam ou se drogavam ao final da semana de atendimento.

Sim, comecei a não querer mais estar ali. E, aí, como? Eu sentia muita dor de cabeça. E é interessante porque eu passava mal só no dia em que eu ia para a clínica. Era dor de barriga, era dor de cabeça. Teve um dia em que eu tive uma crise de vômito e dor de barriga, e que eu não consegui ir trabalhar. (Daiana)

Assim como Daiana, muitos dos terapeutas entrevistados relataram, além da sensação de exaustão, sentir fortes dores de cabeça durante e/ou após a realização dos atendimentos. É sempre importante lembrar que são atendimentos sequenciais, que demandam uma atenção constante para uma escuta implicada, com isso este sintoma não me parece desarticulado dos limites dessa situação de trabalho.

Ao falar sobre este assunto Paula expõe que se sentia muito sobrecarregada, impregnada de um monte de histórias, e pontuou que nos momentos mais intensos se percebeu usando LSD³ uma a duas vezes por semana, além de descontar na comida, no álcool e na maconha. Sobre a relação entre a sobrecarga e as drogas, ela contou:

³ LSD é a abreviação de Lysergsäurediethylamid, nome de uma droga cristalina, com uma grande potência alucinógena.

Uma vez eu tive uma viagem muito bizarra... eu tinha tomado umas paradas, e eu tava tão sobrecarregada que a minha sensação é que eu estava pegajosa, sabe? Parecia que eu estava tão impregnada de tantas coisas, tanta gente que eu não estava mais dando conta de atender tanta gente... e foi aí que eu comecei a abrir mão de um dia, depois de outro dia... e foi aos poucos porque eu já tinha chegado no meu limite. Pela minha renda, pelo que eu tinha de saldo e de despesas eu tinha que continuar trabalhando naquele ritmo, mas eu já não estava mais dando conta.

A partir desse relato é possível perceber o quanto a situação de trabalho das clínicas de plano pode ser nociva aos profissionais responsáveis por uma escuta que se pretende terapêutica. A automedicação, o uso de álcool e drogas para dar conta da hiperaceleração desse contexto, denunciam uma instrumentalização que não cabe ao trabalho terapêutico. A esteira de clientes, que roda a cada trinta minutos, parece provocar uma automatização do fazer, uma dessensibilização, que aproxima o vazio e facilita a autorreplicação da mesma lógica (Agamben, 2007). A experiência parece, aos poucos, dar lugar ao fazer instrumental, a reprodução de informações, subtraindo o subjetivo, o diferente, o singular, o encontro (Larrosa, 2002).

Essa conjuntura explicita as estratégias defensivas e os processos adoecedores apontados por Mendes (1995). Como defesas, é possível destacar o uso de álcool e drogas, a hiperaceleração e o silenciamento de necessidades básicas. Frente à dificuldade de transformação da situação de trabalho e à falência das estratégias defensivas, também é possível apontar sintomas como exaustão emocional, dores de cabeça, dores de barriga e na coluna: sinalizadores importantes dos processos de adoecimento nas clínicas de plano.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, explicitamos questões sociais, políticas e econômicas que ecoam em situações como a vivida por Clarissa. Referimos a aspectos individuais, coletivos, sociais, históricos, econômicos que se encontram em um processo de produção de subjetividade. Guattari e Rolnik (1986) utilizaram a expressão “agenciamentos coletivos de enunciação” para caracterizar elementos das mais diversas ordens, da matéria ao afeto, que se encontram, se transbordam e nos constroem enquanto sujeitos singulares e constantemente inacabados. Esse fenômeno também é apontado por Deleuze e Guattari (2000) como processo de subjetivação-dessubjetivação, entendendo que o sujeito se constrói em muitas relações e se desconstrói em outras (Cassiano & Furlan, 2013), tornando-se produto e produtor desse processo (Ferreira, 2014). A psicodinâmica contribui para pensar esse processo, considerando o trabalho como uma atividade de produção subjetiva intimamente conectada à produção coletiva e social (Dejours, 2012). Tal perspectiva convoca a singularidade de cada contexto e aponta a influência de aspectos sociais e econômicos nos modos de ser e estar no mundo. Como afirma Guattari e Rolnik (1986, p.28), “a produção de subjetividade encontra-se, e com um peso cada vez maior, no seio daquilo que Marx chamou de infraestrutura produtiva”. Considerando o campo do trabalho como central nessa produção de formas de ser sujeito torna-se imprescindível:

compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir, amarrados em dados momentos – mais ou menos duráveis – que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos. Do mesmo modo, implica nas diferentes possibilidades de invenção e criação de outros modos de trabalhar, na forma das transgressões, ou mesmo, das resistências-potências na conexão dos diversos elementos

e dos modos de produzir e trabalhar (Nardi; Tittoni & Bernardes, 2002 citado por Nardi, 2006, p 24).

Com isso, é possível perceber que o que convoca a nossa discussão do campo do trabalho é o seu lugar de influência na produção de formas de sentir, pensar e agir no mundo e, conseqüentemente, nos modos de vida contemporâneos. Para Guattari e Rolnik (1986), a produção de subjetividade articula-se em processos de assujeitamento ou de singularização, circunscrevendo-se em lógicas de reprodução ou de afirmação das diferenças. Os processos de assujeitamento produzem formas instrumentais de estar no mundo, limita sentidos, naturaliza relações de dominação e exclui diferenças, tentando manter os campos normativos instituídos que nutrem esse enredo (Ferreira, 2014). Ao processo de reafirmação do real, das diferenças e de construção de linhas de fuga, Ferreira (2014) nomeia como poética da subjetivação, uma produção de movimentos em direção à singularização, à legitimação da pluralidade de sentidos e de modos de vida.

Pensando no que há de mais singular nesse processo, traremos outro fio de conexão importante: o sofrimento, que nos preceitos psicodinâmicos funciona como um incômodo essencial para mobilizar transformações ou apaziguar e invisibilizar contradições. Nessa perspectiva, o sofrimento funciona como um elemento importante de conexão com a dimensão singular da produção subjetiva e como um ponto de partida tanto para situações de assujeitamento quanto de singularização.

É possível perceber o quanto a relação interior-exterior mistura-se quando falamos de produção de subjetividade, sendo assim impossível compreender as situações de trabalho, ao tratá-las de forma segmentada. As conexões entre modos de produção, trabalho, subjetividade e ação deslocam-se na potência dos atravessamentos que nos constituem e nos

destinos possíveis do sofrimento capazes de conformar sobrevidas⁴ (Pelbart, 2008) ou afirmar novas formas-de-vida⁵ (Agamben, 2015).

Para Lazzarato (1998), o controle do tempo, enquanto forma subjetiva de riqueza, solidifica-se a partir da divisão entre tempo de trabalho e tempo de vida, onde o primeiro produz valor e o segundo controle e sujeição. Na vida acelerada, perdemos em conexões sociais, além de produzirmos fontes de ansiedade, tensão e diversos acometimentos psicossomáticos. Assim, como uma máquina que quando sobrecarregada, sem a manutenção adequada, facilmente entra em estado de pane, temos corpos sobrecarregando-se e denunciando um ritmo inumano. Vale destacar o agravante de que, na dimensão da humanidade, falamos não apenas de panes corporais, mas de perda de uma existência viva em termos qualitativos. Com isso, a discussão aqui apresentada deixa de ser da precarização do trabalho e se amplia para a precarização das formas de vida. Aubert (2003) ilustra esse fenômeno ao traçar um paralelo entre “pressão” e “depressão”, sendo a última uma doença caracterizada justamente pelo processo de perda de sentido de vida.

Iniciar esse capítulo com a cena trazida por Clarissa foi uma tentativa de dar um corpo e um rosto a essa conjuntura socioeconômica que embora seja compartilhada em níveis e dimensões diferentes, é também vivida de forma pessoal e singular. Acreditar que em muitos momentos é preciso sair das generalizações e pessoalizar, é apostar na potência afetiva das histórias singulares para movimentos coletivos. A história e a realidade de Clarissa não é a mesma de Catarina, de Paula, ou de tantos outros ‘psis’

⁴ O conceito de sobrevida é apontado por Pelbart (2015) ao comentar a obra de Agamben e a noção de vida nua trazida por este autor. Falar em sobrevida remete então a uma vida reduzida a sua dimensão biológica, relaciona-se ao estado de sobrevivência: uma zona intermediária entre vida e morte.

⁵ O conceito forma-de-vida de Agamben (2015) estabelece uma vida que jamais pode ser dissociada de sua forma, nesse sentido estabelece uma coesão essencial entre a vida enquanto potência e as diversas formas possíveis de apropriação da mesma.

que trabalham em clínicas de plano, mas há algo que as conecta na dimensão de um sofrimento construído a partir de critérios comuns que atravessam a vida de cada um de nós, impondo-nos trazer essa pauta no âmbito da *pólis*, de uma discussão comum.

Referências

- Agamben, G. (2015). *Meios sem fim: notas sobre a política*. Rio de Janeiro: Autêntica.
- Agamben, G. (2007). *Profanações*. São Paulo: Boitempo,
- Aguiar, F. (2001). Método Clínico: método clínico? *Psicologia Reflexão e Crítica*, 14 (3), 609-616.
- Antunes, R. (2014). Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Rev. Estudos Avançados*, São Paulo, 28(81), 39-53. Recuperado a 15 de fevereiro de 2018 a partir de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40142014000200004.
- Aubert, N. (2003). *Le Culte de l'Urgence: La Société Malade du Temps*. Paris: Flammarion.
- Bahia, L. (2001). Planos privados de saúde: luzes e sombras no debate setorial dos anos 90. *Ciênc. saúde coletiva* (online), 6(2), 329-339. Recuperado a 10 de Abril de 2016 a partir de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232001000200005>.
- Batista, E. (2008). *Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades*. Em: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina: Anais do III Simpósio. 1-12.
- Cassiano, M.; Furlan, R. (2013). O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, 25(2), 373-378. Recuperado a 15 de Fevereiro de 2018 a partir de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-71822013000200014&lng=en&nrm=iso.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Prod.*, São Paulo, v.14, n.3, p.27-34, 2004. Recuperado a 17 de julho de 2016 a partir de <http://dx.doi.org/10.1590/so103-65132004000300004>.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo: Trabalho e Emancipação*. Brasília: Paralelo 15.

Deleuze, G.; Guattari, F. (2000). *Mil Platôs 1*. São Paulo: Editora 34.

Diniz, M. (2011). O método clínico e sua utilização na pesquisa. *Rev Espaço Acadêmico*, Maringá, 20,9-21. Recuperado a 15 de fevereiro de 2018 a partir de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13029/6965>.

Dutra, E.(2004) Considerações sobre as significações da Psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de psicologia*.9(2),381-387.

Druck, G.(2011) Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Cad. CRH*, Salvador, 24, 37-57. Recuperado a 15 de fevereiro de 2018 a partir de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400004&lng=en&nrm=iso.

Franco, T.; Druck, G.; Selligman-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev. bras. saúde ocup.*, São Paulo, 35(122), 229-248. Recuperado a 15 de fevereiro de 2018 a partir de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-7657201000200006&lng=en&nrm=iso.

Ferreira, J. B. (2014). Sobrevivências, clandestinidades, lampejos: o trabalho vivo da criação literária. *Fractal*, Niterói, 26,715-728. Recuperado a 23 de abril de 2017 a partir de <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1322/1022>.

Ferreira, J. B. (2007). *Trabalho, sofrimento e patologias sociais: estudo com trabalhadores bancários e anistiados políticos de uma empresa pública*. 159 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

Guattari, F.; Rolnik, S.(1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

Hycner, R.(1995). *De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica*. São Paulo: Summus.

Kastrup, V.; Barros, R.(2015). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In Passos, E, Kastrup, V.; Escóssia, L (Orgs). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (109-130). Porto Alegre: Sulina.

Kehl, M. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.

Larrosa, J. (2002). *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*.

Revista Brasileira de Educação, (19), 20-28.

Lazzarato, M. (1998). Para uma definição do conceito de biopolítica. *Rev. Lugar Comum*, 5(6),81-96.

Leite, R. (2015). *Pontuações sobre qualidade, quantidade e temporalidade na clínica*. São Paulo: Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., 18 (3), 425-430. Recuperado a partir de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142015000300425&script=sci_arttext&tlng=en.

Mendes, A.(1995). Aspectos Psicodinâmicos da Relação Homem-Trabalho: as contribuições de C. Dejours. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília,15(1), 34-38. Recuperado a 15 de fevereiro de 2018 a partir de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100009&lng=en&nrm=iso.

Mendes, A. M. (2007). Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: Mendes, A. (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 29-48.

Nardi, H. (2006). *Ética, Trabalho e Subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 226p.

Oliveira, V.(2018) *Atendimentos estilo drive-thru: o trabalho de psicoterapeutas em clínicas de plano de saúde*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Pelbart, P. (2014). *Vida e Morte em contexto de Dominação biopolítica*. Recuperado a 13 de Abril de 2017 a partir de http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/pelbart_dominacaobiopolitica.pdf>.

Porto, A. (2016). *O toyotismo e a precarização dos direitos trabalhistas*. Recuperado a partir de: <http://seer.pucgoias.edu.br/files/journals/7/articles/4138/submission/review/4138-12019-1-RV.pdf>.

Sadi, J. (2007). *A inserção do Psicólogo na Saúde suplementar*. Conselho Regional de Psicologia 6ª Região. Cadernos temáticos 4. 60p.

Tecnologia e Produção de Visibilidade: Novos Contornos para o Mundo do Trabalho

*Ana Paula da Cunha Rodrigues*¹
*Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro*²

Introdução

O presente estudo tem como foco o mundo do trabalho, mais especificamente as práticas corporativas contemporâneas, a partir do atravessamento das tecnologias, em especial o uso da plataforma *LinkedIn*, uma rede social voltada prioritariamente para o networking no mundo corporativo, mas que também possibilita outras formas de interação. Sustentamos que as práticas de visibilidade postas em cena por esses dispositivos – e que se apoiam em suportes técnicos tais como celulares, câmeras, computadores – cada vez mais fazem parte do nosso cotidiano, tornando-se naturalizadas, causando reverberações decisivas no chamado mundo do trabalho.

Se a incorporação das tecnologias é um “fato” no cotidiano dos profissionais da atualidade, as conexões que estabelecemos com elas ainda são controversas. Por um lado, a tecnologia surge como “facilitadora” para os profissionais em seu dia a dia no trabalho, possibilitando o acesso à informação em tempo real, a aproximação de distâncias geográficas e a conexão

¹ Doutora em Psicologia no Instituto de Psicologia da UFRJ. Membro do GT da ANPEPP, Tecnologia e Escritas desde 2018 e Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura Contemporânea: subjetividade, conhecimento e tecnologia (CNPQ). Docente do Centro Universitário IBMR, tendo lecionado as disciplinas de Introdução à Psicologia, Psicologia do Trabalho e Organizacional, Processos e Técnicas de Grupos, Administração de Recursos Humanos, Gestão de Carreiras, em cursos de Graduação de Psicologia, Administração, Marketing e Publicidade e Propaganda.

² Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) do Instituto de Psicologia da UFRJ, onde integra a linha de pesquisa Processos Psicossociais, Históricos e Coletivos, com ênfase nos temas de produção de subjetividade, tecnologias e vigilância, a partir dos referenciais da Teoria Ator-Rede. É líder do Grupo de Pesquisa "Cultura Contemporânea: subjetividade, conhecimento e tecnologia" (CNPQ).

24h, permitindo a existência do trabalho remoto. Por outro lado, ou “do mesmo lado”, a tecnologia apresenta-se como instrumento ou dispositivo de controle pelas organizações, pelo uso de crachás eletrônicos que registram o horário de entrada e saída dos profissionais nos escritórios, ou mesmo o controle virtual, pela possibilidade de monitoramento do acesso remoto, uma vez que os computadores estão interligados à rede corporativa. Ainda nesse sentido, computadores e celulares são disponibilizados aos empregados como benefícios que podem “gerar novas possibilidades de trabalho” em casa, e durante o tempo livre. Essas ferramentas tecnológicas, ofertadas como vantajosas, devem estar conectadas 24h, bem como os profissionais conectados a elas.

Uma reportagem do jornal O Globo de 22/04/14 ilustra bem essa crença de que as mudanças tecnológicas reduziriam a jornada de trabalho para dez ou doze horas por semana, o que efetivamente não se cumpriu. A matéria destaca que, em 1965, os homens com graduação tinham um pouco mais de lazer do que os não graduados e que, a partir da década de 1970, houve um aumento do tempo total do trabalho, sobretudo para aqueles com mais instrução. Essa sobrecarga é justificada pela redução dos cargos mais altos, em função da globalização, fusões e busca de melhoria contínua de desempenho (Tinoco, 2014).

Na busca dessa maximização do desempenho e do uso das potencialidades dos profissionais, da construção de um profissional de sucesso responsável pela sua carreira, ascensão, da busca por novas oportunidades profissionais, ou mesmo recolocação, temos no *LinkedIn* um recurso tecnológico que suporta essa nova dinâmica de movimentações, ampliando a visibilidade dos profissionais para o mercado de trabalho. Vale destacar que a própria rede estimula a divulgação das mudanças de cargos e/ou empresas, promoções, bem como das realizações profissionais, cabendo ao profissional a responsabilidade de manter sua rede de relacionamentos

ativa e atualizada, através da publicação de *posts*, artigos ou mesmo opinião sobre matérias postadas, bem como curtidas, comentários e compartilhamentos, de acordo com as modificações recentes adotadas pelo *LinkedIn*.

Uma dessas modificações se deu no *layout* da plataforma, e teve como um dos principais objetivos a ampliação do acesso e o tempo de permanência do usuário na plataforma. Assim, tanto o *LinkedIn* como os demais recursos tecnológicos disponibilizados aos empregados, por suas empresas, parecem apontar para o que Jonathan Crary chama de regime 24/7, que atende a não separação entre vida pessoal e trabalho, entre vida pública e privada. Nas suas palavras: “O regime 24/ 7 mina paulatinamente as distinções entre dia e noite, entre claro e escuro, entre ação e repouso. [...]” (Crary, 2016, p.26). Nessa mesma linha, o autor nos adverte para a forma como essa lógica permeia o mundo do trabalho e diversos setores da economia: “O planeta passa a ser pensado como um local de trabalho ininterrupto ou um *shopping center* de escolhas, tarefas, seleções e digressões infinitas, aberto o tempo todo. A insônia é o estado no qual a produção, o consumo e o descarte ocorrem sem pausa, apressando a exaustão da vida e o esgotamento dos recursos” (Crary, 2016, p.27).

Essa demanda de trabalho ininterrupto e o senso de urgência descritos por Crary também desdobram para a atuação dos profissionais de recursos humanos, impactando especificamente a área de recrutamento e seleção das empresas, modificando inclusive os processos seletivos. Dessa forma, *LinkedIn*, *Facebook*, *Twitter* e outras redes sociais entram em cena para acelerar o acesso a informações sobre os candidatos em processos seletivos, reverberando também na profissão do *headhunter*, que passa a se utilizar dos dados disponíveis em diferentes redes sociais para obter o maior número de informações sobre os candidatos. Nesse sentido, tomando como materialidade de pesquisa o *LinkedIn*, propomos apresentar

aqui algumas questões envolvidas no engajamento dos profissionais com essa plataforma, evidenciando as diferentes apropriações e as repercussões em seus processos de subjetivação. Trata-se de um recorte de uma pesquisa maior³, na qual entrevistamos 09 (nove) profissionais de diferentes áreas de atuação, diferentes faixas etárias e com tempos diversos de atuação, buscando explorar suas experiências nas redes cujo foco principal são as relações de trabalho. Essas experiências evidenciam a centralidade de dinâmicas de visibilidade e monitoramento, que podem ser compreendidas no âmbito de uma cultura da vigilância (Lyon, 2018), ou de um capitalismo de vigilância (Zuboff, 2015; 2016). Na reflexão proposta neste capítulo, optamos por apresentar as questões conceituais articuladas a alguns relatos de entrevistas. Argumentamos que, mais do que uma ferramenta, o *LinkedIn* se configura como um dispositivo capaz de fazer ver e expor dinâmicas importantes que marcam o trabalho na atualidade.

1. Transformações no Mundo do Trabalho

Situar o mundo do trabalho na atualidade não parece tarefa fácil, pela complexidade do tema, e por permear diferentes esferas e setores da economia e da sociedade. Podemos falar em trabalho no campo, trabalho artesanal, trabalho do artista, mas independente da particularidade de cada atividade laboral, a questão do antigo e do moderno atravessam os mais diversos mundos. Nesse sentido, recorreremos a Robert Castel (2012) que afirma que a batalha entre os antigos e os modernos, entre os adeptos do progresso e os defensores de privilégios arcaicos, espelha dois mundos que se compõem antes de se afrontarem, uma vez que o peso do passado parece tentar frear as forças da modernidade. Assim, sempre que as questões acerca do trabalho na contemporaneidade são tematizadas, somos

³ Rodrigues, A.P.C. (2018). Trabalho, Tecnologia e Visibilidade em Tempos de Redes Sociais – (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Psicologia (UFRJ-IP). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

tentados a produzir contrastes em relação a formas anteriores de estruturação e de gestão, sendo as mudanças em grande parte atribuídas ao incremento no uso de tecnologias:

a primeira mudança que me chama mais atenção é o tipo da relação que existe entre o profissional e a empresa, entre o contratante e o contratado. Quando eu comecei a trabalhar (...) existia uma relação em que os funcionários eram cercados de benefícios e de uma estrutura de trabalho que fazia com que eles produzissem muito, mas que eles também vestissem demais a camisa da empresa, (...) de uma maneira geral, as pessoas faziam da sua vida aquela relação com a empresa, né, e você tinha o objetivo de construir uma carreira que fosse até a aposentadoria naquela empresa (José)

O relato de um dos entrevistados acerca da experiência vivida a partir do processo de industrialização de um laboratório farmacêutico é bastante ilustrativo dessas mudanças:

[...] eu me envolvi num projeto fantástico de automação industrial; naquela época, todas as linhas produtivas do laboratório, elas eram mecânicas, assim, muita gente responsável por produzir medicamentos, e colocar os medicamentos dentro das caixinhas, e lacrar as caixinhas, colocar nas caixas, colocar dentro do caminhão, e vai embora. Eu fui chamado pra treinar as pessoas em um processo de gestão de mudanças, visando a automação industrial [...] nós tínhamos uma ordem de grandeza de 700 pessoas, tinha que ser reduzido, mais ou menos, a umas 400 pessoas; os operadores que existiam nas linhas de montagem.(...) Então, essa mudança que eu presenciei grande maioria dessas pessoas, que, naquela época, não conseguiam sequer tirar um extrato no banco porque não tinham a intimidade de tocar na tela e puxar um extrato, ou fazer qualquer operação mais rápida, nós lidamos com a invasão tecnológica em um parque industrial, que realmente mudou, mas a maior dificuldade foi a comportamental. (...) E eu calculo que mais de 70% daquela força de trabalho teve que ser desligada. (...) Quem ficou, sinceramente, eu confesso que sofreu muito pra segurar o emprego, por causa do impacto tecnológico (Tadeu).

A redução de postos de trabalho e a nova articulação do homem com a máquina eram previstas com a revolução industrial, pela automação de processos produtivos, demandando uma reorganização dos modos de produzir. Sobre o tema, Castells (1999) nos alerta para as mudanças decorrentes do amadurecimento da revolução das tecnologias da informação na década de 90, e de seus impactos nas formas de gestão, nas decisões administrativas, e como essas reestruturações foram açambarcadas por cada país em decorrência de diferenças culturais. Segundo o autor, a mecanização e posteriormente, a automação transformaram o trabalho humano, levantando questões acerca da demissão de trabalhadores, “desespecialização”, *versus* “reespecialização”, produtividade *versus* alienação, controle administrativo *versus* autonomia dos trabalhadores”. A partir da década de 90, vários fatores aceleraram a transformação do processo de trabalho: o desenvolvimento da tecnologia da computação e de suas aplicações possibilitou seu uso em larga escala; as organizações passaram a adotar modelos quase sempre baseados em flexibilidade e atuação em redes; os administradores e seus consultores passaram a incorporar o potencial das novas tecnologias aos objetivos organizacionais em suas práticas de gestão.

Como no alerta Lévy (1993), as novas tecnologias que, a princípio, devolveriam ao trabalhador “parte do seu tempo livre”, cumpriram em parte seu papel, demandando constantes reestruturações e exigindo uma reorganização constante e em tempo real de agenciamentos como flexibilidade, tensão e prazo. Uma consequência importante foi o fato de os profissionais desse “novo” mundo do trabalho passarem a incorporar as habilidades organizacionais próprias à forma tecnológica de gestão do trabalho e, por extensão, os valores do mundo corporativo aos seus modos de

existência. Um desses “valores” reflete a aceleração posta em cena pelas novas tecnologias.

Hoje tudo é muito sazonal, tudo é muito rápido, é tudo muito veloz, eu chego a dizer que é um pouco perecível; (...) o mercado está muito mais dinâmico, com muitas tecnologias também, que chegam eu acho que pra sustentar a evolução do mundo, mas que requer uma certa adaptação (Maria).

Hoje em dia, está tudo mais dinâmico, [...], você consegue contato com pessoas de outros países [...] a sua rede de relacionamentos ganhou um tamanho e uma velocidade que até então não existia; na época que eu comecei, a tecnologia mais avançada era o telefone ou então o telefax – pela minha idade, eu vivi um pouco disso –, mas, mesmo assim, *e-mail* é um facilitador, mas eu acredito que hoje são diversas ferramentas: tem o *Hangouts* do *Gmail*, tem o *Skype*, tem o *LinkedIn*, então, hoje só não se relaciona bem com outros países, com profissionais da sua área, quem não quer (Matheus).

Quando nos voltamos especificamente para os dispositivos tecnológicos disponíveis hoje no mundo do trabalho, a questão do monitoramento e do controle ganha destaque. Ela aparece no uso de crachás eletrônicos, no controle biométrico de entrada e saída dos postos de trabalho, no monitoramento remoto a partir de aparatos “oferecidos” pelas empresas aos seus profissionais (notebooks e telefones celulares, por exemplo), e mesmo no monitoramento das redes sociais feito por *headhunters* para contratar novos profissionais.

Sobre esse controle e monitoramento praticado pelas organizações, recorreremos ao que David Lyon e Zygmunt Bauman (2013), em recente diálogo, chamam de “vigilância líquida”. Os autores retomam o panóptico foucaultiano para descrever os empregados desse novo mundo do trabalho – e o descrevem como o admirável mundo líquido moderno – utilizando a metáfora dos caramujos que transportam suas casas. Da mesma forma, os trabalhadores contemporâneos transportam seus *smartphones*,

carregando em seus próprios corpos seus panópticos pessoais, mantendo-se permanentemente ligados e à disposição da empresa. A metáfora do caramujo utilizada pelos autores serve bem para ilustrar a internalização dos aspectos da vigilância pelos próprios profissionais, que acabam por naturalizá-la: “Na rede social não há privacidade, para usar a internet você precisa estar preparado para ter sua vida devassada [...] andar na internet é andar em um planeta diferente, as regras são diferentes, uma das regras é você estar exposto” (Tadeu).

2. *LinkedIn* – Conexões e Desdobramentos

Nesse ponto, passamos a tratar dos desdobramentos operados no mundo do trabalho a partir das conexões com o *LinkedIn*. Uma transformação importante, como já apontamos, é o uso da plataforma como uma das principais fontes de contratação em substituição à divulgação de vagas via lista de *e-mails*, e anúncios na mídia impressa ou digital.

[...] Hoje em dia, você vai no “vagas.com”, você vai ao *LinkedIn*, dependendo do cargo, vagas.com pra cargo mais operacional, *LinkedIn* pra cargo mais de coordenação, ou gerencial, mais estratégico [...] não sei nem como é que faz recrutamento e seleção sem o *LinkedIn*. [...] (Ricardo).

Quando eu fui trabalhar na empresa XYZ, foi através do *LinkedIn*, a pessoa encarregada de pesquisa sobre o perfil, achou o meu perfil, e aí eu fiz o processo seletivo a partir do *LinkedIn*. E até na empresa que eu estou hoje, também foi a consultoria que viu o meu perfil, e me chamou também. Então, os meus dois últimos empregos foram através do *LinkedIn* (Matheus).

No entanto, apesar de o *LinkedIn* ser uma ferramenta potente para recolocação de profissionais no mercado, usada inclusive por *headhunters* para contratação, muitas pessoas fazem um perfil no *LinkedIn*, mas não acessam a rede com regularidade. Além disso, uma das suas funcionalidades mais usuais – a recomendação – nem sempre é levada em

consideração, pois seu conteúdo tende a ser visto mais como uma “ação entre amigos”, carecendo de confiabilidade. Mesmo assim, não possuir nenhum *endorsement* ou recomendação associado ao perfil, tende a ser considerado um possível indicativo de problemas profissionais ou de relacionamento.

Eu só recomendo, eu só indico pessoas que eu realmente conheço a qualidade do trabalho; embora ache que o *LinkedIn* não privilegie isso, e está, de novo, naquele conceito da superficialidade das coisas... Eu sou assim recomendado com frequência sobre aptidões, capacidade, qualificações, que eu não tenho; se eu reconheço isso, como é que eu vou valorizar outros profissionais que têm todas aquelas recomendações? Não valorizo, porque não há critério padronizado e de qualidade, que eu acho que deveria ter (José).

A disponibilização de novas funções no *LinkedIn* evidencia que também a rede se transforma a partir da conexão com os usuários. Por exemplo, a nova funcionalidade “fazer negócios” modifica o objetivo inicial da rede, que era facilitar o *networking*, de modo a possibilitar a geração de negócios, seja como profissionais autônomos ou como contratados de uma empresa.

Na hora em que eu comecei a publicar a existência do blog da minha empresa, na hora que eu comecei a publicar artigos da minha atividade profissional [...] eu comecei a descobrir que eu estava me divulgando melhor do que até então, e olha que eu sempre fiz isso muito bem através de *e-mails* [...] os últimos cinco clientes de *coach* que eu adquiri, né, que eu conquistei, vieram do *LinkedIn*” (Tadeu).

A gente acabou de contratar uma *headhunter*, e ela é mais focada nesse serviço no *LinkedIn*. Nós conseguimos descobrir quem era o diretor financeiro da empresa x, nisso, ela viu que tinha contatos em comum com ele, ela utilizou esses contatos em comum pra chegar até ele, conseguiu uma reunião com ele, nessa reunião, apresentamos nossa empresa, e ele era super fiel à outra empresa,

nossa concorrente; apresentamos os nossos serviços, nós tivemos uma abertura e tal, e, no final do dia, a gente tinha levado a conta (Lucas).

O uso da rede social de contatos de outras pessoas pelo próprio *LinkedIn* para gerar negócios sempre foi bastante usual. Mas a utilização pelo próprio usuário para gerar negócios para sua empresa, além de ser relativamente inusitado, põe em cena a invisibilidade na atuação dos usuários, que tentam descobrir, a partir dos perfis dos concorrentes, que empresas poderiam se tornar futuros clientes. Visando potencializar esse uso, as empresas estão contratando *headhunters* para aperfeiçoar o perfil de seus próprios empregados, de modo a ampliar a rede de contato destes, de modo a gerar negócios para a própria empresa. Pouco a pouco essa dinâmica vai se “naturalizando” e sendo incorporada às práticas profissionais. Assim, a responsabilidade de gerar negócios se torna “compartilhada”, ou mesmo transferida para o profissional desse novo mundo do trabalho:

[...] eu não uso muito o *LinkedIn* porque a minha área é a área de gestão pública, mas, dentro da minha equipe, tem a gestão pública e a área de gestão privada; a área de gestão privada utiliza muito pra mapear perfil de futuros clientes. Por exemplo, vamos ver o diretor financeiro da empresa x, procura o diretor financeiro da empresa x, conhece o que é que ele fez, a bagagem que ele tem, o perfil que ele tem, procura tentar marcar uma reunião com ele, e dali já começa a mapear o que mostrar pra ele, o que é que vai interessá-lo e tal [...] (Lucas).

Essa questão parece ressoar o que Luc Boltanski e Ève Chiapello chamam de “terceiro” espírito do capitalismo posto em prática pelas novas tecnologias, onde eles ressaltam o interesse das empresas de que os executivos se mantenham aderidos aos valores da empresa, na medida em que essa adesão – que aqui estamos chamando de “naturalização” – favorece a obtenção do lucro. Ainda sobre o tema abordado acima, segundo os

autores, “O 'terceiro' espírito deverá ser isomorfo a um capitalismo “globalizado”, que põe em prática novas tecnologias, [...] mencionados na qualificação do capitalismo de hoje.” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 52).

O *LinkedIn* figura nesse contexto como um recurso tecnológico que fomenta essa nova dinâmica, na medida em que incita o profissional a promover sua própria visibilidade, fazendo da maximização de suas potencialidades um valor e tornando-o o principal responsável pela construção de um perfil de sucesso.

3. *LinkedIn* – Uma Rede que se Articula com Outras Redes

Para além do uso do *LinkedIn* para a contratação de profissionais, um fenômeno que vem se tornando cada vez mais comum é as empresas pesquisarem e monitorarem os candidatos em diversas redes sociais antes de chamá-los para participar de processos seletivos. Segundo fontes da pesquisa realizada pela empresa de recrutamento americana Robert Half, 63% das companhias brasileiras consultam perfis de candidatos nas redes sociais como procedimento complementar para cruzar as informações da rede com as obtidas durante o processo seletivo, como impressões da entrevista formal. Todavia, existem empregadores que dispensam completamente o currículo, especialmente os que trabalham diretamente com tecnologia da informação, buscando avaliar o domínio do candidato com a internet a partir das “pegadas” do candidato na web, o que lhes permite ainda conhecer os valores e nível cultural dos candidatos.

Em 2010, o estudante de sistemas de informação Estevão Mascarenhas, na ocasião com 19 anos, começou a interagir com seu futuro patrão através das redes sociais, sem saber. Tudo começou quando Horácio Poblete, presidente da *startup Ledface*, passou a seguir Estevão – até então apenas um estudante, sem qualquer relação com a empresa – no *Twitter*, por indicação de amigos. A partir daquele momento, os dois passaram a

discutir empreendedorismo pela rede de *microblogs*, até o ponto em que Horácio se sentiu suficientemente à vontade para solicitar que Estevão o adicionasse a sua rede de amigos no *Facebook*. Após três meses de “monitoramento”, o executivo, convencido de que o estudante era qualificado tecnicamente e que se identificaria com os valores da empresa, lhe fez uma proposta de trabalho. O estudante, então, deixou o curso de sistemas de informação que realizava na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEL), em Minas Gerais, e aceitou o novo emprego em Campinas, São Paulo. Tudo isto sem ter nem mesmo enviado um currículo, conforme reportagem extraída da Revista *Veja* (Ferrari, 2012).

Considerando essa pista interessante, fomos “buscar” um entrevistado [que tivesse sido] contratado de modo semelhante, a partir de suas publicações no *Twitter*, que narrou sua experiência:

Então, com 17 anos, eu tive contato com o meio profissional, e desde então, já trabalhei em seis empresas, basicamente, seis ou sete empresas pela interação que se iniciou pelo *Twitter*, [...].

Bom, como você falou, a maioria dos funcionários tem que enviar o currículo, né? Não que eu não tivesse que enviar pra ele, mas a interação foi muito mais tranquila, foi mais um veículo pra checagem mesmo técnica, pra ver se eu tinha as habilidades necessárias.

Eu tenho uma história interessante também, que não está relacionada exatamente ao emprego formal, mas eu conheci meus sócios através também de um amigo que eu conhecia através só do *Twitter*; ele me mandou uma mensagem privada, e ele falou: ‘Cara, eu tenho uma galera aqui que está precisando de um trabalho’, e aí foi quando eu conheci “os caras”, que hoje são meus sócios (Leonardo).

No Brasil, esse tipo de contratação ainda se restringe às empresas de tecnologia, focadas no mundo digital, principalmente para os cargos relacionados a mídias sociais. Já nos Estados Unidos, outros segmentos, como o financeiro, estão adotando essa estratégia de contratação. A empresa

Union Square Ventures, por exemplo, – que já investiu em empresas de internet conhecidas, tais como *Twitter*, *Foursquare* e *Zynga* – pediu que os candidatos a uma vaga de Analista de Investimentos enviassem apenas links que representassem sua interação na web, como contas no *Facebook*, *Twitter* ou no *Tumblr*. Por meio dessas redes, as empresas buscam analisar a presença *on-line* do candidato, sua rede de contatos, a bagagem cultural, a produção de conteúdos originais e a capacidade do candidato de adaptá-los a diferentes linguagens:

Essa semana mesmo, a gente começou a ter uma negociação com a filial lá do nordeste, e a gente não conhecia, a gente entrou, viu o perfil do gerente que estava conversando com a gente, pra gente saber mais o que falar na reunião, como se portar melhor, porque ali a gente vê o perfil da pessoa também. [...]a área de gestão privada utiliza muito pra mapear perfil de futuros clientes (Lucas).

Quando a gente está recrutando alguém, eu tento fazer uma checagem de tudo que está público na internet em relação a essa pessoa, se a pessoa posta, o que ela acompanha, quais são os interesses, com isso me dá um *insight* maior assim, se essa pessoa vai se adaptar à cultura da empresa, se a gente considera uma boa aposta (Leonardo).

O interessante é perceber que essa é uma via de mão dupla, pois os candidatos, cientes do monitoramento das empresas, também buscam gerenciar seus próprios dados nessas diferentes redes:

Assim, o *LinkedIn*, ele te mostra quantas pessoas visualizaram o teu perfil, então, normalmente, quando eu posto no *LinkedIn*, eu vejo que tem um aumento assim de pessoas que leem o meu perfil, ou às vezes assim, [...], num nível secundário, eu conheço um cara que conhece um cara, e esse cara entra em contato comigo porque me achou através do *LinkedIn*, um *LinkedIn* que era em comum, e achou interessante o meu perfil, foi ver o que a minha empresa desenvolve aplicativo e tal, e acabou entrando em contato pra saber mais (Leonardo).

No entanto, mesmo acreditando na capacidade de cada um de nós fazer a gestão de seu próprio perfil, há um reconhecimento do potencial negativo que a exposição de informações pessoais pode ocasionar:

Obviamente, para o indivíduo, uma sinalização ou um registro negativo, que todo mundo gostaria de apagar do público em geral as más experiências, você só quer deixar que as más experiências estejam disponíveis pra quem interessa, mas, sob o ponto de vista do indivíduo, é negativo. Sob o ponto de vista do consumidor da informação, eu acho que quanto mais informações você tiver do teu público alvo, melhor você estará sustentado ou abastecido de informações, que você vai julgar se são relevantes ou não. Então, eu vejo visões contraditórias: de um ponto de vista, eu quero esconder os meus aspectos negativos, ou pelo menos só quero mostrar meus aspectos negativos pra quem eu quiser, então, eu perco esse domínio. Para o consumidor, quanto mais informações positivas ou negativas, melhor (José).

Sobre esse tema, o sociólogo Laymert Garcia dos Santos ressalta:

é preciso ter em mente que, se por um lado as redes oferecem um enorme fluxo de informações no sentido provedor-usuário, por outro, preciosíssimos fluxos partem deste último para o gestor do serviço, compostos sobretudo de dados relativos aos hábitos e à identidade dos utilizadores. Por outro lado, se acessar e processar as informações dos usuários é quase uma decorrência natural das atividades dos provedores, a recíproca não é verdadeira: é muito difícil que o internauta comum tenha meios de acessar as informações das empresas que não estão destinadas à divulgação (GARCIA DOS SANTOS, 2000, pp. 35, 36)

De um modo geral, estamos cientes do cruzamento de nossas informações a partir dos nossos acessos à internet – e isso não é diferente no caso de empresas, consultorias de seleção ou *headhunters*. E, nesse processo, as vantagens associadas à ampliação da visibilidade ainda parecem

se sobrepôr a quaisquer possíveis desvantagens advindas desse cruzamento. Assim, a visibilidade pouco a pouco se constitui em um vetor importante na constituição da subjetividade na atualidade e, mais importante do que isso, como algo que os sujeitos passam a modular nas diferentes esferas da existência, borrando cada vez mais as antigas distinções entre o público e o privado/íntimo. Como bem ressalta Fernanda Bruno (2004), a relação com as redes sociais acaba por criar novos formatos de exposição da vida íntima e privada, que vai se tornando cada vez mais pública. Mesmo em redes voltadas prioritariamente para o networking, como é o caso do *LinkedIn*, essa aproximação entre as esferas do público e privado se faz sentir:

Meu computador aqui mesmo, eu atualizei o Windows, toda vez que eu entro aqui, é uma foto diferente, que não fui eu que selecionei, isso aí a Microsoft faz alguma coisa aqui que ela tem todos os dados meus. Você quer privacidade, despluga da internet; não tem, não existe isso. A gente vai cair numa questão ética, né, ter privacidade ou não ter privacidade, mas eu acho uma ingenuidade a pessoa que tem *LinkedIn*, *Twitter*... *LinkedIn* até menos, *LinkedIn* no aspecto mais profissional, mas se você tem *Twitter* e *Facebook* e achar: “Ah, não, no momento da seleção, a pessoa pode vir até aqui, até aqui não pode”. Não, a pessoa pode tudo, a pessoa coloca o *Google* nela e sai procurando, vai entrar no teu *Facebook*, se quiser entrar, vai entrar no teu *Twitter*. É que o selecionador, eu acho que tem que ter o bom senso assim: “Pô, ela está ali brincando com os amigos”, né? (Ricardo).

Ricardo parece reverberar as colocações de David Brin (apud Doria, 2013), para quem a questão central não seria a privacidade – que deveríamos tentar proteger ou da qual deveríamos abrir mão – mas a transparência. O autor sustenta que governos e empresas não deveriam ser proibidos de espionar, nem impedidos de utilizar informações de seus clientes para fins comerciais. Sugere, no entanto, que cidadãos e clientes

devam saber o que está acontecendo, bem como ter acesso à tecnologia que lhes permita saber quando estão sendo espiados. Em outras palavras, não se trata de uma recusa da vigilância, mas de uma recusa do segredo.

Henrique Antoun (2017) faz um contraponto a esse posicionamento, argumentando que, contrariamente ao dispositivo panóptico, que possibilitava a visibilidade plena, os algoritmos derivados da mineração de dados tornam a plena visibilidade impossível, pois a cada operação o território da visibilidade se modifica e o efeito global se transforma. Nesse sentido a ideia de uma máxima transparência, seja por parte dos sujeitos, seja por parte dos que vigiam, seria uma espécie de utopia, nunca plenamente realizada.

Avançando um pouco mais nessa controvérsia, a socióloga Soshana Zuboff (2015) argumenta que a visibilidade e a vigilância constituem o modo contemporâneo de operação do capitalismo, que ela chama de *capitalismo de vigilância*, uma nova lógica de acumulação que tem um de seus pilares na obtenção e tratamento dos *big data*. Nessa modalidade do capitalismo, os direitos à privacidade não desaparecem: eles são redistribuídos, e agora pertencem também às grandes corporações – basta consultar, por exemplo, os termos das políticas de privacidade das plataformas que, com nossa anuência, passam a deter o direito de uso de nossos dados. Nele, nossa total compreensão dos seus mecanismos é impossível, pois eles são obscurecidos por sua velocidade extrema e camuflados por operações de máquinas caras e ilegíveis, práticas corporativas sigilosas, desorientação retórica magistral e apropriação indevida de fins culturais (Zuboff, 2016). À pergunta sobre se teríamos ou não direito à escolha nesse mundo, Zuboff sustenta que a capacidade de escolha e decisão está na dependência dos novos mercados de modificação dos comportamentos, onde “eles são compostos por aqueles que vendem as oportunidades para a modelagem dos comportamentos e aqueles que compram essas

oportunidades” (Zuboff, 2015, p.85). Seguindo essa teorização, a autora cita o então presidente do Google, Alphabet Eric Schmidt, sobre um trecho do seu livro “The New Digital Age”, escrito juntamente com Jared Cohen⁴, presidente da Jinsaw⁵: “o mundo on-line não está verdadeiramente vinculado pelas leis terrestres [...] é o maior espaço não governado do mundo” (Schmidt & Cohen, 2013, como citado em Zuboff, 2016, p. 86).

Essa teorização reverbera no modo como experimentamos esse mundo, mesmo quando estamos cientes de nossa conexão com ele: “[...] andar na internet é andar em um planeta diferente, as regras são diferentes, uma das regras é você estar exposto” (Tadeu).

Seguir as práticas desse “novo mundo” parece ser, se não o único, ao menos o modo mais interessante de conhecê-lo e habitá-lo.

4. Considerações Finais: Articulando Algumas Pistas para Compreender o “Novo Mundo do Trabalho”.

Chegamos ao final desse trabalho, com a conclusão genérica de que a conexão com as tecnologias, em especial com as redes sociais, é um vetor decisivo para a configuração de “outro mundo”, que possui regras e leis distintas das que conhecemos e, rotineiramente, adotamos. E que seguir as práticas desse “novo mundo” parece ser, se não o único, ao menos um modo interessante de conhecê-lo e habitá-lo.

A fim de seguir essas práticas, propusemos a plataforma *LinkedIn* como “porta de entrada” e, a partir dela, buscamos acessar o modo com os sujeitos compreendem e experimentam o mundo do trabalho na atualidade.

Algumas questões ganharam relevância nesse percurso, notadamente a ampliação de visibilidade que as redes sociais, mais

⁴ Presidente da Jigsaw (anteriormente Ideias do Google) e Associado Sênior Adjunto no Conselho de Relações Exteriores.

⁵ Jinsaw empresa incubadora do Google.

especificamente do *LinkedIn*, potencialmente oferecem, não importando se poderia estar associada à falta de privacidade ou vigilância. O campo apontou para uma espécie de naturalização do uso feito pelas redes de nossas informações como parte do jogo de visibilidades, em que se destacam os ganhos e as vantagens associadas ao aumento do uso da internet e das redes sociais. A visibilidade se constituiu, assim, como o principal objetivo a ser atingido, ou mesmo, uma moeda de troca.

Ao que parece, estamos em vias de constituir um novo mundo do trabalho, em que público e privado se misturam de modo inusitado, e a fluidez entre vida pessoal e trabalho – incrementado pelo acesso à tecnologia e pelo uso das funcionalidades de plataformas e aplicativos, tais como *LinkedIn*, *Facebook* ou *Whatsapp* – é experimentado como algo vantajoso.

Acreditamos que as reflexões de Shoshana Zuboff (2016) e sua proposição de um capitalismo de vigilância nos ajudam a compreender esse novo mundo, no qual as estratégias de captação e armazenamento de dados reverberam em nossas práticas cotidianas e se configuram como uma espécie de “mutação cultural”. Nesse sentido, não é possível estar fora, não há exterioridade em relação à vigilância, pois é nesse “caldo cultural” que somos subjetivados.

David Lyon (2018), seguindo a mesma linha de argumentação, sustenta que a vigilância funda uma nova cultura, que atravessa todas as esferas da vida cotidiana. Vigilância, portanto, não é “algo que fazem conosco”, mas uma experiência na qual nos engajamos, por dentro, nas nossas atividades mais ordinárias. Não é, portanto, sem ironia que Shoshana Zuboff nos adverte: [...] existem dois grupos de pessoas que são monitoradas regularmente enquanto se movem pelo país. O primeiro grupo é monitorado involuntariamente por uma ordem judicial que exige que um dispositivo de rastreamento seja anexado ao tornozelo. O segundo grupo inclui todos os outros. (ZUBOFF, 2016).

Referências

- Antoun, H. (2017). *Redes sociais querem se transformar em currais do trabalho imaterial*. Entrevista concedida à IHU-Online em 01 de abril de 2017. Recuperado em: 2 nov. 2018 de, <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566370-redes-sociais-querem-se-transformar-em-currais-do-trabalho-imaterial-entrevista-especial-com-henrique-antoun>>.
- Arendt, R. J. J. (2008). Considerações sobre os conceitos de recalcitrância e de plasma e sua relação com o conceito de não domínio na obra de Bruno Latour. In: *VII Esocite - Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias*. Rio de Janeiro, RJ.
- _____. (2016). *A escrita como laboratório*. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 28-38. Recuperado em: 14 nov. 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Bauman, Z., Lyon, D. (2013). *Vigilância líquida: diálogos com David Lyon/Zygmunt Bauman*. (Tradução de Carlos Alberto Medeiros, Ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Bruno, F. (2004). *Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação*. FAMECOS, (v.11; no 24-110). Recuperado em: 13 jul. 2017, de <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2004.24.3271>.
- Castel, R. (2012). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (10th ed.). Petrópolis: Vozes.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. (R. V. M. Gerhardt, Ed.) (4a). São Paulo, Brasil: PAZ E TERRA.
- Crary, J. (2016). *24/7: Capitalismo e os fins do sono*. (Tradução Joaquim Toledo Jr., Ed.). São Paulo, Brasil: UBU.
- Tinoco, M. F. (2014). *A classe dos “supertrabalhadores: profissionais bem sucedidos nunca passaram tanto tempo no batente, afirma estudo”*. Recuperado em: 20 Nov. 2016, de <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020140422>.

- Doria, P. (2013). *Hora de ler David Brin*. O GLOBO, 23. Recuperado em: 5 out. 2017, de <<https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/hora-de-ler-david-brin-8966322>>.
- Ferrari, B. (2012). *Empresas de internet decretam o fim do currículo no Brasil*. Online: Revista Veja, 13 fev. 2012. Recuperado em: 28 abr. 2017, de <https://veja.abril.com.br/economia/empresas-de-internet-decretam-o-fim-do-curriculo-no-brasil/>.
- Garcia dos Santos, L. (2000). *Limites e rupturas na esfera da informação. São Paulo em Perspectiva*, 14 (2): 32-39.
- Lévy, P. (1993). *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na área da informática*. (Tradução Carlos Irineu da Costa, Ed.) (2a). Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.
- Lyon, D. (2018). *The culture of surveillance*, p.172. (1a Ed.). Cambridge: Polity Press.
- Boltanski, L. (2009). *O novo espírito do capitalismo* (1a ed.) / Luc Boltanski e Ève Chiapello; tradução Ivone C, Benedetti; revisão técnica Brasília Sallum Jr. – São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Zuboff, S. (2015). *Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization*. Journal of Information Technology, 30(75-89). Recuperado em: 16 out. 2017, de <https://doi.org/10.1057/jit.2015>.
- _____. (2016). *Th/e Secrets of Surveillance Capitalism*. Franffurter Allgemeine. Recuperado em: 16 out. 2017, de http://www.faz.net/aktuell/feuilleton/debatten/the-digital-debate/shoshana-zuboff-secrets-of-surveillance-capitalism-14103616.html?printPagedArticle=true#pageIndex_o.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org